

BIBLIOTECA PÚBLICA, IDENTIDADE E ENRAIZAMENTO

elaborações intersubjetivas
ancoradas em torno da Luiz de Bessa

Fabício José Nascimento da Silveira

Fabrício José Nascimento da Silveira

**Biblioteca pública, identidade e enraizamento:
elaborações intersubjetivas ancoradas em
torno da Luiz de Bessa**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Escola de Ciência da Informação – ECI

Abril de 2014

S587b
2014

Silveira, Fabrício José Nascimento da
Biblioteca pública, identidade e enraizamento
[manuscrito] : elaborações intersubjetivas ancoradas em torno
da Luiz de Bessa / Fabrício José Nascimento da Silveira. -
2014.

253 f. : il.

Orientadora: Alcenir Soares dos Reis.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

1. Ciência da informação - Teses. 2. Biblioteca Pública
Estadual Luiz de Bessa - Teses. 3. Bibliotecas públicas –
Minas Gerais - Teses. I. Reis, Alcenir Soares dos. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da
Informação. III. Título.

CDU: 027.4(815.1)
CDD: 027.48151



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"BIBLIOTECA PÚBLICA, IDENTIDADE E ENRAIZAMENTO: ELABORAÇÕES INTERSUBJETIVAS ANCORADAS EM TORNO DA LUIZ DE BESSA"

Fabício José Nascimento da Silveira

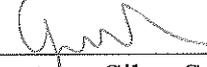
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "doutor em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade".

Tese aprovada em: 15 de abril de 2014.

Por:



Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha - IBICT



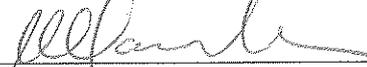
Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves - UERJ



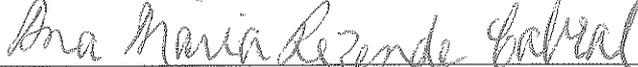
Profa. Dra. Vera Regina Veiga França - FAFICH/UFMG



Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG



Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG



Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral - Aposentada - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por



Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora



Profa. Alcenir Soares dos Reis
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA**, matrícula: 2010654913

Às 15:00 horas do dia 15 de abril de 2014, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 11/04/2014, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

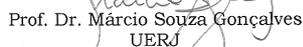
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - Orientadora	APROVADO
Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha	APROVADO
Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves	APROVADO
Profa. Dra. Vera Regina Veiga França	APROVADO
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADO
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho	APROVADO
Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral	APROVADO

Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO. A Banca Examinadora ressalta a qualidade do trabalho, a relevância política do tema e sugere sua publicação e indicação aos Prêmios UFMG e ANCIB.

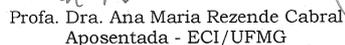
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2014.

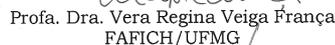

Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
ECI/UFMG (Orientadora)


Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves
UERJ

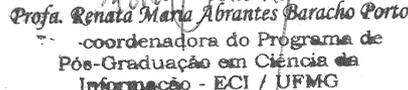

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG


Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral
Aposentada - ECI/UFMG


Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha
IBICT


Profa. Dra. Vera Regina Veiga França
FAFICH/UFMG


Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho
ECI/UFMG


Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
-coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência da
Informação - ECI / UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Fabício José Nascimento da Silveira

**Biblioteca pública, identidade e enraizamento:
elaborações intersubjetivas ancoradas em
torno da Luiz de Bessa**

Tese de doutorado apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis

Área de concentração: Produção, organização e utilização da informação

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Escola de Ciência da Informação – ECI

Abril de 2014

Dedicatória

Dedico esta tese à:

Minha mãe, Marilurdes Nascimento da Silveira, e aos meus sobrinhos, Pedro Henrique e Ingrid, *“meu verso, meu silêncio, minha música”*.

À memória do meu pai, Rones José da Silveira, hoje eu sei que *“o seu caminho também levava longe”*.

À minha avó, Elza França da Silveira, por ter me ensinado desde muito cedo que *“a coisa mais fina do mundo é o sentimento”*.

À Alcenir (minha orientadora), Maria Aparecida Moura, Guiomar Frota, Vera França, Paulo B., Maria da Conceição, Frances, Moisés, Ludmila, Sonaly, Marcus, Arthur, Lucas, Hebert, Ronei e Evânia, professores e amigos aos quais *“sou ligado por afeição, solidariedade intelectual e profunda gratidão”*.

Agradecimentos

Existe uma sentença em grego, um ditado que expressa um consenso: “*entre amigos tudo é comum*”. De fato, ao longo destes quatro anos de doutoramento compartilhei com muitos amigos queridos bem mais que meu projeto de pesquisa, com eles dividi medos, angústias, desejos, descobertas e alegrias, tendo sempre recebido, “*numa mão e noutra, amor com amor*”¹, afeto, acolhimento e incentivo, por isso manifesto aqui minha homenagem e resalto minha gratidão a todos vocês que tornaram esse processo formativo mais ameno e minha vida mais plena e feliz. Agradeço, pois:

A Deus, só Ele sabe o quanto foi difícil chegar até este momento;

À minha mãe, Marilurdes Nascimento da Silveira, companheira de todas as horas, que nunca me deixou desanimar e que sempre lutou com todas as forças para que seus filhos estudassem e “fossem alguém na vida”;

Aos meus irmãos, Flávia, Fernanda e Fred, pela solidariedade e cumplicidade de todas as horas;

Aos meus “nenéns”, Pedro Henrique e Ingrid, pelo riso inocente e o abraço apertado que desanuviava a alma e “recarrega qualquer bateria”;

À minha avó, Elza França da Silveira, por todas as orações e pelos constantes exemplos de vitalidade e dignidade;

Ao meu tio Neuber, por todas as nossas conversas sobre livros e literatura;

À minha orientadora, Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, por toda a cumplicidade e delicadeza com que conduziu meu processo formativo. Desses anos de convívio, além da amizade, do respeito, carinho e profunda admiração, “*fico com o desassossego, e o dilúvio, ou seja, o vôo obedesciente que depois do depois (mais tarde) me há-de ligar ao pulso abrasador do meu Mestre*”².

¹ ROSA, 1958, p.127

² LLANSOL, *apud* CASTELLO BRANCO, 2011, p.228

À Profa. Dra. Maria Aparecida Moura (Cidinha), a quem devo o gosto pela pesquisa e a certeza de que a vida acadêmica só faz sentido se for regida pelo respeito, o brilho nos olhos e a poesia;

Ao Paulo B., amigo e mestre do meu barco;

À Profa. Dra. Vera Regina Veiga França (Verinha), pelo carinho a mim dispensado e por todos os ensinamentos que mudaram minha forma de ver o mundo e de me relacionar com o outro;

Às professoras doutoras Maria da Conceição Carvalho, Vera Regina Veiga França e Maria Aparecida Moura pelas valiosas contribuições e apontamentos feitos durante o processo de qualificação da pesquisa. Esta tese é tributária de nosso diálogo;

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que viabilizou a concretização deste trabalho;

À Gisele, Carolina, Lucimary e Vanda, funcionárias da ECI/UFMG que sempre me ajudaram, com muita gentileza, a lidar com as burocracias que permeiam a execução de uma pesquisa acadêmica;

Aos amigos da livraria COPEC – Jair, Marta, Gabriel, Isabela, Cristiane e Mary, por tantos momentos de alegria, pelo afeto, o cuidado e por fazerem com que eu sempre me sentisse em casa. Hoje sei que pertenço a essa família generosa e cativante;

Ao *GRIS – Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade* e também ao *GRISPOP – Grupo de Pesquisa em Interações Midiáticas e Práticas Culturais Contemporâneas*, pela acolhida e por tudo o que pude aprender ao longo desses anos de agradável convívio. Agradeço também pela oportunidade de ter conhecido pesquisadores fantásticos e amigos generosos: Vera França; Paulo B., Elton Antunes, Márcio Gonçalves, André Mendes, Laura Guimarães, Paula Simões, Gilvan Araújo, Cirlene, Denise, Priscila Martins, Carol do Espírito Santo, Eliziane Lara, Teresinha Silva e Thereza Scofield;

À Vilma Carvalho de Souza e também à Rosângela Maria Costa Bernardino, bibliotecárias exemplares e minhas amigas pessoais;

À Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, na pessoa de sua diretora, Thais Queiroz Brescia e das bibliotecárias Cleide Fernandes e Eliani Gladyr Silva, por terem se empenhado com minha pesquisa e colaborado prontamente para que a mesma se concretizasse;

Aos “meus entrevistados”, por terem compartilhado comigo suas histórias de vida e por terem engrandecido esta tese com testemunhos sensíveis e comoventes;

Aos amigos da Unirio, pela calorosa recepção em terras cariocas e pela amizade que a cada dia se intensifica e se faz indispensável. Agradeço em especial aos seguintes incentivadores: Bruna Nascimento, Daniela Spudeit, Brisa Pozzi, Fernanda Machado, Gustavo Saldanha, Fabiano Cataldo, Nanci Oddone, Danielle Achilles, Naira Silveira e Alberto Calil Jr.;

Aos companheiros da “República Inferninho de Paris”, Ronei, Lucas, Hebert, Luiz Santos, Roberto e Roniele, vocês não sabem a saudade que eu tenho daqueles bons tempos e o quanto são queridos por mim;

Ao Frances, por sua existência em minha vida, pelo encorajamento nos momentos difíceis, pela cuidadosa leitura das primeiras versões de cada capítulo, por tantos sorrisos sinceros, pela amizade, generosidade, amor e todas as reticências que alegram meus dias;

Ao Moisés, pela companhia e apoio mais profundos, difíceis e verdadeiros: os cotidianos. Pelo sorriso, as concessões, o cuidado e por ter me acolhido com tanta generosidade;

À Ludmila, por ter estado presente, instante por instante, desde sempre;

Ao Lucas e ao Hebert, pela amizade, carinho, cuidado e cumplicidade que enchem nossos corações e se transbordam em contentamento;

Ao Ronei, pela terna reciprocidade do olhar e por todo o afeto. Agradeço, também, por ter me presenteado com a linda capa que acolhe meu texto;

Ao Marcus, pela leveza do convívio, o carinho e o sorriso sempre aberto;

À Sonaly e ao Arthur, pelo apoio incondicional, a companhia de todas as horas e por terem me ensinado há muito o valor da amizade;

À Evânia e ao Max, parce que la vie c'est très jolie! Aussi pour la amitié;

Ao Zininho Jr., Alexandra Silva, Emília Carolina, Ana Paula, Ana Amélia, Fabíola, Gustavo Lopes, Rodrigo Moreno, Marília Paiva, Dina Araújo, Wagner, Jeferson, Janaina, Daniella Libânio, Suzane, Grauciene Maciel, por todas as histórias compartilhadas, os abraços apertados, os sorrisos de cumplicidade, as palavras ditas na hora certa e a generosa confiança de cada dia.

Resumo

Esta pesquisa objetivou discutir a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários e foi concebida tendo como aportes teóricos os conceitos de leitura, memória, sociabilidade, enraizamento e identidade. A esses norteadores se conjugou o pressuposto de que tais instituições constituem-se historicamente como importante instrumento de preservação e disseminação dos quadros de sentido que modulam a vida social, bem como das representações simbólicas que emergem da interação entre os sujeitos no espaço público. Visando comprovar ou negar essa tese, efetuou-se uma sistematização dos aspectos relacionados ao seu surgimento e consolidação histórica, buscando-se salientar os atributos e funções práticas responsáveis por demarcar suas possibilidades de intervenção no âmbito dos distintos contextos em que se inserem. Sendo assim, assinala-se sua relevância enquanto entidade voltada para a promoção da leitura e incentivo às ações educativas, a organização e disseminação da informação, a preservação da memória documental e do patrimônio cultural, além da constituição de um espaço de lazer, sociabilidade e enraizamento destinado à apropriação e ressignificação constante por parte de seus usuários. Sistematização que nos permitiu aproximá-las das questões que mobilizam a formulação intersubjetiva de referenciais identitários. Para tanto, adotou-se por premissa que a identidade se dá a ver como um discurso em permanente elaboração, expresso e potencializado através do contato com o outro nas inúmeras esferas de socialização que fomentam a existência de uma coletividade, dinâmica estimulada, também, pelas bibliotecas públicas, em virtude do estatuto representacional que atravessa seus acervos, serviços e setores. Proposições confirmadas por meio da análise das histórias de vida de sete usuários da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, amostra definida intencionalmente a partir da imersão no cotidiano dessa unidade biblioteconômica, tendo os dados sido coletados mediante entrevistas semi-estruturadas. Demonstrou-se, por fim, que ao se evidenciarem nos depoimentos os distintos pontos de ancoragem que sustentam suas referências interpessoais e a importância da Luiz de Bessa – dimensões simbólicas, afetivas e estruturais – ao longo desse processo formativo, as narrativas erigidas pelos depoentes revelam que a Biblioteca exerce uma força de impregnação sobre suas biografias individuais e se posta como lugar de enraizamento para os discursos identitários por eles forjados.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Identidade; Enraizamento; Sociabilidade; Representação social; Histórias de vida; Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Abstract

This research aimed to discuss the participation of public libraries in the intersubjective development process of identity references. It was tailored as theoretical framework the concepts of reading, memory, sociability, rootedness and identity. To these guiding factors it was combined the assumption that such institutions are historically constituted as an important instrument of preservation and dissemination of frames of meaning that modulate social life, as well as symbolic representations that emerge from the interaction among individuals in the public space. In Order to prove or deny this thesis, I performed a systemization of the aspects related to its historical emergence and consolidation, trying to emphasize the attributes and practical functions responsible for delimiting its possibilities of action under the different contexts in which it operates. This way, it is pointed out its relevance as an institution dedicated to the promotion of reading and encouraging educational activities, organization and dissemination of information, the preservation of the documental memory and cultural heritage, also in the constitution of leisure space, sociability and rooting destined to the appropriation and constant redefinition by its users. Systematization which allowed us to bring them together with the issues that mobilize intersubjective formulation of identity references. For such, it was adopted as a premise that identity is to be seen as a discourse in constant development, expressed and enhanced through the contact with each other in many spheres of socialization that ensure the existence of a collectivity, stimulated dynamic, also by public libraries because of the representational status that crosses their collections and services sectors. The propositions were confirmed by the analysis of the life stories of seven users of the library “Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa”, sample intentionally set from immersion in the everyday life of this library unit, and the data were collected through semi-structured interviews. It has been shown, finally, that when evidencing in the statements the different anchor points that support their interpersonal references and the importance of Luiz de Bessa - symbolic dimensions, affective and structural - throughout this formative process, the narratives erected by the deponents reveal that the Library exerts a force of impregnating on their individual biographies and put itself as a place of rooting of the identity discourses forged by them.

Key Words: Public Library; Identity; Rooting, Sociability, Social representation; Life Stories, State Public Library Luiz de Bessa.

Résumé

Cette recherche a eu pour objectif de discuter sur la participation des bibliothèques publiques dans la procédure d'élaboration intersubjective des références identitaires et elle a été conçue en considérant comme base théorique les concepts de lecture, de mémoire, de sociabilité, d'enracinement et d'identité. A ces bases nous avons ajouté le présupposé que de telles institutions se constituent historiquement comme instrument important de préservation et de dissémination des cadres de sens qui modulent la vie sociale, ainsi que les représentations symboliques qui émergent de l'interactions entre les sujets dans l'espace publique. Avec l'objectif de confirmer ou d'infirmer cette thèse, il a été effectué une systématisation des aspects relatifs à son apparition et à sa consolidation historique, en cherchant à mettre en évidence les attributs et fonctions pratiques responsables pour la démarcation de ses possibilités d'intervention dans le domaine des différents contextes dans lequel ils s'insèrent. Ainsi, il a été souligné l'importance de la bibliothèque comme entité destinée à la promotion de la lecture et à l'encouragement des actions éducatives, l'organisation et la dissémination de l'information, la préservation de la mémoire documentaire et du patrimoine culturel, au-delà de la constitution d'un espace de loisir, de sociabilité et d'enracinement destiné à l'appropriation et au recadrage constant de la part de ses utilisateurs. Systématisation qui nous a permis d'approcher des questions qui mobilisent la formulation intersubjective de référentielles identitaires. Pour autant, il a été adopté comme prémisse que l'identité est liée a un discours en élaboration continue, exprimé et potentialisé a travers le contact avec l'autre dans les innumérables sphères de socialisation qui assurent l'existence d'une collectivité, dynamique stimulée, aussi, par les bibliothèques publiques en vertu du statut de représentation qui traverse ses archives, services et secteurs. Propositions confirmées a travers l'analyse des histoires de vie de sept usagers de la Bibliothèque Publique Estadual Luiz de Bessa, échantillon défini intentionnellement à partir de l'immersion dans le quotidien de cette unité bibliothéconomique, les données ayant été collectées à travers des entretiens semi-structurés. Il a été démontré, à la fin, que, en mettant en évidence les différents points d'ancrage qui soutiennent leurs références interpersonnelles et l'importance de la Luiz de Bessa – dimensions symboliques, affectives et structurelles- au cours de ce processus formatif, les narrations érigées par les interlocuteurs révèlent que la Bibliothèque exerce une force d'imprégnation sur ses biographies individuelles et se montre comme lieu d'enracinements pour les discours identitaires forgés par eux.

Mots-clés: Bibliothèque publique; Identité; Enracinements; Sociabilité; Représentation sociale; Histoires de vie; Bibliothèque Publique Estadual Luiz de Bessa.

Resumen

Esta investigación objetivó discutir la participación de las bibliotecas públicas en el proceso de elaboración intersubjetiva de referenciales identitarios y fue concebida teniendo como aportes teóricos los conceptos de lectura, memoria, sociabilidad, arraigo e identidad. A esos principios guías se ha conjugado el supuesto de que esas instituciones se constituyen históricamente como importantes instrumentos de preservación y diseminación de los cuadros de sentido que modulan la vida social, así como de las representaciones simbólicas que surgen de la interacción entre los individuos en el espacio público. Visando comprobar o negar esa tesis, se efectuó una sistematización de los aspectos relacionados a su apareamiento y consolidación histórica, buscando destacar los atributos y funciones prácticas responsables por demarcar sus posibilidades de intervención en el ámbito de los distintos contextos en los que se insertan. De esta forma, se señala su relevancia en cuanto entidad dirigida a la promoción de la lectura e incentivo a las acciones educativas, a la organización y diseminación de la información, a la preservación de la memoria documental y del patrimonio cultural, además de la constitución de un espacio de ocio, sociabilidad y arraigo destinado al apoderamiento y a la reinterpretación constante por parte de sus usuarios. Sistematización que nos ha permitido acercarnos a las cuestiones que movilizan la formulación intersubjetiva de referenciales identitarios. Para eso, se adoptó por premisa que la identidad se da a conocer como un discurso en permanente elaboración, expreso y potencializado a través del contacto con el otro en las innumerables esferas de socialización que garantizan la existencia de una colectividad, dinámica estimulada, también, por las bibliotecas públicas en virtud del estatuto representacional que atraviesa sus acervos, servicios y sectores. Propositiones confirmadas por medio del análisis de las historias de vida de siete usuarios de la Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Muestra definida intencionalmente a partir de la inmersión en la cotidianidad de esa unidad de biblioteconomía y los datos han sido colectados mediante entrevistas semiestructuradas. Se ha demostrado, por fin, que al hacerse evidentes en las declaraciones los distintos puntos de anclaje que mantienen sus referencias interpersonales y la importancia de la Luiz de Bessa – dimensiones simbólicas, afectivas y estructurales – a lo largo de ese proceso formativo, las narrativas erigidas por los entrevistados revelan que la Biblioteca ejerce una fuerza de impregnación sobre sus biografías individuales y se planta como lugar de arraigo para los discursos identitarios por ellos forjados.

Palabras-clave: Biblioteca Pública; Identidad; Arraigo; Sociabilidad; Representación social; Historias de vida; Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Lista de imagens

Imagem 1 – Planta do projeto concebido por Oscar Niemeyer para a nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.....	132
Imagem 2 – Planta do projeto concebido por Oscar Niemeyer para a nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.....	132
Imagem 3 – Construção da sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	133
Imagem 4 – Construção da sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	133
Imagem 5 – Trabalhadores pintando a fachada da nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.....	134
Imagem 6 – Fotografia de Antônio Luiz de Bessa.....	135
Imagem 7 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa	137
Imagem 8 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa	137
Imagem 9 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa – momento atual	138
Imagem 10 – Foto da Biblioteca Infanto-Juvenil (BIJU).....	139
Imagem 11 – Setor Braille da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.....	140
Imagem 12 – Vista de parte do acervo da <i>Coleção Mineiriana</i> da Biblioteca Luiz de Bessa	142
Imagem 13 – <i>Coleção Mineiriana</i> – sala Eduardo Frieiro.....	142
Imagem 14 – Espaço da Galeria de Arte Paulo Campos Guimarães, da Biblioteca Luiz de Bessa	144
Imagem 15 – Anexo Professor Francisco Iglésias – entrada pela Rua da Bahia	147
Imagem 16 – Anexo Professor Francisco Iglésias	147
Imagem 17 – “Os quatro cavaleiros do apocalipse”	148
Imagem 18 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	149
Imagem 19 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	149
Imagem 20 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	150
Imagem 21 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	150
Imagem 22 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	151
Imagem 23 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens	151

Sumário

1. Introdução.....	15
2. Capítulo I.....	24
Um museu, um labirinto e uma galeria infinita: a biblioteca como artifício literário.....	24
2.1. Esse murmúrio sem fim que se chama literatura.....	26
2.2. As bibliotecas no Mundo Antigo: entre simetrias e paradoxos.....	36
2.3. As bibliotecas medievais e a aporia do labirinto.....	47
2.4. As ironias do infinito, ou a biblioteca no mundo contemporâneo.....	62
3. Capítulo 2.....	75
O general encontra seu refúgio: as bibliotecas públicas e a constituição de referenciais identitários.....	75
3.1. O refúgio do general: uma análise sobre as funções sociais da biblioteca pública.....	77
3.1.1. Ler é experimentar possíveis, ou a biblioteca como espaço de leitura.....	86
3.1.2. Um artifício forjado para conter o tempo e reter o esquecimento: a biblioteca pública como lugar de memória.....	96
3.1.3. Venho aqui para existir: um exercício de leitura acerca das relações entre biblioteca pública, sociabilidade e enraizamento.....	109
3.2. A gramática identitária também pode ser elaborada a partir de uma biblioteca... ..	118
4. Capítulo 3.....	126
Feito uma rosa dos ventos: caminhos metodológicos e sujeitos revelados pela pesquisa.....	126
4.1. Da “Sociedade Literaria Bello Horizonte” à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: lampejos históricos.....	128
4.2. Vidas entre/vistas: sobre o percurso e as escolhas que nos permitiram contar muitas histórias.....	152

5. Capítulo 4.....	169
A biblioteca somou-se à minha vida: histórias, memórias e referências identitárias ancoradas em torno da Luiz de Bessa	169
5.1. Um monumento, um refúgio, um lugar de acolhimento: impressões de um primeiro encontro	170
5.2. Cada usuário edifica sua própria biblioteca: a função social da Luiz de Bessa explicitada através de seus múltiplos usos.....	176
5.3. “Meu mundo é aqui, porque aqui me preenche”: referências identitárias enraizadas em torno da Biblioteca Luiz de Bessa	198
6.Considerações...	
ou reverberações para além do ponto final.....	207
7. Referências	216
8. Anexos.....	249
8.1. Anexo 01: Cartograma – Municípios com existência de bibliotecas públicas – Brasil – 2006.....	249
8.2. Anexo 02: Municípios, total e com existência e quantidade de bibliotecas públicas, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação.....	250
8.3. Anexo 03: Roteiro semi-estruturado para a realização das entrevistas	251
8.4. Anexo 04: TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	252

1. Introdução

Podemos certamente escrever sem nos indagar por que escrevemos. Um escritor que olha sua pena traçar letras teria o direito de erguê-la para lhe dizer: Pare! O que você sabe sobre si mesma? Em vista de que está avançando? Por que não vê que sua tinta deixa marcas, que você vai livremente para a frente, mas no vazio, que, se não está encontrando obstáculos, é porque nunca deixou seu ponto de partida? E, no entanto, você escreve: escreve sem descanso, descobrindo-me o que eu lhe dito e me revelando o que eu sei; os outros, ao ler, enriquecem-na do que lhe tomam e lhe dão o que você lhes ensina. Agora, o que você não fez está feito; o que não escreveu está escrito; você está condenada ao indelével³.

A palavra é o meu meio de comunicação. Eu só poderia amá-la. Eu jogo com ela como se fossem dados: acaso e fatalidade. A palavra é tão forte que atravessa a barreira do som. Cada palavra é uma idéia. Cada palavra materializa o espírito. Quanto mais palavras eu conheço, mais sou capaz de pensar o meu sentimento. Devemos modelar nossas palavras até se tornarem o mais fino invólucro dos nossos pensamentos. [...] Todas as palavras que digo – é por esconderem outras palavras. E qual é mesmo a palavra secreta? Não sei é porque a ousar? Só não sei porque não ousar dizê-la. [...] As palavras é que me impedem de dizer a verdade. Simplesmente não há palavras. O que não sei dizer é mais importante do que o que eu digo. [...] Sempre quis atingir através da palavra alguma coisa que fosse ao mesmo tempo sem moeda e que fosse e transmitisse tranqüilidade ou simplesmente a verdade mais profunda existente no ser humano e nas coisas. Cada vez mais eu escrevo com menos palavras⁴.

³ BLANCHOT, 1997, p.291.

⁴ LISPECTOR, 1999, apud BORELLI, 1981, p. 85

Para começar, evoquemos uma imagem: uma corrente humana formada por vários homens e mulheres de todas as idades, unidos em prol de um único objetivo, transferir os últimos 1.001 exemplares do antigo edifício onde funcionava uma velha biblioteca pública, para sua nova sede, maior e mais moderna. Essa cena, que aconteceu na cidade de Guadalajara, em 2004, foi relatada por Michèle Petit, pesquisadora francesa que se admirou com um gesto repetido inúmeras vezes ao longo de todo o processo, cada sujeito que formava um dos elos da corrente examinava com cuidado e atenção o livro que passava por suas mãos, talvez, segundo ela, “*para não deixar passar aquele que, enfim, saberá tudo sobre ele, ou que pelo menos saberia algo sobre ele, ou sobre os objetos que lhe inspiram curiosidade*”. (PETIT, 2012, p.171-172).

Esse relato nos impele a formular duas questões importantes para os desdobramentos de nossa pesquisa: por que um grupo de pessoas se reúne em um final de semana de verão para, voluntariamente, colaborar com a reorganização de uma biblioteca pública? E, por que, durante a transferência do acervo, aquelas pessoas se sentiram mobilizadas a estabelecerem um contato mais demorado com os livros que passavam por suas mãos?

Embora a antropóloga não forneça nenhum outro detalhe acerca da referida operação, podemos projetar algumas respostas para tais indagações analisando o poder de afetação que os livros e as bibliotecas públicas exercem sobre nossas vidas individuais e no contexto social em que se inserem. Nesse sentido, por se converter em um operador analítico de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, enfatizamos que a expressão *poder de afetação* será utilizada ao longo da tese para se referir a um processo de descontinuidade instaurada tanto por nosso contato com o universo dos livros quanto por aquele que se projeta a partir das bibliotecas públicas. Trata-se, pois, de uma reação suscitada por algum acontecimento que estimule nossas experiências perceptivas, sendo mais preciso, aquilo que “*instaura uma descontinuidade na experiência dos sujeitos e movimenta o estado de coisas vigentes, bem como o posicionamento dos sujeitos afetados*”. (SIMÕES, 2012, 92).

De fato, se voltarmos nosso olhar para a história dos dispositivos de produção e preservação do conhecimento, apreenderemos de imediato que tanto os livros quanto as bibliotecas “*foram duravelmente investidos de poderes desejados e temidos*”. (CHARTIER, 2009, p.30). Do

códice romano, passando pelos incunábulo produzidos à época de Gutenberg, até sua desmaterialização incitada pela emergência das redes virtuais, o livro converteu-se no instrumento responsável por dar visibilidade à atividade intelectual de homens e mulheres que, fazendo uso da pena e da tinta, se entregam aos prazeres e potencialidades da escrita. Atributo que, certa vez, levou Jorge Luiz Borges a proclamar:

Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio e o telescópio são extensões de sua visão; o telefone é a extensão de sua voz; em seguida, temos o arado e a espada, extensões de seu braço. O livro, porém, é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação.

Em *César e Cleópatra*, de Shaw, quando se fala da biblioteca de Alexandria, diz-se que ela é a memória da humanidade. O livro é isto. E é algo mais, também: a imaginação. O que é nosso passado senão uma série de sonhos? Que diferença pode haver entre recordar sonhos e recordar o passado? Essa é a função exercida pelo livro. (BORGES, 1999, p.189).

Recurso que amplifica a capacidade mnêmica e distende a imaginação humana, são essas as virtudes do livro que mais fascinam seus leitores. Enquanto instrumento de memória, eles preservam em suas páginas o conjunto dos elementos históricos que nos informam sobre o passado e nos permitem projetar respostas para o presente ou divagar acerca do futuro. Como produto da imaginação, eles se transmitem em pouso seguro para todos os delírios, sonhos, paixões, aventuras e desventuras da alma humana.

Sendo assim, temos aqui uma possível explicação para o gesto observado por Michèle Petit, os voluntários detinham os livros em suas mãos porque sabiam que aquelas páginas estavam permeadas pelas mais diversas experiências humanas. Experiências que, quando resgatadas por meio da leitura, afetam nosso campo de percepções, refletindo aquilo que somos e as distintas maneiras a partir das quais interagimos com o mundo. Dito com outras palavras: “o ato de abrir e fechar um livro, sempre tão carregado de emoção, não perdoa o leitor mais desavisado. Há sempre uma promessa quando um livro se abre, no limite, a esperança de se encontrar, encerradas entre duas capas, toda a verdade do mundo”. (DEAECTO, 2012, p.12).

Encontro facilitado pela invenção das bibliotecas, especialmente das bibliotecas públicas. Aparecendo para a história como um artifício que visa conter o tempo e as investidas do

esquecimento, as bibliotecas se definem como um espaço de preservação da memória e do patrimônio simbólico, artístico e literário forjados por nossa atividade racional. Com isso, se em seus primeiros séculos de existência foram caracterizadas, tão somente, como instituições depositárias, as sucessivas revoluções em torno do livro impuseram-lhes inúmeras outras funções sociais. Na modernidade, além das atividades de coleta, organização, preservação e disseminação do escrito, espera-se que elas participem ativamente do processo de construção sócio-histórica das múltiplas paisagens culturais às quais prestam algum tipo de serviço.

Demanda que acabou por converter as bibliotecas públicas em um dos organismos culturais mais vigorosos da contemporaneidade. Instituídas primeiramente na Inglaterra pós-revolução industrial, sobretudo em contextos assolados pela degradação da vida urbana, foram visualizadas, já em seus primeiros momentos de atuação, como mecanismos que poderiam contribuir de maneira significativa para o progresso cultural e intelectual da nação, bem como para a promoção da ordem social. Em virtude disso, logo tiveram que assumir por funções básicas as atividades de elaboração e execução de políticas públicas nas áreas da cultura, da memória e da leitura, além daquelas vinculadas à promoção de ações educativas.

Designou-se, ainda, que as mesmas devem fazer isso não apenas através de uma estrutura rígida de coleta e organização de materiais informacionais, mas também por meio de ações lúdicas e recreativas que promovam o surgimento de uma atmosfera propícia ao exercício da imaginação e da criatividade. Assertivas que apontam para a necessidade de as bibliotecas públicas priorizarem o fortalecimento do diálogo intercultural, bem como facilitar o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso da informação e dos suportes de conhecimento preservados em seus acervos. Acenam também para a expectativa de que tais instituições se posicionem como local propício à construção e socialização dos saberes, a fim de colocá-los a serviço da coletividade. Razão pela qual se fixaram, nos dias atuais, como espaços sócio-culturais e educativos que visam contribuir:

Para a formação de cidadãos, promovendo acesso livre e gratuito à informação necessária para se corrigir as desigualdades educativas, econômicas, culturais e organizativas que garantem as possibilidades de desenvolvimento das pessoas. Desta maneira, a biblioteca pública se converte em um espaço de aprendizagem, de acolhida, de encontro, de crescimento pessoal, onde não se estabelecem requisitos nem condições para seu uso. [...] É um espaço de confiança e uma possibilidade a mais para o

uso do tempo disponível, é por isso que se pode afirmar que as ações da biblioteca pública devem favorecer a emancipação e a autonomia das pessoas. Sendo assim, seus serviços, programas e atividades devem ser concebidos para responderem às demandas sociais, econômicas e políticas que permitem aos cidadãos participarem como atores de seus próprios contextos, participação que deve ser acompanhada da capacidade de se expressar e tomar decisões, bem como de compreender que uma sociedade ampla, justa e igualitária não é possível se nela as pessoas não têm acesso à informação e à educação, pois são esses os dois elementos que lhes conferem igualdades de oportunidades para se apropriarem dos bens educativos e culturais de uma sociedade.⁵ (JARAMILLO, 2008, p.6 – tradução nossa).

Modalidade de entendimento certamente compartilhada por aqueles que deixaram suas casas, em uma manhã ensolarada de verão, para viabilizarem a abertura pública da nova biblioteca de Guadalajara. Mais que um gesto nobre, a atitude dos voluntários indica o reconhecimento de sua importância social para os habitantes daquela cidade, não apenas como lugar que preserva livros e propicia acesso a eles, mas, sobretudo, como espaço vivencial, como instância a partir da qual suas referências coletivas, intersubjetivas e afetivas se ancoram e ganham ressonância, justamente porque podem ser experienciadas publicamente.

Desta feita, se o conhecimento é acumulativo, as bibliotecas públicas capitalizam essa herança e permitem aumentá-la graças à atividade coletiva daqueles que as exploram. Atividade que, em última instância, as transmitem em espaços de criação e inovação, onde a conservação só tem sentido como fermento dos saberes a serviço da coletividade inteira. Ou seja, o que as tornam instituições públicas não é o fato de se subordinarem a determinadas instâncias do poder público – o município, o estado, o país –, mas sim os usos e contra-usos que seus usuários lhes impõem. Nesses termos, são as atividades de apropriação dos acervos e serviços por elas oferecidos que indicam o poder de afetação que exercem ou podem exercer sobre seus usuários e sobre a paisagem cultural em que se inserem.

⁵ Para la formación de ciudadanos, facilitando un acceso libre y gratuito a la información que les posibilite subsanar las desigualdades educativas, económicas, culturales y organizativas que equilibren las posibilidades de desarrollo de las personas. De esta manera, la biblioteca pública se convierte en un espacio de aprendizaje, de acogida, de encuentros, de crecimiento personal, donde no se establecen requisitos, ni condiciones para su uso. [...] Es por ello que puede afirmarse que las acciones de la biblioteca pública deben estar al logro de la emancipación y la autonomía de las personas. De ahí que los servicios, programas e actividades de la biblioteca pública deben ser hilos para enganchar y engancharse en redes sociales, económicas y políticas que le permiten el ciudadano participar como actor de su entorno, participación que debe ir acompañada de la capacidad de expresión y de decisión; y de pensar que no es posible una sociedad amplia, justa, solidaria e igualitaria, si en ella las personas no tienen acceso a la información y la educación, pues estos dos elementos proveen a las personas de igualdad y de oportunidades para la apropiación de los bienes educativos y culturales de una sociedad.

Não é sem razão, pois, que para os habitantes de Guadalajara, a biblioteca pública representa muito mais que uma coleção de livros ou um lugar de estudo, transformou-se em espaço de sociabilidade e de interação entre os sujeitos que a frequentam. Por isso, para além de preservar e disseminar as histórias, o patrimônio cultural, a memória e uma parcela significativa das manifestações simbólicas que orientam a tessitura da vida social daquela comunidade, a biblioteca converteu-se em território de enraizamento. Ali, seus usuários e leitores podem travar contato e negociarem os sentidos responsáveis pela edificação de modos particulares de inserção no mundo, de construção da realidade.

Mediante constatação e análise de tais enquadramentos, poderíamos inferir que além de lugar de leitura, educação, memória, sociabilidade e enraizamento, as bibliotecas públicas são, também, espaços de elaboração de referenciais identitários? Esta tese, por meio das apropriações conceituais e escolhas metodológicas abaixo apresentadas, irá demonstrar que sim. Adotando por objeto empírico as histórias de vida de sete usuários da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, a principal unidade do gênero em atividade na cidade de Belo Horizonte, os quatro capítulos que conformam nossa pesquisa visaram oferecer respostas à seguinte problemática: *qual a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários?* Busca subsidiada teoricamente pela apropriação das seguintes formulações conceituais: enraizamento, sociabilidade, ancoragem, discurso identitário, memória social, leitura e educação como práticas culturais, elaborações intersubjetivas, representações sociais, contra-usos, modos de apropriação, entre outros.

De acordo com essas proposições, o primeiro capítulo, intitulado de ***Um museu, um labirinto e uma galeria infinita: a biblioteca como artifício literário***, recorreu à literatura para estabelecer conceitualmente o que é uma biblioteca e como se dá a evolução histórica desse conceito. Caminho investigativo que implicou considerar as narrativas literárias como uma instância de produção discursiva que atua e sintetiza de maneira lapidar os diversos saberes, códigos e valores que atravessam a experiência humana e que mimetizam o mundo onde as mesmas são vivenciadas. Através dessa engenhosidade, a tessitura literária nos proporciona a faculdade de perceber o mundo, de conferir sentido às experiências que nos atravessam no domínio da vida cotidiana e de questionar nossas ações no cerne de uma dada realidade espaço-temporal.

Foi atentando para tais possibilidades que nos valem de três obras literárias – os romances *Memórias de Adriano*, da francesa Marguerite Yourcenar e *O nome da rosa*, do romancista Umberto Eco e o conto *A biblioteca de Babel*, do argentino Jorge Luis Borges – para traçarmos um panorama evolutivo da própria ideia de biblioteca. Ao fim dessa trajetória, tornou-se possível evidenciar que, no momento em que a biblioteca se converte em artifício literário, certos elementos de sua historicidade são revelados e distendidos pela vitalidade da representação poética. Distensão que, por sua vez, nos auxiliou a melhor compreender os paralelos e paradoxos, as proximidades e as contradições prático-simbólicas que demarcam sua constituição enquanto esfera de atuação e intervenção sócio-cultural.

Estratégia similar foi empreendida no capítulo seguinte, cujo título é *O general encontra seu refúgio: as bibliotecas públicas e a constituição de referenciais identitários*. Através dele, salientamos as especificidades que demarcam o surgimento e a consolidação das bibliotecas públicas tanto em termos conceituais, quanto naquilo que concerne às suas possibilidades de intervenção prática. Intervenção que, conforme poderá ser observado pelos leitores, está diretamente ligada às atividades de promoção da leitura, às ações de disseminação da informação, à preservação da memória documental e à constituição de um espaço de lazer, sociabilidade e enraizamento engendrado em torno dos livros e dos múltiplos serviços e ações que oferecem a seus usuários. Processou-se, ainda, um estudo de cunho sócio-histórico de suas quatro funções básicas – cultural, informacional, recreativa e educacional – tendo como eixo orientador os seguintes operadores analíticos: leitura como produção de sentido, memória cultural, sociabilidade e enraizamento.

A título de esclarecimento, enfatizamos já aqui que pensar as quatro funções básicas de uma biblioteca pública segundo as disposições de um estudo sócio-histórico implicou apreendê-las como instâncias de enunciação e experienciação da realidade a partir das quais os sujeitos e os grupos sociais podem constantemente construir e reformular suas representações do mundo. Por isso, partimos do pressuposto de que analisar a cultura de uma formação social, ou mesmo seus produtos culturais, exige ou preconiza sempre “*uma reconstituição da realidade, que é elaborada a partir da consciência que dela têm os portadores da cultura. Sem se ater, obviamente, aos aspectos constituintes da conduta, é através deles, em sua relação com o comportamento manifesto, que a cultura pode ser reconstituída*”. (DURHAM, 2004, p.231).

Sendo assim, o que queremos frisar é que a ideia de contexto sócio-histórico se evidencia tanto como uma parte da experiência, quanto algo que nossa experiência constrói, é um marco referencial no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e que é formado pela ação direta dos sujeitos no ato de relacioná-los. É isso que nos diz Roy Wagner (2010, p.103-104) quando ressalta que:

Podemos descrever tudo isso simplesmente em termos de contextos. Quando usamos contextos no ato da invenção [invenção da cultura], simultaneamente os reinventamos e reinventamos as distinções que eles encarnam. Ao fazê-lo, reinventamos continuamente nossa interpretação deles e assim reinterpretamos nossa invenção. A interpretação é completamente dependente da invenção e a invenção é completamente dependente da interpretação. Mas a invenção significa que o contexto controlador assume as características do contexto controlado, e vice-versa. O coletivo está sempre sendo diferenciado e particularizado segundo o modelo das situações e idiosincrasias que ele reúne, e o individual e situacional está sempre sendo coletivizado e convencionalizado segundo o modelo das regularidades que ele diferencia. Contextos que são continuamente articulados juntos tendem a se permear mutuamente, e assim a se relativizar mutuamente: no curso da objetificação, eles trocam características. (WAGNER, 2010, p.103-104).

Foi, portanto, esse movimento de tensões, paralelos e paradoxos que o capítulo buscou desvelar antes de aproximarmos as bibliotecas públicas das questões que mobilizam a formulação intersubjetiva de referenciais identitários. Movimento que demandou considerarmos a identidade como um discurso sempre em formação, mas que se expressa e se dá a ver através do contato com o outro no âmbito da vida coletiva.

O terceiro capítulo, por sua vez, foi redigido com a finalidade de apresentar aos leitores as escolhas empíricas e os percursos metodológicos projetados para se responder à pergunta que mobiliza nosso estudo, razão pela qual recebeu o seguinte título, ***Feito uma rosa dos ventos: caminhos metodológicos e sujeitos revelados pela pesquisa.***

Dividido em duas seções, o mesmo deixa explícito, em seu primeiro tópico, porque escolhemos como universo analítico a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Recuperando vestígios importantes de sua historicidade, acabamos por dar visibilidade aos principais serviços e atividades que oferece, bem como a diversidade dos acervos e coleções que colocam à disposição do público por ela atendido. Posteriormente, descrevemos as diretrizes operacionais sancionadas no momento de definir a empiria, os instrumentos de

coleta de dados e os conceitos operadores que orientaram a leitura e a interpretação do material reunido.

É neste segundo tópico do capítulo que explicamos as razões pelas quais optamos em trabalhar com histórias de vida, porque e como selecionamos nossos sete depoentes (cinco homens e duas mulheres), que critérios subsidiaram a formulação de um roteiro voltado para a condução e a realização das entrevistas e de que forma as mesmas foram transcritas e organizadas. Constituiu-se, ainda, um pequeno perfil descritivo dos usuários cujo testemunho foi gravado, focando-se naqueles atributos responsáveis por individualizar cada um deles frente aos demais, especialmente no que diz respeito às relações por eles mantidas com a Biblioteca Luiz de Bessa, o livro, a leitura e a cidade.

Por fim, temos o quarto capítulo, *A biblioteca somou-se à minha vida: histórias memórias e referências identitárias ancoradas em torno da Luiz de Bessa*, onde se analisa os dados obtidos nas entrevistas, procurando aliar os resultados com as teorias desenvolvidas nos capítulos precedentes. Guiando-nos pelas diretrizes metodológicas definidas no capítulo três, a interpretação dos testemunhos captados se consolidou tendo-se por referência as respostas que cada usuário concedeu a três questões centrais formuladas no momento da entrevista: *que impressões e sensações foram vivenciadas por eles durante o primeiro contato com a Luiz de Bessa; qual a importância da Biblioteca para Belo Horizonte; e qual o lugar que a mesma ocupa em suas histórias de vida?*

Assim empreendido, o estudo aqui descrito terminou por revelar, mesmo não havendo um consenso entre os depoentes, nossa tese de que as bibliotecas públicas, e a Luiz de Bessa em particular, constituem-se em importante marco representacional para que seus usuários possam mobilizar e nortear a constituição dos discursos identitários que conferem sentido às suas histórias de vida.

2. Capítulo I

Um museu, um labirinto e uma galeria infinita: a biblioteca como artifício literário

Fico pensando que estou condenado a me ser em cada palavra. Penso que fugir disso é liberdade. Mas logo penso que é suicídio. As palavras me controlam. Se passo por elas, me chamam. Se paro, me possuem. Quem guarda a poesia em qualquer lugar e em qualquer tempo é a palavra. Não é o amor, não é a dor, não é a flor. Mas a palavra: se a gente a escreve com o sentido de ouvir o equilíbrio sonoro das letras. O equilíbrio sonoro das sílabas. O equilíbrio sonoro da frase. Tenho a sedução de ouvir o equilíbrio sonoro das letras. Esse é o meu campo de desejo. Esse é o porto onde eu queria aportar. Fazer com as palavras, harmonia⁶.

Leitor, é hora de sua agitada navegação encontrar um ancoradouro. Que porto pode acolhê-lo com maior segurança que uma grande biblioteca?⁷

⁶ BARROS, Manoel de In: CASTELLO BRANCO, Lúcia. 2009, p.70.

⁷ CALVINO, 2009, p.256.

O que é uma biblioteca e como se dá a evolução histórica desse conceito? Dentre os muitos caminhos possíveis de se trilhar em busca de respostas para as questões acima formuladas, o presente capítulo aproxima-se da literatura e de suas potencialidades representativas. Escolha que implica considerar as narrativas literárias como uma instância de produção discursiva que atua e sintetiza de maneira lapidar os diversos saberes, códigos e valores que atravessam a experiência humana e que mimetizam o mundo onde as mesmas são vivenciadas.

Para tanto, recorre-se às obras de Antoine Compagnon, Roland Barthes, Ítalo Calvino e Orhan Pamuk com o intuito de demarcar que, embora inscrito no universo infinito da ficção, o saber literário está aberto a outros caminhos, a veredas cujas bifurcações acenam entre si para a possibilidade da literatura agir na história. Alheios às categorizações e rigores da episteme científica, romancistas e poetas constantemente amplificam a vocação polissêmica da palavra empregando-a em situações que ninguém jamais ousaria empregar. Através dessa engenhosidade, a tessitura literária nos proporciona a faculdade de perceber o mundo, de conferir sentido às experiências que nos atravessam no domínio da vida cotidiana e de questionar nossas ações no cerne de uma dada realidade espaço-temporal. Em suma, por meio do diálogo com esses quatro autores, espera-se demonstrar que a literatura deixa-se definir como *“uma dessas mínimas porções nas quais o existente se cristaliza numa forma, adquire um sentido que não é nem fixo, nem definitivo, nem enrijecido numa imobilidade mineral, mas tão vivo como um organismo”*. (CALVINO, 2008, p.84).

Organismo vivo, eis uma boa metáfora para se falar da biblioteca. Edificada sob a égide da acumulação perpétua, a evolução histórica desse conceito forja-se congregando em torno de si inúmeras matrizes de simbolização cujo conjunto acaba por assinalar distintas relações com o conhecimento, com o espaço e com o tempo. Não por acaso, sua gênese universalista tem como contraponto uma ampla gama de restrições técnicas, ergonômicas, políticas e culturais responsáveis por prescrever, ao longo do transcurso histórico, suas modalidades de inserção e atuação social.

Nestes termos, e adotando por princípio que *“uma biblioteca nunca é alheia à sua época e esta se manifesta naquela pela ordem dos saberes que incita a sua fundação”*, (GOULEMOT, 2011, p.60), a segunda parte do capítulo apresenta um panorama evolutivo da própria ideia de

biblioteca. Evadindo-se das pretensões de exaustividade, o percurso aqui traçado centra-se em três momentos bem delimitados: a criação das primeiras coleções no Mundo Antigo; a consolidação dessas instituições como centro de produção e preservação do conhecimento na Europa medieval; e os desdobramentos conceituais e funcionais impostos às bibliotecas pelas novas dinâmicas sócio-culturais que se dão a ver na contemporaneidade.

Para amparar tal análise, três narrativas ficcionais serão acionadas: o livro *Memórias de Adriano*, da francesa Marguerite Yourcenar; a obra *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco; e, por fim, o conto *A biblioteca de Babel*, do argentino Jorge Juiz Borges. Faz-se isso com o objetivo de evidenciar que, no momento em que a biblioteca se converte em artifício literário, certos elementos de sua historicidade são revelados e distendidos pela vitalidade da representação poética. Distensão que, por sua vez, nos auxilia a melhor compreender os paralelos e paradoxos, as proximidades e as contradições prático-simbólicas que demarcam sua constituição enquanto esfera de atuação e intervenção sócio-cultural. Começemos, pois, por refletir sobre aquilo que Michel Foucault (2009, p.53) definiu como “o espaço mortal onde a linguagem fala de si mesma”, ou seja: a literatura.

2.1. Esse murmúrio sem fim que se chama literatura

A palavra? Vocês querem descobrir seu fogo? Então escrevam. [...] A palavra é a coisa mais leve e no entanto carrega tudo. A ação é lugar, é instante. A palavra são os lugares todos é o tempo todo. A palavra – a mão; a mão – o sonho. Eu te descobro, ó fogo, meu protetor. Eu te descobro, poesia.⁸

Literatura para quê? Ao instituir tal questão como ponto de partida para sua aula inaugural no Collège de France, Antoine Compagnon pretendia responder a uma inquietação ainda mais instigante: *por que se falar de literatura na contemporaneidade?* Notando de imediato que as relações entre literatura e modernidade nunca deixaram de ser conflituosas, o discípulo de Roland Barthes e Michel Foucault constrói sua argumentação refletindo acerca dos usos e poderes através dos quais o discurso literário se dá a ver tanto no espaço público, quanto no domínio das nossas vidas individuais. Percurso assinalado com o objetivo de apreender, em

⁸ ADONIS, 2012, p.142-143

última instância, qual é a pertinência da literatura para a vida, bem como suas faculdades, não somente de prazer, mas também de conhecimento; não somente de evasão, mas também de ação no cerne das mais distintas paisagens culturais, políticas e sociais que ora emergem.

Usos e poderes que, segundo Compagnon, encontram suas modulações expressivas em três propriedades intrínsecas ao conjunto das produções literárias: postando-se como um exercício de reflexão e experiência da escrita, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo; em paralelo a isso, através da leitura, dota os indivíduos de uma visão de mundo que os leva para além das restrições da vida cotidiana. Por fim, ao lapidar e distender os sentidos da palavra, o discurso literário compensa a insuficiência da linguagem e de suas categorias, pois “*tem condição de exprimir o contínuo, o impulso e a duração, ou seja, de sugerir a vida. [...] De desvelar uma verdade que não seja transcendente mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível*”. (COMPAGNON, 2009, p.37-38). Como demonstrar a validade de tais ponderações?

Em sua aula, o crítico começa por decretar que a cisão entre discurso científico e discurso literário que vigorou a partir da segunda metade do século XIX notabilizou-se por sedimentar uma armadilha ideológica preocupada em enquadrar a autonomia criativa da literatura aos formalismos da ciência. Questionando essa contraposição: de um lado a ciência, do outro a literatura, Compagnon recorre a Aristóteles para nos lembrar que é graças à *mimesis* – à representação – que assimilamos o mundo. Nestes termos, mais que uma fruição estética, as representações oriundas da literatura possuem a capacidade de converter-se em dispositivos de instrução, em repertórios de produção e disseminação do conhecimento. Ou seja, através do deleite, ela instrui e, nesse mesmo movimento, reconfigura a experiência humana sob a forma de narrativa.

Desta feita, por mimetizar a experiência humana sob a forma de narrativa, e este é o segundo argumento que nos ajuda e melhor compreender as ponderações de Compagnon, a literatura, em confluência com a leitura, contribui “*para a liberdade do indivíduo*”. (COMPAGNON, 2009, p.34). De fato, entendendo a leitura como um processo ativo de produção de sentido, um jogo em torno da apropriação e da ressignificação da realidade, e o leitor como alguém

que disseca e distende o texto, a narrativa literária oferece ao sujeito que lê a possibilidade do deslocamento. Deslocamento da realidade por meio da imaginação; deslocamento das forças de opressão ou de alienação em virtude de sua maleabilidade interpretativa. Enfim, deslocamento da consciência de si em função do contato com o outro, com a vida do outro. Isto porque, a literatura fala a todo mundo, ela “*me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio eu me identifico com os outros e sou afetado por seu destino; suas felicidades e seus sofrimentos são momentaneamente os meus*”. (COMPAGNON, 2009, p.48-49).

Além disso, faz-se necessário notar que a literatura é também um artifício de revitalização da linguagem, eis a terceira proposição do nosso autor. Para ele, a narrativa literária deve ser vista como uma instância de enunciação que, ao brincar com a língua, ultrapassa suas submissões, redefine suas margens, atualiza e enriquece suas nuances de simbolização/significação. A palavra poética e as tramas ficcionais não se detêm na univocidade do discurso denotativo, nem buscam aprisionar o signo linguístico a uma dimensão meramente descritiva. Ao contrário, “*ensinando-nos a não sermos enganados pela língua*”, (COMPAGNON, 2009, p.39), a literatura afasta-se daquela visão ingênua e solipsista que a qualifica apenas como um recurso de entretenimento e se transmuta em um domínio do saber onde tudo pode ser intercambiado. Em suma: “*ela pensa, mas não como a ciência e a filosofia. Seu pensamento é heurístico (ela jamais cessa de procurar), não algorítmico. Ela procede tateando, sem cálculo, pela intuição, com faro*”. (COMPAGNON, 2009, p.51).

Conjunto de argumentos que leva o autor a fazer, ao fim de sua explanação, um elogio à literatura. Mesmo atentando para o fato de que o discurso literário não é mais o modo privilegiado de aquisição de uma consciência estética, histórica e moral, uma vez que a mesma rivaliza com outras modalidades de representação do mundo – o cinema, a televisão e a internet, por exemplo, Compagnon defende que a razão de ser da literatura no mundo contemporâneo está atrelada à recusa da ideia de que somente uma teoria feita de conceitos universais possa nos ensinar alguma coisa de verdadeiro sobre o mundo e sobre a vida. Evidenciando, pois, que “*o próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre*

um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades”. (COMPAGNON, 2009, p.47).

Um saber de singularidades que nos permite ter acesso tanto a uma experiência sensível, quanto a um conhecimento prático-moral. Um saber de singularidades que nos apresenta à delicadeza da língua e à importância do diálogo. Um diálogo que pode ser intersubjetivo, mas que nunca dispensará a presença do outro. Motivo pelo qual, segundo as palavras do próprio autor:

A literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia. Assim, ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção conhece em seus detalhes. [...] A literatura nos liberta de nossas maneiras convencionais de pensar a vida – a nossa e a dos outros –, ela arruína a consciência limpa e a má-fé. (COMPAGNON, 2009, p.50).

Em síntese, à questão *literatura para quê?*, oferece-se como resposta a assertiva de que é esse emaranhado de saberes singulares inscritos nas narrativas literárias a condição responsável por atribuir à própria literatura um valor perene. Valor que, ao ser descortinado pelas práticas de leitura, nos ensina a sentir a vida, a compreender o mundo. Melhor dizendo: é a mimetização da vida e do mundo em matéria poética que outorga à literatura um lugar de destaque na tessitura dos discursos de conhecimento que vigoram na contemporaneidade

Posição semelhante àquela preconizada por Roland Barthes, em 1977, no mesmo salão onde Antoine Compagnon proferiu sua aula magna. Voltando seu olhar para o poder subversivo do discurso e também para a latência e os sentidos flutuantes que subjagam o uso da palavra no momento da escritura, o semiólogo francês atenta para o fato de que o signo lingüístico não está preso a um conteúdo apenas, visto ser capaz de, e esta é a condição própria de sua existência, dialogar com os vários vértices – o cultural, o social, o político – que possibilitam ao leitor mobilizar a gama de impressões, sentimentos e conhecimentos responsáveis por elucidar seus usos e apropriações.

Prognóstico que leva Barthes a redimensionar os limites analíticos e operatórios das três forças motrizes da literatura: *máthesis*, *mímesis*, *semeíosis* – saber, representação,

simbolização. Redimensionamento que, sob a forma de uma guinada heurístico-paradigmática, permite ao autor deslizar o sentido e afirmar o “irreduzível” da palavra literatura: “o que, nela, resiste e sobrevive aos discursos tipificados que a cercam: as filosofias, as ciências, as psicologias”. (BARTHES, 2004, p.26). Ponto de inflexão que, por sua vez, capta e desvela, segundo a pena de Leyla Perrone-Moisés (2012, p.138), “o momento mais jubilatório da Aula”, aquele no qual o pensador sentencia:

Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. Entendo por *literatura* não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visio portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro. (BARTHES, 2004, p.16-17 – grifos do autor).

Trapaça, esquiva, logro, são estes os dispositivos táticos que distanciam a narrativa literária da sombra de estagnação e fixidez que envolve o discurso científico. Razão pela qual se confirma, no âmbito das formulações barthesianas, que é por meio da escritura que a literatura realiza a façanha de conceber redes variadas de saberes e transformar conceitos estanques em fronteiras móveis que se potencializam e adquirem sentido pelo aspecto múltiplo da palavra. Sendo assim, onde existiria um único ponto de vista, a literatura faz emergir inúmeros outros ângulos de compreensão.

Desta feita, a narrativa literária não deve mais ser concebida como um simples instrumento, um artefato criado para responder de maneira prática a alguma injunção da vida cotidiana. Para além disso, e em respeito às maquinarias, projeções, vibrações e transbordamentos de sentido que a escritura proporciona, a literatura dá-se melhor a ver como um halo que capta e reproduz a própria luminosidade do real. Ou, como aponta Roland Barthes:

[...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles, ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada em relação a esta. A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir esta distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que

sabe *de* alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens. (BARTHES, 2004; p.18-19).

A literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens, ao proclamar essa sentença, Roland Barthes pôde, além de enfatizar o caráter abrangente da literatura, reconhecer a pertinência e a autonomia do discurso literário, bem como postular que a linguagem, por intermédio da escritura, trabalha vorazmente incluindo a diversidade e a multiplicidade em sua criação. Nestes termos, manuseando ludicamente a noção de duplicidade que está presente na linguagem, uma duplicidade própria da condição humana, a literatura se mostra apta a corrigir, de acordo com a proposta barthesiana, as distâncias existentes entre ciência e ficção.

Corrigir a distância entre ciência e ficção literária, eis um desafio ao qual também se submeteu o escritor italiano Ítalo Calvino. Ao definir a literatura como “*a Terra Prometida em que a linguagem se torna aquilo que a verdade deveria ser*”, (CALVINO, 2008, p.72), o autor das *Seis propostas para o próximo milênio* junta-se aos dois interlocutores com os quais mantivemos um diálogo até aqui.

Tal como os demais, Calvino contesta o aspecto estático e comodamente definido que por longa data cerceou o contato entre as narrativas de ficção e o discurso científico valendo-se da noção de deslocamento, da deriva que promove a irrupção desses limites e lança uma brecha para se explorar a multiplicidade de olhares e saberes possíveis que emergem dos textos literários. Brechas que, em seu conjunto, sinalizam para o fato de que o saber narrativo caracteriza-se, principalmente, “*por retirar de cena exigências típicas do saber científico – em especial a exigência de demonstração e verificação das afirmações feitas – e por insistir na irredutibilidade do que há de plural no mundo, incorporando, em si mesmo, a multiplicidade dos jogos de linguagem*”. (MOREIRA, 2012, p.67-68).

Argumentando a partir e a favor da incorporação teórica ao plano da ficção, onde não deve haver qualquer sobreposição de sentido de um em relação ao outro, o autor desloca a literatura e a imaginação para um “*lugar de produção ativa do exercício intelectual*”. (MOREIRA, 2012, p.69). Não por acaso, o literato escolhe o ensaio como a forma discursiva que melhor se enquadra às exigências requeridas por esse exercício de produção intelectual. Prescindindo de

uma forma fixa e incorporando as virtudes da hibridez, o ensaio serve aos propósitos de Calvino porque se apresenta como uma atividade de pensamento orientada pela reflexão constante e que não encontra paragens nem limites precisamente definidos. Uma atividade de pensamento orientada pela reflexão constante e sem limites precisamente definidos porque:

Como recorda Jean Starobinski, a própria etimologia da palavra “ensaio” (do latim medieval *exagium*, “balança”) associa essa forma literária à necessidade de submeter alguma coisa à verificação. Mas o termo sempre oscila entre *test* e *endeavour*, trata-se de uma ambiguidade eloquente, ainda que não isolada: basta pensar no termo italiano *prova*. [...] O andamento tortuoso, caprichoso e descontínuo do ensaio poderia parecer incompatível com o rigor de um teste. Mas talvez essa mesma flexibilidade tenha êxito em captar configurações que tendem a escapar às malhas das disciplinas institucionais. [...] Na partida de xadrez da pesquisa, as majestosas torres disciplinares se deslocam implacavelmente em linha reta; o gênero ensaístico, ao contrário, move-se como o cavalo, de modo imprevisível, saltando de uma disciplina para a outra, de um conjunto textual para outro. (GINZBURG, 2004, p.13).

Portanto, ao edificar uma obra ensaística amplamente profícua e refinada e que conjuga em seu *corpus* textual uma pluralidade de temas, o escritor italiano também promove um elogio à literatura refletindo acerca dos múltiplos saberes que os textos ficcionais engendram em suas tramas narrativas. Dito de outra maneira, oferecendo aos leitores a possibilidade de um olhar teórico e questionador que parta da própria narrativa ficcional, Calvino acaba por instituir uma “*reflexão sobre as fronteiras do literário e sobre o papel da própria literatura no processo de movimentação desses limites*”. (MOREIRA, 2012, p.77). Nestes termos, a literatura e o mundo se colocam em diálogo, assim como a ficção e a teoria geram, ainda segundo Moreira (2012, p.77), “*um complexo narrativo que amplifica suas possibilidades de produção de sentidos em virtude justamente de seu caráter híbrido e plural*”.

Hibridez e pluralismo, eis alguns dos atributos que, ao irromper da mescla entre ficção e teoria, estimulam o nosso autor a subscrever: “*a função da literatura é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso, não embotando, mas antes exaltando a diferença, segundo a vocação própria da linguagem escrita*”. (CALVINO, 2008, p.58). Assertiva através da qual antevemos que, para Calvino, a literatura define-se também como um instrumento de autoconsciência social, ela não é o único, mas certamente ocupa um lugar de destaque no conjunto das distintas gramáticas simbólicas que orientam a vida coletiva, bem

como nossas referências interpessoais, uma vez que suas origens e modos de atuação estão vinculados à gênese de muitos outros tipos de conhecimentos e de variadas formas de pensamento crítico.

Falando de maneira mais poética, a literatura possui a capacidade de explodir o mundo sob nossos olhos para que reajamos a ele, para que possamos assimilar seus matizes de significação, para que nos tornemos capazes de redesenhar suas fronteiras. Conjectura que remete de maneira direta à vocação instrutiva que Barthes e Compagnon também identificaram em suas análises acerca da escritura e da produção ficcional. Razão pela qual, ao ser questionado se a literatura poderia agir na história e o quê essa intervenção poderia nos ensinar, Calvino elaborou a seguinte digressão:

Entre as possibilidades que se abrem para a literatura agir na história, esta é a mais sua, talvez a única a não ser ilusória: compreender para que tipo de homem ela, história, com seu labor múltiplo, contraditório, está preparando o campo de batalha, e ditar-lhe a sensibilidade, o impulso moral, o peso da palavra, a maneira como ele, homem, deverá olhar à sua volta no mundo. [...] A literatura tem de voltar-se para aqueles homens, tem de ensinar-lhes enquanto deles aprende, servi-lhes, e pode servir apenas numa coisa: ajudando-os a ser cada vez mais inteligentes, sensíveis, moralmente fortes. As coisas que a literatura pode buscar e ensinar são poucas, mas insubstituíveis: a maneira de olhar o próximo e a si próprios, de relacionar fatos pessoais a fatos gerais, de atribuir valor a pequenas coisas ou a grandes, de considerar os próprios limites e vícios e os dos outros, de encontrar as proporções da vida e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, o modo de pensar ou de não pensar nela; a literatura pode ensinar a dureza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor e muitas outras coisas assim necessárias e difíceis. (CALVINO, 2009, p.9-21).

À parte o tamanho da citação, a proposição de que *a literatura tem que voltar-se para os homens e ajudar-nos a nos tornar mais sensíveis, inteligentes e moralmente fortes* serve como indicativo de que o discurso ficcional e as narrativas literárias apresentam-se e se dão a ver, em ampla medida, como espaços instituídos da impressão. Melhor dizendo, como territórios de trânsitos onde a cada movimento e a cada construção enunciativa desfilam e se deslocam sentidos, normas, valores, fatos históricos, visões políticas e experiências de vida que, por meio da escritura, adquirem a capacidade de mimetizar o mundo, aclarar e redimensionar a história.

Mimetizar o mundo e redimensionar a história, duas expressões lapidares e sintéticas que certamente poderiam ser utilizadas pelo escritor turco Orhan Pamuk em sua defesa do romance. Isto porque, para ele, “o objetivo essencial da arte do romance é exibir uma acurada representação da vida”. (PAMUK, 2011, p.52). Convidado a proferir as *Norton Lectures*⁹ entre os anos de 2009/2010, o romancista dedicou-se a elucidar o “sentido forte” dessa afirmativa estabelecendo uma aproximação entre a atividade de escritura de um romance com o movimento de pintar um quadro: “escrever um romance equivale a pintar com palavras, e ler um romance equivale a visualizar imagens por meio das palavras de outra pessoa”. (PAMUK, 2011, p.69).

Essa equivalência se dá, segundo Pamuk, porque, embora a narrativa romanesca apresente, tal qual em um quadro, momentos congelados, quando interrogamos as palavras, as cenas e os argumentos que a compõem, vemos desenrolar ao alcance de nossos olhos ações, experiências, sentidos e saberes que transcendem esse aspecto de natureza estática. O romance é, pois, um mundo duplo: ele se baseia na imaginação tanto quanto em fatos. Um mundo cuja disposição organizativa assenta-se em uma estrutura polifônica. Para escrever uma obra que seja digna desse nome, até o mais experiente dos literatos precisa “ter o talento de contar as próprias histórias como se fossem as histórias dos outros, e contar as histórias dos outros como se fossem suas, porque é isso a literatura”. (PAMUK, 2010, p.458).

Explorar essa faculdade da literatura admite que o romancista, valendo-se de certos elementos e recursos estilísticos, elabore, por meio da escritura e da pulsão poética que a palavra arregimenta em torno de si, o conhecimento indireto que encena o sentido das coisas, dos conceitos, dos saberes e das experiências que diariamente nos atravessam. Ao mesmo tempo, por meio dos hiatos e lacunas que emergem do confronto entre texto e leitor, as distintas modalidades de inscrição ficcional – romance, conto, poesia, ensaio, etc. – conferem àquele que escreve e àquele para quem se escreve novas formas de habitar o mundo, um novo mundo. De redescobrir e redefinir o que sabemos desse mundo e também de nós mesmos.

⁹ Ciclo de seis conferências que a Universidade de Harvard organiza anualmente desde 1926. A cada ano letivo, uma personalidade da cena artística, política e/ou cultural é convidada a falar para os alunos sobre um tema de sua escolha. T.S. Eliot, Igor Stravinsky, Erwin Panofsky, Jorge Luiz Borges, Octávio Paz, Italo Calvino, Umberto Eco e Daniel Barenboim são algumas das personalidades que já proferiram as *Charles Eliot Norton Lectures*.

Como a terra que lentamente toma forma, erguendo-se aos poucos do nevoeiro, com todas as suas cores, como uma ilha que desponta ao final de uma longa viagem marítima, esse outro mundo nos encanta. [...] Ao vê-lo, desejamos entrar nesse mundo e perder-nos dentro dele, como podemos nos perder dentro de um livro. Depois de termos nos recolhido porque nos sentíamos provincianos, excluídos, marginalizados, indignados ou profundamente melancólicos, descobrimos todo um mundo para além desses sentimentos. (PAMUK, 2010, p.463).

Eis aí mais uma possível resposta para a pergunta lançada por Antoine Compagnon em sua aula no Collège de France: *Literatura para quê?* Para que possamos nos impressionar com a natureza extraordinária das coisas que nela encontramos. Impressionar-nos e emitirmos nossas próprias ideias sobre a vida. Em síntese, para que através do lúdico, do imaginário e do improvável possamos alargar nossos repertórios de conhecimento.

Eis também a razão pela qual optamos por recorrer à literatura e convertê-la em guia na nossa busca por traçar as linhas gerais que demarcam a evolução histórica do conceito de biblioteca. Nas três narrativas ficcionais que apresentaremos a seguir – dois romances e um conto – a biblioteca aparece, emblemática e metaforicamente, como figuras em mutação e arenas de disputas políticas; como espaço de organização do conhecimento e *locus* de construção e subversão dos saberes; como lugares de memória e reflexo do esquecimento; como labirintos, museus e galerias que ora estão voltadas para si mesmas, ora apontam para um tempo e um espaço indeterminado. Por fim, como artifício literário que diz “*da história dos povos, de sua cultura e pensamento, das escolhas do passado e dos desejos para o futuro*”. (MOREIRA, 2012, p.15).

Dessa miríade de possibilidades, trataremos, em primeiro lugar, das bibliotecas que ganharam existência no “Mundo Antigo”. Da pretensão de universalidade que as definem e das relações com o conhecimento que lhes outorgaram distintas funções sociais em momentos e realidades históricas específicas.

2.2. As bibliotecas no Mundo Antigo: entre simetrias e paradoxos

Construir é colaborar com a terra: é colocar um marco humano numa paisagem, marco que a modificará para sempre; é contribuir também para a lenta transformação que constitui a vida das cidades. [...] Fundar bibliotecas era construir celeiros públicos, aprovisionar reservas contra o inverno do espírito cuja aproximação eu podia prever mesmo contra minha vontade. Tenho construído muito: é uma forma de colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, é preservar ou modificar seu espírito, fazer dele uma espécie de reserva para o futuro; é reencontrar sob as pedras o segredo das origens. Nossa vida é breve; falamos sem cessar dos séculos que nos precederam ou daqueles que virão depois de nós como se uns e outros nos fossem totalmente estranhos; entretanto, tocava neles ao remanejar as pedras¹⁰.

Ficcionalmente atribuídas ao Imperador Adriano¹¹, as palavras acima proferidas se revelam um bom ponto de partida para iniciarmos as discussões que justificam a escritura da presente seção: analisar os aspectos históricos, políticos e culturais que propiciaram o surgimento das primeiras bibliotecas, bem como os enquadramentos sociais que lhes conferiram um lugar de destaque no âmbito dos intrincados sistemas de produção e circulação do conhecimento em vigor no Mundo Antigo.

Mas por que afirmar que o trecho em relevo nos auxilia a lançar luzes sobre questões tão complexas? Ao redigir suas *Memórias de Adriano*, Marguerite Yourcenar certamente empreendeu um amplo e profundo trabalho de pesquisa cujos dados lhe permitiu reconstituir, com detalhes, nuances importantes de um universo simbólico ainda em formação, mas portador de algumas características passíveis de serem delimitadas. É o que visualizamos quando destinamos o nosso olhar à captura das pistas que indicam o lugar ocupado pelas bibliotecas no contexto histórico coberto pelo romance. Ao defini-las como “*celeiros públicos que aprovisionam reservas contra o inverno do espírito*”, a voz narrativa coaduna com alguns dos principais qualificadores responsáveis por instaurar um lugar de atuação para essas instituições nas mais distintas realidades espaço-temporais do Mundo Antigo.

¹⁰ YOURCENAR, 1980, p.131-132

¹¹ Públio Élio Trajano Adriano foi o imperador que governou Roma entre os anos de 117 a 138 de nossa era. Humanista e profundo admirador da Grécia, procurou fazer de Atenas a capital do Império. Para tanto, ordenou a construção de muitos templos opulentos na cidade.

Dito isso, pergunta-se: que qualificadores eram esses? Adriano foi um Imperador, mas também um humanista, em virtude dessa conjunção, sua visão acerca das bibliotecas forma-se impregnada pelos dois modelos arquetípicos que haviam se sedimentado até aquele momento: Alexandria, de um lado, e a Academia grega, do outro. Ou seja, seu propósito de “*colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, de preservar ou modificar seu espírito e de fazer dele uma espécie de reserva para o futuro*” estava diretamente ligado a uma preocupação com a memória – principalmente com a memória administrativa da gestão governamental que exercia – e o registro público dessa memória, bem como a uma publicização do conhecimento literário e filosófico produzido tanto em Roma quanto fora dela.

Lugar de memória institucional e de publicização do conhecimento, eis os contornos que modulam nossa percepção a respeito do lugar social e das funções imputadas às bibliotecas no Mundo Antigo. Mas como se dá a construção histórica dessas modalidades de compreensão? Tais características podem ser alçadas como qualificadores generalizantes ou são específicas das bibliotecas romanas? Analisaremos essas duas questões reconstituindo de maneira cronológica o desenrolar desses enquadramentos de sentido. Para tanto, iniciemos nossa narrativa respondendo a uma pergunta mais simples: como surgem as primeiras bibliotecas?

A história das bibliotecas, tal qual a das civilizações humanas, tem sua gênese ligada ao acúmulo das diversas experiências porque passaram as gerações que nos precederam, visto que a conservação e a transmissão “*das aquisições elaboradas e complexas somente pode ter lugar mediante registros físicos de tipo permanente, ou pelo menos bastante duradouros*” (SERRAI, 1975, p.141). Premissa que nos indica que as primeiras bibliotecas se formaram em paralelo à invenção da escrita, momento no qual o homem passa a gravar em materiais estáveis a substância essencial daquilo que era narrado, ou seja, daquele conteúdo que se conservava e se transmitia oralmente através das práticas de narração e rememoração. Afirmativa que nos permite ressaltar que “*à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que é do indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, seja do indivíduo, seja da sociedade*”. (SERRAI, 1975, p.142). Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista um amplo uso por

parte de todos aqueles que dinamizam as instâncias de produção e circulação do conhecimento.

Como marco histórico, é possível de se apontar que as primeiras bibliotecas surgiram mais ou menos no quarto milênio antes de Cristo, na cidade babilônica de Nipur, região onde foram encontrados os primeiros vestígios de uma coleção de tabletas de argila impressos com a técnica da escrita cuneiforme. Acompanhando o surgimento das cidades, tais instituições floresceram no Extremo Oriente, às margens dos rios Tigres e Eufrates. Foi nesta localidade que se edificou o palácio de Assurbanipal, rei da Assíria. Sediado em Nínive, o mesmo destinava algumas de suas salas à preservação e organização de uma coleção de aproximadamente 25 mil fragmentos de argila contendo transcrições que o rei mandara coletar em diversas partes de seus domínios. Essas transcrições versavam:

Sobre os feitos dos monarcas, a administração e a inscrição públicas: isto é, acerca dos acontecimentos permanentes, rotineiros e imediatos da dinastia. Tais informações eram as que, em uma maior proporção, se faziam registrar nos “livros de argila”, mas neles também se transcreviam as incipientes obras literárias desses povos. Por essa razão, eram as vezes arquivos e bibliotecas e, enquanto tais, se encontravam ligadas a centros religiosos. Isso demonstra o caráter religioso que permeava as atividades levadas a cabo pela coletividade e que eram registradas nos livros. Para além disso, punha em evidência o poder da classe sacerdotal que fazia do registro das informações um domínio pessoal¹². (ALFARO LÓPEZ, 2002, p.49-50 – tradução nossa).

Aspectos que se instituíram como recorrentes e definidores da grande maioria das bibliotecas do Mundo Antigo, inclusive no Egito, país que viu florescer a mais importante de todas elas: Alexandria. Tal qual um paradigma fundador, a Biblioteca de Alexandria representa, real e simbolicamente, o imaginário em torno do qual se sedimentava as práticas e os desejos tanto do poder político que promoveu seu desenvolvimento, quanto dos leitores que a utilizavam. Imaginário que ganha proeminência através da citação que se segue:

¹² Sobre los hechos de los monarcas, la administración y el registro público: esto es, acerca del acontecer de las dinastías (lo permanente) y de lo inmediato y rutinario (lo fugaz). Tal información era la que en una mayor proporción quedaba registrada en los “libros de arcilla”, pero también en ellos se atesoraban las incipientes obras literarias de esos pueblos. Por esta razón eran a la vez archivos y bibliotecas, y en cuanto tales se encontraban adscritas a centros religiosos, Esto denotaba el carácter religioso que permeaba las actividades llevadas a cabo por la colectividad y que eran registrados en los libros. Pero además ponía en evidencia el poder de la casta sacerdotal que hacía del registro de la información su posesión personal.

A Biblioteca de Alexandria tornou-se uma multidão de bibliotecas, cada qual voltada para um aspecto da variedade do mundo. Aquele, proclamavam os alexandrinos, era um lugar onde a memória era mantida viva, onde cada pensamento escrito encontrava seu nicho, onde cada leitor podia descobrir o próprio itinerário traçado, linha após linha, em livros talvez ainda por abrir, onde o próprio universo encontrava seu reflexo em palavras. (MANGUEL, 2006, p.29).

Tendo por objetivo reunir em suas estantes toda a herança cultural da Antigüidade, Alexandria entrou para a história como a primeira instituição a possuir aspirações universais. Foi Ptolomeu I Sóter (367 – 283 a.C.) quem a fundou durante seu reinado, ficando a cargo de seu filho, Ptolomeu II Filadelfo – que reinou de 285 a 247 a.C –, ampliá-la. Procedimento imitado incessantemente por seus sucessores. O projeto empreendido por ambos combinava ensino, estudo e a construção de um complexo arquitetônico composto por um templo dedicado ao deus Sérapis, jardim botânico, um museu, salas de dissecações e um observatório astronômico, além de, é claro, a própria biblioteca.

Destacando-se dos demais setores em virtude de sua coleção documental, a biblioteca objetivava “*assegurar a conservação dos textos, facilitar o trabalho intelectual, mas também, provavelmente, promover a cultura grega num mundo onde convivem doravante várias civilizações, recolher as tradições estrangeiras e, em resumo, contribuir para a glória do soberano lágida*”¹³. (BARBIER, 2008, p.42). Além de tantos atributos, a biblioteca deveria constituir-se como espaço de acolhimento de uma comunidade de sábios e estudiosos que tinham por objetivo redefinir uma nova concepção acerca do valor do conhecimento. Uma nova concepção que, por sua vez, impunha maneiras distintas de se relacionar com o tempo e os espaços do saber:

Tempo de acumulação, tempo de leitura, concebido como um diálogo entre o autor e o leitor, e tempo de difusão. Na mesma perspectiva, a acumulação de textos vindos às vezes de muito longe, pertencentes a outras culturas, modificava a relação com o espaço. Conhecidas até então unicamente pelos viajantes e navegadores, essas culturas ficavam doravante, pela freqüentação dos rolos, ao alcance dos que não deixavam o silêncio da biblioteca. (GOULEMOT, 2011, p.31).

¹³ Relativo ou pertencente aos *lágidas*, dinastia grega que reinou no Egito de 306 a 30 a.C.

Originando-se no ano de 331 antes de Cristo, logo após Alexandre Magno ter aportado a oeste do Nilo e decidido estabelecer ali a capital do reino do Egito, Alexandria apresentava-se como uma cidade nova – centro urbano grego e de cultura helênica em terras egípcias – que deveria criar sua própria memória, seus próprios dispositivos mnêmicos. Sendo assim, a biblioteca nasceu como um espaço híbrido e portador de imagens múltiplas. Imagens que, por sua vez, conjugavam o conhecimento laico a uma memória sagrada e uma noção pouco terrena de tempo e espaço. Neste contexto:

Sua eficácia parecia estar atrelada ao papel dos livros como bens simbólicos; suportes importantes capazes de ser revestidos em grandes ganhos políticos. No caso de Alexandria, por exemplo, tratava-se de valorizar uma cidade nova, formada por emigrados e contraposta à tradição grega. Dessa maneira, a marginalidade geográfica e cultural era compensada por uma nova centralidade simbólica, que premiava o local com “toda memória do mundo” e o transformava em referência para intelectuais e eruditos do Mediterrâneo helenístico e greco-romano. Além do mais, estabeleceu-se em Alexandria um efeito ilusório entre a cidade e a biblioteca, já que os cinco bairros foram batizados tendo como critério as letras do alfabeto: Alfa, Beta, Gama, Delta e Épsilon. A cidade convertia-se, assim, em paródia e ganhava uma mensagem do tamanho das aspirações reais: *Alexandros Basileus Genos Dios Ektisen* (polin amimention), “o rei Alexandre, da raça de Zeus, fundou uma cidade inimitável”. (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002; p.124).

De fato, Alexandria era, no domínio da Antiguidade Clássica, uma cidade inimitável. Inimitável viria a ser também a sua biblioteca. Uma instituição de caráter privado, à qual o Estado e o patrocínio do rei asseguravam seu funcionamento e definiam suas políticas de aquisição, controle e acesso, mas que, em razão das pretensões de universalidade responsáveis por fixar o *modus operandi* de sua inserção social, acabou por converter-se em pólo de atração de livros e leitores do mundo inteiro. Sendo assim, é possível declarar que:

A biblioteca repousava sobre um pressuposto tácito: o poder desses objetos materiais que são os livros, ao mesmo tempo suporte e vetor dos textos, arquivo do pensamento que permite também o despertar, durante a leitura, silenciosa ou oralizada, individual ou coletiva. Esses textos podiam ser copiados de um suporte a outro, serem deslocados de Atenas à Alexandria, passar de uma pequena biblioteca privada à imensa coleção real sem jamais perder sua eficácia ou seu sentido. [...] A atividade desse laboratório cultural que foi o museu de Alexandria, entretanto, foi profundamente marcada pelo paradigma da coleção. O trabalho dos sábios era determinado pela massa de livros reunidos pelo rei, que lhes impunha estratégias complementares e estreitamente correlatas: dominar a massa quantitativa dos livros e das informações que eles continham por meio dos dispositivos de síntese, de

condensação, de transformações de dados; traçar seus próprios caminhos na biblioteca, entrelaçando os gestos da leitura e os da escrita.¹⁴ (JACOB, 2007, p.1126-1129 – tradução nossa).

É em razão de tais aspectos que duas definições metafóricas foram incorporadas a esse universo quase mítico que ronda Alexandria: “*lugar de cura da alma*” e “*memória do mundo*”. Detentora de um acervo de aproximadamente 700 mil rolos de papiro que cobriam vastos domínios de conhecimento – astronomia, aritmética, medicina, literatura, filosofia, entre outros –, a biblioteca, a partir de sua política de acumulação progressiva, afirmou-se como uma “paisagem luminosa” – a imagem do farol é, pois, extremamente apropriada – em meio a uma comunidade constituída basicamente por iletrados e sob os domínios de uma elite ciosa por manter a sua soberania política, econômica e intelectual. Portanto, era para o seu interior que se voltavam todos aqueles que desejassem romper com esses padrões socialmente engendrados.

Combater a ignorância e, ao mesmo tempo, produzir novos insumos de conhecimento a serem depositados na própria biblioteca, eis as duas ações empreendidas pelos alexandrinos para tentar compensar a marginalidade geográfica da cidade e revelar-se uma centralidade simbólica proeminente. É neste ponto em que a memória surge como desafio. Representa um desafio porque, tal qual uma imensa base de dados que condensa a representação do saber e da cultura helênica, a biblioteca facultava o exercício de certas práticas intelectuais em que a leitura se torna indissociável da escrita. Nestes termos, a vocação mnêmica da biblioteca ampara-se, devido à incessante acumulação, em formas de escritas específicas que têm como tendência, segundo Jacob (2000, p.60), controlá-la e dominá-la por meio da ativação de uma memória total, mas virtual. Ao defender esse argumento, o historiador sentencia:

Todo saber se funda num saber precedente. O conhecimento é cumulativo e se desdobra em tradição. A biblioteca capitaliza essa herança, permite

¹⁴ La bibliothèque reposait sur un présupposé tacite: le pouvoir de ces objets matériels que sont les livres, à la fois supports et vecteurs des textes, archive de la pensée qui en permet aussi le réveil, lors de la lecture, silencieuse ou oralisée, individuelle ou collective. Ces textes pouvaient être copiés d’un support à l’autre, être délocalisés d’Athènes à Alexandrie, passer d’une petite bibliothèque privée à l’immense collection royale sans jamais perdre leur efficacité ou leur sens. [...] L’activité de ce laboratoire culturel que fut le musée d’Alexandrie, cependant, a été profondément marquée par le paradigme de la collection. Le travail des savants était déterminé par la masse des livres réunis par le roi, qui leur imposaient des stratégies complémentaires et étroitement corrélées: maîtriser la masse quantitative des livres et des informations qu’ils renfermaient par des dispositifs de synthèse, de condensation, de transformation des données; tracer leurs propres cheminements dans la bibliothèque, en entrelaçant les gestes de la lecture et ceux de l’écriture. (JACOB, 2007, p.1126-1129).

aumentá-la graças à atividade coletiva dos que a exploram. O trabalho intelectual pressupõe que se faça referência a tudo o que já foi escrito sobre o assunto, que se mobilizem os conhecimentos arquivados nos livros. Todos os livros da Terra num só lugar, isto é, todos os pensamentos jamais formulados, os fatos jamais relatados, as observações consignadas, os problemas e suas soluções. (JACOB, 2000, p.68).

Fazer referência e catalogar os saberes são, pois, duas distensões do desafio que essa alegoria da memória total impôs à realidade dos usuários da biblioteca. Distensões que encontraram nas restrições espaciais e temporais o seu ponto de contenção. Fruto do paradoxo que aproxima e distancia a totalidade de suas partes, a promessa de uma memória universal à necessidade de escolha de um dado documento, Alexandria entrou para a história como a biblioteca que encerra em si “*a metáfora do infinito, do tempo imóvel, da imensa sincronia de todas as palavras e pensamentos jamais formulados, exposta ao risco final da perda de sentido e de referência*”. (JACOB, 2000, p.11). À parte isso, não há como negar que ela se tornou o mais importante centro intelectual da Antiguidade, o que não quer dizer que foi a única a gozar de grande prestígio naquele período. Isto porque Pérgamo, que chegou a abrigar duzentos mil volumes em suas estantes, conseguiu agenciar fama capaz de rivalizar com sua antecessora.

Pérgamo foi fundada por Eumenes, filho de Átalo. Em simetria com as políticas de formação de acervo vigentes em Alexandria, os soberanos de Pérgamo também empreenderam uma intensa campanha de caça aos livros e de tradução de obras vindas tanto do mundo helenístico quanto de povos bárbaros. Outra simetria passível de ser observada é a relação da biblioteca com diferentes equipamentos culturais dispostos em um mesmo complexo arquitetônico. Complexo formado pelo palácio principesco, por templos e por um suntuoso altar em honra a Atenas. Do lado deste, erguia-se um teatro, um museu e a própria biblioteca. Porém, grande parte da fama de Pérgamo se deve ao aperfeiçoamento da técnica de tratamento do couro de certos animais para servirem de base aos processos ligados à escrita. Técnica que, posteriormente, deu origem ao *pergaminho*, material que se tornou, a partir da crise do papiro, a principal matéria-prima para a fabricação do livro.

A tradição relatada por Varrão e Plínio, o Velho, sustenta que Ptolomeu Epifânio (205-182) que procurava arruinar a biblioteca de Pérgamo, proibiu a exportação de papiro egípcio e também que esteve na origem da evolução de um novo suporte, o pergaminho (*pergamentum, membrana pergamena*),

que se conheceu a partir de aproximadamente 170 a.C. (BARBIER, 2008, p.43).

Contudo, nem mesmo a invenção do pergaminho foi capaz de evitar uma terceira simetria que liga o destino dessas duas bibliotecas egípcias. Tanto Alexandria quanto Pérgamo foram dizimadas. Pérgamo caiu primeiro, seu acervo foi saqueado e incorporado ao da biblioteca rival como prova de amor do general romano Marco Antônio à rainha Cleópatra. A queda de Alexandria foi mais demorada. As obras que lhe deram prestígio inimitável se perderam em três grandes incêndios. No primeiro deles, Júlio César teria mandado incendiar os barcos egípcios atracados no porto. Dali, o incêndio se espalhara e teria queimado dezenas de milhares de livros da biblioteca, ou a própria biblioteca, dependendo da fonte histórica. O segundo incêndio ocorreu em 391 d.C., quando Teófilo, em defesa do cristianismo, ordenou a destruição de todas as obras pagãs que se encontravam na biblioteca e transformou o *Serapeum*¹⁵ em templo cristão. A derrocada final aconteceu em 641 d.C., quando os árabes conquistaram a cidade imperial.

Saindo do Egito e caminhando para outro pólo do Mundo Antigo, a história das bibliotecas nos apresenta mais uma dessas simetrias. Isso porque, as bibliotecas que se desenvolveram nas cidades-estado gregas adotaram por protótipo o modelo egípcio. Tal como Alexandria, as instituições helênicas ostentavam dois objetivos: servir de sinal visível do poder das grandes dinastias e funcionar como local de trabalho para um círculo restrito de eruditos e letrados. Não eram instituições públicas, posto obedecer a um modelo de referência mais antigo, o das “coletâneas de livros das escolas de filosofia e de ciências, reservados a um número muito restrito de mestres, discípulos e alunos”. (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p.14, v.1).

Assim colocado, vale a pena ressaltar que, embora se tenha certeza de que existiram inúmeras bibliotecas nas cidades gregas, tendo sido a de Pisístrato a primeira a ser fundada por volta do século VI a.C., o caráter oral da literatura e da filosofia helenística, feita mais para ser ouvida que propriamente lida, explica a pouca importância que os gregos atribuíram a estas instituições culturais. Para eles, era desnecessário guardar os livros em lugares específicos

¹⁵ Santuário dedicado a cultuar o deus Sérapis. Foi fundado em 300 a.C. por Ptolomeu I Sóter junto ao complexo arquitetônico que também abrigava a biblioteca de Alexandria. Sérapis foi uma divindade sincrética helenístico-egípcia cujo culto se difundiu por grande parte da Antiguidade Clássica. Do lado egípcio, o deus identificava-se com Osíris, o marido de Ísis; do lado grego, aproximava-se de Dionísio e dos seus mistérios. Nas duas tradições, esses deuses presidiam à vegetação e governavam o mundo subterrâneo.

porque o conhecimento se produzia e se difundia através do diálogo, da troca de experiências e não do monólogo. Da discussão e não da mediação, do entrechoque das ideias e não do virtuosismo das mesmas, enfim, da literatura dos poetas olímpicos, dos cantores de estádio, dos oradores políticos e dos mestres da ágora.

Modalidade de compreensão acerca das bibliotecas que acena para mais um dos muitos paradoxos que atravessam a história dos registros de produção e circulação do conhecimento. Se os pensadores humanistas gregos atribuíram pouca importância ao hábito de fundar e manter acervos públicos, é *“um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra, escrita ou oral, como instrumento de ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas”*. (MARTINS, 2002; p.77). De fato, a ideia de uma biblioteca pública parecida com a dos moldes atuais foi uma invenção dos romanos. Eles destituíram a sacralidade dos materiais escritos e os converteram em veículos condutores das ideias, dos projetos e dos empreendimentos que deveriam ser postos ao alcance de todos.

De acordo com essa lógica, a primeira biblioteca pública romana foi edificada por volta do ano 39 a. C., pelo historiador Asínio Polião e contava com dois salões de leitura: um para os livros escritos em latim, e outro para os livros em grego, sendo que cada um deles era decorado por estátuas que homenageavam os poetas e os oradores de cada um dos dois idiomas. Padrão que serviu de modelo para todas as bibliotecas de Roma construídas a partir de então. É o que nos aponta Matthew Battles quando afirma que isso ocorre:

Desde os grandes repositórios imperiais de Augusto e de Trajano até as bibliotecas públicas mais modestas e as pequenas coleções das cidades provincianas. Isso significava um desvio marcante do modelo grego, cujo protótipo era Alexandria, que não dispunha propriamente de salas de leitura. O bilingüismo das bibliotecas romanas expressava a herança mediterrânea reclamada por Roma, enquanto a ênfase na experiência do leitor dá provas de suas origens republicanas. (BATTLES, 2003; p.52).

Modelo institucional reforçado e disseminado durante todo o governo de Nero, período no qual os habitantes de Roma passaram a desfrutar de banhos públicos cada vez mais luxuosos. Além de locais de encontro e sociabilidade, esses espaços eram também centros de cultura, tanto físicos como mentais. De acordo com Polastron (2013, p.42), a presença de livros nas

“casas de banho” romanas era comum, e, por meio delas, um cidadão do império poderia ter acesso, para relaxar ou se instruir, aos clássicos da época e também às novas edições de determinada obra. Condição que, de fato, transformou a cidade em pólo intelectual do Mundo Antigo, onde, segundo um testemunho de 350, haviam “*pelo menos 29 bibliotecas públicas*”. (POLASTRON, 2013, P.42).

Dessas, a maior e mais importante foi, certamente, a biblioteca *Palatina*. Fundada por Augusto, junto ao templo de Apolo no ano de 28 d.C., tornou-se a mais importante de todo o Império. Apesar de ser uma instituição particular e voltada para a satisfação das necessidades dos eruditos que frequentavam a corte, a mesma encontrava-se aberta a qualquer pessoa que almejasse frequentá-la, correspondendo, desta maneira, ao aumento da demanda por materiais de leitura. Nestes termos, a busca por suprir tais demandas nos serve como indicativo de que “*no mundo das representações das sociedades greco-romanas da época, livros e leitura tinham seu lugar na abundância e nos comportamentos de uma vida opulenta*”. (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p.18, v.1). Constatação a partir da qual se torna possível afirmar que esses espaços dedicados ao livro e à leitura são um caso único na Antigüidade Clássica, visto se portarem como o exemplo mais próximo de uma instituição cultural nos moldes que conhecemos nos dias atuais. Argumento que se vê fortalecido pelas informações abaixo citadas:

Essas bibliotecas eram frequentadas preferencialmente por leitores que procuravam obras antigas ou raras, para fazer certas comparações, para ler rapidamente algum trecho ou ainda como local de encontro, espaço urbano de “convivência”. Tratava-se, em suma, de bibliotecas eruditas, acessíveis a todos dentro do conceito de doutos e literatos. Certas bibliotecas menores, anexas às “grandes termas”, talvez se dedicassem a um repertório literário diferente (sobretudo literatura de evasão, conforme se acredita), mas é provável que as obras não fossem lidas no interior das construções hexaédricas nas quais se encontrava os livros, mas em outro lugar, ao longo das alamedas, no interior da basílica ou nas salas das termas. (CAVALLO, 2002, p.77).

Sendo assim, pensar a biblioteca como uma instituição cultural que confere visibilidade a um projeto político e que contribui para a conformação das distintas paisagens sociais nas quais se inserem, apresenta-se como perspectiva analítica que nos possibilita retomar as meditações do Imperador Adriano inscritas no começo dessa seção. Como pôde ser visto, o gesto criador do personagem biografado por Marguerite Yourcenar responde a um desejo intrínseco:

“colocar um marco humano numa paisagem que a modificará para sempre” e “contribuir também para a lenta transformação que constitui a vida das cidades”. Desta feita, não é por acaso que a biblioteca assume um lugar de destaque no engendramento dos padrões logísticos necessários à concretização dos desejos do imperador.

Àquela época – século II d.C. –, as bibliotecas já haviam se consolidado como centros de organização, captação e produção de conhecimento. Tornaram-se também, principalmente em função das práticas de ensino e leitura, importantes espaços de sociabilidade de um público ávido por livros e outros materiais escritos. Além disso, não se poderia desprezar a capacidade de representação que circunscreviam seus acervos e instalações arquitetônicas. Ou seja, mais que ajuntar livros e edificar prédios suntuosos, fundar bibliotecas era uma estratégia de produção de memórias, de reverência ao passado, de valorização da cultura local e, concomitantemente, de demonstração de uma soberania política, econômica e intelectual.

Conjunto de elementos que transcendem o reinado de Adriano e se estabelecem como generalizações que sintetizam o transcurso histórico das bibliotecas no Mundo Antigo. Um transcurso que, entre simetrias e paradoxos, deixa claro que “as bibliotecas nascem num tempo em que os homens se tornam atentos a uma proliferação dos saberes. Elas representam um esforço de contenção, uma tentativa de dominação tanto quanto um desejo de posse e de conservação”. (GOULEMOT, 2011, p.31).

Possuir e conservar, duas ações que ganharam novos aspectos quando a Idade Média se instaurou e o Império Romano entrou em declínio. Isso porque, no momento em que ascendeu ao poder, a Igreja Católica definiu um novo sentido funcional para os livros e as bibliotecas. Em vez de publicizar o conhecimento, tais espaços deveriam impedir sua revelação. Nesse sentido, em contraponto à abertura progressiva que havia transformado as bibliotecas do Mundo Antigo em “*celeiros públicos*”, o que veremos na seção seguinte é um intenso movimento em torno da privatização, do enclausuramento dos livros e de todos os outros “dispositivos de saber”.

Para tanto, e visando demonstrar os aspectos acima indicados, vamos nos reportar a alguns trechos do romance *O nome da Rosa*. Escrito por Umberto Eco e publicado em 1980; o livro

narra a saga do frade franciscano Guilherme de Baskerville em sua tentativa de desvendar uma série de assassinatos que ocorrem em um mosteiro medieval italiano do século XIV. Localizando o desfecho da trama em uma biblioteca cujo acervo está repleto de obras apócrifas e censuradas pela Igreja Católica, o escritor, que também é um medievalista, retrata pontos importantes do panorama sócio-cultural que se pretende abordar aqui. Começemos, pois, dando voz à ficção.

2.3. As bibliotecas medievais e a aporia do labirinto

A biblioteca nasceu segundo um desenho que permaneceu obscuro a todos durante séculos e que a nenhum dos monges é dado conhecer. Somente o bibliotecário recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu, e comunica, ainda em vida, ao ajudante-bibliotecário, de modo que a morte não o surpreenda, privando a comunidade desse saber. E os lábios de ambos estão selados pelo segredo. Somente o bibliotecário, além de saber, tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontrá-los e onde guardá-los, somente ele é responsável por sua conservação. Os demais monges trabalham no scriptorium e podem conhecer o elenco dos volumes que a biblioteca encerra. E um elenco de títulos sempre diz muito pouco, somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua acessibilidade, que tipos de segredos, de verdades ou de mentiras o volume encerra. Somente ele decide como, e se deve fornecê-lo ao monge que o está requerendo. Porque nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa, e os monges, por fim, estão no scriptorium para levar a cabo uma obra precisa, para a qual devem ler alguns e não outros volumes, e não para seguir qualquer insensata curiosidade que por ventura os colha, quer por fraqueza da mente, quer por soberba, quer por sugestão diabólica. [...] Ninguém deve. Ninguém pode. Ninguém, querendo, chegaria ali. A biblioteca defende-se por si, insondável como a verdade que abriga, enganadora como a mentira que guarda. Labirinto espiritual, é também labirinto terreno¹⁶.

Estamos em novembro e o cenário é um velho mosteiro beneditino do século XIV. Em suas dependências uma série de assassinatos rompe a calma contemplativa do cotidiano eclesiástico. Ali, durante sete dias, um religioso cego move-se sorrateiramente entre as salas

¹⁶ ECO, 2009, p.79-80.

obscuras de uma biblioteca labiríntica tentando se desvencilhar da perseguição empreendida por dois monges detetives. Atormentado pelo espírito da bibliofagia, esse velho religioso havia tentado barrar o acesso ao segundo volume da *Poética* de Aristóteles¹⁷. Guardião de um acervo monumental que abrigava obras raras ou tidas como perdidas, o mesmo considerava-se um vigilante predestinado a acabar com todos aqueles que atentassem contra a ordem estabelecida dos saberes. O seu destino? Morrer envenenado e ser sepultado nos destroços da mesma biblioteca para a qual dedicou sua vida de guarda-livros, sendo, pois, durante longos anos, o único conhecedor dos seus segredos e mistérios.

Eis o enredo da obra que conferiu fama internacional ao escritor italiano Umberto Eco. Medievalista por formação e erudito por vocação, Eco já havia se notabilizado por seus estudos de semiótica e de filosofia da linguagem, então por que dizer que foi com *O nome da rosa* que o mesmo alcançou prestígio mundial? Inserindo personagens típicos de um conto policial em uma paisagem turva historicamente, o romancista pôde se aproximar do grande público e promover discussões pouco recorrentes nesse tipo de narrativa ficcional. É o caso, por exemplo, das estratégias e dos dispositivos de poder empregados pela Igreja Católica para cercear a democratização do conhecimento e se manter como instituição hegemônica ao longo de toda a Idade Média. Dispositivos e estratégias que, por sua vez, lançam luzes sobre a participação das bibliotecas e dos bibliotecários em todo esse contexto. Como se constituía a biblioteca de um mosteiro beneditino do século XIV? Como trabalhavam os monges copistas e por que o *scriptorium* deveria ser mantido sempre em silêncio? Qual a função de um

¹⁷ No contexto narrativo de *O nome da rosa*, a justificativa para se impedir o acesso ao segundo volume da *Poética* de Aristóteles é dada por Jorge de Burgos, bibliotecário do mosteiro. Segundo ele, o livro trata da comédia e, enquanto tal, enaltece o riso como uma força boa e portadora de um valor cognoscitivo menos cerceador que aquele revelado pela tragédia. Nesses termos, se o livro fosse convertido em instrumento de livre interpretação, a ordem dos saberes estabelecidos – o controle pelo medo, o pecado e o sofrimento – poderia ser questionada e posta em cheque. Vejamos o que diz Jorge de Burgos sobre isso: “O riso é a fraqueza, a corrupção, a insipidez de nossa carne. É o folgado para o camponês, a licença para o embriagado, mesmo a igreja, em sua sabedoria, concedeu o momento da festa, do carnaval, da feira, essa ejaculação diurna que descarrega os humores e retém de outros desejos e de outras ambições... Mas desse modo, o riso permanece coisa vil, defesa para o simples, mistério dessacralizado para a pele. [...] O riso libera o aldeão do medo do diabo, porque na festa dos tolos também o diabo aparece pobre e tolo, portanto controlável. Mas este livro poderia ensinar que se libertar do medo é sabedoria. Quando se ri, enquanto o vinho borbulha em sua garganta, o aldeão sente-se patrão, porque inverteu a relação de senhoria: mas este livro poderia ensinar aos doutos os artifícios argutos, e desde então ilustres, com que legitimar a inversão. Então seria transformado em operação do intelecto aquilo que no gesto irrefletido do aldeão é ainda e afortunadamente operação do ventre. Que o riso é próprio do homem é sinal do nosso limite de pecadores. Mas deste livro quantas mentes corrompidas tirariam o silogismo extremo, pelo qual o riso é a finalidade do homem! O riso distrai, por alguns instantes, o aldeão do medo. Mas a lei é imposta pelo medo, cujo nome verdadeiro é temor a Deus”. (ECO, 2009, p.546-547).

“bibliotecário” em um lugar como este? Questões que despertam a curiosidade do leitor e que fazem remissão diretamente à problemática sobre a qual almejamos discutir na presente seção, a saber: a privatização dos livros, das bibliotecas e do conhecimento no ocidente medieval.

Conforme sintetizado acima, grande parte das ações vivenciadas pelos protagonistas de *O nome da Rosa* transcorre em uma biblioteca monástica. Constatção que serve como indicativo de que a mesma adquire um perfil próprio e autônomo ainda que esteja ligada a um modelo institucional pouco propício a essa autonomia. Estamos falando de um padrão engendrado entre os séculos VII e XII de nossa era, cujos traços definem tais espaços como o tesouro da comunidade clerical. Não por acaso, Jorge de Burgos, o bibliotecário responsável por sua manutenção, a caracteriza como *templo e prisão* que protege as verdades inmutáveis, intangíveis e eternas dos olhares céticos e hereges de alguns leitores. Proteção que alcança sua eficácia, em grande parte, graças à estrutura labiríntica sobre a qual a biblioteca havia sido erguida. Justapondo salas e corredores, entradas e saídas que se bifurcam em passagens simetricamente planejadas, esse lugar afasta e confunde os curiosos e desavisados que não dominam seus segredos.

Mas quem seria capaz de domar essa cartografia sinuosa? O bibliotecário que “*recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu, e o comunica, ainda em vida ao ajudante-bibliotecário*” que um dia o substituirá. Por ser a autoridade máxima e exímio conhecedor dos artifícios biblioteconômicos, Jorge de Burgos assume o papel de principal antagonista da narrativa de Umberto Eco. Cego e fragilizado fisicamente em decorrência de sua idade avançada, o mesmo vale-se de uma memória prodigiosa para conseguir deslocar-se e se manter à sombra dos acontecimentos que aterrorizam os demais membros da ordem. Criado para homenagear o escritor argentino Jorge Luiz Borges¹⁸, o personagem aqui em relevo é um sujeito dotado de imensa capacidade organizativa, que constrói arqueologias para tratar, ordenar, classificar e conservar os signos sob sua custódia. Arqueologias que, em última

¹⁸ Admirado por Umberto Eco, Jorge Luiz Borges não portava o título de bibliotecário, mas foi presidente da Biblioteca Nacional da Argentina por 18 anos seguidos. Afetado por uma doença congênita, ficou cego de um olho e só enxergava parcialmente do outro. Concebeu uma obra respeitada nacional e internacionalmente e se declarava apaixonado pelos livros, pela leitura e por bibliotecas. Profundo conhecedor das literaturas clássicas e contemporâneas, Borges possuía uma memória assombrosa e se valia dela para citar trechos e longos poemas de cor em inúmeras das palestras que proferiu ao longo de sua vida.

instância, não estão voltadas para a promoção e difusão do conhecimento, mas sim para sua clausura. Justificando as aporias que emergem de suas ações, o bibliotecário sentencia:

Mas qual o orgulho? O orgulho do poder num mosteiro isolado do mundo? O orgulho da riqueza? Meus irmãos, antes que o mundo conhecido ecoasse em longas querelas sobre a pobreza e sobre a posse, desde os tempos de nosso fundador nós, mesmo quando tivemos tudo, não tivemos nada – sendo a nossa única e verdadeira riqueza a observância da regra, a prece e o trabalho. Mas de nosso trabalho, do trabalho de nossa ordem, e em particular do trabalho deste mosteiro fazem parte – aliás é a sua substância – o estudo e a custódia do saber. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa divina, ser completo e definido desde o início, na perfeição do verbo que exprime a si mesmo. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa humana, ter sido definido e completado no arco dos séculos que vai desde a pregação dos profetas à interpretação dos padres da igreja. Não há progresso, não há revolução de períodos na história do saber, mas no máximo, contínua e sublime recapitulação. [...] Eis aí a responsabilidade de nossa ordem durante os séculos, e o fardo de nossa abadia hoje: orgulhosos das verdades que proclamamos, humildes e prudentes em preservar as palavras inimigas da verdade, sem nos deixarmos conspurcar por elas. Ora, meus irmãos, qual é o pecado de orgulho que pode tentar um monge estudioso? O de entender o próprio trabalho não como custódia mas como busca de alguma notícia que não tenha sido ainda dada aos humanos. (ECO, 2009; p.467-469).

Custodiar o saber e transformá-lo em patrimônio, “orgulho” privado da biblioteca dos mosteiros. Em conjunção a estes gestos, inibir o acesso às faculdades revelatórias que os livros e a leitura por vezes são capazes de promover, prerrogativas que evidenciam as razões de somente os monges designados como bibliotecários poderem transitar livremente entre os volumes de uma biblioteca medieval. Por seu turno, explicam ainda as causas do encobrimento de tais espaços por uma aura mística e obscura. Aura de misticismo e obscuridade que se desprende da ficção para converter-se em qualificador histórico das bibliotecas que ganharam existência real no contexto da Idade Média. Que bibliotecas são essas? Como surgem e em que medida a representação proposta por Umberto Eco reflete sua historicidade?

São bibliotecas fechadas ao uso público e ligadas às grandes ordens religiosas. Eram tidas como espaços sagrados ou que preservavam a palavra sagrada. Seu acervo era abastecido seguindo as disposições da atividade livreira que se exercia no interior dos próprios mosteiros e conventos, uma vez que, durante toda a Idade Média, o trato com os livros esteve quase que

exclusivamente restrito ao universo e à educação religiosa. Ao tomar para si a responsabilidade de administrar todas as etapas dessa produção – seleção e preparo dos suportes da escrita, especialmente do pergaminho; transcrição e tradução de originais vindos de outras bibliotecas; e finalização da obra (costura dos cadernos e encadernação) – os clérigos pretendiam substituir os elementos característicos da cultura greco-romana por outra muito mais ascética, onde a conversão à vida monástica exigia a renúncia dos elos simbólicos e afetivos que constituíam experiências anteriormente vivenciadas. Razão pela qual se coibia o estudo das artes liberais, da mitologia, das fábulas e da retórica.

Toda a cultura dos monges deveria, portanto, provir dos estudos e da exegese bíblica. Sendo assim, se um monge desejasse fazer poesia deveria “*ler os salmos, se dialética, as epístolas de São Paulo; para quem se interessava pela ciência, o Gênesis é o livro que se deveria estudar, e, caso se quisesse fazer história, o Antigo Testamento e em particular o Livro dos Reis ofereceriam uma longa série de acontecimentos*”. (RICHÉ, 2000, p.248). Ou seja, a leitura estava restrita à Sagrada Escritura e a outros exíguos textos doutrinários, formando um conjunto reduzido de volumes, cuja natureza era unicamente religiosa.

Tendo por referência que os livros são “objetos sagrados” e um “alimento para o espírito”, as grandes bibliotecas da Idade Média¹⁹ se desenvolveram quase que exclusivamente no interior dos mosteiros e conventos europeus. Cada um deles possuía sua própria coleção e certas ordens chegavam a incluir em seu código de regras, como dever piedoso, o trabalho em tais instituições. Mediante tamanha reverência, não há como negar que elas se apresentavam como:

[...] o verdadeiro tesouro do mosteiro; sem biblioteca, ele seria uma cozinha sem panelas, uma mesa sem alimentos, um poço sem água, um rio sem peixes, um jardim sem flores, uma vinha sem uvas, uma torre sem guardas, uma casa sem mobília. E, da mesma forma por que se conserva cuidadosamente uma jóia num escrínio bem fechado, ao abrigo da poeira e da ferrugem, a biblioteca, suprema riqueza do convento, deve ser

¹⁹ André Araújo (2008, p.112) destaca as seguintes bibliotecas monásticas como as mais representativas da Idade Média europeia: Monte Alto, na Turquia; Monte Cassino, Bobbio, Pomposia, Fonte Avellana e Subiaco, na Itália; Saint Gall, na Suíça; Corbie, Cluny, Fleury-sur-Loire, Saint-Joseph-sur-Mer, Saint Denis e Saint Martinho de Tours na França; Montserrat, na Espanha; Canterbury, Glanstonbury, Durham, Lindsfarme, Exeter, Nurslin, Wearmouth. Croyland, Whitby e Peterborough, na Inglaterra; Mont-Saint-Michel, Bec e Saint Évroul, na Normandia; Saint Colomba, na Irlanda; Fulda e Hirschau, na Alemanha; e Salzburg, Kremsmunster, Admont, Lambach, Garsten e Mette, na Áustria.

atentamente defendida contra a umidade, os ratos, e os bichos. (KEMPIS *apud* MARTINS, 2002; p.83).

Tratada como um tesouro que deveria ser mantido distante da cobiça e da heresia, essas bibliotecas acabaram por preservar grande parte da literatura e da filosofia clássica que hoje podemos travar contato. Isso se deve ao fato de terem sido, graças ao trabalho dos copistas e escribas²⁰, importantes centros de confecção de livros. De fato, a história aponta que oficinas de cópia manuscrita e de encadernação foram instaladas em praticamente todos os mosteiros e conventos desse período. Era com os produtos oriundos dessas oficinas que os acervos se expandiam. Dependendo da quantidade de obras manufaturadas, podia-se estabelecer um pequeno comércio – venda e troca – entre as próprias congregações religiosas, ou entre estas e os representantes das burguesias locais. Nestes termos:

A cópia de livros, que tornou o mundo do microcosmo medieval possível, foi investida no Ocidente de uma dignidade nova que os autores da Idade Média colocaram em evidência pela celebração do copista, cuja tarefa deixou de ser manual e mecânica para ser verdadeiramente intelectual, quer dizer espiritual, no sentido religioso do termo. (ARAÚJO, 2008, p.115).

Dentre todas as irmandades eclesiásticas européias a que mais se devotou a trabalhar com o livro foi a dos Beneditinos. Inspirados pelas *Regras* de São Bento, onde consta que a ociosidade é uma inimiga da alma, os monges vinculados a essa Ordem se dedicaram a desenvolver um sistema de produção de livros manuscritos qualificado por seu grande valor e correção. Essa era uma tarefa oficial dos monges, devendo ser executada em equipe e em horas especialmente reservadas, visto requerer grande atenção e extremo cuidado. Daí a importância do *scriptorium*²¹ como espaço destinado à realização das cópias. Seu formato

²⁰ “O escriba monástico trabalhava umas seis horas por dia. Recebia o pergaminho dividido em partes, cada folha separada, mas dobrada e disposta na ordem que devia aparecer no livro encadernado. Depois de se decidir qual o estilo e o tamanho da escrita a empregar, pautavam-se os limites da página escrita com linhas marginais pouco visíveis, mantendo-se o pergaminho seguro por meio de sovelas. Além das linhas que limitavam as margens, faziam-se outras destinadas ao texto com um instrumento rombo que fazia um pequeno sulco. Depois de o escriba acabar o caderno, ou grupo de quatro folhas divididas em oito páginas, o trabalho era confrontado com o original por uma segunda pessoa; em seguida enviavam-se as folhas ao rubricador que inseria títulos, epígrafes, letras capitulares e outras notas. Se o livro devesse ser iluminado, este seria levado para uma terceira pessoa: o iluminador. Após o acabamento do seu trabalho, o volume ficava pronto para se encadernar”. (MCMURTRIE, 1997, p.97).

²¹ O *scriptorium* medieval “era um compartimento espaçoso, em regra sobre a sala do capítulo; mas, quando não se reservava nenhum recinto especial para este trabalho, faziam-se, por vezes, para os escritores do convento, gabinetes separados, sempre abertos para a arcada do claustro, com uma janela própria para cada escriba; só em casos especiais se lhes destinava uma sala particular para trabalhar. Para evitar incêndios, proibia-se a luz artificial, assim todo trabalho deveria ser feito durante o dia. Proibia-se também o acesso ao

variava de salões amplos e espaçosos a pequenas celas individuais. Variações que não depreciava o trabalho de transcrição nem o sujeito dedicado a executá-lo, já que, no contexto monástico, mais que uma ocupação, a cópia de livros era tida como um exercício espiritual capaz de aprimorar as virtudes do corpo e as potencialidades do intelecto. Por essas razões, *“na forma manuscrita, o livro configurou-se como um objeto distante, mas ao mesmo tempo sempre presente: havia uma interligação da sabedoria espiritual alimentada pelos livros das bibliotecas com a própria vida monástica”*. (ARAÚJO, 2008, p.116).

Embora fosse o principal meio de enriquecimento dos acervos, a cópia manuscrita não era o único recurso para se abastecer uma coleção. Uma boa biblioteca também poderia ser formada e ampliada mediante compra, troca e doações de material bibliográfico por iniciativa de particulares. Frente a essa realidade, certos atributos físicos ou características gerais se mostram facilmente perceptíveis entre elas, embora haja especificidades ou particularidades que façam de uma instituição específica um caso único na história do livro e dos lugares de produção do conhecimento. Dito isso, pergunta-se: que atributos físicos ou características gerais são essas? Responderemos tal indagação tendo como referência a pesquisa empreendida por Araújo (2008, p.118-119) sobre a biblioteca do Mosteiro de São Bento, a partir da qual se torna possível observar as seguintes recorrências:

- **Forma do livro:** as coleções eram compostas por livros no formato códice e em pergaminho. Esse formato exigia muito mais espaço em comparação ao papiro, mas, no entanto, oferecia a vantagem de permitir a escrita em ambos os lados;
- **Localização das bibliotecas:** os manuscritos e códices de cada mosteiro eram guardados em locais seguros como, por exemplo, na sacristia ou em uma das capelas do mosteiro. Quando a coleção era pequena, bastavam uma ou duas gavetas grandes ou um discreto armário fixado à parede;
- **Disposição interna:** seguiam, de modo geral, a forma de organização das coleções pagãs. Como estas costumavam funcionar dentro dos templos ou perto deles, era natural

scriptorium a qualquer pessoa, exceto aos altos dignitários do convento, para impedir a interrupção do trabalho dos escribas. O scriptorium ficava a cargo de um funcionário conhecido por armarius, cuja função era abastecê-los de pergaminho, penas, tinta, canivete, sovelas e réguas. Exigia-se silêncio absoluto durante as horas de trabalho”. (MCMURTRIE, 1997, p.96-97).

que também os cristãos tentassem proteger seus livros dentro de igrejas, capelas, mosteiros ou em suas imediações;

- **Tamanho:** toda a literatura disponível no período medieval consistia de obras cristãs e fragmentos de textos gregos e/ou latinos que circularam na Antiguidade Clássica. Somados, conformavam uma coleção com número muito reduzido de volumes²²;
- **Divisão da coleção:** os códigos litúrgicos destinados ao culto eram colocados em lugar separado dos outros livros, os quais, por sua vez, eram divididos em uma coleção interna voltada para o uso dos demais membros do mosteiro e como recurso de apoio às atividades educacionais promovidas pela escola eclesial quando esta se fazia presente;
- **Empréstimo de livros:** muitas bibliotecas proibiam o empréstimo de suas obras. No entanto, em alguns mosteiros o empréstimo era liberado para os monges. A estes, se pedia uma prestação de contas uma vez ao ano pela ocasião de uma reunião geral sobre a direção do *Librarius*;
- **Catálogos:** os catálogos de muitas bibliotecas monásticas revelavam certa uniformidade na classificação dos códices: a Sagrada Escritura encabeçava as listas, seguida pelas obras dos Doutores da Igreja. Depois vinha a coleção de miscelâneas da literatura sagrada. A literatura profana era registrada por último, separando-se os volumes por assuntos.

Quem definia todas essas regras e disposições organizativas? Certamente era o bibliotecário²³. Erudito e profundo conhecedor das obras custodiadas pela biblioteca, era ele que organizava seu espaço, a disposição dos livros e que se responsabilizava pela manutenção do *scriptorium*. Também cabia a ele selecionar o material passível de ser lido pela comunidade religiosa. Considerado o “guardião da fortaleza”, deveria proteger, se necessário com a própria vida, os

²² Além de bíblias e livros litúrgicos a serem utilizados no altar e no coro – saltérios, antifonários, breviários, livros de horas e vidas de santos, por exemplo – certa variedade de autores e obras era incorporada a estes acervos. Santo Agostinho, São Jerônimo, São Gregório Magno, Santo Ambrósio e Beda são os doutores da igreja mais citados nos catálogos desse período. Alcuíno, Florus, Jonas, Hinemar, Smaragdo, Rabano Mauro, Odão de Cluny, Abbon de Fleury, Fulberto de Chartres, Lanfranco, Anselmo, João Crisóstomo, Isidoro de Sevilha, Leão Magno, Pedro Lombardo são os teólogos mais prestigiados. Relação que nos permite dizer que pelo menos dois terços das bibliotecas monásticas era composto por obras *de divinitate*. O outro terço contemplava obras de história eclesiástica ou profana, às quais se somavam livros de direito canônico e civil, regras monásticas, livros consagrados às artes liberais, obras de ciência geral e clássicos gregos e latinos. Informações levantadas a partir do trabalho de Araújo (2008, p.120).

²³ Segundo Araújo (2008, p.129) o bibliotecário medieval recebia inúmeras denominações, as mais usuais eram: *armarius*, *custos*, *antiquarius*, *bibliothecarius*, *librarius* e *scripturarius*.

segredos e preciosidades que atribuíam fama a uma dada coleção, bem como a integridade da palavra sagrada. Incumbências prioritárias que deveriam ser conjugadas com outros encargos cotidianos, a saber:

Outro dever do bibliotecário era atualizar o acervo e elaborar um extrato das notícias literárias vindas dos países estrangeiros, onde mais se cultivavam as letras, e adquirir as obras que fossem mais úteis. [...] Deveria se esforçar para que a biblioteca sempre fosse tratada como venerável lugar regular, digno e religioso; deveria haver nela um crucifixo de grandes dimensões. O bibliotecário também lembraria o visitante que falar era permitido somente de maneira breve e com a voz submissa. Cabia ao bibliotecário aumentar e melhorar o total dos livros existentes. (ARAÚJO, 2008, p.151-152).

Conjunto de atribuições que nos auxilia a entender melhor porque Jorge de Burgos, o bibliotecário criado por Umberto Eco, afirma que “*estudo e custódia do saber*” são os princípios que melhor definem o seu trabalho. Através do estudo, esses homens “domavam os segredos” dos livros e documentos cuja vida deveriam devotar, ao mesmo tempo em que fixavam as regras gerais de acesso a certos dispositivos do saber. Por meio da custódia, engendravam artifícios para que esses mesmos dispositivos não fossem conspurcados por “mentes inquietas” e “impuras”. Por essa razão, custodiar refere-se muito mais a esconder, a privatizar que propriamente tutelar ou manter em segurança. Dever de ofício que, em muitos casos, incitou a loucura e a bibliofagia.

Privatizar o saber e fazer deste um insumo de dominação intelectual, econômica, psíquica e cultural, foi isso que muitas bibliotecas de instituições religiosas fizeram. Como? Afastando os leitores do contato com certas obras por meio de variadas estratégias organizativas, da censura e do uso de diversos artifícios topográficos. “*A biblioteca defende-se por si*”, pronunciada por um personagem ficcional, tal afirmativa não encontra refutação histórica quando o contexto em voga é o da Baixa Idade Média. Ganhando vida no ponto mais recôndito dos mosteiros e conventos, diversos acervos cresceram e se perderam tendo como única testemunha o olhar vacilante de um velho bibliotecário.

Contudo, como a história dos livros e das bibliotecas é repleta de simetrias e paradoxos, esse movimento de privatização, de ocultamento, se revelou, em épocas posteriores, como o responsável por trazer à luz obras e títulos considerados lendários ou perdidos. Foi, pois,

graças ao que restou das coleções custodiadas por conventos e mosteiros erigidos antes do século XV que uma parcela significativa da produção intelectual dos Padres da Igreja, dos gramáticos, dos retóricos, dos filósofos, poetas, matemáticos e prosadores greco-latinos pôde ser conservada. Ou seja, se tais espaços não tivessem sido prefigurados como um labirinto, o conhecimento que temos acerca do pensamento e da cultura Clássica seria muito mais limitado.

Eis o paradoxo, mas onde está a simetria? A simetria dá-se a ver quando colocamos em justaposição a história das bibliotecas cristãs europeias e a trajetória das coleções formadas no Oriente pelos monges bizantinos. Isto porque, foram estes últimos que abasteceram os conventos e mosteiros da Europa com livros e outros documentos concebidos pelos pensadores árabes quando Constantinopla foi invadida pelos turcos em 1453. Contendo as bases do conhecimento artístico, científico, filosófico e literário edificado pela Antiguidade Clássica, tais acervos se notabilizaram por difundir ideias e preceitos que, posteriormente, deram origem ao movimento renascentista.

De fato, o Oriente viu florescer em suas terras um impressionante número de bibliotecas. Constituídos mediante a ação de tradutores e calígrafos, os acervos dessas instituições cresceram tendo por referência as mesmas estratégias de formação de coleções empreendidas séculos antes pelos alexandrinos. Somando à poesia persa os conhecimentos da filosofia e da ciência helenística, a cultura muçumana desenvolveu-se em ritmo acelerado. Não por acaso, no século VIII, Bagdá já havia se transformado em um renomado centro de estudos que atraía pesquisadores e intelectuais de distintas partes do mundo, sobretudo por contar com uma enorme biblioteca.

Conhecida pelo nome de *Casa da Sabedoria*, a biblioteca de Bagdá era também um importante centro de tradução, compilação e disseminação dos saberes acumulados por todos os povos muçulmanos da Índia à Península Ibérica. Mais que isso, mantinha-se sob sua tutela uma escola e um centro de pesquisas capazes de satisfazer tanto às necessidades de um jovem em formação, quanto aos desejos e diligências de um erudito renomado e experiente. É isso que nos informa Jonathan Lyons ao constatar que:

Ao longo do tempo, a Casa da Sabedoria veio a abranger um escritório de traduções, uma biblioteca e repositório de livros e uma academia que contava com eruditos e intelectuais de todo o império. Sua função primordial, no entanto, era a salvaguarda de conhecimento valioso, fato que se refletia em outros termos utilizados de vez em quando pelos historiadores árabes para descrever o projeto, tais como Tesouro dos Livros de Sabedoria ou simplesmente Tesouro da Sabedoria. [...] Ao longo de 150 anos, os árabes traduziram todos os livros gregos disponíveis de ciência e filosofia. O árabe substituiu o grego como língua universal da pesquisa científica. A educação superior ficou cada vez mais organizada no início do século IX e a maioria das principais cidades mulçumanas tinha algum tipo de universidade. Uma dessas instituições, o complexo da mesquita al-Azhar, no Cairo, foi sede de instrução ininterrupta por mais de mil anos. [...] Essa atividade intelectual da época gerou séculos de pesquisas organizadas e ininterruptas, além de avanços constantes em matemática, filosofia, astronomia, medicina, óptica e outras áreas, criando um notável conjunto de obras que pode ser chamado certamente de ciência árabe. (LYONS, 2011, p.88-91).

Contudo, e sem desmerecer o lugar que essas *Casas da Sabedoria* ocupam na história da produção e circulação do conhecimento, faz-se necessário apontar que o apogeu das grandes bibliotecas do Oriente não se deu em Bagdá, mas sim em Constantinopla, especialmente durante o governo de Constantino. Monarca convertido ao cristianismo, Constantino inseriu a capital do seu império na vanguarda da produção científica e humanística da Alta Idade Média. Vanguarda que pode ser aferida pelo enorme volume de obras produzidas e em circulação nas diversas localidades do reino já no momento de transição entre os séculos IV e V de nossa era. A produção literária de Constantinopla era tão intensa que:

Inspirou diretamente os eruditos e cientistas árabes, cujos próprios ensinamentos e traduções de obras gregas foram difundidos pela Espanha mulçumana e para outros centros de educação. Essas transmissões introduziram a filosofia e a ciência gregas antigas na Europa ocidental. Assim como a Grécia havia inspirado Roma, a Grécia bizantina também inspirou o mundo medieval, sobretudo por meio dos livros e da leitura. Constantinopla fervilhava com editores que incentivavam a produção de livros em uma enorme variedade de áreas clássicas, ciências, astrologia, medicina, história e até ficção popular. (FISCHER, 2006, p.132).

Produção de livros que tinha a finalidade de abastecer também a biblioteca particular do próprio imperador. Valendo-se do trabalho incessante de uma legião de monges copistas, a coleção chegou a possuir impressionantes cem mil volumes e mantinha sob sua guarda manuscritos oriundos de várias partes do globo e preciosidades de valor incalculável como, por exemplo, a cópia autêntica dos Atos do Concílio de Nicéia, além de obras de Homero e

Hesíodo escritas em letras de ouro, “*numa pele de serpente de 4 metros de comprimento*”. (POLASTRON, 2013, p.52).

Lendárias ou não, foram os livros e documentos acumulados em bibliotecas como estas que os monges bizantinos levaram para a Europa quando, em meados do século XIII, os reinos árabes se viram completamente tomados pelos bárbaros. Fato esse que, conforme já salientado anteriormente, infiltrou na Europa uma parcela antes impensada e mesmo desconhecida de informações sobre a Antiguidade Clássica. Circunstância basilar para a emergência do Renascimento e para o declínio, o “outono da Idade Média”. Posição também defendida pelo historiador Wilson Martins que, em certo momento de sua obra, tece o seguinte comentário acerca dessa questão:

Enquanto as bibliotecas ocidentais perpetuavam exclusivamente a literatura latina e sua respectiva cultura, as bizantinas eram, com predominância, núcleos de civilização helênica. Ora, sem o helenismo não haveria igualmente Renascença, e as bibliotecas bizantinas, concorreram assim, com a parcela mais importante nessa revolução de idéias. A Renascença, antes de ser uma ressurreição da cultura latina, é o reconhecimento da cultura grega, praticamente desconhecida no Ocidente até então. A verdadeira revelação renascentista é a da cultura grega, visto que o contacto com a latina não se havia praticamente interrompido. (MARTINS, 2002, p.87).

Comentário que nos leva mais uma vez a buscar compreender as especificidades e a importância das bibliotecas monásticas para a conformação dos planos simbólicos, políticos e sócio-culturais que atravessam toda Idade Média. Expressão marcante e transformadora da cultura letrada do medievo, essas bibliotecas converteram-se em espaços quase sagrados onde o livro sempre esteve presente, embora distante da realidade cotidiana de homens e mulheres que não se vinculavam diretamente à vida religiosa. Panorama que se modifica paulatinamente a partir do século XIII, quando as bibliotecas universitárias promoveram uma lenta, mas gradual migração das atividades relacionadas à produção e comercialização dos livros para fora dos mosteiros.

Embora possam ser caracterizados como um desdobramento das bibliotecas cristãs, os acervos formados junto às universidades imprimiram um deslocamento na maneira de se pensar a presença do livro no contexto medieval. Rompendo com a imagem de objeto sagrado, o mesmo se institui enquanto material de trabalho que dinamiza e confere resposta às

necessidades emergentes das novas dinâmicas sociais criadas em torno do conhecimento. Dinâmicas sociais que fundamentaram uma guinada simbólica ainda mais drástica: a laicização das instâncias produtivas do objeto escrito. Mudança objetiva e intersubjetiva que se constituiu como fator decisivo para a consolidação e disseminação da cultura européia, além de incentivar a difusão das práticas ligadas à leitura e à geração dos saberes.

Neste novo cenário, o livro, ainda que na forma manuscrita, se mostra diferente física e simbolicamente daquele que a Alta Idade Média conheceu. No cotidiano universitário ele se liga a quadros técnicos, sociais e econômicos totalmente novos e com isso, acaba por se transmutar em objeto representativo de uma outra civilização. Uma civilização onde até mesmo a escrita se adapta a essa nova conjuntura sócio-histórica. Para além disso, a intensificação do uso do livro por parte de alunos e mestres em contextos educacionais destituídos da pressão religiosa e permeados por perspectivas utilitaristas em relação ao próprio suporte, favoreceu a implementação de uma série de micro-transformações cujo conjunto irá inseri-lo de vez na paisagem urbana dos séculos XIV e XV. Que micro-transformações são essas? Jacques Le Goff enumera algumas delas:

Progressos obtidos na confecção do pergaminho permitem obter folhas não tão espessas, mais flexíveis e menos amarelas do que as dos manuscritos anteriores; o formato do livro muda. Antes ele era sensivelmente aquele de nossos in-fólios, agora o livro é consultado muitas vezes, transportado de um lugar para outro, seu formato diminui, torna-se mais fácil de ser manuseado; a minúscula gótica, mais rápida, substitui a antiga letra; o abandono da pena feita de caniço pela pena de pássaro, em geral de ganso, dá mais comodidade e rapidez ao trabalho; a ornamentação dos livros diminui: capitulares e miniaturas são feitas em série. A esses pormenores significativos acrescentamos a abundância crescente das abreviaturas – é preciso produzir rapidamente –, os progressos da numeração das páginas, da rubricação, do índice das matérias, a presença às vezes de uma lista de abreviaturas, o recurso, sempre que possível, à ordem alfabética na apresentação. Tudo feito para facilitar uma consulta rápida. O desenvolvimento do ofício de intelectual produziu a era dos manuais – do livro manuseável e que se manuseia. Testemunho impressionante da aceleração da velocidade de circulação da cultura escrita e de sua difusão. (LE GOFF, 2011, p.115-116).

Testemunho que indica o fechamento de um ciclo: o livro não é mais um símbolo do mundo sagrado e nem um artefato de luxo, ele transformou-se em objeto instrumental. Transformação que acarretou a necessidade de se adaptar os espaços até então encarregados de mantê-los sob custódia. A biblioteca não se ocupa mais e tão somente com a acumulação

patrimonial e com a conservação do livro, passa a priorizar a leitura e a criação de uma infraestrutura voltada para a prática de estudos individuais e coletivos. Os catálogos são aprimorados. Se antes eram tidos como uma lista inventariante, os mesmos se converteram em instrumentos de consulta com a finalidade de permitir a localização de itens bibliográficos em diferentes acervos de uma mesma área geográfica. Surge ainda o *memorial*, uma espécie de ficha na qual são assinalados os volumes acessados e emprestados. Com isso, tais instituições deixam de ser vistas como um lugar de estudo individual para se exibir como o local onde professores e alunos lêem, estudam e escrevem.

Portanto, do mesmo modo como as bibliotecas religiosas haviam se tornado a imagem de um claustro fechado e inacessível, as coleções universitárias assumiram por missão disponibilizar os livros – mesmo que alguns deles estivessem acorrentados às paredes e estantes –, e satisfazer às demandas de conhecimento dos seus novos usuários. Mudança de prerrogativa que se fez sentir em sua dimensão funcional e também em sua organização e disposição topográfica. Vejamos o que Guglielmo Cavallo e Roger Chartier dizem a respeito disso:

Do ponto de vista arquitetônico, essa nova biblioteca é constituída por uma sala comprida, com um corredor vazio no centro, sendo a sala ocupada, nas duas naves laterais, por filas paralelas de bancos, dos quais os livros, para leitura e consulta, ficam presos por meio de correntes. A planta é, em resumo, a da igreja gótica; e se trata de uma semelhança que vai muito além do fato puramente arquitetônico, visto que assume as novas exigências próprias à civilização gótica. A biblioteca sai da solidão do monastério ou do limitado espaço que lhes destinavam os bispos nas catedrais românticas, para se tornar urbana e ampla. Assim como a igreja se tornou o cenário aberto de imagens, ogivas, cores, a biblioteca se apresenta como o cenário dos livros, expostos e disponíveis. O quadro que define esse novo modelo de biblioteca é o silêncio: silencioso deve ser o acesso ao livro, perturbado apenas pelo tilintar das correntes que o prendesse ao banco. Silenciosa deve ser a procura de autores e de títulos então dispostos num catálogo bastante acessível. (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p.23, v.1).

Análise reveladora, mas que nos incita a levantar a seguinte questão: se a biblioteca universitária diferia daquela que lhe serviu como modelo tanto em seus aspectos organizativo-funcionais, quanto em relação aos atributos responsáveis por definir o valor de uso e a dimensão simbólica dos livros presentes em seu acervo, por que a existência das correntes? Basicamente por dois motivos: livros custavam caro e, em virtude disso, os acervos formados

eram muito pequenos²⁴. As correntes serviam, pois, para evitar roubos e a depredação do patrimônio bibliográfico. Um patrimônio pensado para além de suas disposições financeiras e estéticas visto privilegiar o valor de uso das obras. Valor mensurado segundo a capacidade de inserção dos distintos públicos dessas instituições em um universo de conhecimento laico e humanista por natureza. Condição fundamental para que o livro rompesse com a imagem de objeto sagrado que por longa data o acompanhou e passasse a ser tratado como instrumento do saber amplamente ao alcance das mãos.

Alcance que só poderá ser contemplado após a invenção da tipografia mecânica e uma nova reestruturação dos modos de inserção das bibliotecas na vida social. De fato, as drásticas transformações que acometeram o mercado livreiro após os anos de 1500 impuseram a necessidade de se repensar as atribuições desses espaços, estejam elas ligadas às atividades de organização da informação e do conhecimento ou à promoção da leitura, da educação, da memória e da cultura de um modo geral.

Afetada diretamente pela produção massiva de novos dispositivos de informação e conhecimento, as bibliotecas expandem-se e se reinventam. Para atender à crescente demanda formada por usuários cada vez mais exigentes, elas se tornam públicas e/ou especializadas. Seus acervos precisam ser dilatados e diversificados, bem como o “catálogo” de serviços que oferecem. Para além disso, a incorporação de avançadas tecnologias voltadas para a organização e recuperação da informação fez-se quase que imperativa e a internet acabou por romper com o paradigma da localidade e da estabilidade topográfica. Sendo assim, estando imersas nas redes virtuais, a excêntrica ideia de uma biblioteca sem paredes, estantes e coleções materiais deixou há muito de ser uma abstração.

Esse conjunto de novos enquadramentos irrompe como indicativo de que a história das bibliotecas caminha para uma terceira fase. As imagens do labirinto medieval, da catedral gótica e do museu alexandrino perderam seu potencial representativo e dizem muito pouco

²⁴ De acordo com Verger (1999, p.120-121), as primeiras bibliotecas universitárias tiveram por núcleo as coleções particulares do próprio fundador da instituição, o qual era complementado por doações de benfeitores ou por membros pertencentes ao corpo intelectual da universidade. Sendo assim, é esse caráter de acervo formado por doação esporádica que faz com que as bibliotecas universitárias disponibilizem para seus alunos uma quantidade muito pequena de volumes a consultar. Em geral, elas possuíam algumas dezenas de itens bibliográficos e só as mais tradicionais chegavam a conter centenas de unidades. A exceção era a biblioteca da Sorbonne que, em 1338, já contava com uma biblioteca composta por 1772 exemplares.

sobre as bibliotecas contemporâneas. Preservar o livro, edificar memórias coletivas e servir de apoio às práticas de leitura e educação são algumas das atividades biblioteconômicas que tiveram seu significado distendido em função de uma convergência de fatores que acabaram por reorientar o estatuto simbólico do conhecimento, bem como o valor de uso da informação. Acessibilidade, diversidade, rapidez e eficiência são apenas alguns dos qualificadores que, cotidianamente, passaram a ser empregados para medir o poder de afetação sócio-cultural de tais instituições nos domínios da contemporaneidade.

Analisar como essa terceira fase da história das bibliotecas se constitui é o objetivo principal da próxima seção. Para tanto recorreremos à ideia de “biblioteca total” formulada por Jorge Luiz Borges em seu conto *A biblioteca de Babel*. Projetada como uma galeria infinita, a mesma refere-se a um espaço que transcende à simples acumulação de livros para se exibir como um infindável arquivo no qual o conhecimento, os saberes e as tradições são manipulados, organizados, combinados e multiplicados incessantemente. Lugar utópico e metafórico, essa “biblioteca total” acena para o fato de que, enquanto lugar de produção de conhecimento, a grande vocação das bibliotecas não é catalogar os saberes num processo ininterrupto de registro, mas sim fazer circular o pensamento por meio do contato com o livro e do gesto produtivo que é a leitura. Iniciemos, pois, apresentando as vindicações borgeanas.

2.4. As ironias do infinito, ou a biblioteca no mundo contemporâneo

Esses exemplos permitiram que um bibliotecário de gênio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: “Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”. Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilidis, o

*comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpretações de cada livro em todos os livros. [...] Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade*²⁵.

A biblioteca borgiana é do tamanho do mundo, aliás, ela é maior que o mundo. Reflexo de si mesma, sua coleção se prolonga em direção ao infinito. Fruto de um jogo combinatório, contém tudo o que é dado a se expressar e até o que não foi escrito e o que já foi perdido, ela é total. Ela é total, mas anti-funcional. Por entre corredores e estantes que se multiplicam em hexágonos entrecortados por uma escada espiral, o conhecimento se acumula e se perde nas brechas do tempo e do esquecimento. *A Biblioteca de Babel* contém tudo, comporta tudo, mas não é um lugar que favorece a produção e a circulação do conhecimento. Por isso, contrapondo-se a uma “*primeira impressão de extravagante felicidade*”, existe a certeza que decepciona até o mais erudito de seus usuários: a busca por armazenar a totalidade do conhecimento institui a impossibilidade do acesso a qualquer saber que a biblioteca possa conter. Os livros estão ali, ali também está a resposta para todos os problemas formulados, mas a totalidade encobre o conhecimento e o torna inapreensível.

Encobrimento potencializado pela duplicidade inerente à própria escrita. Expressão viva do embate entre o sentido e a representação virtual desse sentido, a escrita, significando não a coisa, mas a palavra, não consegue ir além de, segundo Foucault (2009, p.49), “*avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho*”. Sendo assim, o fato de todos os livros, por mais diversos que sejam, constarem “*de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto*”, faz com que a biblioteca se converta no lugar onde está tudo dito e contradito, onde o diálogo dá lugar ao conflito e onde os livros são escritos para “*colocar seu murmúrio entre tantos outros – após todos os outros, antes de todos os outros*”. (FOUCAULT, 2009, p.59). Deslocamento que revela o limite do que foi ou pode ser enunciado, tanto quanto daquilo que o encobre e o faz ficar turvo. Não por acaso o próprio filósofo nos adverte:

Em *La bibliothèque de Babel*, tudo o que pode ser dito já foi dito: é possível encontrar ali todas as linguagens concebidas, imaginadas, e mesmo as

²⁵ BORGES, 1998, p.519

concebíveis, imagináveis: tudo foi pronunciado, mesmo o que não tem sentido, a tal ponto que a descoberta da mais fina coerência formal é um acaso altamente improvável, do qual muitas das existências, embora obstinadas, jamais receberam o favor. Entretanto, acima de todas essas palavras, uma linguagem rigorosa, soberana as recobre, que as narra e, na verdade, as faz nascer: linguagem ela própria encostada na morte, já que é no momento de oscilar no poço do Hexágono infinito que o mais lúcido (o último, por consequência) dos bibliotecários revela que mesmo o infinito da linguagem se multiplica ao infinito, repetindo-se sem fim nas figuras desdobradas do Mesmo. (FOUCAULT, 2009, p.57-58).

Um lugar que se multiplica ao infinito e se desdobra sobre si mesma, eis o que se tornou para nós a ideia de uma biblioteca total. Uma biblioteca gigantesca e que nunca será percorrida por completo. Uma biblioteca que encerra a potência do conhecimento, mas que, sendo infinita e sem saída, se exhibe como sintoma de um mundo abarrotado por objetos e saberes mudos, esquecidos, inertes. Enfim, uma metáfora, uma alegoria, um artifício que nos permite refletir sobre a impossibilidade dessa biblioteca total ganhar formas e existência real, sobretudo a partir da invenção da prensa tipográfica e do alargamento das redes digitais.

Reflexão que tem como ponto de partida o exato momento em que “*a reprodução de materiais escritos começou a transferir-se da escrivania do copista para a oficina do impressor*”. (EISENSTEIN, 1998, p.17). Movimento migratório que desencadeou profundas transformações sociais, políticas e culturais por afetar diretamente a forma como o conhecimento era produzido, organizado, preservado e disseminado até aquele momento.

Com o desenvolvimento da máquina de imprimir, a Europa dos séculos XV e XVI se viu inundada por uma quantidade antes impensada de documentos e dispositivos de leitura e escrita, fator que realocou o lugar historicamente ocupado pelo livro tanto em termos simbólicos quanto em seus usos práticos. Produzidos de maneira mais padronizada e sistemática, os impressos fomentaram a criação de um “mercado informacional” que, paulatinamente, se sedimentou e fez do objeto tipográfico²⁶ o principal veículo de

²⁶ É importante salientar que mesmo se expandindo rapidamente por toda a Europa, a prensa mecânica não promoveu a substituição imediata do livro manuscrito. Isto se deu porque, segundo Chartier (2009), a impressão de livros era uma atividade menor no âmbito das oficinas tipográficas entre os séculos XV e XVIII. A maior parte de sua produção consistia em libelos, panfletos, petições, cartazes, formulários, recibos, certificados e vários outros “ephemeras” ou impressões descartáveis que asseguravam parte substancial dos ganhos das empresas ainda em fase de sedimentação sócio-econômica. Além disso, o menor custo dessa tipologia de materiais, a vontade de escapar da censura, o desejo de circulação restrita, aliados à maleabilidade da forma manuscrita, que permite adições e revisões são, ainda segundo o historiador francês, algumas das razões que

comunicação das comunidades cultas européias, atingindo, mesmo que em um período posterior, a um contingente maior de homens e mulheres em processo de alfabetização.

Conjuntura que reorientou as modalidades de interação entre tais sujeitos e os regimes de saberes instituídos. Reorientação que se deve, em grande parte, ao deslocamento das atividades de produção livresca da instância religiosa para o espaço público citadino. Em paralelo a esse deslocamento instituiu-se uma expansão dos domínios da leitura e a emergência do fenômeno conhecido pelo nome de “explosão informacional²⁷”.

Fenômeno que, por sua vez, trouxe consigo preocupações efetivas com a preservação e o gerenciamento da informação. Para responder a elas, produziu-se um grande número de obras de referência e essas tiveram seus esquemas organizacionais padronizados. Para tanto, foi necessária a criação de novas ocupações profissionais: editores, revisores, bibliotecários, catalogadores e compiladores de enciclopédia são apenas alguns exemplos. Conjugadas entre si, essas duas tentativas de respostas servem como indicativo de que a coleta de dados em larga escala tornou-se o elemento central de novas formas de realimentação do contexto informacional que não haviam sido possíveis durante a “era do manuscrito”.

Novas formas de alimentação que chegaram a afetar a própria estrutura do livro: as páginas de rosto tornaram-se cada vez mais comuns, facilitando o preparo de listas e catálogos; as ilustrações feitas à mão foram sendo gradualmente substituídas por xilografias e estampas, o que provocou um rearranjo nas artes e rotinas ligadas à concepção de materiais bibliográficos. Nestes termos, após o advento da imprensa, multiplicaram-se os materiais ilustrativos visuais

fizeram a cópia produzida à mão resistir e conviver com a imprensa. Chartier nos revela, ainda, que a prensa mecânica ensejou novos usos para a escrita à mão, sobretudo, a partir dos espaços deixados em branco na página impressa. “É o que se passa com as páginas virgens interpostas nos almanaques, os espaços à espera da escrita nos formulários, cadernos de lugares comuns cujas únicas impressões são as rubricas, ou as amplas margens e entrelinhas das edições destinadas a receber as anotações do leitor”. (CHARTIER, 2009, p.17).

²⁷ Peter Burke (2002) entende a explosão informacional como um processo de exacerbada ampliação dos dispositivos informacionais que vieram à luz em decorrência da invenção e sedimentação da prensa tipográfica, bem como da urbanização dos conhecimentos. Para comprovar seu argumento o historiador nos apresenta os seguintes dados estatísticos: “por volta do ano de 1500 havia impressoras em mais de 250 centros europeus e elas já haviam produzido cerca de 27 mil edições. Fazendo uma estimativa conservadora de 500 exemplares por edição, haveria então algo em torno de 13 milhões de livros em circulação no ano de 1500 numa Europa de 100 milhões de habitantes (excluindo-se o mundo ortodoxo, que escrevia em grego ou russo ou eslavo eclesiástico). Já para o período entre 1500 e 1750, foram publicados na Europa tantos volumes cujos totais os estudiosos da história do livro não conseguem ou não querem calcular (com base no índice de produção do século XV o total estaria ao redor de 130 milhões, mas de fato o índice de produção aumentou dramaticamente)”. (BURKE, 2002, p.176).

e se desenvolveram muito rapidamente formas distintas de comunicação iconográfica e não fonética. A imprensa tipográfica estimulou, portanto, um movimento no sentido da “*cultura da palavra*”; com isso, à medida que o aprendizado nos livros foi ganhando realce, diminuía a importância dos processos mnemônicos.

Diminuiu a importância dos processos mnemônicos, mas acentuou e reforçou a importância e as atribuições das bibliotecas no âmbito de segmentos informacionais cada vez mais amplos, diversificados e exigentes. Segundo Peter Burke (2003), dentro da universidade, as bibliotecas começavam a rivalizar com a sala de conferências, fora dela se tornaram centros de estudos e locais de sociabilidade nos quais a troca de informações e ideias era praticada em paralelo à leitura. Sendo assim, converteu-se no lugar onde se vivenciava de maneira mais concreta e cotidiana a combinação da comunicação oral com a impressa. Impondo-se à realidade urbana, a biblioteca passou a apresentar-se “*a um só tempo como uma continuação do livro e sua metamorfose*”. (MELOT, 2012, p.108). Uma continuação porque a visibilidade social que possuem está diretamente ligada à maneira como o livro se insere em paisagens culturais específicas. Uma metamorfose porque seu *modus operandi* altera-se radicalmente, sobretudo em relação às estratégias de preservação e disseminação do próprio livro e do conhecimento mais amplamente.

Na esteira dessas metamorfoses, a preocupação com o acervo e a satisfação das necessidades dos usuários ganhou acentuado relevo. Se durante toda a Idade Média os “espaços do saber” foram exíguos e fechados, a profusão livresca reconfigurou esse panorama. As coleções aumentaram seus volumes e as estratégias de organização espacial, simbólica e intelectual de seus artefatos também. Catálogos, listas, hierarquias e classificações de toda ordem foram projetadas. Bibliografias, dicionários, enciclopédias, miscelâneas, atlas e antologias passaram a ser recorrentes na maioria das bibliotecas. Em paralelo a isso, uma preocupação com o acúmulo, a citação e a referência de todo o conhecimento produzido em diferentes tempos e espaços reviveu o mito da biblioteca total. Um mito que, como vimos acima, está fadado a não se concretizar factualmente.

Mas por que se fazer uma afirmação tão categórica? Para além do artifício literário e das engenhosidades borgeanas, podemos responder a esta questão recuperando três exemplos

paradigmáticos que a história das bibliotecas contemporâneas nos legou. Exemplos que, em conjunto, dão provas da intangibilidade dessa pretensão de abarcar, organizar e disponibilizar todos os conhecimentos a partir de um único lugar.

O primeiro exemplo são as bibliotecas nacionais. Resultantes do processo de derrubada das monarquias absolutistas e, conseqüentemente, dos esforços levados a cabo pelos Estados nacionais ascendentes para consolidar e divulgar a ciência e a cultura local, tais instituições enfrentam, desde sua gênese, uma relação dualista e paradoxal com a atividade preservacionista. Lugar de memória²⁸ por excelência, tais instituições encontram nas restrições espaciais e temporais um ponto de contenção e fragmentação. Contenção e fragmentação que demonstram, por sua vez, que captar, organizar e manter sobre seus cuidados a produção bibliográfica de e sobre um país se tornou, em tempos de explosão informacional, uma atividade anacrônica.

Destacando-se geralmente pela imponência de seus edifícios e pela riqueza de suas coleções, as bibliotecas nacionais esbarram em disposições políticas e limitações econômicas que comprometem o cuidado com o acervo – sobretudo as obras raras e especiais –, que inviabilizam o mapeamento e a reunião de novos itens documentais e que complexificam o preparo e o registro das peças já existentes. Dificuldades que colocam em xeque a publicização das informações arroladas em suas estantes, deixando transparecer um repertório identitário fragmentado, tal qual uma memória nacional rasurada. Nestes termos, acabam por comprovar a tese do historiador francês Pierre Nora (1993, p.27), para quem todo lugar de memória é *“um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade”*.

²⁸ Expressão tradicionalmente ligada à coletânea *Les lieux de mémoire*, organizada pelo historiador francês Pierre Nora entre os anos de 1984 e 1992, que adotou para si a tarefa de demonstrar que o movimento de socialização dos repertórios mnemônicos na contemporaneidade está diretamente relacionado à sua força de impregnação em marcos físicos e simbólicos que acabam por promover uma espacialização tanto da memória quanto da identidade, inserindo-se assim no âmbito das estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento de si. Para além disso, este empreendimento possui ainda o mérito de ter demonstrado que entender os “lugares de memória” como manifestações de um acontecimento ou de uma lembrança cristalizada no tempo não é suficiente se não se leva em consideração os usos e os contra-usos que a dinâmica social lhes impõe. Sendo mais preciso: que bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, símbolos e datas nacionais, festas comemorativas, santuários e coleções são lugares de memória cujo referencial mnêmico-identitário nasce e se instaura em um campo de batalhas onde o presente se debate com o passado como artifício para se edificar um futuro modulado e atravessado por ressonâncias coletivas, por isso sua força política, ideológica, histórica e cultural.

Um lugar de excesso e fechado sobre si mesmo, eis uma boa definição para o segundo exemplo que analisaremos aqui: as “bibliotecas portáteis”, ou os “catálogos de catálogos” que se popularizaram nos anos finais do Renascimento. Denominadas por Roger Chartier (1994) como “bibliotecas sem muros”, constituíam-se normalmente como uma coleção, uma compilação de várias obras com a mesma natureza, ou por uma seleção exaustiva de tudo o que se poderia dizer sobre determinada temática. Sendo assim, ao trazer em seu título a expressão *Biblioteca*²⁹, tais compilações dão-se a ver como um valioso referencial acerca das mudanças objetivas e subjetivas que a “cultura do impresso” impôs aos regimes de produção do conhecimento até então vigentes. Nestes casos, portanto:

A tensão entre o exaustivo e o essencial organiza, assim, as relações complexas e contraditórias estabelecidas entre a biblioteca e seu sentido usual – espacial e arquitetural – e os gêneros impressos (alguns designados como “bibliotecas”, outros não), que atribuem ao livro, único ou em série, as funções de acumulação ou de seleção atribuídas ao lugar. (CHARTIER, 1994, p.73).

Acumulação e seleção, duas atividades responsáveis por redefinir a função organizativa dos catálogos bibliográficos. Para responder às pretensões de exaustividade e universalidade, a soma dos títulos indexados passou a representar menos os itens que formam uma coleção, para se reportar àqueles títulos que se fazem ausentes, que precisam ser captados e incorporados a um acervo em contínuo processo de formação. Com isso, dizer que os “catálogos de catálogos³⁰” são também uma biblioteca, implica pensá-los não apenas como a

²⁹ Roger Chartier (1994) e também Peter Burke (2003) afirmam que essas coleções que reúnem um grande número de obras já publicadas foram editadas em profusão a partir do século XVI. Os historiadores atentam ainda para o fato de que muitas delas seguiram como modelo a fórmula e o título inaugurado pelos periódicos da cidade de Amsterdã, é o caso, por exemplo, das seguintes obras: *Bibliothèque universelle et historique* (1686-1693); *Bibliothèque choisie* (1703-1713) e *Bibliothèque ancienne et moderne. Pour servir de suite aux bibliothèques et choisie* (1714-1727). Para além dessas, Roger Chartier afirma que “no total são 31 publicações, umas duráveis, outras efêmeras, propostas sob o título biblioteca, entre 1686 e 1789. O termo atravessa igualmente todo o século, com dezessete títulos antes de 1750 e quatorze a seguir. Várias dessas publicações não são exatamente simples publicações mas imponentes coleções de textos, com parentesco de gênero e de destinação. Assim é a *Bibliothèque universelle des romans* (Paris, 1755-1789, 224 volumes in-12), que se apresenta como uma “obra periódica na qual se faz uma análise exaustiva dos romances antigos e modernos, franceses ou traduzidos em nossa língua”, e que publica extratos e sínteses, notícias históricas e críticas, mas também as íntegras de romances e de contos antigos e originais”. (CHARTIER, 1994, p.71).

³⁰ Os estudos de Chartier (1994) e Burke (2003) também demonstraram que nos anos finais do século XVII essas “bibliotecas” já portavam uma longa história. “Três apareceram antes de 1550: o *Catalogus illustrium vivorum Germaniae suis ingeniis et lucubrationibus amnifariam exormantium*, de Johann Trithem (Mayença, 1495), a *Bibliotheca Universalis, sive Catalogus annuum scriptorum locupletissimus, in tribus linguis, Latina, Graeca et Hebraica*, de Conrad Gasner (Zurique, 1445), e a *Illustrium Maioris Britanniae Scriptorum*, de John Bale (Ipswich, 1548). Vários traços são comuns a essas três obras: são redigidas em latim, reúnem basicamente

enumeração de itens alocados em um lugar específico, mas também, e especialmente, como inventário de todos os livros já escritos sobre qualquer tema, ou mesmo pelos autores de uma dada nação. Pensando dessa forma “*o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados*”. (CHARTIER, 1994, p.74).

Concebidas com o intuito de simplificar as tarefas de seleção e acumulação, tais tipologias documentais se converteram em entidades conceituais afastadas de seu propósito inicial. Espelhar a totalidade da produção de uma área ou de um assunto se tornou inviável em contextos nos quais o conhecimento é produzido intensa e desordenadamente. Impossibilidade que se fez sentir tanto em relação às iniciativas individuais que por longa data mantiveram essas “bibliotecas sem muros” em circulação, quanto aos esforços por concebê-las e geri-las de maneira coletiva. Foi o caso, por exemplo, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

Fundado por Henri La Fontaine e Paul Otlet em 1895, o Instituto objetivava criar um instrumento de acesso e disseminação da informação em nível mundial. Centrando suas atividades na concepção do *Repertório Bibliográfico Universal*, um conjunto de fichas catalogadas e classificadas cujo teor deveria sintetizar o estado geral da produção intelectual global, o IIB “*pretendia armazenar a representação das unidades de todo o conhecimento humano em um único lugar*”. (ORTEGA, 2004). Impregnado pelas concepções de totalidade e exaustividade, o projeto constituiu-se como um centro cooperativo que recebia informações produzidas em outras unidades especializadas no tratamento da informação científica. Por meio desse esforço, até o ano de 1934, já haviam sido produzidas 16 milhões de fichas que refletiam uma parcela significativa dos insumos bibliográficos gerados pelos 12 países

autores antigos, privilegiam obras escritas em línguas clássicas”. (CHARTIER, 1994, p.75). Além desses traços de parentesco, o historiador nos diz que seus objetivos são bem diferentes. Primeiro com relação ao espaço coberto pelas obras: Tritheim e Bale tinham como foco obras produzidas em seus próprios países, Alemanha e Grã-Bretanha, respectivamente. Gasner tinha pretensões de abarcar a humanidade inteira. Outra diferença pode ser visualizada pelo próprio título das obras: Tritheim e Bale usam o termo *catalogus*, Gasner estabelece um novo uso para *bibliotheca*, separando a palavra de sua definição material e investindo-a com o signo universal da biblioteca sem paredes proposta pelo livro. Por fim, há diferenças em relação aos critérios organizativos: Tritheim e Bale escolhem um recorte cronológico, estratégia que permite um melhor manuseio para suas obras, graças à presença de um índice alfabético. Gasner prefere a ordem alfabética, “*mas uma ordem alfabética que, à maneira medieval, classifica os autores por seus nomes de batismo, vale dizer, por seus prenomes*”. (CHARTIER, 1994, p.75).

colaboradores: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Reino Unido, Holanda, Itália, Polônia, Rússia, Suíça e Tchecoslováquia.

Refletia uma parcela significativa, mas não completa. Completude que se mostrou, tal qual em outros momentos, uma meta muito ambiciosa até mesmo para uma instituição portadora de vultosos investimentos financeiros como era o caso do IIB. O projeto do Repertório Bibliográfico Universal fracassou em razão das dificuldades de manutenção de uma colaboração homogênea entre os diversos países associados e por problemas técnicos que surgiram no momento de processar a informação proveniente de culturas heterogêneas. Desta feita, essas recorrências históricas em torno da incompletude de uma coleção só reforçam aquilo que já salientamos aqui e que foi formulado nestes termos por Roger Chartier:

Toda biblioteca instalada em um lugar privado, formada com obras bem reais, dispostas para a consulta e a leitura não poderia ser, malgrado suas riquezas, nada mais que uma imagem truncada da totalidade do saber acumulável. A distância irreduzível entre os inventários – idealmente exaustivos – e as coleções – necessariamente lacunares, foi vivenciada como uma frustração imensa. Ela levou a iniciativas descabidas, reunindo – em espírito, se não em realidade – todos os livros possíveis, todos os títulos visados, todas as obras já escritas. (CHARTIER, 1994, p.87).

Distância irreduzível, cuja transposição figurou menos utópica a partir da consolidação dos sistemas digitais e da ascensão dos domínios da virtualidade. Caracterizado pelo signo da fluidez, o espaço virtual, de acordo com Chartier (2002), inseriu os regimes de produção, organização, preservação e disseminação do conhecimento em contextos maleáveis estruturalmente e portadores de interfaces hierárquicas pouco formais. Em virtude disso, a materialidade do livro tipográfico é substituída pela imaterialidade dos textos sem lugares. Às relações de contiguidade estabelecidas no e pelo objeto impresso opõe-se a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis. À captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo artefato que a contém, sucede-se a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. Nessa nova conjuntura, o mundo digital acaba por impor, inevitavelmente e imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais. Uma tríplice ruptura que, para o autor:

Propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição. A originalidade e a

importância da revolução digital apóiam-se no fato de obrigar o leitor contemporâneo a abandonar todas as heranças que os plasaram, já que o mundo eletrônico não mais utiliza a imprensa, ignora o “livro unitário” e está alheio à materialidade do códex. É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. (CHARTIER, 2002, p.23-24).

Isso se dá porque o suporte eletrônico é móvel, maleável, aberto e permite usos, manuseios e intervenções muito mais numerosas e livres que qualquer um dos antigos formatos bibliográficos precedentes. Portanto, conferir sentido às práticas de produção e circulação do conhecimento no mundo eletrônico pressupõe abdicar-se dos hábitos adquiridos até este momento. Implica, ainda, transformar as ações em torno de sua reestruturação tendo-se em vista uma lógica que não está centrada nem em critérios dedutivos, nem em movimentos lineares. Ao contrário, sua lógica ampara-se na convergência de múltiplas modalidades de significação – arquivos, imagens, palavras, músicas – que se mostram abertas por natureza e de fácil manipulação operacional.

Abertura e facilidade de manipulação que permitiu ao sujeito contemporâneo submeter os itens documentais inscritos nas redes virtuais a um conjunto de tratamentos organizativos: ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc. Operações que alteraram os esquemas de produção de conhecimento, tanto quanto reconfiguraram seus dispositivos de organização e armazenamento. Movimento que afetou diretamente às bibliotecas. Incorporando em seu próprio nome os qualificadores dessa nova ordem dos saberes – digital, eletrônica, virtual – tais instituições definiram novas linhas de ação para responder às demandas sociais emergentes. Muitas delas, conforme atesta Murilo Bastos da Cunha (2008, p.05), “*implantaram catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular do periódico eletrônico e o acesso a textos completos de artigos de periódicos, a verbetes de enciclopédias e a itens de outras fontes de referência*”. Aspectos que, atrelados ao desenvolvimento da internet, ampliaram de tal forma as possibilidades de organização, recuperação e acesso à informação que o sonho da biblioteca total ganhou novo fôlego e um formato mais moderno.

Distanciando dos “catálogos de catálogos” dos séculos XVII e XVIII, a biblioteca digital não arrola títulos ou referências, ela os disponibiliza integralmente em formato eletrônico. Isso se

tornou possível porque o velho problema da restrição espacial não representa mais um entrave. Assim como as questões ligadas à atualização da coleção não é mais um elemento impeditivo. Os sistemas de busca facilitaram a vida dos usuários e a disseminação da informação se fez muito mais rápida e eficiente. Tão eficiente que inúmeras previsões sobre o fim do livro tipográfico foram maquinadas. Estariam aí os indicadores que refutam nosso argumento de que a biblioteca de babel borgeana está fadada a ser apenas um mito?

Acreditamos que não. Embora algumas iniciativas importantes e bem sucedidas de bibliotecas digitais³¹ já tenham sido projetadas e postas em rede, problemas relacionados à convergência tecnológica e às legislações internacionais de direito autoral têm causado preocupação aos idealizadores desses dispositivos. Limitações financeiras também têm inviabilizado a manutenção dessas bases de dados em rede. Por fim, a própria avalanche informacional na qual estamos imersos só permite a captação e a organização de uma parcela muito pequena do conhecimento que é cotidianamente produzido tanto analógica quanto digitalmente. Portanto, independente da proposição e dos parâmetros que mobilizem/justifiquem a criação de uma biblioteca digital, a mesma se dará a ver como uma representação lacunar, fragmentária e limitada de uma atividade que, devido à sua própria natureza, não pode ser contida: a produção dos saberes que atravessam e orientam nossas vidas tanto em termos de experiências individuais quanto coletivas.

³¹ Citamos abaixo três bibliotecas digitais concebidas recentemente:

A *Digital Public Library of America* (<http://www.dp.la/>) é um projeto que visa conceber uma biblioteca pública digital cooperativa e de acesso aberto. Foi lançada em 2010 através de um convênio entre a Universidade de Harvard e a Google. O empreendimento se propõe a unificar em uma única plataforma digital os acervos da própria Harvard University, da Library of Congress e de outras instituições que queiram contribuir com a iniciativa.

A *BiblioTech – Bexar County Digital Library* (<http://www.bexarbibliotech.org/>) é a primeira biblioteca de e-books do mundo e está localizada na cidade de San Antonio, estado do Texas, nos Estados Unidos. O prédio onde fica a BiblioTech conta com 45 iPads, 40 laptops e 48 desktops para ser consultados por seus visitantes, que podem navegar por um catálogo de 10 mil e-books. Caso a pessoa não tenha um tablet ou e-reader para ler a versão digital do livro em casa, ela pode pegar um dos aparelhos para aluguel: são 600 e-readers tradicionais e 200 outros voltados para crianças. Começou a funcionar em 2013.

A *Biblioteca Digital Nacional do Brasil* (<http://www.bndigital.bn.br/>) é uma iniciativa da Biblioteca Nacional brasileira que tem por missão materializar duas das tradicionais missões dispensadas às bibliotecas nacionais: preservar a memória cultural e proporcionar amplo acesso às informações contidas em seu acervo. Ao ser criada, a BNDigital objetivava: ser fonte de excelência para a informação e a pesquisa; ser veículo disseminador da memória cultural brasileira; proporcionar conteúdo atualizado e de interesse dos usuários; alcançar públicos cada vez maiores, neutralizando as barreiras físicas; atender interesses das diversas audiências (pesquisadores profissionais, estudantes, público “leigo”); preservar a informação através de sua disseminação; preservar os documentos originais evitando o manuseio desnecessário e reunir e completar virtualmente coleções e fundos dispersos fisicamente em diversas instituições. Foi lançada em rede no ano de 2006.

Experiências individuais e coletivas ligadas às dinâmicas de produção, captação, organização e disseminação do conhecimento, eis aí o substrato prático-simbólico em torno do qual toda biblioteca se institui e define suas distintas modalidades de inserção social. Conjetura que, por sua vez, não pode ser apreendida sem se levar em conta a ampla gama de fatores políticos, econômicos e culturais que atravessam e conformam os regimes de saberes historicamente estabelecidos.

Foi isso o que tentamos enfatizar aqui. Tendo por referência o discurso ficcional e a engenhosidade criativa de três autores que converteram a biblioteca em artifício literário, tornou-se possível demonstrar que os elementos qualificadores responsáveis por definir sua estrutura conceitual e suas estratégias de atuação (atividades e serviços oferecidos ao público) estão diretamente imbricados a experiências concretas que foram projetadas em tempos e espaços específicos.

Neste sentido, o museu alexandrino, o labirinto medieval e a galeria infinita que irrompe através das redes virtuais são representações metafóricas, mas que sintetizam de maneira lapidar os usos e contra-usos que homens e mulheres cotidianamente impõem aos espaços e acervos conformados por tais instituições. Indo mais além, fazem remissão direta às dinâmicas de poder e às expectativas tecidas em torno da informação e de seus substratos. Em suma, as obras de Marguerite Yourcenar, Umberto Eco e Jorge Luiz Borges aqui apresentadas nos servem de aporte para pensarmos a biblioteca como estrutura através da qual se transparece a interação da história com o imaginário. Interação facultada porque:

A biblioteca, além de ser um acontecimento histórico, é um acontecimento imaginário. Cada um dos modelos biblioteconômicos surgidos na história é o resultado de condições contextuais específicas que responde a uma série de necessidades sociais que estão ligadas com processos sócio-imaginários, nos quais se encontram uma série de representações que servem como guia para a construção de cada modelo histórico³². (ALFARO LÓPEZ, 2002, p.45 – tradução nossa).

³² La biblioteca, además de ser un acontecimiento histórico, es un acontecer imaginario. Cada uno de los modelos bibliotecarios surgidos en la historia es el resultado de las condiciones específicas de cada contexto, por lo que llenan una serie de necesidades sociales que se encuentran imbricadas con procesos sociales imaginarios, los cuales se concentran en una serie de representaciones que sirven como guía para la construcción de cada modelo histórico.

A biblioteca, além de ser um acontecimento histórico, é um acontecimento imaginário cujas representações servem como guia para a construção de cada modelo socialmente instituído, este será o pressuposto balizador de todas as discussões subsequentes. Discussões que terão como objetivo analisar a especificidade das bibliotecas públicas em relação aos modelos aqui apresentados, tendo por referência sua constituição histórica, o conjunto de funções normativas que devem orientar as atividades e serviços informacionais por elas prestados, bem como as distintas possibilidades de interação com o público que seu espaço e acervo fomentam.

Modalidade de compreensão que também orientará nossa busca por apreender se as bibliotecas públicas estão presentes e o lugar por elas ocupado no conjunto dos referenciais intersubjetivos que permitem ao sujeito projetar um discurso identitário acerca de si. Razão pela qual o capítulo seguinte aproximará tais instituições do complexo campo conceitual e pragmático que perpassa a formação de um sentimento de identidade tanto coletivo quanto individual. Sigamos, pois, para nosso próximo desafio.

3. Capítulo 2

O general encontra seu refúgio: as bibliotecas públicas e a constituição de referenciais identitários

E desinchado, de óculos, tudo o que lhe parecera pronto a ser dito evaporara-se, agora que queria dizê-lo. Aquilo que enchera com realidade os seus dias reduzia-se a nada diante do ultimato de dizer. Como se via, aquele homem não era um realizador, e como tantos outros, só sentia a intenção, da qual o Inferno está repleto. Mas para escrever estava nu como se não lhe tivesse sido permitido levar nada consigo. Nem mesmo a própria experiência. E aquele homem de óculos de repente se sentiu singelamente acanhado diante do papel branco, como se sua tarefa não fosse apenas a de anotar o que já existia mas a de criar algo a existir. [...] Que esperava com a mão pronta? Pois tinha uma experiência, tinha um lápis e um papel, tinha a intenção e o desejo – ninguém nunca teve mais que isto. No entanto era o ato mais desamparado que ele jamais fizera³³.

A Lagarta tirou o narguilé da boca e disse, dirigindo-se a Alice com uma voz calma e sonolenta:

- Quem é você?

Alice respondeu um pouco acanhada:

- Eu... Eu neste momento não sei muito bem, minha senhora... Pelo menos, quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que depois mudei várias vezes...³⁴

³³ LISPECTOR, 1995, p.163-164.

³⁴ CARROLL, 2009, p.53.

No capítulo anterior buscamos responder a duas perguntas: *o que é uma biblioteca e como se dá a evolução desse conceito?* Adotando uma perspectiva historiográfica, foi possível evidenciar que tais instituições edificam-se e ganham contornos singulares em função das disposições econômicas, políticas, culturais e simbólicas que regem os sistemas de produção e disseminação do conhecimento em tempos e espaços específicos. Sendo assim, o museu alexandrino, a privacidade das coleções monásticas e as distensões conceituais estabelecidas a partir do desenvolvimento da tipografia mecânica postam-se como referenciais importantes para pensarmos o lugar que as bibliotecas ocupam em uma dada “comunidade de saber” e porque as mesmas podem ser definidas como um organismo social.

Nesta mesma mirada, partimos agora para uma segunda análise: apreender as especificidades que demarcam o surgimento e a consolidação das bibliotecas públicas tanto em termos conceituais, quanto naquilo que concerne às suas possibilidades de intervenção prática. Intervenção que, conforme se verá, está diretamente ligada às atividades de promoção da leitura, às ações de disseminação da informação, à preservação da memória documental e à constituição de um espaço de lazer, sociabilidade e enraizamento forjado em torno dos livros e dos múltiplos serviços e ações que oferecem a seus usuários. Indo além de uma síntese descritiva, espera-se demonstrar aqui que este conjunto de funções básicas institui-se como o fator responsável por converter as bibliotecas públicas em um dos mais vigorosos equipamentos culturais criados pelas sociedades contemporâneas.

Buscando concretizar nosso intento, o texto a seguir estrutura-se em torno de dois movimentos: o primeiro ocupa-se dos elementos histórico-conceituais que remetem à origem e ao desenvolvimento das bibliotecas públicas enquanto instituição social. Processa-se, para tanto, um estudo de cunho sócio-histórico de suas quatro funções básicas – cultural, informacional, recreativa e educacional – tendo como eixo orientador os seguintes operadores analíticos: leitura como produção de sentido, memória cultural, sociabilidade e enraizamento.

Em outro momento do texto, avalia-se a possibilidade de aproximarmos tais instituições das questões que mobilizam a formulação intersubjetiva de referenciais identitários. Neste segundo movimento, a noção de identidade será tratada como um discurso sempre em formação, mas que se expressa e se dá a ver através do contato com o outro no âmbito da vida

coletiva. Contato que pode ser potencializado por inúmeras esferas sociais como a escola, os sindicatos, a igreja e também as bibliotecas em função do estatuto simbólico e representacional que atravessa seus acervos, das atividades por elas desenvolvidas, e das distintas modalidades de interação vivenciadas em seus espaços físicos. Eis o que pretendemos defender em nossa tese.

De acordo com tal disposição, começemos nosso percurso recuperando os elementos que respondem a duas indagações de ordem histórico-conceitual: *como surgem as bibliotecas públicas e a quais funções sociais as mesmas devem responder?*

3.1. O refúgio do general: uma análise sobre as funções sociais da biblioteca pública

Porque não posso dissociar minha experiência das bibliotecas, de um olhar lançado à biblioteca, não somente como depósito de livros e lugar de leitura, mas também como lugar de aprendizado e de sociabilidade³⁵.

Em um de seus muitos momentos de intensa criação literária, Italo Calvino nos apresenta um personagem emblemático, cujos feitos narrados se convertem em valioso referencial analítico para aqueles que buscam compreender a importância social das bibliotecas públicas e as funções a elas atribuídas por uma dada sociedade.

Fedina, general respeitado nas terras da Panduria, em uma fria manhã de inverno, se vê encarregado pelo Estado-maior de seu país da seguinte missão: reunir o exército panduriano e marchar em direção ao velho palácio que abrigava a maior e mais antiga biblioteca da região para avaliar, por meio de cuidadosa leitura, se os livros ali preservados continham opiniões contrárias ao prestígio militar.

Desta feita, ao chegar à biblioteca em um dia qualquer de novembro, Fedina decretou a imediata paralisação das atividades que nela se exerciam, trancou suas portas seculares e

³⁵ GOULEMOT, 2011, p.8

expulsou todos aqueles que ali trabalhavam. Além disso, arregimentou sentinelas em suas vias de acesso, onde foram afixados cartazes proibindo a entrada de usuários por causa das grandes manobras que ali se dariam, até que as mesmas fossem concluídas. Por não ser versado em matéria bibliográfica, solicitou que do pessoal da biblioteca ficasse apenas um velhinho, o senhor Crispino, recrutado para explicar aos oficiais o lugar dos livros.

Com os padrões logísticos engendrados, decidiu-se que “*o general controlaria a classificação dos volumes e aplicaria carimbos diversos, dependendo se o livro fosse declarado para ser lido por oficiais e suboficiais da tropa, ou fosse denunciado ao Tribunal Militar*” (CALVINO, 2001, p. 75). Seguindo-se metodicamente tal recomendação, ao fim de cada dia de trabalho se produziria um relatório a ser transmitido via rádio ao comando supremo, cujo teor deveria dar conta do total de volumes examinados, do número de exemplares retidos e quais deles eram declarados adequados à leitura pública. “*Mas fatos de alcance bem maior iam amadurecendo, dos quais o rádio de campanha não transmitia notícias. A floresta dos livros, em vez de ser desbastada, parecia ficar cada vez mais emaranhada e insidiosa*”. (CALVINO, 2001, p. 76).

Em razão disso, após semanas de intensa leitura, algo começou a modificar tal rotina: “*no comunicado vespertino da comissão, o número dos livros examinados era cada vez maior, mas já não se relatava nenhum dado sobre veredictos positivos ou negativos. Os carimbos do general Fedina iam ficando ociosos*” (CALVINO, 2001, p. 77). Sendo assim, sobre o prosseguimento dos trabalhos da comissão não se conhecem muitos detalhes: o que aconteceu na biblioteca nestes longos meses de inverno não foi descrito, “*mas o fato é que os boletins radiofônicos do general Fedina passaram a chegar cada vez mais raramente ao Estado-maior da Panduria, até que pararam de vez*” (CALVINO, 2001, p. 77-78).

Aterrorizado pelo silêncio, o comando supremo decretou que o general concluísse sua investigação o quanto antes, devendo este apresentar um exaustivo relatório de seus feitos.

A ordem chegou à biblioteca quando o espírito de Fedina e de seus homens se debatia entre sentimentos opostos: por um lado, estavam descobrindo a todo instante novas curiosidades a serem satisfeitas, estavam tomando gosto por aquelas leituras e aqueles estudos como nunca antes teriam imaginado; por outro, não viam a hora de voltar para junto das pessoas, de retomar

contato com a vida, que agora lhes parecia muito mais complexa, quase renovada aos olhos deles; e, além disso, a aproximação do dia em que deveriam deixar a biblioteca enchia-os de apreensão, pois teriam que prestar contas de sua missão, e, com todas as idéias que andavam brotando em suas cabeças, não sabiam mais como sair dessa enrascada (CALVINO, 2001, p. 78).

Foi então que, quando a neve se pôs a derreter e os primeiros brotos dos galhos começaram a germinar, o general e sua comitiva abandonaram a biblioteca e seguiram em direção à base do comando supremo da Panduria com o intuito de relatar os resultados de suas investigações. Alçando sua voz diante de um Estado-maior estupefato, Fedina proferiu um discurso que, aos moldes de um compêndio de história da humanidade, criticava, com argumentos irrefutáveis, as ideias então vigentes naquele país, denunciando as classes dirigentes como responsáveis pelas desventuras de sua pátria e exaltando o povo como vítima heróica de guerras e políticas equivocadas.

Era uma exposição um pouco confusa, com afirmações muitas vezes simplistas e contraditórias, como costuma acontecer com quem abraçou há pouco novas idéias. Mas sobre o significado geral não podia haver dúvidas. A assembleia dos generais da Panduria empalideceu, arregalou os olhos, reencontrou a voz, gritou. O general nem pôde terminar. Falou-se de degradação, de processo. Depois, temendo-se escândalos mais graves, o general e os quatro tenentes foram mandados para a reserva por motivos de saúde, por causa de “um grave esgotamento nervoso contraído no serviço” (CALVINO, 2001, p. 79).

Sobre o destino desses homens não se tem maiores notícias, mas há quem diga que “*vestidos à paisana, empacotados dentro de sobretudos acolchoados para não congelarem, frequentemente eram vistos entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros*”. (CALVINO, 2001, p. 79).

Embora circunscritas ao âmbito da ficção, as figurações criadas pelo escritor italiano nos impulsiona a esboçar alguns questionamentos: o que aconteceu dentro daquela antiga biblioteca que provocou uma mudança completa nos planos do general Fedina e na história da Panduria? Estaria tal mudança ligada aos livros, à leitura e à biblioteca? E por que Calvino escolheu como cenário de sua narrativa uma velha instituição pública? Que atributos tais espaços possuem para se converterem em matéria literária?

Como é sabido, a falta de relatos mais precisos nos impede de elaborar prognósticos concretos para a primeira questão, no entanto, em relação às demais, podemos tentar conjecturar algumas respostas lançando mão de outras indagações: o que é uma biblioteca pública? Quais as suas funções sociais básicas? Que elementos distinguem tais instituições daquelas apresentadas no capítulo anterior? Por que sua imagem se associa de maneira tão íntima às atividades de leitura, memória e sociabilidade? Em que medida a conjunção entre tais práticas e as ações exercidas pelas bibliotecas públicas pode auxiliar seus usuários a projetar novos rumos para suas vidas? Tendo como referência esse conjunto de inquietações, iniciaremos nossas conjecturas recuperando os traços históricos que levaram ao surgimento e à definição dos atributos específicos das bibliotecas públicas em comparação a outros espaços informacionais.

As bibliotecas públicas surgiram em um contexto bem demarcado: a Inglaterra pós-Revolução Industrial, sendo que sua função primária era servir de refúgio a uma parcela da população posta à margem de outros mecanismos culturais em função da disparidade econômica causada, sobretudo, pela intensificação dos fluxos migratórios que traziam o homem do campo para as malhas urbanas da cidade. Já àquela época, esperava-se que elas contribuíssem de maneira significativa para a “ordem social” e o “progresso da nação”, bem como para a “manutenção da democracia” instaurada após a laicização dos Estados Nacionais. Ordem, progresso e manutenção dos referenciais democráticos que deveriam ser dinamizados, em um primeiro plano, por ações relacionadas à leitura e à educação. Razão pela qual, foram visualizadas de imediato como um “bom investimento social”.

Sua defesa, conforme atesta Susana Mueller (1984, p.9), ressaltava o baixo custo de um empreendimento que permitiria dar ao povo acesso à “boa literatura”, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres “inocentes”, e, portanto, fora das prisões, tribunais e asilos. Além disso, acreditava-se que as bibliotecas públicas poderiam provocar em seus usuários o hábito e o gosto pela boa leitura, dando, assim, continuidade ao “trabalho civilizatório” iniciado pela escola primária.

Posteriormente, e para além dos ideários positivistas de ordem e progresso, de boa leitura e de trabalho civilizatório que definiram seus primeiros contornos, percebeu-se que as bibliotecas públicas poderiam contribuir para a socialização de seus usuários e para sua individualização, seja através da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos e lugares onde se inseriam. Com isso, a definição de seus atributos e funções sociais passou a ser estruturada “*pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas*”. (MUELLER, 1984, p.25). Ora, uma vez que tal valor de uso muda e evolui, assim como se transformam os hábitos informacionais e os sistemas sociais nos quais os mesmos se assentam, as expectativas em relação às bibliotecas públicas também estão sujeitas a deslocamentos e revisões.

Isso se torna claro quando trazemos para nossas discussões um panorama evolutivo do próprio conceito “biblioteca pública”. Se no século XIX imperava o entendimento de que sua missão era educar as classes sociais mais baixas e preservar os “valores” então vigentes, o que se percebe ao longo de todo o século seguinte é um intenso debate acerca das dificuldades encontradas para assimilar seus horizontes de atuação e apreender suas possíveis contribuições em contextos geográficos específicos. Debate que começa já no ano de 1949 quando a UNESCO declara que:

As bibliotecas públicas são um dos meios mais eficientes para se adquirir, organizar e por à disposição de todos publicações informativas e educativas. A biblioteca pública está em condições de adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade ou uma região, pois tem a possibilidade de escolher entre os meios mais diversos. (UNESCO, 1949 *apud* JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.17 – destaques nossos).

Definição que traz em seu bojo uma acentuada preocupação com os processos educativos e com as atividades referentes à captação, organização e disseminação de insumos informacionais. Pensadas como dispositivos capazes de satisfazer às demandas por materiais de leitura, as bibliotecas públicas não poderiam ser enquadradas aqui na categoria de organismos culturais, já que suas atividades se mostram restritas à conformação de acervos com fins politicamente demarcados: “*adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade*”. Ou seja, o pressuposto que deveria embasar o desenvolvimento de suas ações ainda se mostrava tributário dos princípios difundidos nos anos finais de 1800.

Posição retificada pela *Conferencia sobre el desarrollo de los servicios bibliotecarios públicos en la América Latina*. Realizada em 1951, seus participantes acabaram por definir as bibliotecas públicas utilizando os seguintes termos:

É uma agência de educação fundamental que colabora com a tarefa de salvar para a cultura as massas ignorantes. É também uma agência de educação complementar à escola e à formação da futura clientela de leitores. É ainda, uma agência social de serviços que presta informações, conselhos, diversão e orienta às crianças, ao adolescente e ao adulto que estão fora dos circuitos formais de educação, qualquer que seja sua condição social, nacionalidade, raça, credo, idioma ou profissão. Por último, é uma agência de civismo a serviço dos interesses coletivos e dos supremos ideais humanos, que inspira a consciência social do indivíduo e do povo e responde às aspirações altruístas dos elementos mais qualificados da sociedade³⁶. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.18 – tradução e destaques nossos).

Apesar de ter sido formulado como diretriz para a atuação das bibliotecas públicas no âmbito dos países em desenvolvimento, expressões como: “salvar para a cultura as massas ignorantes”, “agência de civismo a serviço dos interesses coletivos” e “responder às aspirações altruístas dos elementos mais qualificados da sociedade” indicam um retrocesso desse conceito em relação àquele que consta no documento da Unesco, uma vez que revigora e propaga para outras paragens a vertente positivista que, por longa data, definiu os moldes de atuação dessas instituições. Por consequência, a inclinação educativa e informativa que se mostra contemplada no trecho acima citado parece responder a um projeto de dominação política que encontra respaldo no momento histórico vivenciado pela grande maioria dos países latino-americanos àquela época.

Desvencilhar as bibliotecas públicas de sua herança positivista, talvez tenha sido essa uma das razões que levou a Unesco a rever o *Manifesto* de 1949 e proclamar o potencial democrático de tais espaços. A partir de 1972, um novo conceito foi proposto e passou a sustentar teórica e

³⁶ La biblioteca pública es una agencia de educación fundamental que colabora en la tarea de salvar, para la cultura, a las masas ignorantes. También es una agencia de educación complementaria de la escuela y de formación de la futura clientela de lectores. Así mismo, es agencia social de servicios que presta información, consejo, recreación y guía al niño, al adolescente, al adulto, que escapan al radio de influencia de la educación formal, cualquiera que sea su condición social, nacional, su raza, credo, idioma o profesión, Por último, es agencia de civismo al servicio de los altos intereses colectivos y de los supremos ideales humanos, que inspira la conciencia social del individuo y del pueblo y encauza las aspiraciones altruístas de los elementos más calificados de la sociedad.

praticamente as ações desenvolvidas por estas instituições bibliotecárias em distintas partes do globo. Em síntese, a nova diretiva afirmava que a biblioteca pública é:

Uma instituição democrática voltada para o ensino, a cultura e a informação. É o principal meio para dar a todo mundo livre acesso aos registros do pensamento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa. A biblioteca pública, enquanto força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação é também um instrumento indispensável para o fomento da paz e a compreensão entre as pessoas e entre as nações. (UNESCO, 1972).

Apesar de muito genérica e abrangente, a revisão prescrita pela Unesco constitui-se como a primeira Declaração Universal sobre a missão, as funções e os serviços que devem ser cobertos pelas bibliotecas públicas. É também o documento que acena para o aspecto democrático dessas instituições e para as suas responsabilidades enquanto organismo educativo, informativo e cultural.

Aspecto democrático e responsabilidades sociais que ganharam visibilidade no contexto ibero-americano e se tornaram o principal ponto de discussão da *Reunión sobre el estado actual y estrategias para el desarrollo de las bibliotecas públicas en América Latina*. Endossando as premissas que foram estabelecidas pela *Declaração* de 1972, as comitivas que integravam o evento sancionaram um documento no qual se lê que: “*a biblioteca pública é um fator de desenvolvimento e um instrumento de mudança social na América Latina, cuja responsabilidade é responder às aspirações e aos esforços de integração regional*”³⁷. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.20 – tradução nossa.).

Conhecido como *Declaração de Caracas* e formatado no ano de 1982, o documento acima apreende a biblioteca pública como um dispositivo democrático e deixa claro o papel do Estado em sua gestão, razão pela qual designa como uma de suas prerrogativas básicas a necessidade de serem inscritas e priorizadas nos planos de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada país.

³⁷ La biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio social en América Latina, con el fin de que ésta responda a su proceso histórico, a sus aspiraciones y a los esfuerzos de integración regional.

Pensar a biblioteca como um item a ser considerado no conjunto das ações que promovem o desenvolvimento de um país, não era isso o que pensavam seus idealizadores lá no século XIX? Qual a diferença desse novo enquadramento para aquele que foi corporificado no momento de fundação dessas instituições? A diferença é simples, mas fundamental: se antes o objetivo era civilizar a massa populacional posta à margem das atividades culturais vivenciadas nos grandes centros urbanos, a finalidade agora é converter as bibliotecas em um “portal local de acesso ao conhecimento”, ou seja, em um espaço que “*proporciona as condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais*”. (UNESCO, 1994).

Um desenvolvimento contínuo e extensivo a todos os sujeitos que queiram delas se aproximar já que deve ser planejado de maneira igualitária, sem esboçar qualquer “*distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social*”. (UNESCO, 1994). É isso o que apregoa a nova versão do *Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas*. Trazido à luz no ano de 1994 e revisto em 2009, o documento aglutina em seus parâmetros os principais pontos das iniciativas anteriormente fixadas e arregimenta o núcleo de pressupostos que confere especificidade a tais instituições tanto naquilo que concerne à sua natureza e finalidade, quanto às suas características e ao seu enfoque.

Sendo assim, quando falamos em biblioteca pública devemos pensar em uma instituição social voltada para a cultura, a educação, a informação e o lazer, cuja finalidade é apoiar os processos educativos, sejam eles formais ou não formais, bem como o acesso à informação, ao conhecimento e a promoção das práticas culturais. Deve permitir também a integração social e a participação cidadã. Em virtude disso, as atividades que desenvolve devem ser planejadas tendo-se em vista o atendimento amplo e irrestrito de todos os membros da comunidade.

Por ser uma instituição criada, mantida e financiada pelo poder público, seja este local, regional ou nacional, tem por obrigação propiciar livre acesso e gratuidade na oferta de seus serviços e fomentar coleções diversas que representem e respondam à pluralidade representacional dos distintos grupos sociais que conformam a paisagem simbólica na qual se

insere. Motivo que justifica seu enfoque democrático e sua preocupação com a formação de cidadãos participantes. Dito de outra maneira:

A biblioteca pública é um espaço para a formação da identidade individual; sua função está calcada na criação de cidadãos livres por meio do acesso e da participação das pessoas na cultura e do fornecimento de informações requeridas para tomar decisões. As bibliotecas públicas têm um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais, que se julga a partir da contribuição que podem oferecer, direta ou indiretamente, para a solução das desigualdades econômicas, culturais, educativas e organizativas ao possibilitar o equilíbrio no desenvolvimento das pessoas³⁸. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.20 – tradução nossa).

Desta feita, acreditamos que para melhor compreender e operacionalizar essa definição de biblioteca pública faz-se necessário conjugar em um mesmo plano semântico-discursivo elementos teóricos e de ordem prática voltados tanto para sua missão social quanto para seus enquadramentos ideológicos, permitindo, assim, visualizar os pontos de articulação estabelecidos com a realidade informacional e simbólica à sua volta. Torna-se também indispensável percebê-la como um organismo portador de uma historicidade própria, mas que está sujeito a processos gerenciais formulados com um propósito amplamente demarcado: conceber objetivos e gerir ações e produtos politicamente estruturados em torno da garantia do direito de acesso à informação, de ocupação do tempo livre, de educação e, particularmente, de socialização e acesso à cultura e à memória coletiva.

Talvez por essas razões Italo Calvino tenha escolhido como cenário de sua fábula o espaço de uma velha biblioteca pública. Ao fazer do castelo panduriano o ponto de irrupção de uma série de mudanças intersubjetivas que reorientaram as posturas do general Fedina em relação à história de seu país e aos acontecimentos de sua própria biografia, o escritor italiano nos oferece importantes argumentos para que possamos pensar tais instituições como organismos sociais. Foi através do acesso à leitura e aos livros de seu acervo que o nosso protagonista pôde questionar os rumos políticos que o Estado-maior da Panduria havia empreendido ao longo de séculos. Por meio da socialização com o bibliotecário Crispino e com os outros

³⁸ La biblioteca pública es un espacio para la formación de la identidad individual; su función está cimentada en la creación de ciudadanos libres por medio del acceso y la participación de las personas en la cultura y del suministro de información que requiere para tomar decisiones. La biblioteca pública tiene un gran potencial de intervención en las dinámicas sociales, si se juzga a partir de la contribución que puede hacer, directa e indirectamente, para la solución de las desigualdades económicas, culturales, educativas y organizativas, al posibilitar el equilibrio en el desarrollo de las personas.

membros de sua comitiva, o militar empreendeu horas de acaloradas discussões que se fizeram ressoar para além das salas frias daquele lugar secular. Sendo assim, não é de se estranhar que Fedina tenha feito desse espaço de memórias e histórias diversas o seu refúgio após ter sido condenado ao degredo por seus pares.

Argumentos que agregados ao panorama conceitual aqui apresentado servem como resposta para a maioria das perguntas erigidas nas páginas iniciais do presente capítulo. No entanto, não indicam uma solução satisfatória para a última de nossas inquietações, a saber: em que medida a conjunção entre as práticas de leitura, memória e sociabilidade vivenciadas na e a partir das bibliotecas públicas pode auxiliar seus usuários a projetar novos rumos para suas vidas? Seria esta uma indagação sem resposta? Acreditamos que não.

Visando demonstrar a validade de tal afirmativa, empreendemos nas próximas seções uma análise mais apurada das funções sociais atribuídas a estas instituições em busca de subsídios que nos auxiliem a comprovar nossa tese de que as bibliotecas públicas contribuem de maneira efetiva para a formulação intersubjetiva de referenciais identitários. Para tanto, começaremos apontando as congruências entre as práticas de leitura e a suas efetivações nesses espaços.

3.1.1. Ler é experimentar possíveis, ou a biblioteca como espaço de leitura

Para um leitor, esta pode ser a razão essencial, talvez a única justificativa para a literatura: que a loucura do mundo não nos tome por completo, mesmo que invada nosso porão e depois, lentamente vá tomando nossa copa, a sala e a casa inteira. [...] Quando o mundo se torna incompreensível, quando atos de terror e respostas aterrorizantes para tal terror encham nossos dias e nossas noites, quando nos sentimos desorientados e desconcertados, procuramos um lugar no qual a compreensão (ou a fé na compreensão) tenha sido expressa em palavras³⁹.

Embora muitos a visualizem como um elemento essencial para que o homem construa e edifique as relações que estabelece com o meio no qual se insere, a leitura não se configura

³⁹ MANGUEL, 2009, p. 59

como um ato natural, mas, antes, como um conjunto de fazeres históricos, sociais e culturalmente demarcados. É uma arte investigativa, que *“quase não deixa traços visíveis nem garantias contra a usura do tempo, mas ação produtora que, em cada um dos seus encaminhamentos e de fazeres, ao mesmo tempo alteram e conferem existência ao texto”*. (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 32). É um jogo em torno da apropriação, da recriação. Ofício que não se restringe a um único conceito, mas, sim a um universo de práticas difusas e em permanente transformação, através das quais sujeitos comuns interpretam e conferem os mais variados matizes de significação para o mundo que os cercam.

Razão pela qual não deve ser pensada como algo neutro em relação ao mundo, mas, antes, como ato que produz, na sua própria dinâmica, caminhos diferenciados para uma ação social concreta, em virtude da diversidade das necessidades e dos interesses de cada agente que lhe confere um sentido e um valor. Desta feita, e extrapolando uma acepção de cunho meramente denotativo, é possível se apontar que *“a leitura não é apenas uma prática, mas uma forma de vida”* (PIGLIA, 2006, p. 21). Em outros termos: mais que um ato hermenêutico ou uma exegese erudita, a leitura se converte em trabalho do pensamento, em recurso de apropriação do mundo, em movimento de ressignificação da realidade.

De fato, enquanto atividade interpretativa e de produção de sentido, a leitura não se posta como um processo de recepção delimitado por conteúdos objetivos ou como ato passivo de sujeição ao texto. Todo leitor, como nos aponta Michel de Certeau (1994), caça em terras alheias, *“demarca com os olhos, com o dedo, com o franzir das sobrancelhas, com o sorriso, seus caminhos em busca do sentido. Sob a contingência, sem dúvida, e no espaço próprio do texto, ele elabora – como quer ou como pode – sua leitura do texto: um novo texto”* (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p.33). Toda leitura é, então, um processo voluntário da inteligência por meio do qual produzimos e sobrecodificamos sentidos, impressões e significados.

No entanto, mesmo ligando-se à inteligência, a leitura não se define como uma operação intelectual abstrata: ela é também o uso do corpo, uma inscrição dentro de um espaço histórico-temporal e uma relação dos leitores consigo mesmos e com os outros. Não por acaso, *“ler tem a ver com a liberdade de ir e vir, com a possibilidade de entrar à vontade em*

um outro mundo e dele sair” (PETIT, 2009, p. 92). A leitura de qualquer texto é, portanto, um processo de construção cultural e histórica, que se efetiva a partir da mescla entre as condições materiais destinadas à sua produção e circulação, com a subjetividade e o lugar em que cada leitor se encontra no momento de executá-la. Em outras palavras:

A atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. [...] Ele [o leitor] insinua as astúcias do prazer e de uma reaproximação no texto do outro, aí vai à caça, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo. Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma “invenção” da memória. Faz das palavras as soluções de histórias mudas. A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor (CERTEAU, 1994, p. 49, v. 1).

Neste sentido, as pistas lançadas pelo historiador acima citado nos indicam que nenhum leitor é confrontado com textos abstratos, ideais ou desvinculados de uma materialidade espaço-temporal. Ao contrário, eles manipulam objetos, ouvem palavras cujas modalidades governam a leitura e a escrita. Fazendo isso, comandam os possíveis movimentos de compreensão e de apropriação do texto, da mesma forma como ressaltam que *“toda história das práticas de leitura é, portanto, necessariamente uma história dos objetos escritos e das palavras leitoras”*. (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p.6, v.1). Deixam transparecer, em última instância, que a leitura constrói um espaço entre o imaginário e o real, e que o mesmo desmonta a clássica oposição binária entre ilusão e realidade, entre história e ficção.

Indícios que corroboram para a tese de que não existe nada simultaneamente mais real e mais ilusório do que o ato de ler. Razão pela qual *“a leitura continua sendo uma experiência insubstituível, em que o íntimo e o compartilhado estão ligados de modo indissolúvel, e de que o desejo de saber, a exigência poética, a necessidade de relatos e a necessidade de simbolizar nossa experiência constituem a especificidade humana”*. (PETIT, 2013, p.32). Sendo assim, lemos, e mesmo que a leitura não seja indispensável para se viver, porque a vida é mais cômoda, mais clara, mais ampla para aqueles que leem que para aqueles que não leem. Por quê?

Primeiramente, em um sentido bastante simples, viver é mais fácil para aqueles que sabem ler, não somente as informações, os manuais de instrução, as receitas médicas, os jornais e as cédulas de voto, mas também a literatura. Além disso, supôs-se por muito tempo que a cultura literária tornasse o homem melhor e lhe desse uma vida melhor: com a literatura, o concreto se substitui ao abstrato e o exemplo à experiência para inspirar as máximas gerais ou, ao menos, uma conduta em conformidade com tais máximas. A literatura, instrumento de justiça e de tolerância, e a leitura, experiência de autonomia, contribuem para a liberdade e para a responsabilidade do indivíduo (COMPAGNON, 2009, p. 29-35).

O leitor é, pois, um sujeito autônomo, capaz de construir sentidos e imprimir marcas interpretativas no texto que sobrecodifica. De dissecar o signo e de distender seus limites de compreensão. De subverter o texto, de torná-lo móvel, intercambiável. De deslizar sua fantasia, seus desejos e angústias entre as linhas e sentenças formuladas por um autor qualquer. Sendo mais explícito:

Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente, mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam em terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram. A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva, ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido. [...] Com efeito, a leitura não tem lugar (CERTEAU, 1994, p. 269-270, v.1).

Como a leitura não tem lugar, todo leitor revela ser uma figura histórica que respeita a historicidade do signo que lê, mas que promove, concomitantemente, uma ruptura com as leituras feitas até então, empreendendo sua própria interpretação, imprimindo sua marca pessoal no universo de possibilidades de significação que lhe é apresentado. O leitor é um viajante que desvenda e reconstrói, ao longo do processo de leitura, os sentidos, as acepções, as múltiplas variantes interpretativas que a obra lhe oferece. Neste caso, nenhum texto se apresenta por completo, mas se evidencia durante a tessitura do próprio ato de ler. De maneira mais explícita: o texto só adquire sentido durante as intervenções de seus inúmeros leitores. Eis, então, o grande paradoxo da leitura:

Admite-se comumente que ler é decodificar: letras, palavras, sentidos e estruturas, e isso é incontestável; mas acumulando as decodificações, já que

a leitura é, de direito infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma intervenção dialética: finalmente ele não decodifica, ele sobrecodifica; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas: ele é essa travessia (BARTHES, 2012, p.41).

Nestes termos, ele dispõe do poder de desvelar uma verdade que não seja transparente, mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível. Ler é, pois, experimentar possíveis.

Experimentar possíveis, talvez tenha sido isso que o general Fedina e seus comandados descobriram ao longo daquele surpreendente inverno. Para além disso, podem ter percebido que a leitura é, em si mesma, uma atividade que se converte, através da experiência dos outros e do contato com o outro, em *“tentativa de agarrar o que está perdido, faltando, inacabado, de superar espaços, abolir fronteiras, reunir o que está separado, reconstituir terras desaparecidas, épocas passadas”* (PETIT, 2009, p. 264-265).

Formulação que nos impele a levantar a seguinte questão: por meio de quais artificios o leitor – seja ele o general de nossa história ou aquele com o qual nos deparamos em nosso dia a dia – se torna capaz de exercitar este universo de possibilidades que a leitura oferece? Ao vivenciar o texto e dele tomar posse, o leitor, por meio do confronto com outro, acaba por elaborar partes escondidas de si mesmo. Ao acessar o longínquo, o estranho e o poético, depara-se com uma miríade de imagens, situações e personagens que fomentam seus pensamentos e cativam seus sonhos. Ao tomar conhecimento de culturas distintas, o leitor vê seu mundo e seu universo interior dilatar-se, ao mesmo tempo em que estrutura as bases nas quais sua individualidade se nutre, se desenvolve e se valoriza. Dito de outra maneira, o que a leitura oferece àqueles que dela tomam parte:

São bens culturais que abrem de modo radical o tempo e o espaço e permitem, precisamente, um desvio. Desvio vital, que conduz a vias desconhecidas, em ruptura com a situação de cada um, recoloca em movimento o desejo, permite recarregar o coração, reencontrar, sob as palavras, emoções secretas compartilhadas, um pano de fundo de sensações, um laço com a infância; e que torna a movimentar o pensamento. É, então, um esquecimento temporário da dor, do medo ou da humilhação que se torna possível. Quase uma conjuração. Um local de acolhida é igualmente encontrado: os livros lidos são moradas emprestadas onde é possível se sentir protegido e sonhar com outros futuros, elaborar uma distância, mudar

de ponto de vista. Para além do carácter envolvente, protetor, habitável, da leitura, uma transformação das emoções e dos sentimentos, uma elaboração simbólica da experiência vivida tornam-se, em certas condições, possíveis. (PETIT, 2009, p. 283-284).

Projetar explicações para as práticas de leitura exige, pois, compreendê-las como construtos sócio-culturais que só adquirem sentidos a partir da urdidura de inúmeras variáveis que em nenhum momento se isolam, encerrando em si modos, ritmos, intensidades e desejos que variam de texto para texto e de leitor para leitor. Deve-se, ainda, tentar apreender as maneiras como as mesmas se efetivam nos vários lugares onde se desenvolvem. Espaços que podem ser a família, a igreja, os sindicatos ou diversas outras esferas da vida social como a escola e as bibliotecas públicas.

De fato, todo aquele que lança um olhar sobre a história da leitura percebe, de imediato, que a biblioteca se configura como *lócus* privilegiado para que essa prática se desenvolva e se efetive. Isto porque, por entre seus corredores e estantes, os usuários podem encontrar a infraestrutura necessária para buscar, descobrir e utilizar determinada informação, convertendo-a, posteriormente, em insumo gerador de novos conhecimentos. Neste sentido:

Uma visita demorada às bibliotecas nos permite viver e reviver a singular experiência que ocorre quando estabelecemos um diálogo com os sábios que nos antecederam. É sempre provocador de demoradas reflexões. E por serem portadores de sabedoria, os livros não deixam de nos instruir ainda quando suas vozes se encontram silenciadas. Se não falam aos nossos ouvidos, estabelecem com os leitores uma conversa no plano do entendimento. E despertam nossa curiosidade, ativando a mente para perscrutar, por eles e com eles, os obscuros caminhos por onde trilharam as diversas experiências da humanidade (RODRIGUES, 1999, p. 82).

Ler e estudar em uma biblioteca é, segundo esta perspectiva, tentar promover a atividade dialética que se instaura entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos desenvolvidos por cada sujeito em processo de interação com as várias materialidades físicas e simbólicas que constituem os acervos destas instituições. Razão pela qual, no cerne de uma biblioteca, a atividade dos leitores também não se delimita à tarefa de reunir informações, ordená-las e catalogá-las. Mais que isso, eles devem potencializar suas leituras

apossando-se dos acervos, promovendo associações impensadas, dialogando com vozes aparentemente silenciadas. Ler e estudar em uma biblioteca é, pois:

Tentar conciliar um desejo de universalidade e a necessidade de escolha, de seleção, até mesmo de esquecimento, como as próprias condições da leitura e do pensamento. O trabalho na biblioteca é percurso no interior de um livro, em seguida de livros para livros e dos livros para o mundo, com suas travessias áridas, suas erranças labirínticas e seus momentos de jubilação intelectual, suas caminhadas míopes e seus grandes panoramas. É também uma viagem no tempo, uma “anábasis” nas ramificações da memória do saber e da criação de um espaço de encontros utópicos e ucrônicos – convergência das idéias, perenidade e metamorfoses dos modelos e das lições, afinidades eletivas ou escolhas longamente refletidas, em que se reaviva o pensamento e o saber de outrem e de outrora através do comentário, da leitura e do jogo livre das digressões (JACOB, 2000, p. 10).

Relação instituída há longa data, uma vez que a história da leitura é indissociável da história das bibliotecas, estando suas dimensões sócio-culturais atreladas às formas e circunstâncias por meio das quais cada um destes elementos se exibem no tempo e nos espaços onde ganham concretude. Sendo assim, o que torna uma biblioteca o reflexo de seus leitores não é tão somente o movimento de seleção dos títulos que estes poderão vir a ler, mas a urdidura das associações implícitas que este gesto deixa transparecer. Neste sentido, se é verdade que a leitura nos permite recordar a experiência comum a toda humanidade, as bibliotecas, especialmente as instituições públicas, nos auxiliam a perceber o mundo de dois ângulos distintos: como *terra estrangeira* ou *como lar*. Em outras palavras:

Vagando entre nossos livros, tirando um volume da estante e folheando-o ao acaso, as páginas ou bem nos espantarão por diferir de nossa experiência ou bem nos confortarão por sua semelhança. A cabeça de Agamêmnon ou a brandura do lama de Kim me são absolutamente estranhos; a surpresa de Alice ou a curiosidade de Sinbad refletem uma e outra vez minhas próprias emoções. Todo leitor é um andarilho ou um viajante de retorno. (MANGUEL, 2006, p. 253).

Em associação com a leitura, as bibliotecas transmutam-se em conservatórios de sentido nos quais encontramos metáforas e referências que nos auxiliam a ordenar o mundo e a esclarecê-lo. Deparamos-nos também com narrativas literárias ou “estórias” geradas pelo exercício lento de escritores e artistas que realizaram um trabalho de transfiguração poética de seus próprios questionamentos e dos vários conflitos que estão no cerne da vida psicológica e social. Ao fazer isso, a conjunção entre as práticas de leitura e as bibliotecas outorga uma

espécie de sentido para a vida de seus usuários. Sentido que abre para estes uma multiplicidade de possibilidades de transformação, de inspiração, de acesso à tradição.

Portanto, embora o termo biblioteca esteja sendo usado de maneira ampla, as formulações aqui propostas têm como ponto de referência as experiências práticas e simbólicas que se dão a ver no âmbito das bibliotecas públicas. Espaços que conservam em seus acervos uma parcela multivariada de substratos informacionais e que propicia, a partir da socialização e do incentivo à educação, que seus usuários se reconheçam enquanto seres sociais. Reconhecimento potencializado pelas práticas de leitura que fazem movimentar os índices de significação que constituem a cultura, a história e a memória da localidade onde as mesmas se inserem. É por isso que defendemos a tese de que ler em uma biblioteca pode:

Contribuir para a elaboração de uma identidade que não se baseia no mero antagonismo entre “eles” e “nós”, minha etnia contra a sua, meu clã, meu povo ou meu “território” contra o seu. Pode ajudar a elaborar uma identidade em que não se está reduzido apenas a laços de pertencimentos, mesmo quando se tem orgulho deles, e levar à construção de uma identidade plural, mais flexível, mais adaptável, aberta ao jogo e às mudanças. A biblioteca é um lugar onde se pode consultar o mundo e o que está em jogo com a difusão da leitura talvez seja a passagem a outras formas de pertencer a uma sociedade. (PETIT, 2013, p.55-56).

Portanto, seja como espaço físico, como símbolo de uma ordem cósmica, social e política ou como forma visível da razão humana, as bibliotecas são lugares que guardam histórias e despertam o fascínio e o encantamento. Lugares onde tais elementos se transmutam, perturbando e excitando fantasias, irmanando o sonho com a ação, além de provocarem medo e instigarem reações.

Por isso, independentemente de sua “realidade”, as bibliotecas oferecem a base de repertório em que nossa imaginação opera. Contém, internamente, um tratamento crítico realizado pelo responsável por sua constituição. Nem por isso deixam de denunciar a existência de outras possibilidades organizativas ou seletivas. Compreender essa crítica prévia e perceber seus vínculos com o tempo e com as leituras que então se davam permite sobrepor a ela outro exercício crítico e, nesse cruzamento, enxergar a historicidade da cultura, o diálogo entre temporalidades. Permite realizar balanços dos textos que fundam cada experiência histórica (PINTO, 2004, p. 42).

Desta feita, pensar a biblioteca pública como um espaço de leitura significa reafirmar seu *status* de instituição social, não apenas porque ela contribui com o acesso ao conhecimento e à informação, mas porque viabiliza o contato e a apropriação do conjunto de bens simbólicos que auxiliam os sujeitos a forjarem uma imagem de si e se abrirem para o outro. Indo um pouco mais além, podemos dizer que a conjunção biblioteca pública e leitura contribui para que cada usuário/leitor realize, segundo Michèle Petit (2013, p.113), “*deslocamentos, reais ou metafóricos, em diferentes terrenos de sua vida*”.

Lugares propícios aos desvios e aos encontros inesperados, as bibliotecas públicas conferem a cada um que atravessa suas portas uma experiência com o livro e com a leitura que não se funda apenas em perspectivas utilitaristas. Escolher um livro ao sabor do acaso, compartilhar uma história com outros interlocutores, ver o tempo passar sem se preocupar com as intempéries da vida, presenciar um usuário encontrar nas palavras rabiscadas por alguém que lhe é totalmente estranho um novo sentido para sua própria história pessoal são ações que rompem com a visão positivista que por longa data definiu tais instituições como lugares de ordem, controle e silêncio. Portanto, mais que um território burocrático de preservação e organização do conhecimento e da informação, uma biblioteca pública pode vir a ser, através das práticas de leitura e de sua socialização, um ponto de referência e apoio para que seus usuários:

Continuem seus estudos ou sua carreira profissional, impedindo assim que se detenham, imobilizados pelo fracasso escolar e o desemprego, pode sacudir a representação que têm de si mesmos, sua maneira de pensar, suas relações com a família, com o grupo de pertencimento, com a cultura de origem, e evita às vezes que sejam reféns de uma representação estereotipada dessa cultura; pode ajudar às moças a sair do confinamento no espaço doméstico, e oferecer aos rapazes uma alternativa para o gregarismo viril da rua e a delinquência; leva a outras formas de sociabilidade e de solidariedade; e pode conduzi-los a outras maneiras de morar e de perceber o bairro, a cidade, o país em que vivem. (PETIT, 2013, p.114).

Talvez tenha sido isso que o bibliotecário Crispino sorrateiramente ensinou às tropas do general Fedina. Personagem discreto, mas que se move com habilidade pelas galerias quase congeladas da velha biblioteca pública panduriana. Homem sábio, que não se assusta com os movimentos e com os intentos militares. Leitor generoso, que oferece um alento às dúvidas e aos anseios daqueles que só tardiamente travaram contato com o mundo dos livros e com as

sensações que os mesmos se mostram capazes de provocar. Profissional exemplar, que, como um ofício de fé, certamente estava convencido de que, caso suas ações não surtiram efeito e tudo ali percesse, em algum outro lugar:

É provável que as bibliotecas persistam e sobrevivam, na medida em que continuemos a emprestar palavras ao mundo que nos cerca e a preservá-las para leitores futuros. Tanta coisa foi nomeada, tanta coisa ainda será nomeada, que nem mesmo nossa estupidez poderá fazer que abandonemos esse pequeno milagre que nos garante uma ilusão de entendimento. Os livros podem não alterar nosso sofrimento, os livros podem não nos proteger do mal, os livros podem não nos dizer o que é o bom e o que é o belo, e certamente não terão como nos livrar do destino comum – a tumba. Pode bem ser que nenhum livro, por mais bem escrito que seja, consiga remover um grama de dor da tragédia do Iraque ou de Ruanda, mas pode bem ser que não haja livro, por mais mal escrito que seja, que não contenha alguma epifania para algum leitor (MANGUEL, 2006, p. 192-193).

Desta forma, podemos dizer que as bibliotecas públicas são organismos culturais porque seus acervos e as ações que desenvolvem adquirem a capacidade de interferir nos cenários sócio-políticos em que se inserem, fazendo frutificar, por meio do incentivo às práticas de leitura e às atividades educativas, o saber acumulado. Além disso, por serem espaços de diálogo e de socialização com o outro, elas contribuem direta e efetivamente para a preservação e difusão do legado cultural e dos referenciais simbólicos que mobilizam a vida de uma dada sociedade.

Modalidade de compreensão que nos permite apreendê-las, em outro plano, como “lugares de memória”. Ora, se entendemos a leitura como uma prática que nos permite acessar e recriar os índices de representação que alicerçam nossas experiências individuais e coletivas, e a biblioteca pública como território que potencializa o desenvolvimento dessa atividade, sua relação com a constituição, a preservação e a disseminação de substratos mnêmicos também se torna apreensível. Por isso, e não sem razão, já houve quem apontasse que:

A confiança na sobrevivência da palavra, bem como a premência de esquecer o que as palavras tentam recordar, é tão velha quanto as primeiras tabuletas de terracota roubadas do Museu de Bagdá. Conservar e transmitir a memória, aprender com a experiência alheia, compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que os livros nos conferem, bem como razões pelas quais nós os prezamos e tememos. Nossos ancestrais já sabiam disso na Mesopotâmia de 4 mil anos atrás. (MANGUEL, 2006, p.219-220).

Nestes termos, torna-se evidente que, como espaços de escolhas políticas e de associações inesperadas, as coleções e acervos de uma biblioteca exibem os contornos de uma memória que se define como coletiva e responsável por salvaguardar aquilo que já se sabe, bem como indicar as outras que precisam ter sua perenidade assegurada. “*A preocupação com a longevidade da memória, expressa na biblioteca, encobre, dessa forma, uma intenção maior e superior: a de arbitrar sobre o tempo, a de constituir memória histórica*”. (PINTO, 2004, p.36). Dito isso, pergunta-se: como a biblioteca pode arbitrar sobre o tempo? Que memória é essa que se expressa em seus acervos? Podemos considerá-la mesmo como uma memória coletiva? É essa memória que garante a efetividade da função cultural das bibliotecas públicas? Projetamos algumas considerações acerca dessas interrogações na próxima seção.

3.1.2. Um artifício forjado para conter o tempo e reter o esquecimento: a biblioteca pública como lugar de memória

*A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.*⁴⁰

O “breve século XX”, entre tantas outras acepções que o sintetiza, talvez possa ser definido como o *século da memória*, sendo mais preciso: como o século à procura por edificar narrativas mnemônicas. Proposição calcada no aparecimento e na vertiginosa ascensão de uma “cultura da memória” que passou a povoar o imaginário social já nos primeiros anos da década de 1950 e ganhou acentuado relevo nos mais distintos campos de atuação humana ainda no limiar do século XXI.

Exibindo-se através de uma multiplicidade de fatores sócio-políticos e culturais⁴¹, esse movimento contemporâneo em torno da valorização da memória e de certos referenciais mnêmicos fez emergir para a cena pública uma profícua e multidisciplinar agenda de pesquisa

⁴⁰ BOSI, 2003, p.53.

⁴¹ Entre os quais vislumbramos: o fim das ditaduras na América Latina e a independência dos países africanos; a queda do Muro de Berlim; o colapso da União Soviética e o acirramento das disputas étnicas em várias regiões do Leste Europeu; o surgimento da literatura de testemunho como resposta às tentativas de negar o holocausto; a intensa política de restauração dos centros urbanos e históricos das grandes cidades européias; a criação e revitalização de museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e celebrações públicas; o aumento do interesse por obras biográficas, o crescente foco nas histórias de minorias e políticas de identidade, entre tantos outros.

cujo elemento unificador ressalta a tentativa de se projetar um rastro de compreensão sobre as seguintes questões: o que é a memória e como ela se constitui? É possível pensarmos em memórias coletivas/sociais? Se sim, quem as produz e a quem representam? Que recursos e quais referenciais simbólicos são utilizados para preservá-las, disseminá-las, atualizá-las ou mesmo negá-las?

Impulsionadas por tais inquietações e também pela constatação de que o desejo de memória é um fenômeno que atravessa e marca a vida social, as ciências humanas elaboraram, sobretudo nos últimos 60 anos, uma vasta gama de estudos e experimentos focados em conhecer melhor os processos e atores que intervêm na constituição, preservação, atualização e disseminação dos referenciais simbólicos através dos quais o trabalho memorialístico se legitima enquanto uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.

Situando-se no cerne dessa *démarche*, análises com viés filosófico, psicológico, histórico e sociológico começaram a demonstrar que, para além da propriedade de conservar informações, imagens e sensações representadas como passadas, a memória se exhibe enquanto constructo social sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes. Isto porque, o trabalho mnêmico é essencialmente de elaboração, sendo mais preciso: de reelaboração de uma experiência de vida a partir do reconhecimento e da reatualização de uma lembrança.

Dinâmica que só se torna possível através do contato com a realidade presente, uma vez que utilizamos conhecimentos acumulados para lidar com situações novas, que se encontram unidas a novas lembranças. Estas, por sua vez, estão associadas à maneira de pensar de tantos outros que fizeram e que ainda fazem parte de nossa história. A memória é, pois, segundo estes enunciados, um produto elaborado coletivamente através dos fazeres de indivíduos que interagem, se relacionam entre si no presente. Nestas circunstâncias, nossas lembranças do passado:

[...] por mais que pareçam fruto de sentimentos e pensamentos exclusivamente individuais, somente existem como parte de estruturas ou contextos sociais. A lembrança do passado, portanto, não é o ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade, e, como tal, só pode existir porque foi constituída em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e

formas de linguagens das quais nós fazemos ou fizemos parte. (SANTOS, 2002; p.131).

Dito de outra maneira: embora o indivíduo seja concebido como o agente do ato de lembrar, a natureza daquilo que se recorda é profundamente marcada pela presença e pelo diálogo estabelecido com o outro, de forma que nossas lembranças são sempre indícios de um passado intersubjetivo e de um tempo vivenciado em relação a outras pessoas. Não por acaso, segundo MIDDLETON & BROWN (2006, p.73-74), o trabalho de lembrar – e, portanto, de nos produzirmos enquanto pessoas que possuem um passado, uma história pessoal – está necessariamente imbricado com, e é constituído por grupos e formas culturais das quais participamos. O que implica ressaltar que:

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. (BOSI, 2003, p.31).

Significados, índices, discursos, acontecimentos, objetos e práticas que, por sua vez, são produzidos e disseminados através de repertórios simbólicos demasiadamente amplos que em momento algum podem ser interpretados como se possuíssem apenas um sentido. Ou seja, independente se originário do seio familiar, das reuniões de sindicatos, das práticas escolares ou de manifestações político-religiosas é o movimento de apropriação destes repertórios simbólicos que possibilita ao sujeito e mesmo a uma coletividade inteira mobilizar os quadros sociais a partir dos quais sua memória se referencia, alimenta-se e produz representações para si e para o outro. Ampliando essa modalidade de compreensão:

Memória e lembrança, como pensamentos ou idéias, são vinculadas a pessoas e não pairam em um mundo virtual impessoal, como se possuíssem vida própria. Nenhum de nós pode referir-se, propriamente, às lembranças dos outros, pois essas são dos outros; uma vez mais: mesmo que a ocorrência referida seja a mesma. A solidariedade entre os integrantes de uma mesma comunidade é, por conseguinte, decorrência da construção social da memória comum. (MARTINS, 2007, p.38).

Condição que nos permite apontar que a memória é um constructo que atravessa, que marca, que estabelece pontos de convergências entre um eu individualizado e certos referentes históricos, culturais e sociais compartilhados coletivamente. Ao fazer isso, ela acaba por

possibilitar a emergência de laços de solidariedade que instituem um lugar no mundo tanto para o sujeito que lembra/recorda, quanto para o grupo que lhe permite experienciar um sentimento de pertença.

De acordo com essa prerrogativa, nenhum indivíduo lembra “sozinho”, ele sempre o faz a partir das lembranças pertencentes ao grupo. Lembranças que, por sua vez, se modulam através dos códigos, normas, regras e valores que permeiam, informam e sustentam a vida coletiva. Assim, a afirmação de que a memória é coletiva está baseada no pressuposto de que as percepções individuais do passado estão sempre relacionadas a quadros de sentidos estruturados com o aporte das experiências sociais. Proposições defendidas de maneira precursora pelos estudos do sociólogo Maurice Halbwachs e pelo trabalho do psicólogo inglês Frederic Bartlett.

Discípulo de Émile Durkheim, Halbwachs defendeu o estudo da memória através do confronto entre múltiplas esferas de atuação, concentrando-se nas dinâmicas instituintes dos quadros sociais da memória. Sua obra póstuma, *A memória coletiva*, publicada em 1950, reúne uma série de estudos acerca da memória e afirma que esta é forjada coletivamente porque “*tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles serem indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo*”. (HALBWACHS, 2006, p.51). Premissa que lhe permite constituir a tese segundo a qual os indivíduos não poderiam lembrar “sozinhos”, uma vez que se apoiariam em lembranças pertencentes ao grupo.

Lembranças que, por sua vez, se ancorariam em sistemas simbólicos estruturados culturalmente e em espaços físicos como praças, prédios, casas e monumentos. Portanto, na visão do sociólogo francês as lembranças seriam o resultado das relações das pessoas entre si, não podendo ser apenas uma aptidão pessoal. A constituição do sujeito da memória se daria, assim, no confronto das imagens pessoais com o “outro”, num processo contínuo de transformações e mudanças, o que nos impele a demarcar que “*não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial*”. (HALBWACHS, 2006, p.170).

Por seu turno, e inserindo-se em outra tradição acadêmica, Bartlett construiu uma teoria da memória a partir de pressupostos psicossociais. Em sua obra de 1932, *A study in experimental and social psychology*, criou experimentos nos quais objetivava demonstrar as relações entre estímulos físicos e suas conseqüentes reações intersubjetivas. Como conclusão, apontou que a memória não era apenas biológica e nem exclusivamente mental, mas sim um ato individual inserido em contextos sociais mais amplos por onde se associava à imaginação, à linguagem, às construções do pensamento e à percepção.

Sendo assim, ao adotar como ponto de partida a assertiva de que a memória é um elemento constituinte de todas as etapas do pensamento humano, os estudos de Bartlett romperam com uma série de postulados que subjugavam a percepção e a memória a impressões e a predisposições meramente individuais. De acordo com essa proposição, o que chamamos de percepção seria, na verdade, uma rememoração, posto que, no momento em que percebe alguma coisa à sua volta, todo indivíduo utiliza-se de experiências passadas para apreender algo de novo. Portanto, para se lembrar, o sujeito mnêmico tem que ter percebido antes os objetos, e depois estabelecer as relações entre percepção e memória.

Desta feita, quando colocamos lado a lado os estudos de Halbwachs e os experimentos de Bartlett, torna-se claro que os dois autores revelam maneiras distintas de compreender a memória enquanto processo de elaboração relacional. O primeiro assinala para isso se referindo aos quadros da memória; o segundo através dos esquemas, das imagens e narrativas evocadas. Aproximação que serve como ponto de partida para pensarmos outros desdobramentos teóricos referentes à questão do trabalho mnêmico. Isto porque, durante muito tempo tal faculdade foi pensada apenas pelo prisma individual, cujo foco era o esforço mental empreendido por cada sujeito no ato de evocar uma lembrança pessoal. Neste movimento, os aspectos exteriores que a acompanhavam: o grupo, a linguagem e as particularidades culturais, por exemplo, eram completamente desprezados. Sendo assim, a validade das análises empreendidas por esses dois pesquisadores liga-se a necessidade de não mais compreendermos a memória simplesmente como essência pura e instância afastada do contexto social, mas como um trabalho empreendido coletiva e relacionalmente.

Necessidade que também levou Ecléa Bosi a erigir uma série de trabalhos que conseguiu avançar na compreensão da memória como um repertório de significações amplamente atravessado pelo contexto social. Revelando, assim, que a construção de nossas lembranças é um exercício ativo e transformador que leva sempre em consideração conteúdos simbólicos, histórias e experiências compartilhadas relacionalmente. Isto porque, para a pensadora brasileira, é através do diálogo com o outro que conseguimos instituir novas compreensões para os eventos do passado, bem como confrontá-los com o presente. Assim, em seus trabalhos, Ecléa Bosi nos convida a compreender a memória para além das fronteiras da psicologia experimental ao defender que o ato mnêmico se apresenta como um labirinto de lembranças onde uma puxa a outra. Por esta via, a memória se transmuta em um rico mosaico representacional por onde a sociedade se assenta, exhibe-se e edifica estratégias e referências para superar os impasses do presente.

Não por acaso, da mesma maneira que a memória se constitui no bojo dos contextos sociais, o trabalho mnêmico, por ser estruturado relacionalmente, converte-se em instrumento heurístico capaz de elucidar ou lançar luzes sobre os mais distintos planos que conformam nossas vidas políticas, econômicas, históricas e culturais. Nestes termos, enquanto instância instituidora do real e base das experiências coletivas, a memória se apresenta como pólo de mediação⁴² entre o sujeito e as coisas do mundo, visto sustentar e conferir sentido para os múltiplos processos de interação que ocorrem em microssituações encarnadas no concreto.

Postulado que, ao aliar-se à percepção de que a memória não é um constructo estável e completamente fechado sobre si mesmo e que está sujeita a flutuações, usos e contra-usos no tempo e nos espaços onde se exhibe, instituiu-se como marco justificador para o movimento contemporâneo de proliferação dos “lugares de memória”. Figurações físicas e/ou simbólicas que, dado a incapacidade da memória reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos, museus, bibliotecas, coleções,

⁴² Partindo da premissa de que a memória é um constructo dialético (sujeito → mundo, mundo → sujeito), sua inserção no domínio do social nos confere a possibilidade de identificar no cerne do trabalho mnêmico o encontro e o confronto entre diferentes códigos, sentidos e universos simbólicos que perpassam continuamente o real, o qual se constitui constantemente por meio de tais dinâmicas. É por isso que se diz que a memória pode ser pensada como um instrumento de mediação da realidade, da história, da cultura, enfim, do mundo, uma vez que, no espaço entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido “os atores em inter-relação e situados em campos histórico-culturais de conflito e contradição, negociam, disputam e confrontam sentidos simbólicos destinados à leitura, apreensão, nomeação e significação do real”. (MARTINS, 2010, p.211).

monumentos, organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos e imprimimos sobre o mundo.

Edificar “lugares de memória⁴³” significa, de acordo com esta perspectiva, atribuir-lhes uma dupla função: a de *demonstrar* que a constituição de discursos mnêmicos é um fenômeno estruturado socialmente e a de *reforçar*, seja teórica ou factualmente, a tese de que a memória, por mais adjetivos que encontre em seu caminho (individual ou coletiva; histórica, social, política ou psicológica), resiste às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações simbólicas forjadas no nível do social.

Isto porque, os “lugares de memória” possuem, a um só tempo, três dimensões: uma *material*, cujos contornos demográficos se postam como representantes dos anseios e das necessidades de uma coletividade específica; outra de caráter *simbólico* que retrata um acontecimento experienciado ou imaginado por indivíduos em interação e, por fim, uma *funcional* que garante a cristalização/condensação das lembranças e sua transmissão, bem como a edificação de laços de sociabilidade enraizados seja no concreto, no espaço, no gesto, na imagem ou no objeto.

Conjunto de atributos que, certamente, se aplicam às bibliotecas públicas, instituições que, desde suas origens, passaram a ocupar um lugar de destaque no imaginário de seus usuários. Razão pela qual enunciados do tipo *Depósito de livros*, *Templo do saber*, *Refúgio das musas*, *Catedral do conhecimento* são evocadas de maneira recorrente para fazer menção a esses espaços e enaltecer sua aptidão de “lugar de memória” e pólo edificador de referenciais mnêmicos compartilhados social e relacionalmente.

Constatação que nos incita a avaliar o potencial simbólico que tais representações comportam e o que elas são capazes de nos dizer acerca do lugar social ocupado pelas bibliotecas públicas

⁴³ Já havíamos chamado a atenção para esse fato quando nos referimos à criação das bibliotecas nacionais no capítulo anterior. Retomamos e aprofundamos essa ideia na presente seção com o objetivo de demonstrar as diferentes concepções que embasam o trabalho de “preservação da memória” levado a cabo por aquelas instituições e o que se dá a ver no contexto típico das bibliotecas públicas.

em períodos históricos e em paisagens culturais específicas. Mas como processar tal investigação? Para além das conjecturas literárias, uma aproximação com o campo da psicologia social e de seus estudos sobre as *estruturas representacionais* pode nos oferecer interessantes chaves de leitura sobre os enunciados acima apresentados.

Os estudos das *estruturas representacionais* ganharam ampla visibilidade no campo da psicologia social após a publicação, entre os anos de 1961 e 1976, dos trabalhos fundadores de Serge Moscovici. Seu objetivo, já naquele período, era fazer frente à psicologia individualista norte-americana, pontuando que tal vertente desconsiderava as influências do “social” sobre os sujeitos individuais. Para tanto, retoma o conceito de *representações coletivas*⁴⁴ de Durkheim e reelabora-o a partir das formulações propostas por Piaget e pela antropologia de Lévy-Brühl. Nessa mudança de paradigma, Moscovici torna explícito que seu interesse não é mais buscar compreender as representações erigidas por sociedades primitivas ou os fatos sociais que condicionavam os sistemas culturais de épocas remotas, mas sim as representações que se dão a ver em nossa sociedade presente, aquelas:

[...] do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imitáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias – e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (MOSCOVICI, 2003, p.48).

Guinada teórico-conceitual ensejada graças à complexificação das sociedades contemporâneas e à irrupção de modos de vida pautados por outra ordem de fenômenos culturais, estes menos estáticos, coercitivos e estruturados que aqueles descritos por Durkheim. Sendo assim, se na visada durkheimiana as representações definiam-se como instâncias de valorização do simbólico coletivo, tomadas enquanto princípio orientador da realidade social, na proposta de Serge Moscovici, elas são concebidas como criações coletivas

⁴⁴ Segundo DURKHEIM (1978, p.216): “as representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideais e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo, está aqui, portanto, como que concentrada”.

imersas no domínio das injunções políticas, históricas e ideológicas que caracterizam a modernidade.

Assim colocado, para o nosso autor, as representações são sempre produto da interação e da comunicação que “*tomam sua forma e configurações específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social*”. (DUVEEN, 2003, p.21). Conjunção de elementos que serviu como ponto de partida para que Moscovici definisse seu objeto de estudo nos termos que se seguem:

Um sistema de valores, idéias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às sociedades orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 1976, p.XIII apud DUVEEN, 2003, p.29).

A partir dessa formulação, o autor acima citado institui três princípios metodológicos que diferem sua postura analítica em relação àquelas que o antecederam: *reduzir* a amplitude de formas de conhecimento presentes na teoria durkheimiana; *compreender* que os fenômenos sociais contemporâneos são móveis e não possuem contornos amplamente definidos e *interpelar* as representações sociais não como dados ou entidades explicativas absolutas, mas como fenômenos que apresentam tensões em suas estruturas e mecanismos internos.

Assim proposto, os fundamentos de sua teoria assinalam que as representações sociais nascem nas mesmas circunstâncias e ao mesmo tempo em que se manifestam. Ou seja, como resultante dos processos de interação entre os sujeitos e da experiência dos referenciais simbólicos que informam e modulam a vida cotidiana. Condição que nos permitem aferir que:

As representações se manifestam na linguagem e nas práticas, em razão de sua função simbólica e dos marcos que proporcionam para codificar e categorizar o mundo da vida. Neste sentido, podemos pensar que as representações sociais tornam possível abordar as concepções e práticas que orientam a experiência de vida dos diferentes grupos populacionais⁴⁵. (VERGARA QUINTERO, 2008, p.62 – tradução nossa).

⁴⁵ Las representaciones se manifiestan en el lenguaje y en las prácticas, en razón de su función simbólica y de los marcos que proporcionan para codificar e categorizar el mundo de la vida. En este sentido, podemos pensar que

Potencial orientador que se institui como resultado dos processos de interação vivenciados em universos simbólicos pautados por normas, regras, valores, experiências e associações internalizados para organizar tanto as vidas individuais, quanto as dinâmicas e ações coletivas. Contudo, é preciso deixar claro que essa internalização não se dá de maneira passiva, mas sim como ato ativo onde o “não familiar” é tornado familiar a partir de um conjunto de dinâmicas “*em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores*”. (LEME, 2004, p.48). Familiaridade alcançada através de dois processos: a *ancoragem* e a *objetivação*.

O primeiro indica um exercício de associação em que grupos e sujeitos estabelecem uma relação de proximidade entre aquilo que ainda não está classificado, nem rotulado com imagens, categorias e explicações já conhecidas e aceitas socialmente. Trata-se, pois, de um movimento de categorização das coisas do mundo a partir de configurações simbólicas enraizadas em nossa memória social e subjetiva. A objetivação, por sua vez, refere-se ao ato de transformar a associação abstrata inferida durante o processo de ancoragem em algo quase físico. Em termos representacionais, a objetivação denomina o ato de atribuir/descobrir o aspecto icônico de uma determinada idéia. Nas palavras do próprio Moscovici:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora, (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2003, p.78).

Portanto, enquanto dimensão do conhecimento elaborada cultural e intersubjetivamente, as representações sociais adquirem contornos mais claros e congregadores quando apreendidas no cerne das distintas modalidades de interação estabelecidas entre os grupos e os indivíduos que os compõem. Desta feita, a teoria moscoviciana busca explicar, descrever ou identificar as dinâmicas complexificadoras das sociedades contemporâneas adotando como ponto de partida uma análise das relações de socialização sem deixar de se ater ao caráter histórico-

las representaciones sociales hacen posible abordar las concepciones e prácticas que orientan la experiencia de vida de los diferentes grupos poblacionales.

relacional que povoam as consciências e orientam as condutas individuais e coletivas. Conjunto de implicações que levou Denise Jodelet a definir as *representações sociais* como:

[...] forma de conhecimento socialmente elaborada e uma realidade comum a um conjunto social. Embora muitas vezes interpretada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. Neste sentido, enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, as representações sociais orientam e organizam as condutas e as interações, da mesma forma que intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações culturais. Em suma, as representações sociais envolvem a pertença dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de conduta e pensamentos socialmente inculcados ou transmitidos durante os processos de interação que a elas estão ligados. São, pois, produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social da realidade. (JODELET, 2001, p.22).

Em síntese, são elaborações dinâmicas que se dão a ver tanto como resultado de injunções histórico-culturais quanto formulações cotidianas relacionalmente estruturadas e imbuídas de forte senso orientador. Por conseguinte, enquanto conceito que se transmuta em preceito teórico-metodológico, faz mais que refletir o mundo, que criar e manter um mundo social. Elas nos oferecem uma possibilidade de compreensão acerca “*das distintas relações que podem existir entre o sócio-cultural e o individual, e também de analisar a pessoa como um participante cultural que é simultaneamente uma construção social e um construtor social de experiências*”⁴⁶. (VERGARA QUINTERO, 2008, p.73 – tradução nossa).

Assim colocado, cabe-nos aqui levantar as seguintes indagações: em que medida as representações erigidas em torno das bibliotecas públicas nos ajuda a apreendê-las como uma instituição social? Dizer que elas são um “lugar de memória” é o mesmo que demonstrar a efetividade de sua função cultural? A quem essa memória e essa cultura representam?

⁴⁶ De las distintas relaciones que pueden existir entre lo sociocultural y lo individual, y también de analizar a la persona como un participante cultural que es simultáneamente una construcción social y un constructor social de experiencias.

Responder a essas questões implica ter por referência que tanto o trabalho mnêmico quanto as representações sociais estão intimamente imbricados com as experiências de socialização e os índices de simbolização enraizados e em circulação no espaço público. Nestes termos, dizer que uma biblioteca pública é *um lugar de memória*, um *templo do saber* ou uma *catedral do conhecimento* equivale a ressaltar seus atributos de ambiente catalisador de um universo informacional responsável por inserir usuários em um quadro de referências que apontam para uma memória forjada e experienciada socialmente.

É claro que essa memória não se constitui de maneira pacificada e nem representa a todos igualmente. Fruto de injunções e escolhas deliberadas, os elementos e atividades que dão visibilidade à função cultural de uma biblioteca pública podem, por vezes, ser geridos com o objetivo de defender uma legenda política específica, de promover propagandas ideológicas e de fomentar/manter um projeto de dominação intelectual. No entanto, enquanto território de encontros fortuitos ou planejados, de trocas de idéias e de interações sedimentadas em torno dos usos e contra-usos que seus usuários impõem aos livros, à leitura e à busca por informação, o espaço dessas instituições também proporciona a consolidação de um *mundo comum*⁴⁷ e compartilhado entre sujeitos e grupos multivariados. Argumento que tem seu potencial heurístico amplificado à medida que conjugamos à nossa tese a prerrogativa segundo a qual:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua individualidade para entrar em um domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum. (JOVCHELOVITCH (2007, p.65).

Um domínio da vida comum, eis o que as bibliotecas públicas almejam se tornar. Inscritas em universos simbólicos multivariados e respondendo a distintas necessidades sociais, seus

⁴⁷ Quando dizemos *mundo comum* estamos fazendo referência direta ao pensamento de Hannah Arendt, para quem “o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública”. (ARENDR, 1991, p. 65)

espaços e atividades compõem um quadro referencial a partir do qual leitores e usuários elaboram representações para si e criam vínculos com os outros. Para além disso, enquanto “lugar de memória”, de concretização de um trabalho mnêmico, elas potencializam a sedimentação desses vínculos e representações através das diferentes modalidades de ancoragem e objetivação que seus acervos e práticas informacionais permitem instituir.

No entanto, é preciso deixar claro que as bibliotecas públicas, assim como as demais, não possuem a capacidade de subverter o tempo e nem a de deter o esquecimento. Por maior que sejam, sempre se constituirão como um repertório parcial e lacunar daquilo que pode ser captado, organizado e preservado. Mas é exatamente aí que reside sua força de representação. Selecionar, censurar, descartar, acolher e recuperar são verbos que indicam as matrizes sócio-históricas que atravessam e conformam um acervo, que dizem dos jogos políticos e das premissas ideológicas que sustentam o desenvolvimento de suas ações, estejam elas ligadas aos livros ou à leitura, à educação, à cultura e à própria memória, cujo resultado se reverbera diretamente no meio social e na vida de seus muitos usuários.

Sendo assim, lembremos do que aconteceu com o general Fedina e sua tropa. Designado para avaliar o conteúdo dos livros disponibilizados na velha biblioteca pública de seu país com o propósito de formatar uma memória oficial para o Estado-maior da Panduria, o personagem teve suas ações redefinidas ao travar contato com histórias e enunciados que punham em xeque as verdades estabelecidas pelo colégio militar. Contribuíram para isso as estratégias silenciosas do bibliotecário Crispino e as interações fortuitas favorecidas pelas práticas de leitura e sociabilidade vivenciadas ao longo de todo aquele inverno.

Referência preciosa, que nos ajuda a sintetizar as declarações expressas ao longo dessa seção através do seguinte enunciado: a biblioteca pública não é um organismo social apenas porque pode ser pensada como um “lugar de memória”, mas porque, enquanto tal, mobiliza um conjunto de índices de significação – históricos, simbólicos e culturais – que afetam, de maneira efetiva, os enquadramentos representacionais a partir dos quais os sujeitos constituem uma imagem definidora de si e do grupo ao qual pertencem. Imagem que pode ser ancorada, objetivada, deslocada, negociada e ressignificada tanto por informações encontradas em seus

acervos, quanto pelas práticas de leitura, educação, sociabilidade e enraizamento experienciadas individual ou coletivamente em seus espaços.

Apresentamos e discutimos a validade de tais argumentos analisando as relações instauradas entre biblioteca pública e leitura e entre biblioteca pública e memória. Conjunções que apontaram, mesmo que tangencialmente, para a função educativa dessas instituições. Falta-nos ainda abordar os principais pontos que convertem tais espaços em territórios de enraizamento e sociabilidade. Este será, pois, o objetivo principal do tópico seguinte.

3.1.3. Venho aqui para existir: um exercício de leitura acerca das relações entre biblioteca pública, sociabilidade e enraizamento

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana⁴⁸.

Ao fim de uma palestra proferida em uma biblioteca pública no subúrbio de Paris, Michèle Petit (2013, p.51) relata ter sido abordada por uma mulher de idade já avançada que lhe confidenciou o seguinte testemunho: empregada doméstica, ouvira falar de um café literário que ocorreria naquele espaço e, enquanto usuária assídua da instituição, resolveu participar. Chegando lá, ao se deparar com um público formado basicamente por professores, esteve a ponto de ir embora por supor que a conferência abordaria temas elevados demais para ela. Porém, arriscou ficar. Foi então que, ao falar de sua relação com aquele lugar, a senhora proclamou: “*venho aqui para existir*”.

Como podemos explicar uma afirmativa tão contundente? Por que alguém vai a uma biblioteca para poder existir? Entender o relato dessa senhora requer pensar a biblioteca pública e suas especificidades para além das relações que estabelece com a memória, a educação e a leitura. É evidente, e já demonstramos isto aqui, que cada uma das três práticas acima possui um poder de afetação sobre as vidas das pessoas que frequentam tais lugares, mas não determinam sua existência. Contribuem para formularem representações de si e do

⁴⁸ WEIL, 2001, p.43.

mundo, para ampliarem seus horizontes de expectativas em relação à vida, ao tempo e ao próprio esquecimento, para experimentarem prazeres fortuitos, cheguem à catarse e vislumbrarem o poder poético das palavras, mas não determinam sua existência. Sendo assim, estaria a interlocutora de Michèle Petit equivocada?

Acreditamos que não. Mais que responder às exigências do trabalho mnêmico, que reunir objetos e documentos informacionais para subsidiar as atividades educativas e dar vazão aos desejos de seus leitores, uma biblioteca pública é quase sempre constituída para se tornar um território de cultura, sendo mais preciso, de culturas. Portanto, enquanto instituição pública aberta à confluência de olhares, vozes e manifestações que mimetizam os valores e normas definidores de uma dada paisagem espaço-temporal, tal lugar pode sim ser apreendido como instância onde a vida social subsiste e se revigora. Mas estamos falando aqui de uma forma intersubjetiva de existência, de um olhar particular que por vezes lançamos sobre nós mesmos. Da busca por indícios que nos ajudem a entender quem somos e o que nos tornamos. Teria a biblioteca pública como contribuir para tanto?

Esta tese objetiva demonstrar que sim. Razão pela qual parte do pressuposto de que ao conjugar em torno de si os estratos físicos e simbólicos representantes de um plano mais amplo da cultura geral, as bibliotecas públicas instauram-se como espaço propício para que seus usuários acessem um conjunto multivariado de referências que podem ajudá-los a construir pontos de interconexão entre sua biografia individual e os fatos, alusões e narrativas instituintes da história e da realidade do grupo ao qual pertencem. Defendemos ainda que seu caráter público notabiliza-se mais pela acolhida à diferença e à diversidade das expressões culturais que propriamente por sua ligação com programas de políticas públicas. Isto porque, é a acolhida à diversidade e à diferença que faculta a criação de laços de solidariedade entre os sujeitos e as bibliotecas públicas, bem como o reconhecimento de seus atributos e funções enquanto organismo social.

Sendo assim, ao apresentar-se como um lugar aberto à pluralidade humana, elas se afirmam como instância que necessita da presença do outro para se constituir. Por sua vez, ao reconhecê-las como espaço público, esse outro edifica para si um marco concreto onde pode se mostrar no mundo. Um marco que o ajuda a sair do anonimato e a se revelar no discurso e

na ação como alguém que porta uma identidade singular, haja vista que, conforme aponta Hannah Arendt (1991, p.189), *“é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original”*.

Ser alguém que porta uma identidade singular, era isso o que aquela senhora queria dizer com o verbo existir. Uma existência que tem nas sensações e relações vivenciadas no interior de uma biblioteca pública do subúrbio de Paris o seu pólo de ancoragem. Uma ancoragem que advém de suas escolhas enquanto leitora, dos diálogos estabelecidos com os bibliotecários e outros usuários, dos conhecimentos que julga ter “adquirido” em suas dependências, das amizades e encontros que ali se deram, das lembranças enraizadas em torno dos livros de seu acervo, bem como dos desejos, sonhos, anseios e frustrações socializadas em horas de descuido e resignação que escapam à dureza do trabalho doméstico ou às responsabilidades da vida familiar. Indicativos que nos levam a acreditar que as bibliotecas públicas são mesmo territórios aonde vamos para existir. Proposição que se torna mais clara quando demarcamos a importância do enraizamento e da socialização para a constituição desses referenciais identitários.

Formulada por Simone Weil, escritora, mística e filósofa francesa, a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Desta feita, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento. Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras. Talvez por isso a pensadora tenha afirmado que:

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1996, p.411).

É, pois, este diálogo entre passado e futuro que faz com que a comunidade não perca suas raízes, ao mesmo tempo em que faculta estabilidade e sentido à vida e às ações das pessoas. Isto porque, o enraizamento pressupõe a participação ativa de um indivíduo entre outros agentes sociais em condições bastante específicas. Condições que podem vir do seio familiar, da escola, do trabalho, da integração à vida religiosa, da cidade, da biblioteca. Onde há enraizamento, a socialização constitui o substrato no qual cada sujeito em particular recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irá nutrir sua existência individual e coletiva. Para tanto, faz-se necessário observar que:

Esta comunicação com o passado não consiste em uma atitude meramente contemplativa. Tampouco assume uma orientação reacionária. Onde os homens espraíam raízes, as lutas e construções dos antepassados, suas ideias e tradições, alicerçam realizações que, por sua vez, irão revesti-las de novos significados. Não se trata de uma importação passiva do mundo progressivo. (FROCHTENGARTEN, 2005, p.12).

Nesse sentido, promover o enraizamento não pressupõe isolar um meio social de suas influências externas. Ao contrário, os contatos e as trocas de influências são necessários ao processo de criação de vínculos desde que esse intercâmbio propicie o reconhecimento de uma parte em relação à outra e estimule o respeito à originalidade e à individualidade dos envolvidos. Nas palavras de Frochtengarten (2005, p.13): *“em grupos que promovem o enraizamento, estão preservadas as condições de igualdade que garantem aos homens o livre exercício da palavra e de novas fundações: sua aparição diante de outros homens revela sua identidade pessoal e singular”*.

Portanto, o sujeito enraizado não pode prescindir da socialização, já que é por meio da aparição pública, do diálogo estabelecido com o outro na esfera pública que ele traça e elabora as marcas de uma imagem delineada de si e do outro. Talvez por isso Ecléa Bosi (2013, p.196) nos lembre que *“enraizar-se é um direito fundamental do ser humano e a negação a esse direito tem consequências graves para a cultura e a vida em sociedade”*.

Foi isso que também observou Georg Simmel ao apontar que é através das distintas formas de socialização que a vida se renova e atualiza-se. Empreendendo estudos acerca da racionalidade moderna e buscando entender as transformações do espaço social, sobretudo aquele conformado a partir da emergência dos grandes centros urbanos, o sociólogo pôde

observar que o indivíduo cidadão passou a ter suas ações guiadas por referências racionalistas e individualistas que constroem/solapam aquelas de cunho mais orgânico, afetivo e comunitário que se davam a ver nas sociedades tradicionais. Para o nosso autor, a metrópole preconiza a existência de um sujeito isolado e perdido na multidão. Isso se efetivaria, segundo a perspectiva simmeliana, porque:

O número muito maior de habitantes e transeuntes que caracteriza a grande cidade em relação às formas de convivência do passado, a presença da *foule*, multidão e multidude, reforçam, paradoxalmente, os sentimentos de solidão, de incompreensão e mesmo de hostilidade entre os indivíduos: o excesso de proximidade torna as formas⁴⁹ cada vez mais estranhas e distantes uma das outras. (GAGNEBIN, 2007, p.65).

Distância e estranhamento que só poderiam ser relativizados a partir da constituição de processos dinâmicos de interação social. Processos que transformariam “*a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro*”. (SIMMEL, 2006, p.60). Desta feita, ao definir a interação como relações reciprocamente referenciadas que se desdobram infinitamente, posto estar sempre em movimento, o pensador acaba por sinalizar que a sociedade, o tecido social não é senão o resultado dos arranjos e laços estabelecidos por vários indivíduos ligados por ações interativas.

É, pois, a partir desse ponto que os trabalhos de Simmel passam a nos interessar. Partindo do pressuposto de que as formas interativas são elos que unem singularidades distintas em uma unidade funcional denominada de sociedade, o mesmo ressalta que seu potencial de agregação só pode ser apreendido e “formalizado” – no sentido de ganhar um conteúdo perceptível – se existir entre tais singularidades o sentimento de “estarem socializados”. Isso significa dizer que um mundo social só se constitui onde os projetos de socialização – impulsos, motivos, interesses, desejos e objetivos – dos indivíduos podem ser expressos como modalidades autônomas de interação denominadas por ele de *sociabilidade*.

A sociabilidade, ou o “ato de estar junto”, por colocar de lado interesses marcadamente personalistas, se guia tendo como foco a concretização e o sucesso do momento interacional.

⁴⁹ Na sociologia de Georg Simmel, a forma pode ser pensada como sendo os elementos constituidores tanto da cultura como da sociedade que têm sua gênese na própria vida, cujos portadores são os sujeitos. No entanto, segundo ele, à medida que adquirem uma dinâmica própria, as formas passam a submeter, ou buscam submeter esses mesmos sujeitos aos seus desígnios ao invés de assegurar sua autonomia e individualidade.

“Em consequência disso, as condições e os resultados desse processo são exclusivamente o encontro entre as pessoas numa reunião social”. (HANKE, 2002, p.03). Assim colocado, esse laço de reciprocidade inscrito nos domínios do sensível, das emoções, do lúdico, dos afetos e também do estético acentua, segundo França (2012), o caráter relacional do conceito simmeliano, cuja recusa das visões totalizadoras do social e o foco na tensão entre forma de socialização e experiências vividas, acentua a dimensão criativa que ampara a concretização e a experimentação das distintas possibilidades de relação social. Condição essa que foi exemplificada pelo próprio Simmel nos seguintes termos:

Que os homens se olhem uns aos outros, e que eles sejam invejosos entre si; que eles troquem cartas ou almoçem juntos; que eles, inteiramente independentes de quaisquer interesses compreensíveis, se achem simpáticos ou antipáticos; que a gratidão de uma obra altruísta enseje um efeito ligador contínuo e ilacerável; que um pergunte ao outro sobre o caminho e que eles se vistam e se enfeitem para os outros – todas as milhares de relações, de pessoa a pessoa, momentâneas ou duradouras, conscientes ou inconscientes, insequentes ou consequentes, das quais esses exemplos foram colhidos aleatoriamente, atam-nos incessantemente. A cada instante esses fios são tecidos, desatados, retomados, substituídos por outros, entrelaçados a outros. (SIMMEL, 1908, p.31-35 *apud* WAIZBORT, 2001, p.94).

Portanto, o conceito de sociabilidade se apresenta para nós, tal qual o de enraizamento, como importante operador analítico para compreendermos as situações vividas socialmente, inclusive aquelas que acontecem no interior de uma biblioteca pública. Situações nas quais o aspecto relacional “*se impõe e ganha existência para além de seus objetivos, onde formas institucionalizadas sofrem torções e modificações, conteúdos são revistos e finalidades são alteradas*”. (FRANÇA, 2012).

Sendo assim, atar-se ao mundo e nele estabelecer relações de reciprocidade com o outro, relações que podem se reverberar e se transformarem em pontos de referência a partir dos quais certas representações identitárias são delineadas, disseminadas e atualizadas, é apenas uma das muitas possibilidades interativas que a conjunção entre sujeitos enraizados e em permanente processo de interação acaba por promover. É também a razão que nos leva a converter os dois conceitos moduladores de tal conjunção em chaves de leitura que nos permitem demarcar e a defender o aspecto social das bibliotecas públicas.

De fato, e os argumentos até aqui reunidos comprovam isso, não há como negar que essas instituições são portadoras de um grande potencial de integração social. Enquanto espaços de promoção da leitura, de preservação e disseminação da memória, de fomento às práticas educativas e à cultura, elas congregam em torno de si todos os elementos simbólicos necessários para se converterem em arenas de encontro e sociabilidade, em esferas onde a diversidade de manifestações culturais ganha visibilidade e certos vínculos identitários são forjados, enraizados e, por vezes, atualizados e deslocados. Lugar de estudo, mas também de lazer e de livre circulação das ideias, possuem a capacidade de estimular o fortalecimento dos laços que aproximam seus usuários, tecendo em torno deles as conexões afetivas, mnêmicas, sensoriais e de ordem funcional que nutrem e revigoram o sentimento intersubjetivo de se pertencer a um grupo e de possuir um lugar no mundo. Proposição que se torna ainda mais clara quando aliamos à nossa discussão às seguintes afirmativas:

A biblioteca pública é uma ferramenta cultural de potencialização e reestruturação do espaço em que se insere; que contribui para a formação dos cidadãos a partir do acesso livre e gratuito à informação, ao conhecimento, à cultura e ao lazer; pois uma condição da cidadania e da democracia é estar informado e se posicionar acerca dessa informação. Portanto, a biblioteca pública não pode funcionar sem uma postura política, para a qual deve assumir como desafios próprios: proporcionar a leitura do texto, mas também do contexto para capacitar à comunidade e contribuir para sua incorporação nas dinâmicas sociais; estimular a geração, construção e socialização da informação e do conhecimento e se tornar centro de encontro e de trocas em prol da construção de múltiplas identidades⁵⁰. (JARAMILLO, 2008, p.8 – tradução nossa).

Um lugar de construção de múltiplas identidades é isso que, em última instância, as bibliotecas públicas deveriam se propor a ser. Adentrando em seus espaços e participando dos serviços e atividades que disponibilizam, qualquer usuário pode se deparar com situações e insumos de simbolização que lhe ofereça as condições necessárias para, a partir de seus percursos singulares e do contato como distintos sujeitos e situações interativas, alimentar ou reelaborar as representações forjadas para si, para o outro e para o mundo. Foi isso que

⁵⁰ La biblioteca pública es una herramienta cultural de potenciación y reestructuración del espacio que se habita; que contribuye a la formación de ciudadanos desde el acceso libre y gratuito a la información, el conocimiento, la cultura y la recreación; pues una condición de la ciudadanía y de la democracia es estar informado y tomar postura sobre esa información. Por lo anterior, la biblioteca pública no puede funcionar sin una postura política, para lo cual debe asumir como desafíos propios: propiciar la lectura del texto pero también del contexto para empoderar a la comunidad y contribuir a su incorporación en las dinámicas sociales; estimular la generación, construcción y socialización de la información y el conocimiento y ser centro de encuentro e intercambio en la construcción de múltiples identidades.

aprendemos com a narrativa de Italo Calvino e também com a história contada por Michèle Petit. Com isso, independente se inscritos nas brechas da fantasia ou nas malhas da realidade, os dois relatos em questão nos apresentam personagens cujas vidas passaram a fazer sentido no interior de uma biblioteca pública, condição que nos impulsiona a indagar o que isso quer dizer?

Para nós, quer dizer que essas instituições possuem uma série de atributos e uma força de intervenção social que as particularizam em relação àquelas que apresentamos no capítulo anterior. Particularidade que se refere às suas quatro funções básicas – cultural, informacional, recreativa e educacional –; à premissa democrática que orienta a constituição de seus acervos, serviços e ações em prol da disseminação da informação; ao acolhimento à diferença e à diversidade das manifestações simbólicas e representacionais que mobilizam a convivência coletiva; ao seu estatuto de lugar de memória, leitura, sociabilidade e enraizamento; enfim, ao seu poder de afetação tanto na vida de seus usuários quanto na realidade histórica de toda uma comunidade.

Portanto, o adjetivo público que contemporaneamente se juntou ao nome biblioteca não deve ser pensado apenas como o qualificador de um dispositivo cultural sob jurisdição de governos locais, regionais ou nacionais. É claro que elas precisam de um marco regulatório que defina suas ações e necessitam de investimentos provenientes do poder público, mas não é somente isso que tal denominação quer dizer. Isto porque, a designação biblioteca pública se reporta ainda a um espaço vivencial cujos contornos só se determinam na confluência com os desejos, interesses e necessidades de seus usuários. Também é certo que a prerrogativa da captação, da organização e da disseminação gratuita de informações continua a modular suas atividades, mas até estas devem ser formatadas tendo-se em vista a pluralidade e a diversidade das relações que seus espaços e acervos são capazes de fomentar. Relações que, vivenciadas na esfera do coletivo, favorecem o estabelecimento de pontos de conexão entre os distintos sujeitos que justificam sua existência. Pontos de conexão que, por sua vez, insurgem como reveladores de um jogo interacional a partir do qual referências, representações e discursos identitários são formulados, distendidos, deslocados e constantemente recriados.

Em suma, quando falamos em biblioteca pública estamos fazendo alusão direta a uma instituição social que propicia as mesmas condições para que seus usuários façam um exercício livre da palavra, da informação, do conhecimento e se apresentem diante do outro em situações de socialização, transformando a agregação isolada dos indivíduos em laços de solidariedade que amparam o reconhecimento de um referencial identitário elaborado tanto individual quanto coletivamente.

Mas, se a identidade é um referencial em permanente processo de elaboração que não pode ser circunscrito em categorias fechadas e estáveis, as representações instituídas na e pela biblioteca pública não subverteriam o aspecto de multiplicidade inscrito em tal noção? Formulando a pergunta de outra maneira: enquanto “lugar de memória” elas não remetem a um discurso identitário “estável” e “pacificado”? Acreditamos que não. Ao definir esses espaços como instituições sociais que afetam e são atravessadas pelas distintas matrizes de significação que amparam a vida coletiva e orientam a construção de um olhar individualizado acerca da realidade, nos tornamos aptos a defender sua atuação enquanto pólo desencadeador de variados referenciais de representação identitária, e isso tanto em um sentido pessoal quanto coletivo.

Embora já tenhamos defendido a validade deste argumento ao longo do presente capítulo, por se tratar de uma questão central em nossa tese, apontaremos abaixo as linhas gerais daquilo que estamos chamando de “referencial identitário”, bem como os principais indícios que nos levam a defender a ideia de que as bibliotecas públicas são territórios propícios à sua elaboração e socialização. Começemos então pelo trabalho de lapidação conceitual.

3.2. A gramática identitária também pode ser elaborada a partir de uma biblioteca

Quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis⁵¹.

Falar sobre identidade e produção de referenciais identitários no mundo contemporâneo implica adotar por prerrogativa a ideia de que talvez a marca mais eminente da conjuntura sócio-histórica atual seja a fragmentação. Isto porque, se até o início do século XX os sujeitos eram “identificados” a partir de enquadramentos políticos, sociais, sexuais e culturais estáveis, as mudanças produzidas pela globalização imprimiram novas configurações para as muitas esferas de sociabilidade com as quais se tornou possível interagir. Com isso, segundo Stuart Hall (2001, p.07), as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram a vida social, entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

Pensada, até aquele momento, como uma imagem vinculada à ideia de originalidade, de semelhança, de algo que costura e mantém a unidade, o indivíduo globalizado passa a designar a identidade como um discurso em permanente processo de elaboração. Ela “*nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”;* como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais” (BAUMAN, 2005, p.21-22), ou seja, como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações. Representações que, e já mostramos isso aqui, se forjam através do prisma da multiplicidade, da urdidura dos diversos discursos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, que dizem nosso lugar em relação ao outro – outros pontos de referência, outros portos de ancoragem. Sendo assim, qualquer referência identitária passa a ser organizada relacionalmente em um “*jogo de posicionamentos, de deslocamentos entre*

⁵¹ CALVINO, 2008, p. 138

sujeitos que vivem num mundo, falam num mundo e, nesse falar, se reposicionam continuamente". (FRANÇA, 2002,p.38).

Mudança de percepção que vincula as representações identitárias à idéia de projeto, de algo que se encontra sempre em construção. Com isso, a crença de que a identidade seria formada por referências simbólicas supostamente estáveis, homogêneas, coesas e unificadas também se dissolve. É o que sugere BAUMAN (2005, p.17) ao observar que, no atual momento histórico:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005, p.17).

Portanto, enquanto elaborações estruturadas discursiva e relacionalmente, os referenciais identitários não se manifestam tendo como única referência a identificação das semelhanças, visto instituírem, neste mesmo movimento, a construção da diferença e da distinção. Sendo assim, tentar idealizar um discurso identitário único, coeso e completo em si mesmo se tornou uma fantasia, uma vez que nos tornamos capazes de assumir, através de nossos posicionamentos, identidades múltiplas nos diversos momentos e espaços aonde nossa história de vida adquire sentido e encontra ressonância. Razão pela qual se faz necessário esclarecer, já neste momento, que:

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tão pouco se refere, se pensarmos agora na questão da identidade cultural, àquele eu coletivo e verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade compartilhadas, mantém em comum. Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade

tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas, que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. (HALL, 2008, p.108 - destaques do autor).

Destacar que as referências identitárias são construídas dentro e não fora do discurso e que as mesmas não são um dado fixo, coerente, estável e permanente é importante porque nos possibilita apreender o quanto estão ligadas aos recursos que utilizamos para nos posicionar frente ao outro e no mundo. Razão pela qual acreditamos que só se torna possível falar em identidade se os matizes que a compõe forem concebidos como amálgamas provenientes do entrelaçamento de representações simbólicas demasiadamente amplas que, em momento algum, devem ser interpretadas como se possuíssem apenas um sentido. Defendemos isso porque:

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (HALL, 1997, p.26).

As pistas lançadas por Hall ajudam-nos, assim, a assimilar que o movimento de constituição de referenciais identitários acaba por refletir menos o que nós somos (estado), e mais o que nos tornamos (processo). Servem, também, como um indicativo de que essa constituição se dá sempre de maneira coletiva e relacional, o que equivale a dizer que a *identidade* emerge não tanto de um centro interior, de um *eu* verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas apresentadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos ou contestarmos as posições de sujeito formuladas por nós e para nós. Além disso, colocam em contraponto o potencial orientador que os processos de socialização primária, aqueles a partir dos quais constituímos nossos laços de enraizamento – os índices de simbolização que apreendemos junto à família, à escola, à igreja, por exemplo

– exercem sobre nós no momento em que somos chamados a nos posicionar frente a determinado discurso representacional. Sendo assim, e conforme atesta o próprio Stuart Hall:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e particularmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p.26-27).

É por tais razões que não podemos ou não devemos pensar indissociavelmente a importância que as práticas ligadas à memória, à leitura, à sociabilidade e ao enraizamento assumem no âmbito dos múltiplos processos que compõem/definem a vida social e cultural. Enquanto elaborações tecidas na confluência de processos intersubjetivos com ações interativas, tais práticas incidem diretamente sobre a gramática simbólica que orienta tanto a organização de um modo de vida específico quanto a estruturação de experiências de simbolização coletiva.

Além disso, se convertem em referências preciosas para que possamos visualizar como certos sujeitos ou grupos sociais empiricamente definidos incessantemente constroem e reconstróem sua própria existência, atribuindo-lhes níveis variados de significação.

Para tanto, torna-se premente observar que a apreensão desse processo de construção e reconstrução presente no âmbito da cultura, envolve sempre e necessariamente “o reconhecimento de sua multidimensionalidade, pois nele as formas de sociabilidade, a produção material e simbólica e a realidade pervasiva do poder estão simultaneamente presentes e imbricadas”. (DURHAM, 2004, p.35). Multidimensionalidade que pode ser apreendida por meio da análise de um rito, de um discurso, de um gesto, mas também através dos valores, normas e representações sedimentadas, experienciadas e disseminadas em instâncias mais concretas como a igreja, a escola, os veículos de comunicação midiática e, por que não, as bibliotecas públicas.

Embora já tenhamos afirmado que as bibliotecas, e entre elas as instituições públicas, contribuem de maneira efetiva para a elaboração coletiva e intersubjetiva das representações e referências que nos aproximam do outro e nos particularizam em relação ao mundo, cabe-nos

aqui nos perguntar como podemos visualizar a constituição desse processo elaborativo. Acreditamos que tal visualização pode ser concebida a partir de dois níveis: o nível coletivo e o intersubjetivo.

No primeiro deles a biblioteca pública se apresentaria como espaço por meio do qual são produzidas, organizadas e disseminadas certas representações que povoam/alimentam a constituição de uma memória comum e coletivamente compartilhada entre seus usuários e leitores. O foco aqui é o acervo, o prédio, os serviços e ações que definem um lugar social e singular para cada uma dessas instituições. Estamos falando então de discursos identitários formulados a partir de um repertório amplo de significação cujos elementos desencadeadores são os fatos históricos, as correntes ideológicas, as diretrizes políticas e os pressupostos simbólicos que se materializam em torno delas. Ou seja, trata-se de uma identidade construída espacial e temporalmente que não tem por referência a satisfação e os desejos de um sujeito específico, mas sim uma preocupação com a salvaguarda dos insumos culturais que orientam e expressam a conduta e os modos de vida de toda a comunidade na qual a mesma se insere.

Neste sentido, a organização de coleções especiais, a realização de visitas guiadas ao acervo, a concepção de exposições relacionadas à sua historicidade, bem como sobre a vida de personalidades que frequentaram seus espaços, além da constante busca por revitalização de suas dependências são algumas das muitas estratégias utilizadas pelas bibliotecas públicas para promoverem graus variados de identificação com seus usuários. Identificação que, ao ser ancorada em adjetivações como *“lugar de memória”*, *“catedral do conhecimento”* e *“templo do saber”*, acaba por refletir o reconhecimento de sua impregnação social.

Mas há ainda uma segunda perspectiva que nos permite pensar a relação entre biblioteca pública e identidade. Estamos falando das referências intersubjetivas que seus usuários elaboram no momento em que analisam o poder de afetação que as mesmas exercem em suas vidas individuais. Influência que se mostra diretamente imbricada às interações e práticas de sociabilidade vivenciadas de maneira particular por cada sujeito no âmbito desses espaços. Elaborações forjadas tanto a partir das coleções e serviços ali disponibilizados, quanto das experiências trocadas com outros leitores e agentes que mobilizam e conferem dinamicidade às ações que nela se desenvolvem.

Portanto, visualizar a constituição de referenciais identitários elaborados intersubjetivamente a partir das bibliotecas públicas requer ampliar o conjunto de atributos que tradicionalmente são utilizados para definir suas funções sociais básicas e pensá-las como um espaço vivencial. Com isso, a preocupação aqui não é entender que motivos circunscrevem a formatação de um acervo ou um conjunto de serviços específicos, mas sim os usos e contra-usos que distintos usuários impõem sobre os mesmos. Nestes termos, o que deve ser observado é a mescla entre valores, desejos e necessidades particulares que levam determinado sujeito a frequentar espontaneamente tais lugares. Não só frequentar, mas criar laços de enraizamento e estabelecer relações interativas que permitam a cada indivíduo formular/apreender intimamente as razões, os pontos de referências práticas, simbólicas e afetivas que interconectam sua história de vida a uma dessas instituições bibliotecárias.

Laços de enraizamento e relações interativas que fomentam o encontro entre as referências pessoais de cada sujeito e o universo mais amplo das representações que modulam a própria vida social. Com isso, as bibliotecas públicas transformam-se em territórios privilegiados para que possamos experimentar o sentimento de se pertencer a um grupo portador de histórias e manifestações culturais compartilhadas, ao mesmo tempo em que nos tornamos aptos a expressar nossa individualidade por meio de discursos e ações reveladores de uma maneira muito particular de relacionamento com o espaço, o acervo e os serviços disponibilizados por estas instituições, tal qual com os diferentes indivíduos com quem, a partir delas, estabelecemos algum tipo de contato.

Sendo assim, é esse potencial congregador e, ao mesmo tempo, individualizante que confere às bibliotecas públicas a possibilidade de participarem ativamente dos processos que amparam a formulação coletiva e intersubjetiva de certos discursos identitários. Enquanto espaço público que tem por função preservar a memória, promover a leitura, amparar as atividades educativas e propiciar experiências de sociabilidade enraizadas em torno dos livros, da informação, do lazer e do conhecimento, elas congregam e alimentam um conjunto de referências práticas, simbólicas e afetivas que permitem a um usuário singular, tanto quanto a uma sociedade inteira traçar uma imagem ou constituir um discurso, uma representação definidora de si mesmos.

É isso que pretendemos evidenciar de maneira mais concreta no capítulo subsequente. Para tanto, analisar-se-á os depoimentos de 7 (sete) sujeitos cujas histórias de vida se mostram marcadas pelo contato estabelecido com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Fundada em Belo Horizonte no ano de 1954 por meio da Lei Estadual nº. 1087, sancionada em 2 de junho por Juscelino Kubitschek, tal instituição possui por função primária servir de centro de memória da capital mineira, reunindo, preservando e divulgando os registros da história local, de modo a valorizar a identidade cultural belohorizontina, se reportando, de modo mais geral, ao universo simbólico de todo o Estado. Está localizada em uma das regiões mais nobres da cidade e recebe cerca de 390 mil usuários por ano, aos quais presta uma série de serviços: empréstimo domiciliar; sala de estudos e leitura; carro-biblioteca; um setor especializado em acolher deficientes visuais; uma sucursal destinada ao público infanto-juvenil; o serviço de caixa-estante que leva livros e a oportunidade de leitura a creches, asilos, prisões e espaços alternativos muito diferentes de suas fronteiras.

É também a responsável por manter coleções raras e de grande valor para o estudo, a divulgação e a representação da história e do “modo de vida mineiro”. Em seu acervo destacam-se a *Coleção Mineiriana*⁵²; a *Coleção Rita Adelaide*⁵³ e os jornais e revistas

⁵² Criada através do Decreto nº. 11.996, de 05/08/1969 por uma comissão de intelectuais mineiros, a *Coleção Mineiriana* tem por finalidade compor um acervo de obras sobre Minas Gerais, sua história, letras, artes, ciências da terra e do homem, bem como desenvolver ações de divulgação da cultura do estado, editar e promover publicações de obras relacionadas ao tema e formar a memória audiovisual de Minas. Foi tentando dinamizar essas ações que, em 03/02/1970, o governo do Estado sancionou o Decreto nº. 14.314, instituindo a obrigatoriedade de se processar a remessa de publicações oficiais à biblioteca Luiz de Bessa para serem incorporados à coleção. Neste sentido: “*A Mineiriana responde por ideias que não se pautam por um espírito provinciano, mas se solidificam pelo contato com a cultura estrangeira, de raiz européia. A presença da cultura religiosa trazida pela colonização portuguesa impulsionou a criação de igrejas e instituições da região, como o Caraça, além da futura proliferação de colégios e internatos. A formação humanista permitiu o convívio da cultura erudita com a local, do latim com o folclore, o que resultou na mitologia do intelectual mineiro como dotado de uma singular educação. Embora inserido na tradição européia, sabe conservar os traços particulares que o distinguem da cultura metropolitana. Reconhece-se também a existência de múltiplas feições e de diversos perfis que compõem a complexa fisionomia da cultura mineira, por se investir de caráter heterogêneo. [Neste movimento] a cultura mineira, com seu lastro erudito e popular, libertária, conservadora e progressista, ganha sobrevida e se reconfigura, por meio do apelo contínuo e infundável de seus leitores de hoje e de sempre*”. (SOUZA, 2006, p.68-71).

⁵³ Composta por 1.305 volumes, representa a biblioteca pessoal do jurista e bibliófilo Tancredo Martins e recebeu este nome em homenagem à sua mãe. Destaca-se por seu conteúdo, raridade, beleza e singularidade das encadernações, ilustrações e iluminuras. Os títulos tratam principalmente de religião, literatura, história, filologia e obras de referência. Também figuram no acervo livros sobre artes, botânica e geografia. De acordo com CALDEIRA (2006, p.99), “*Rita Adelaide era filha de Augusto de Araújo Vianna e Adelaide de Paula Rocha. Casou-se com Francisco Lopes Martins, e tiveram dez filhos. Um deles, Tancredo, nasceu em 25 de setembro de 1884, em Sabará (MG) e faleceu em 5 de fevereiro de 1965, em Belo Horizonte. Ele exerceu a profissão de*

históricos que pertenceram ao acervo da Hemeroteca Pública de Minas Gerais, hoje incorporado ao patrimônio documental da Luiz de Bessa.

Ao longo de seus quase 60 (sessenta) anos de história, inúmeros usuários se formaram como leitores tendo por referência as coleções, atividades e o espaço de sociabilidade que se criou no perímetro de suas dependências. Em virtude disso, ocupa hoje um lugar privilegiado na vida e na memória de diversos sujeitos, congregando em torno de si um universo de representações simbólicas multivariadas que, em um plano mais geral, fomenta a mobilização de diversos quadros de sentido cuja síntese ampara e dá a ver a formulação de um discurso identitário intersubjetivo em estreito diálogo com experiências de socialização enraizadas no plano coletivo. Formulações que serão evidenciadas através de uma análise sócio-histórica dos testemunhos que corporificam o substrato empírico de nossa tese, adotando por premissas nucleares e norteadoras as discussões teóricas até aqui empreendidas.

Mas quem são esses sujeitos? Como chegamos até eles? O que dizem em seus depoimentos? Tais testemunhos podem ser considerados uma amostra representativa da diversidade de usuários que frequentam a Luiz de Bessa, bem como dos diferentes discursos que mobilizam sua atuação enquanto instituição social? Responder a essas indagações se converte na preocupação central do capítulo que a partir de agora se inicia.

advogado em Uberaba e, mais tarde, em Belo Horizonte, onde passou a lecionar literatura, na Faculdade de Filosofia de Santa Maria, localizada, à época, no Bairro Floresta e no Curso Complementar da Faculdade de Direito da UMG, atualmente UFMG. Essas duas profissões o levaram a adquirir livros para o desempenho de suas atividades de professor e advogado, mostrando-lhe que, paralelamente ao exercício profissional, o hábito de franquear livrarias, sebos e consultar catálogos de editoras desenvolveu nele novos interesses, no caso, por obras que apresentassem outros valores, além do conteúdo. A partir desse descortinamento, só a morte interrompeu a aquisição de tais livros”.

4. Capítulo 3

Feito uma rosa dos ventos: caminhos metodológicos e sujeitos revelados pela pesquisa

Cada palavra, cada uma das palavras que nos permitem atravessar tão rapidamente o espaço de um pensamento e acompanhar o impulso da ideia que constrói, por si mesma, sua expressão, parece-me uma dessas pranchas leves que jogamos sobre uma vala ou sobre uma fenda na montanha e que suportam a passagem de um homem em movimento rápido. Mas que ele passe sem pesar, que passe sem se deter – e, principalmente, que não se divirta dançando sobre a prancha fina para testar a resistência!... A ponte frágil imediatamente oscila ou rompe-se, e tudo se vai nas profundezas. Consultem sua experiência; e constatarão que só compreendemos os outros, e que só compreendemos a nós mesmos, graças à velocidade de nossa passagem pelas palavras. Não se deve de forma alguma oprimi-las, sob risco de se ver o discurso mais claro decompor-se em enigmas, em ilusões mais ou menos eruditas.⁵⁴

Sobre as ripas da ponte, sobre os adros do barco, sobre o mar, com o percurso do sol no céu e com o barco, se esboça, se esboça e se destrói, com a mesma lentidão, uma escritura, elegível e dilacerante de sombras, de arestas, de traços de luz entrecortada e refratada nos ângulos, nos triângulos, nos triângulos de uma geometria fugaz que se escoia ao sabor da sombra das vagas do mar. Para em seguida, mais uma vez, incansavelmente, continuar a existir.⁵⁵

As histórias de vida estão povoadas de coisas perdidas que se daria tudo para encontrar: elas sustentam nossa identidade, perdê-las é perder um pedaço da alma.⁵⁶

⁵⁴ VALERY, 2011, p.211.

⁵⁵ MARGUERITE DURAS, *apud* GUATTARI, 2012, p.9.

⁵⁶ BOSI, 2003b, p.27.

Este capítulo funciona como uma bússola, sua finalidade é apontar aos leitores as escolhas empíricas e os percursos metodológicos projetados para se responder à pergunta que mobiliza nossa pesquisa: qual a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de discursos identitários?

Nesse sentido, a primeira seção retoma as indicações apresentadas no final do tópico anterior e justifica, de maneira mais aprofundada, porque escolhemos como universo analítico a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Em função disso, atenta-se para momentos considerados relevantes em sua história e coloca-se em evidência os principais serviços e atividades que a instituição oferece à população belo-horizontina, bem como a diversidade de seus acervos e coleções. Em suma, efetua-se aqui um trajeto que tem por intuito caracterizar a Luiz de Bessa como uma instituição social que ocupa um lugar de destaque no cenário cultural e intelectual mineiro, sobretudo por se dar a ver como espaço de leitura, de incentivo às práticas educativas, de preservação da memória coletiva e, também, como território de sociabilidade.

Por sua vez, o item seguinte descreve as diretrizes operacionais sancionadas no momento de definir a empiria, os instrumentos de coleta de dados e os conceitos operadores que orientarão a leitura e a interpretação do material reunido. Explica-se, pois, as razões pelas quais optamos em trabalhar com histórias de vida, como definimos o número de depoentes, que critérios subsidiaram a formulação de um roteiro voltado para a condução e a realização das entrevistas e de que forma as mesmas foram transcritas e organizadas.

Constituiu-se, ainda, um pequeno perfil descritivo dos usuários cujo testemunho foi gravado, focando-se naqueles atributos responsáveis por individualizar cada um deles frente aos demais, especialmente no que diz respeito às suas relações com a Biblioteca Luiz de Bessa, o livro, a leitura e a cidade. Ao final, denota-se como o panorama teórico estruturado anteriormente será acionado para nos auxiliar a apreender a força simbólica, as representações e os sentidos concebidos por esses sujeitos quando são chamados a refletir sobre o poder de afetação exercido pela Biblioteca em seus substratos biográficos e referências identitárias.

4.1. Da “Sociedade Literaria Bello Horizonte” à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: lampejos históricos

A história desta Casa não é tranqüila e de linear horizontalidade, mas ao contrário, de impulsão e de propulsão contra obstáculos os mais complexos, desde as consideradas naturais deficiências financeiras às tentativas de seu ocultamento ou marginalização. Diante dos empecilhos, do abandono, do desprestígio, da omissão e de entraves de toda ordem, o lema da Biblioteca, impresso em cada pequena tarefa de seus diretores e funcionários, tem sido o de ir sempre em frente, ainda quando parece não haver saída.⁵⁷

Até a inauguração da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Belo Horizonte possuía apenas uma biblioteca pública. Subordinada à Prefeitura Municipal e localizada na Rua da Bahia, esquina com a Avenida Augusto de Lima, a mesma havia sido criada seguindo os auspícios de “modernidade” que orientou a construção da nova capital mineira entre os anos de 1893 a 1897. De acordo com Abílio Barreto:

Cinco meses apenas eram decorridos após o início dos trabalhos da Comissão Constructora da Nova Capital em Bello Horizonte, quando alguns dos mais brilhantes membros desta, entre os quaes os drs. Fabio Nunes Leal, Samuel Gomes Pereira, Americo de Macedo e José de Magalhães, em uma concorrida reunião realizada no Escriptorio Central, deliberaram fundar a “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, com a finalidade de se organizar uma bibliotheca e um museu⁵⁸. (BARRETO, 1935, p.5).

Tendo Aarão Reis como presidente honorário e adotando por modelo os padrões característicos da biblioteconomia norte-americana, a “Sociedade Literaria de Bello Horizonte” desenvolveu suas primeiras atividades em uma velha casa no Largo da Matriz da Boa Viagem. À época de sua implementação, já contava com um acervo de aproximadamente 4000 títulos, em sua maioria doados pelos próprios membros da Comissão. Além de livros, seu fundo bibliográfico era composto por grande número de revistas e periódicos técnico-científicos relativos às áreas de arquitetura, engenharia e ciências naturais. Segundo Bretas

⁵⁷ ARAÚJO, 1984 *apud* CESARINO, 2006, p.35

⁵⁸ Por se tratar de um testemunho histórico, optou-se por manter a grafia e as construções linguísticas da época em que o texto foi publicado.

(2010, p.95), a maioria deles, 58%, era de origem francesa, 25% eram escritos em idioma inglês, e 12,5% em alemão, e apenas um periódico estava escrito em português. Condição que demonstra, além da influência dos Estados Unidos, uma forte ligação com as correntes ideológicas em vigor na Europa, sobretudo na França. Aponta, também, para a constituição de um espaço de sociabilidade e de representação da elite econômica e política responsável por “conferir ares de civilidade” ao novo arraial. É o que atesta Barreto (1935), ao afirmar que:

Installada a bibliotheca, possuindo já numerosos e bons livros doados pelos sócios e adquiridos por compra, era aquelle o ponto favorito de reuniões dos funcionarios da Comissão Constructora e demais pessoas cultas do arraial. Era alli que ellas descansavam o espirito em leituras de livros, revistas e jornaes, todas as noites, até a inauguração da cidade, quando se extinguiu a Comissão Constructora. (BARRETO, 1935, p.7).

Ao término dos trabalhos da comissão, a biblioteca foi doada à prefeitura, que a transferiu para um edifício provisório situado na da Rua da Bahia. Constatada a precariedade da nova sede, sua coleção foi levada, em 1904, para o salão térreo do prédio que acolhia os servidores do Senado. Lá permaneceu por dez anos, até que, em 6 de setembro de 1914, migrou para o palácio do Conselho Deliberativo, edificado na esquina da Rua da Bahia com Avenida Paraopeba (atual Avenida Augusto de Lima), aonde resistiu por quase cinco décadas, sendo desativada em 1963.

Dois fatores contribuíram diretamente para a dissolução da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. O primeiro deles liga-se à necessidade da Câmara de Vereadores, antigo Conselho Deliberativo, conseguir mais espaço para que os políticos belo-horizontinos pudessem efetuar seus despachos e resoluções. Dessa maneira, em 3 agosto de 1963, o presidente do poder Legislativo Municipal, Nilson Gontijo, acabou despejando o acervo da Biblioteca nos bancos do Parque Municipal. Atitude que:

Provocou um forte sentimento de indignação por parte do público de Belo Horizonte, e que foi expresso em vários artigos de jornais. É inegável a importância que a Biblioteca tinha para Belo Horizonte e sua remoção do edifício foi bastante prejudicial para a população da cidade. O acervo era ainda consultado por um público variado e possuía um valor cultural considerado pelos usuários. No entanto, as reclamações não foram suficientes e a ação do vereador Nilson Gontijo foi concretizada. (BRETAS, 2010, p.103).

O segundo motivo vincula-se à construção da Biblioteca Pública de Minas Gerais, em 1954. A partir desse momento, a antiga instituição foi perdendo o apoio da prefeitura e, aos poucos, com a diminuição do atendimento ao público, também teve seu prestígio desgastado. Quadro que se estendeu até 1963, data que decreta sua completa extinção.

A extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte se deu, em termos legislativos, em 1963, pela publicação da Lei Municipal nº 1054, de 7 de novembro, que determinou a transferência do acervo da instituição para o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis. Em termos administrativos, a instituição ainda não havia sido extinta; no entanto, sua atuação como biblioteca pública municipal foi praticamente anulada em seu novo local. (BRETAS, 2010, p.104).

Tais ações impuseram graves danos ao acervo, muitos deles irreversíveis. A parcela de obras que se preservou foi transferida para o Instituto João Pinheiro, promovendo, assim, seu completo esquecimento por parte da grande maioria dos habitantes da cidade. Fato publicamente lamentado, inclusive por Eduardo Frieiro:

No ano de 1963 foi a Biblioteca despejada do local em que se achava, sendo levada para uma das salas do edifício do IMACO, no Parque Municipal. Não era grande. Tinha aproximadamente 20.000 volumes. Mas os serviços que prestou à educação do povo, durante 68 anos de frequência pública, foram realmente inestimáveis. Não podem ser esquecidos. (FRIEIRO *apud* BRETAS, 2010, p.104).

Repúdio e descontentamento que talvez tenham sido amenizados pela intensa atuação de Eduardo Frieiro junto à equipe designada para conceber e levar a cabo o projeto da nova biblioteca pública do estado. Ao lado de Hélio Gravatá, Etelvina Lima e Cacilda Basílio de Sousa Reis, Frieiro recebeu de Juscelino Kubitschek a missão de idealizar uma instituição “*grande, moderna, dinâmica, condizente com o adiantamento da cidade que caminhava célere para o seu primeiro milhão de habitantes*”. (CESARINO⁵⁹, 2006, p.21). Nesses termos, a mesma deveria servir de espaço para guarda e preservação do patrimônio bibliográfico de todo o povo mineiro, mas também fomentar serviços e atividades que aproximassem o maior número possível de pessoas dos livros, da leitura e das práticas

⁵⁹ Grande parte dos dados históricos que apresentaremos a seguir tem como fonte o texto de Maria Augusta da Nóbrega Cesarino: *A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: percorrendo cinquenta anos de história*, cuja referência completa encontra-se citada na bibliografia que embasa nossa tese.

educativas, transformando-se, pois, em território privilegiado da cultura e de convivência social.

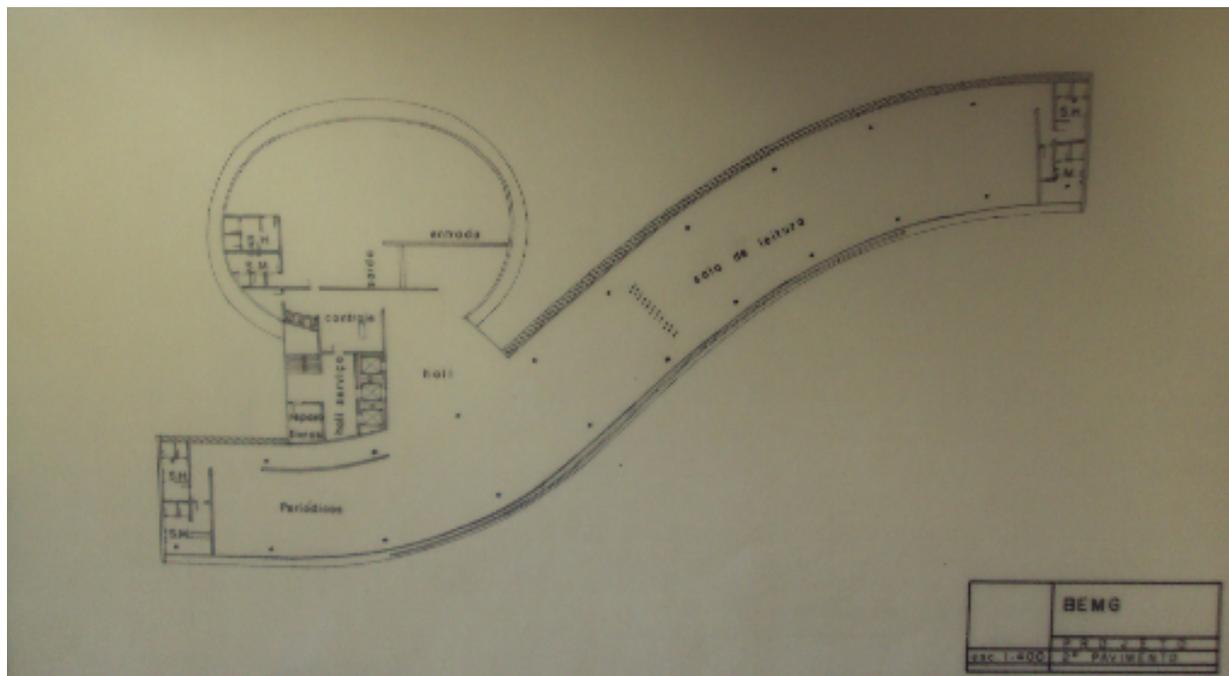
Conforme já mencionado no final do capítulo anterior, a Assembléia Legislativa aprovou, em 2 de junho de 1954, a Lei nº. 1087, criando, assim, a Biblioteca Pública do Estado, que passou a funcionar “*em instalações provisórias, na rua Saturnino de Brito*⁶⁰, com um acervo inicial de 22.000 volumes. Três setores foram definidos como essenciais: a Sala de Empréstimo domiciliar, o Setor de Referência e a Divisão de Processamento Técnico”. (CESARINO, 2006, p.23).

Para melhor abrigá-la, o então governador solicitou que seu amigo Oscar Niemeyer planejasse uma sede moderna, à altura das pretensões políticas de Juscelino. O arquiteto traçou o desenho de um edifício de 6 andares, com espaços amplos, destinados às várias manifestações culturais que, através do incentivo à leitura, à educação e à salvaguarda da memória local e regional, “*transformariam a biblioteca numa casa de reflexão e de criação, a ser localizada na Praça da Liberdade, ao lado do Palácio do Governo*”.

A construção do prédio foi longa e repleta de contratemplos. Por falta de recursos financeiros, o desenho original sofreu várias alterações e, três dos seis andares previstos, foram cortados. Depois de quase três anos de abandono, o governador José Francisco Bias Fortes conseguiu verbas junto à Diretoria de Esportes, aceitou o corte significativo do projeto e, contando com a mão-de-obra de detentos da Casa de Correção, hoje Penitenciária de Neves, deu a sede por terminada. Em 1961, “*para não ceder às inúmeras pressões de diversos setores do Governo que cobizavam o novo prédio, Bias Fortes ordenou a mudança da Biblioteca para a Praça da Liberdade. “Mudar Militarmente”, foram essas suas palavras. Assim foi feito*”. (CESARINO, 2006, p.24).

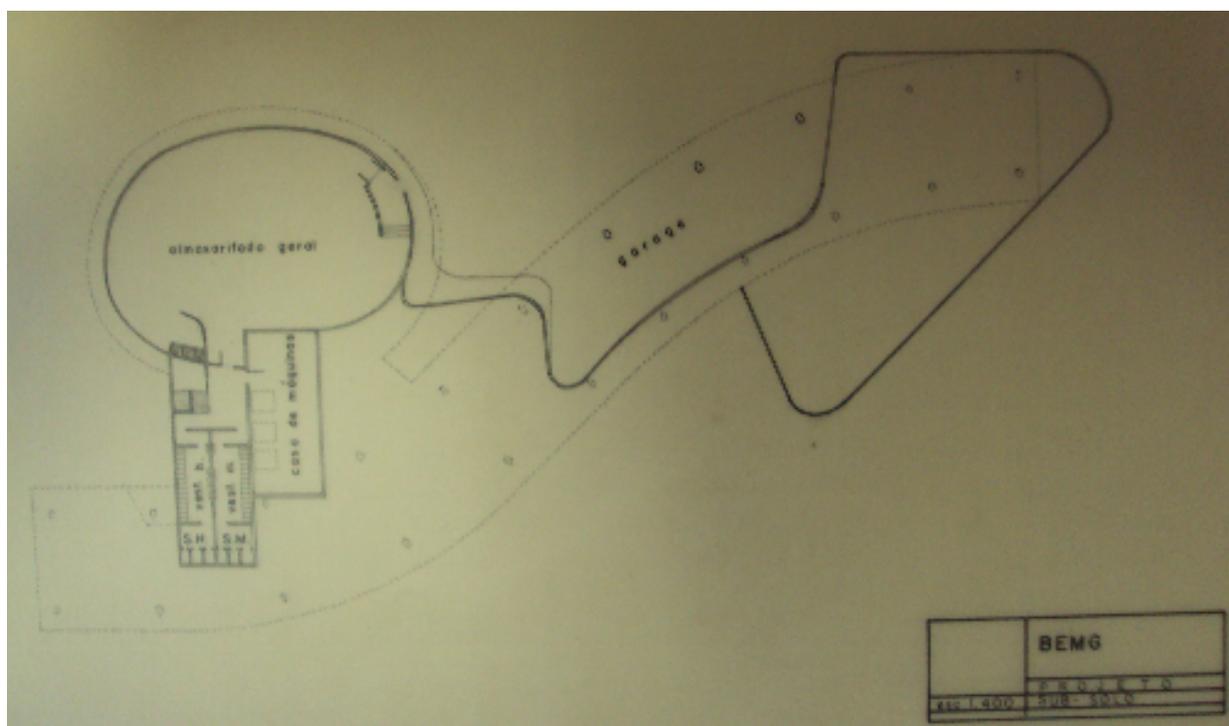
⁶⁰ O endereço completo era: Rua Saturnino de Brito, nº. 89, no prédio da Sociedade Mineira de Engenheiros, em frente à estação rodoviária.

Imagem 1 – Planta do projeto concebido por Oscar Niemeyer para a nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 2 – Planta do projeto concebido por Oscar Niemeyer para a nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 3 – Construção da sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



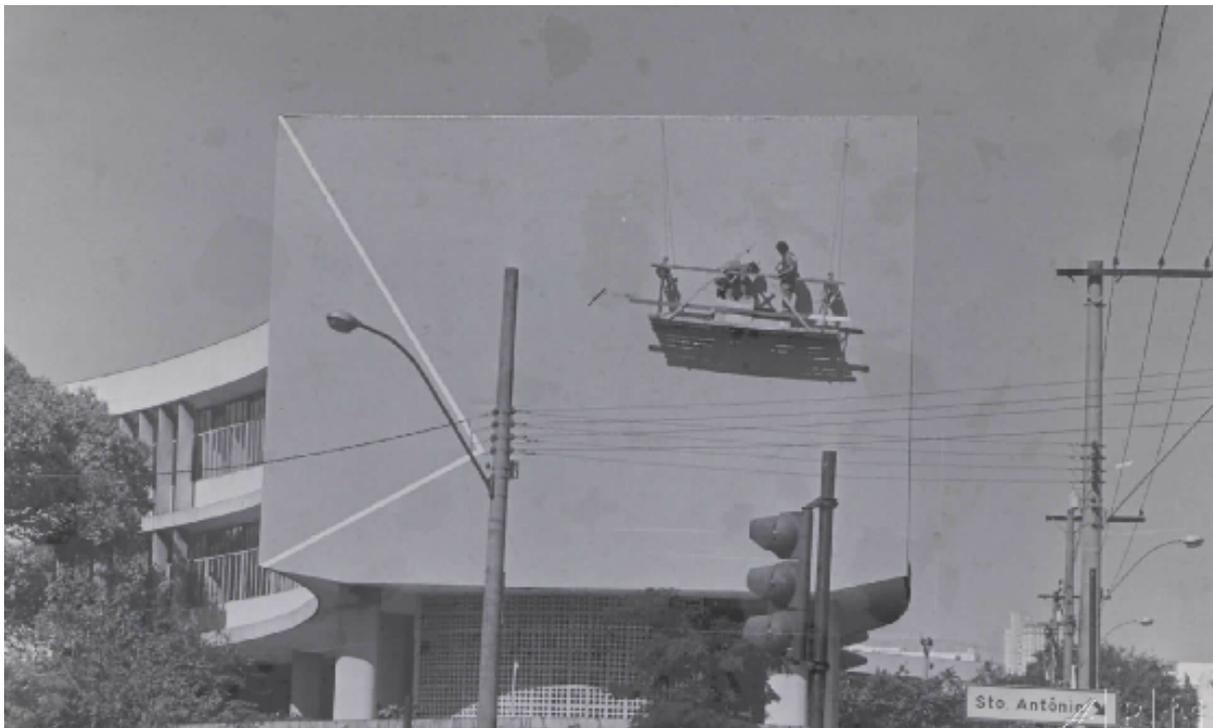
Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 4 – Construção da sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 5 – Trabalhadores pintando a fachada da nova sede da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Mineiro.

Nesse mesmo ano de 1961, no dia 17 de janeiro, a Biblioteca Pública de Minas Gerais, por meio do Decreto Lei nº. 6140, teve acrescentado à sua denominação oficial o nome do professor “Luiz de Bessa”, considerando, de acordo com a disposição legal, “*os relevantes serviços prestados por ele à nossa cultura e, notadamente, à Administração Pública do Estado*”. (CESARINO, 2006, p.24).

Antônio Luiz de Bessa nasceu em Amarante, Portugal, em 12 de abril de 1894. Veio para o Brasil em 1906, instalando-se em Juiz de Fora, onde se formou em ciências comerciais. Foi também jornalista, exercendo carreira tanto nessa cidade quanto em Belo Horizonte, onde se tornou redator-chefe do *Estado de Minas* e da *Folha de Minas*. Em sua pequena bibliografia se destacam o livro *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República* e uma tese apresentada em Santiago do Chile, intitulada *Função Nacional do Município*. Além de tais obras, publicou um pequeno opúsculo denominado *Minas Gerais, uma economia em expansão*. Exerceu diversas funções públicas e redigiu correspondências, mensagens e discursos para governadores e secretários do Estado. Veio a falecer na capital mineira em 16

de fevereiro de 1967, deixando viúva a senhora Letícia Parafita de Bessa, com quem teve seis filhos. Citando seu biógrafo Francisco Iglésias, “*poucos mineiros fizeram tanto por sua terra como Antônio Luiz de Bessa, escritor e funcionário público. É justo, pois, que se inscreva seu nome na relação dos filhos ilustres de Minas, Estado que ele amou e ao qual serviu com carinho, competência e constância*”. (IGLÉSIAS, In: O NOME..., 1984, p.4).

Imagem 6 – Fotografia de Antônio Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

Embora os primeiros anos de exercício de suas atividades tenham sido marcadamente conturbados, a década de 1960 foi “*particularmente rica no fortalecimento da recém criada biblioteca*”. (CESARINO, 2006, p.26). De fato, é neste período que importantes ações são concebidas para que a instituição pudesse se inserir de maneira proeminente na vida social e cultural de Belo Horizonte. A primeira delas foi a implementação do carro-biblioteca, serviço de extensão que, já àquela época, objetivava “levar informação e cultura” aos bairros da região metropolitana da cidade que não possuíam acesso a tais equipamentos culturais, bem como valorizar a leitura, a educação e a cidadania. Segundo o relato de Marise Muniz e Roberto Carvalho, bibliotecários responsáveis pela dinamização do programa na década de 1980, assim funcionava a biblioteca ambulante:

O clima que envolve o carro-biblioteca não é o mesmo que se respira na biblioteca tradicional. Em torno do carro juntam-se homens, mulheres, adolescentes e crianças: falam alto, trazem sacolas de compras, não sendo raras as vezes em que aparecem com roupas e mãos sujas. É comum solicitarem livros por meio de incógnitas “quero aquele de capa vermelha” ou “aquele que tem uma mulher na capa”. Lêem de tudo, Jorge Amado, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade. Os *best-sellers* fazem grande sucesso. Agatha Christie, Frederick Forsyth e Harold Robins, os romances água com açúcar são disputados. Buscam informações em *Veja*, *Isto É*, *Cláudia*. Aumenta a procura por livros místicos. Interessam-se por livros sobre sexo, casamento, direitos da mulher. Por mais curioso que possa parecer, tais livros acabam por resolver problemas domésticos, funcionando como sonífero, afrodisíaco, estimulante. As bibliotecárias escutam queixas dos usuários, relatos dos infortúnios cotidianos de uma população que, não se sabe como, encontra tempo e prazer para manusear um livro, folhear uma revista⁶¹. (MUNIZ; CARVALHO, 1983 *apud* CESARINO, 2006, p.26).

Atualmente, a biblioteca móvel da Luiz de Bessa permite o acondicionamento de “*um acervo aproximado de 3.500 livros, dos mais variados assuntos, entre auto-ajuda, religião, filosofia, biografias, enciclopédias, dicionários, periódicos (jornais e revistas), entre outros, com ênfase em obras de literatura para adultos, jovens e crianças*”⁶².

⁶¹ Em conversa com a bibliotecária responsável pela atual gestão do carro-biblioteca, foi possível constatar que essa realidade não se alterou muito. Alguns autores foram substituídos e outros ganharam proeminência. Paulo Coelho, Lia Luft, J. K. Rowling, George R. R. Martin e Percy Jackson são bons exemplos desse novo quadro simbólico. Mudança significativa mesmo aconteceu com a chegada da *internet* e a busca por informações virtuais.

⁶² Informações disponíveis no site da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais: <http://www.cultura.mg.gov.br/cidadao/servicos/biblioteca/page/1629-carro-biblioteca>, a partir do qual foi possível visualizar que o carro-biblioteca presta, nos dias atuais, os seguintes serviços bibliotecários: empréstimo domiciliar (até 3 livros e duas revistas por um período de 14 dias); auxílio à pesquisa (orientação quanto ao uso

Imagem 7 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 8 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa



Fonte: Coleção Mineiriana.

de enciclopédias, dicionários, almanaques e obras informativas); e consulta local ao acervo (livros, jornais, revistas, enciclopédias). Até o final de 2013, os bairros atendidos eram: segunda-feira: Capitão Eduardo; terça-feira: Diamante e Nova Pampulha; quarta-feira: Vale do Jatobá; quinta-feira: Conjunto Ribeiro de Abreu; e, sexta-feira: Minas Caixa. Segundo as normas da instituição, o serviço permanece em cada bairro por um período máximo de cinco anos.

Imagem 9 – Carro-biblioteca da Luiz de Bessa – momento atual



Fonte: Coleção Mineiriana.

Outro marco importante desse período foi a criação, em 1962, da divisão Infante-Juvenil, hoje espaço Lúcia Machado da Biblioteca Infante-Juvenil (BIJU). Seu objetivo é democratizar o acesso à leitura informativa e de lazer para crianças e adolescentes, razão pela qual coordena atividades recreativas e de caráter educativo-cultural, sendo as mais frequentes a hora do conto e da leitura; oficinas, exposições temáticas e literárias; palestras, bate-papo com escritores e rodas de leitura.

A BIJU possui aproximadamente 25.000 volumes para empréstimo domiciliar e consulta local. São obras de escritores como Monteiro Lobato, Lúcia Machado de Almeida, Ruth Rocha, Maria Clara Machado, Ziraldo, Jorge Amado, Ganymedes José, Bartolomeu Campos de Queiroz, Marcelo Xavier, Hans Christian Andersen, Irmãos Grimm, J. K. Rowling, dentre outros. O espaço conta ainda com um teatro de arena, com capacidade para 200 pessoas, destinado à realização de apresentações teatrais, contações de histórias e oficinas ao ar livre.

Imagem 10 – Foto da Biblioteca Infanto-Juvenil (BIJU)



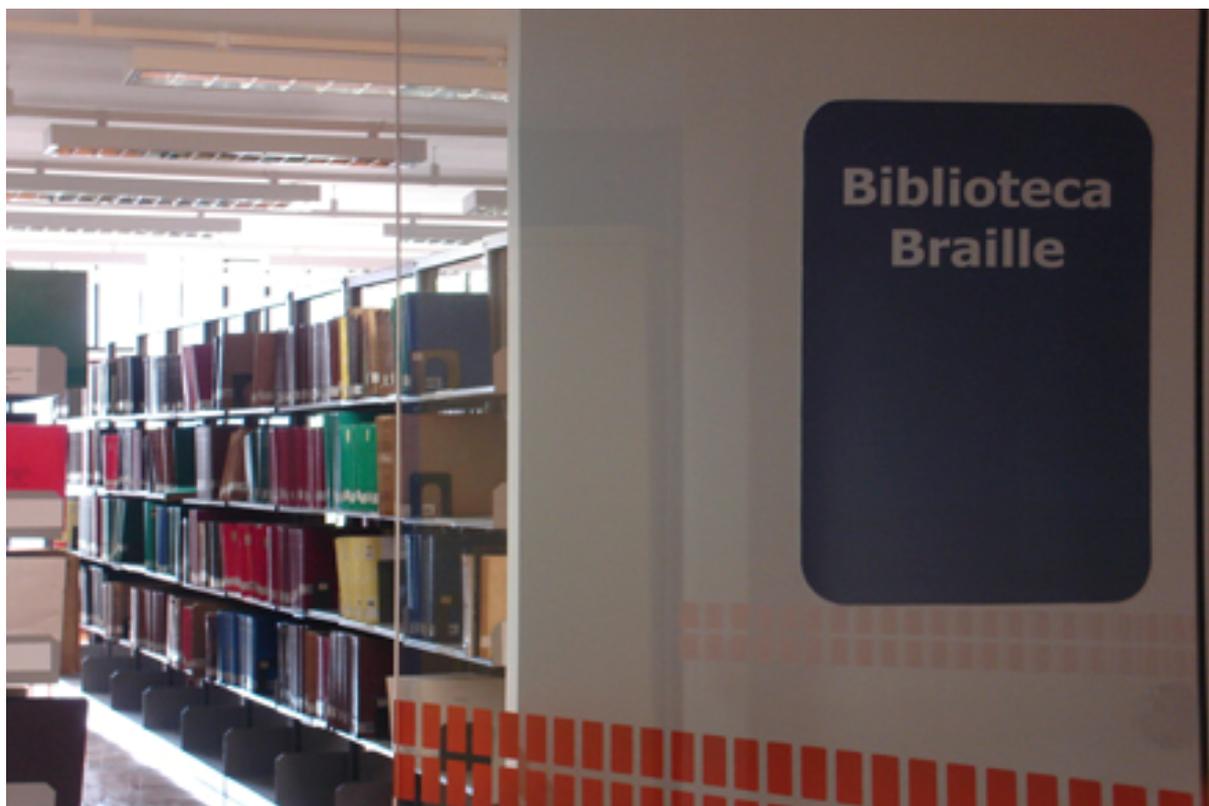
Fonte: Site da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

O Setor Braille também começou a funcionar nessa década, em 1965, a partir da incorporação ao fundo bibliográfico da biblioteca de uma coleção de livros que, até então, pertencia à antiga Feira de Amostras da capital. Em 1969, a seção passa a contar oficialmente com um corpo de copistas e leitores voluntários, criado mediante resolução interna. No contexto atual, atende pessoas com deficiência integral e parcial, buscando orientá-las em pesquisas e estudos, bem como permitir que tenham acesso à informação e à literatura de cunho geral, através áudio-livros e em Braille.

O acervo é composto por literatura infanto-juvenil, literatura brasileira e estrangeira, periódicos, livros informativos e obras de referência. Ao todo, o Setor Braille possui aproximadamente 1600 títulos impressos em Braille, somando cerca de 6100 volumes e 2000 áudio-livros de literatura brasileira e estrangeira, além de 200 exemplares voltados para a área de direito. O setor conta com cerca de 440 leitores cadastrados, que utilizam os serviços de empréstimo domiciliar e de leitura mediada. O espaço dispõe, ainda, de um estúdio onde são

feitas as gravações dos áudio-livros, especialmente dos literários. Também disponibiliza acesso à internet por meio de computadores com sintetizador de voz (JAWS) para as pessoas cegas; ampliador de tela (MAGIC) e lupa eletrônica para leitores com baixa visão.

Imagem 11 – Setor Braille da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Já no final dos anos de 1960, outra iniciativa seria concretizada visando tornar a Luiz de Bessa um pólo de referência da cultura mineira. No dia 5 de agosto de 1969, a *Coleção Mineiriana* foi criada, tendo por amparo legal o Decreto Lei nº. 11.996. Suas normas de desenvolvimento, organização e preservação foram pensadas por uma comissão designada pelo então governador Israel Pinheiro. Dela fizeram parte nomes como Affonso Ávila, Aires da Mata Machado Filho, Alfredo Marques Viana de Góes, Antônio Camilo de Faria Alvim, Antônio Joaquim de Almeida, Augusto de Lima Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Demerval José Pimenta, Eduardo Frieiro, Francisco Iglésias, Francisco Maria Bueno de Siqueira, Geraldo Sardinha Pinto, João Camilo de Oliveira Torres, Lúcia Machado de Almeida, Marina Tymburibá, Paulo Campos Guimarães, Vicente Racioppi e Vivaldi Moreira

e, a então diretora da instituição, Carmem Pinheiro de Carvalho. Conjunto de personalidades que fixou como objetivo nuclear da *Mineiriana da Luiz de Bessa* a tarefa de compor um acervo de obras sobre Minas Gerais, sua história, letras, artes e ciências da terra e do homem, além de desenvolver ações em prol da divulgação da cultura do estado e editar publicações correlatas aos temas em foco. Princípios orientadores que nos permitem apontar que:

A concepção da Mineiriana não se restringe a autores nascidos no Estado, mas a textos produzidos por ficcionistas, poetas, ensaístas, historiadores e políticos que têm Minas como tema e corpus de seus escritos. No entanto, ela recusa o perfil enciclopédico e totalizante, por não alimentar a ilusão de fornecer documentação completa sobre Minas Gerais. Apresenta-se como uma biblioteca aberta, dotada de flexibilidade e mobilidade, ciente de sua incompletude e sua permanente vitalidade. Não se pauta ainda pelo valor quantitativo das obras e dos autores, mas pela qualidade e valor referencial dos mesmos. Por se tratar de um acervo formado por doações de intelectuais e escritores, de doações e compras de bibliotecas privadas, e constituído preferencialmente de livros (8.000 volumes), deve-se assinalar que o acervo é ainda composto de periódicos, discos, fitas cassetes, fotos, cartões postais, recortes de jornais, CD-ROM, fitas VHS, mapas, entre outros suportes. (SOUZA, 2009, p.7-8).

Em seu acervo, destacam-se, entre as obras raras, a primeira edição de *Alguma Poesia*, de Carlos Drummond de Andrade; de Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Bernardo Guimarães; de *Ephemerides Mineiras*, de Xavier da Veiga; da coleção completa do *Recreador Mineiro*, de 1845; *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos; de *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa, com dedicatória a Oscar Mendes; de *História do Brasil*, de Murilo Mendes. Por tudo isso é apresentada como “um decisivo instrumento para a compreensão de Minas Gerais, suas especificidades históricas e naturais, sua cultura, seus desafios e possibilidades”. (PAULA, 2009, p.18).

Imagem 12 – Vista de parte do acervo da *Coleção Mineiriana* da Biblioteca Luiz de Bessa



Fonte: Suplemento Literário de Minas Gerais – dezembro de 2009, p.7.

Imagem 13 – *Coleção Mineiriana* – sala Eduardo Frieiro



Fonte: Suplemento Literário de Minas Gerais – dezembro de 2009, p.15.

Também em 1969, a Biblioteca criou o serviço de caixa-estante, cuja finalidade era “*levar a oportunidade de leitura a creches, asilos, prisões e espaços alternativos muito diferentes da Praça da Liberdade*”. (CESARINO, 2006, p.29). Nos dias atuais, utiliza-se um pequeno móvel de 0,6m de altura e 0,5 de largura, que se desdobra em duas estantes, tendo prateleiras internas para os livros. Seu acervo é composto por cerca de 120 itens, distribuídos entre literatura brasileira, estrangeira, infantil, juvenil e auto-ajuda, selecionados de acordo com o perfil do público a ser atendido. O serviço está disponível apenas a instituições da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em paralelo a essa ação, a Luiz de Bessa iniciou um cursinho pré-vestibular no qual professores de literatura analisavam os títulos exigidos pela Universidade Federal de Minas Gerais, programa que se manteve ininterrupto por mais de 30 anos.

Contudo, se os anos de 1960 foram vigorosos para a Biblioteca Estadual, a década seguinte impôs-lhe uma grave crise técnica e política. Isto porque, segundo Cesarino (2006, p.29), na gestão do governador Aureliano Chaves, a instituição perdeu seu nome e sua identidade. De fato, o Decreto Lei nº. 19.173, de 9 de maio de 1978, a transformou em Centro de Educação Permanente, com o objetivo de “*propiciar recursos de apoio à educação formal e complemento ao processo educativo informal, de maneira a assegurar o desenvolvimento integral e harmônico da comunidade*”. (CESARINO, 2006, p.29). Nas análises da autora, uma decisão aparentemente técnica, visando justificar a permanência da instituição na estrutura da Secretaria de Estado de Educação e contar com recursos financeiros mais significativos, mas que sem dúvidas foi tomada como ação política arbitrária, fruto da ditadura militar.

Em 1982, um novo espaço cultural foi instalado no Centro de Educação Permanente Prof. Luiz de Bessa; tratava-se da galeria de arte Paulo Campos Guimarães. Visando incentivar a produção de artistas iniciantes, o mesmo acolheu trabalhos de grandes nomes do cenário das artes plásticas mineiro. Hoje, a galeria engloba entre suas funções divulgar datas e temas significativos para a literatura, através de mostras e exposições itinerantes que, após apresentação na Biblioteca, circulam entre outras bibliotecas públicas do Estado. Dos anos 2000 em diante, foram realizadas exposições em homenagem aos escritores Henriqueta Lisboa, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Mário Quintana, Pedro Nava, Jorge

Amado, Lúcio Cardoso, Nelson Rodrigues, Vinícius de Moraes e Fernando Sabino, só para citar algumas.

Os 30 anos de atividade do escritor Bartolomeu Campos Queiroz também mereceram uma exposição itinerante, assim como o bicentenário de nascimento de Hans Christian Andersen, os 400 anos de lançamento do livro Dom Quixote de La Mancha e os 50 anos da primeira edição do livro Grande sertão: veredas. Ali, ganharam relevo a prosa de Otto Lara Rezende, as fábulas de Charles Perrault, as criações de Alaíde Lisboa, a vida de Aníbal Machado, as Mulheres na poesia brasileira, as imagens do medo na ilustração de livros infantis brasileiros, as reações de Emília, o retrato multifacetado de Eduardo Frieiro, a biografia íntima e política de Juscelino Kubitschek, o mundo sem fome de Josué de Castro e o natal em Manuel Bandeira e Cândido Portinari.

Imagem 14 – Espaço da Galeria de Arte Paulo Campos Guimarães, da Biblioteca Luiz de Bessa



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

No ano seguinte à fundação da Galeria, em 1983, a instituição retoma sua identidade e volta a receber o nome de Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. É nessa data que se dá a criação da Superintendência de Bibliotecas Públicas, com suas quatro diretorias: a própria Biblioteca; a Diretoria de Processamento Técnico; a Diretoria Metropolitana e a Diretoria de Assistência às Bibliotecas Públicas. Entidade que, em 1994, por meio da Lei nº. 11.726, passou a coordenar o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, cujas funções são:

- Incentivar a criação, expansão e manutenção dos serviços bibliotecários no Estado;
- Promover a articulação inter-regional das bibliotecas públicas através de uma rede de bibliotecas pólos;
- Capacitar o quadro de recursos humanos das bibliotecas públicas municipais;
- Promover a implementação das novas tecnologias da informação adequadas ao armazenamento e gerenciamento de acervos;
- Incrementar projetos culturais de estímulo à leitura no âmbito das bibliotecas públicas;
- Manter atualizado o cadastro de bibliotecas públicas municipais.

Dentro desse conjunto de atribuições, a Luiz de Bessa orienta a criação de bibliotecas públicas municipais, a organização de seus espaços físicos e acervos, o desenvolvimento de associações de amigos da biblioteca e a elaboração de projetos culturais. Faz doações de livros para bibliotecas criadas e já em operação, além de oferecer cursos de capacitação para seus gestores. Por fim, se posta como intermediadora entre essas instituições e programas governamentais de apoio às bibliotecas públicas, principalmente aqueles financiados pela Fundação Biblioteca Nacional. Nos últimos anos, fomentou o projeto *Construindo uma Minas Leitora*, cujas ações visam, prioritariamente, zerar o déficit de bibliotecas públicas nos municípios mineiros⁶³.

O desenrolar da década de 1990 pautou duas mudanças importantes no contexto da Luiz de Bessa. A primeira delas aconteceu em 1996, quando se concretizou a transferência de um rico acervo de revistas e jornais históricos, até então pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, para seus fundos bibliográficos, ação que teve por consequência a criação da Diretoria da Hemeroteca Pública de Minas Gerais. Posteriormente, em 2003, os documentos em questão foram incorporados às Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Processo finalizado em 2007, quando se processa a transferência total da Hemeroteca de sua antiga sede na Avenida Assis Chateaubriand para o prédio da Praça da Liberdade, "*visando tratamento mais adequado, melhores acomodações, mais segurança e mais facilidade para o usuário*". (CESARINO, 2006, p.36).

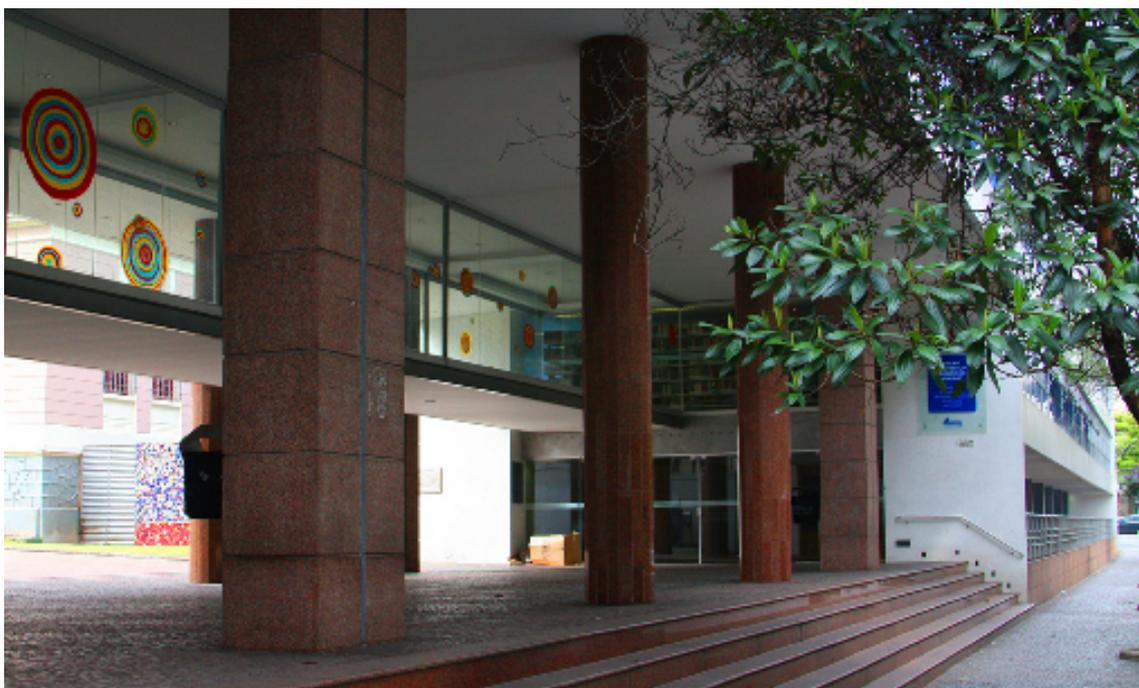
⁶³ Aqueles que se interessarem em visualizar como as bibliotecas públicas se fazem presentes no território mineiro e nacional, podem conferir os **anexos 01 e 02** da presente tese. Podem ainda acompanhar os *Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil*, disponibilizados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, da Fundação Biblioteca Nacional. Os mesmos encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://snbp.bn.br/indicadores/dados-das-bibliotecas-publicas/>. Acessado em: 02/03/2014.

Por se tratar de uma “coleção especial”, preserva um valioso acervo de jornais e revistas históricos e raros, muitos deles registrando a história de Minas Gerais desde 1825, além de títulos nacionais e estrangeiros. Seu fundo documental é composto de 1.206 títulos de jornais e 581 títulos de revistas, recebendo, em média, 300 pesquisadores por mês. No cenário contemporâneo, a Hemeroteca desenvolve um projeto de digitalização dos jornais mineiros, no qual estão disponibilizados para consulta mais de 1 milhão de imagens, aumentando o acesso e preservando os originais. Entre os periódicos, destacam-se revistas como *Alterosa*, *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fon-Fon*, *Punch*, *L’Illustration*, além dos jornais *Diário de Minas*, *O Diário*, *Estado de Minas* e *Minas Gerais*. Oferece, ainda, o serviço de reprodução de documentos, através da Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/SABE⁶⁴, que pode ser adquirido através da cópia em meio digital, observando as exigências da Lei nº 9610/1998.

A segunda mudança foi estrutural e aconteceu em 1998, quando a instituição recebe do governador Eduardo Azeredo a doação do antigo anexo da Secretaria da Fazenda, localizado na Rua da Bahia, entre a avenida Bias Fortes e a rua Gonçalves dias. De acordo com Cesarino (2006, p.36), “*o ato de transferência condiciona a ocupação do novo prédio, após sua reforma, à expansão da Biblioteca Luiz de Bessa*”. Tal condição resultou no Anexo Professor Francisco Iglésias, um prédio que permite à população passar da Rua da Bahia à Praça da Liberdade, através da pequena Praça Carlos Drummond de Andrade e, no seu percurso, se deparar com “Os quatro cavaleiros do apocalipse”, conjunto de quatro esculturas em bronze representando os escritores Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino, Fernando Sabino e Otto Lara Resende.

⁶⁴ A SABE – Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – foi fundada em 5 de julho de 1994, ano em que a instituição completou 40 anos. No desenvolvimento de suas atividades, vem atuando em regime de voluntariado e desenvolvendo atividades de promoção da leitura e incentivo aos programas artístico-culturais implementados pela Superintendência de Bibliotecas Públicas, além de fomentar ações voltadas para a conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como do acervo bibliográfico da Biblioteca.

Imagem 15 – Anexo Professor Francisco Iglésias – entrada pela Rua da Bahia



Fonte: Acervo Hector Falcón.⁶⁵

Imagem 16 – Anexo Professor Francisco Iglésias



Fonte: Acervo Hector Falcón.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/hectorfalcon/>, acessado em: 02/03/2014.

Imagem 17 – “Os quatro cavaleiros do apocalipse”



Fonte: Acervo pessoal do autor.

No Anexo, funcionam o Setor de Empréstimo Domiciliar, com mais de 260.000 livros disponíveis, cobrindo as diversas áreas do conhecimento, com ênfase em literatura brasileira e estrangeira e o Setor de Referências e Estudo, destinado ao atendimento de pesquisas gerais e a suprir às necessidades informacionais da população. Seu acervo é formado por mais de 25.000 volumes, incluindo dicionários, enciclopédias, guias, manuais, catálogos, recortes de jornais e livros informativos de diversas áreas do conhecimento. As obras estão disponíveis apenas para consulta local, tendo como apoio um serviço de xérox. Promove também diversas ações de incentivo e mediação à leitura informacional, com exposições temáticas, palestras e exibições de documentários. Há ainda nesse espaço a Sala de Pesquisa via Internet, um serviço gratuito que proporciona acesso à internet por um período de 40 minutos diários. Para usufruir dessa possibilidade, o usuário deve possuir a carteirinha de leitor da Biblioteca e apresentar cédula de identidade.

Ações que, aliadas à diversidade do acervo e sua localização no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, acenam para a importância que a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa ocupa no cenário sócio-cultural de Belo Horizonte, dinamizando a vida intelectual da cidade e preservando vestígios importantes da memória coletiva dos mineiros. Além de, é claro, se

definir como lugar de leitura, de acesso à informação, de potencialização das práticas educativas e de território de sociabilidade. Quadro referencial que nos fornece os elementos necessários para convertê-la em nosso objeto de pesquisa, cuja proposição final é apreender a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de discursos identitários. Mas como operacionalizar tal proposta? Para fazê-lo, indicaremos o percurso metodológico aqui desenvolvido na seção que se segue.

Imagem 18 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 19 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



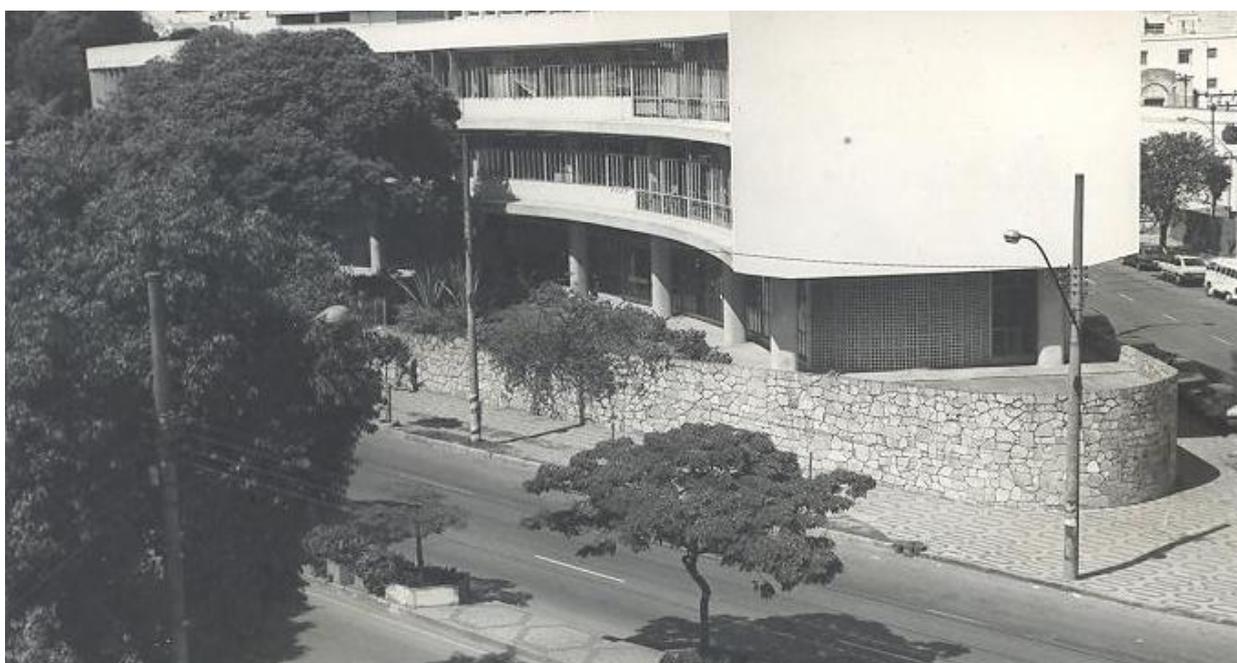
Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 20 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 21 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



Fonte: Coleção Mineiriana.

Imagem 22 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Imagem 23 – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – uma história em imagens



Fonte: Acervo pessoal do autor.

4.2. Vidas entre/vistas: sobre o percurso e as escolhas que nos permitiram contar muitas histórias

*É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim!*⁶⁶

Histórias de vida marcadas em algum momento pelas experiências vivenciadas na e a partir da Luiz de Bessa, era isso o que procurávamos para concretizar nosso estudo. Após prolongada imersão no cotidiano da instituição e de conversas com bibliotecários e usuários da casa, encontramos sete sujeitos dispostos a refletir sobre suas distintas modalidades de apropriação daquele espaço, além de analisarem a presença simbólico-afetiva que a Biblioteca ocupa no contexto geral de suas biografias e referências identitárias.

Definida intencionalmente, a seleção da amostra para coleta dos depoimentos levou em consideração os seguintes critérios: tempo em que o depoente é usuário da Biblioteca, frequência com que utiliza ou participa das ações desenvolvidas pela instituição e, principalmente, o reconhecimento, por parte dos sujeitos, de que a Luiz de Bessa exerce uma força de afetação sobre sua própria história de vida. Além desses, dois outros critérios foram levados em consideração, a amostra constituída deveria contar e representar a diversidade de indivíduos que se relacionam com os distintos setores da Biblioteca e, para não se correr o risco de, ao final do trabalho, consolidarmos um discurso unificado e pacificado, pelo menos um dos depoentes deveria se declarar alheio a essa afetação.

⁶⁶ ALBERTI, 2004, p.14.

Sendo assim, ao constatarmos que a contribuição fundamental para o desenvolvimento da tese seria dada pelos depoentes e que os dados a serem tratados referir-se-iam a um trabalho intersubjetivo de elaboração de memórias e vivências pessoais, cujo marco desencadeador é a própria Biblioteca, optamos por instituir como diretriz orientadora de nossas ações interpretativas os parâmetros e preceitos metodológicos advindos das pesquisas com histórias de vida. Estratégia de formalização do conhecimento que busca conjugar questões de ordem subjetiva com experiências concretas da vida social, aferidas através das recorrências, dos silêncios e dos desvios projetados ao longo da captação dos testemunhos. Além disso, como a natureza desse método não se revela unilateral, uma vez que considera os elementos racionais, mas também o desejo, os sentimentos e as emoções que atravessam a relação entre o individual e o social, tornou-se manifesto para nós o quanto seus desdobramentos analíticos poderiam nos auxiliar a melhor compreender de que forma a Luiz de Bessa aparece referenciada nos discursos de nossos interlocutores.

A partir desse panorama, é importante que se faça aqui uma observação: no decorrer da pesquisa, verificou-se a impossibilidade de se separar, como se fossem formas estanques, sujeito e objeto. Percebeu-se, ainda, que, quando nos posicionávamos enquanto pesquisador, formulando as perguntas e solicitando maiores detalhes sobre uma questão específica, nossa intervenção despertava ou redirecionava o exercício mnêmico dos depoentes. Razão pela qual, visando potencializar a evocação e a transmissão das lembranças, a relação entre pesquisador e usuário da instituição se mostrou, em muitos momentos, um processo interativo pautado por descobertas mútuas. Isso se deve ao caráter da nossa pesquisa e a seu aspecto eminentemente qualitativo.

Assim, recorreremos a uma estratégia que favorecesse a criação de um campo interdisciplinar em que ao mesmo tempo pudéssemos ser ouvinte e interlocutor dessas histórias/memórias. Concretizadas nesses termos, as entrevistas nos forneceram os indícios necessários à efetivação de nosso objetivo maior: compreender a força de impregnação da Biblioteca Pública Luiz de Bessa nos discursos e histórias de vida daqueles que nos concederam seu testemunho.

Compõem o *corpus* empírico da tese, sete testemunhos, sendo cinco de usuários do sexo masculino e dois de depoentes femininas⁶⁷. Todos mantêm uma relação longa, embora nem sempre estável, com a Biblioteca e foram selecionados intencionalmente a partir da imersão que fizemos no cotidiano da instituição. Também contribuíram para a constituição da amostra final, indicações de nomes feitas pelos bibliotecários da casa. Antes das entrevistas serem realizadas, processou-se uma conversa inicial com todos os sujeitos levantados, para explicá-los o teor da pesquisa e avaliar a disponibilidade de participarem ou não. Era fundamental, ainda, que o conjunto formatado refletisse o público que frequenta os diversos setores⁶⁸ da Luiz de Bessa, a fim de se obter uma visão global da biblioteca enquanto instituição social.

Os dados foram coletados mediante a realização de uma entrevista semi-estruturada. Como dispositivo orientador, elaborou-se um conjunto de perguntas⁶⁹ que permitiram aos depoentes refletir sobre sua formação enquanto sujeitos históricos e sobre as relações que mantém/mantêm com e no espaço público de Belo Horizonte (atividades, estratégias de mobilização e relações prático-afetivas). Possibilitavam ainda abordarem questões referentes ao lugar ocupado pela Biblioteca Luiz de Bessa – dimensões históricas, simbólicas e estruturais – em todo esse processo formativo-relacional.

O cuidado ético relativo às histórias de vida e à pesquisa como um todo foi fundamental. Desde o consentimento⁷⁰ para a realização das entrevistas até o tratamento dos resultados obtidos por meio delas. Todas foram gravadas em local e data escolhidos pelo depoente e a transcrição efetuada respeitando-se a estrutura discursiva e os vícios linguageiros dos sujeitos em foco. Dado à sinuosidade do trabalho mnêmico, por vezes foi necessário deslocar um trecho ou outro da estrutura narrativa original, apenas para aproximá-lo de um enquadramento contextual mais apropriado àquilo que estava sendo perguntado.

⁶⁷ É importante lembrarmos que, por se tratar de histórias de vida e de uma busca por indicativos da participação ou não da Biblioteca Luiz de Bessa na constituição de certos referenciais identitários que atravessam a biografia de seus usuários, a variável sexo não se mostrou relevante no momento de composição da amostra, por isso não visualizamos nenhum problema em haver mais testemunhos masculinos que de depoentes femininas.

⁶⁸ Mineiriana e coleções especiais, Hemeroteca, Braile, Setor de empréstimo e salas de estudo, Seção infanto-juvenil e Carro-biblioteca.

⁶⁹ Conferir **anexo 3** da presente tese.

⁷⁰ Todos os entrevistados foram comunicados sobre o teor da pesquisa e assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Conferir **anexo 4** disposto no final da tese.

Apresentadas as diretrizes metodológicas que ampararam a definição da amostra e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, esboça-se abaixo um pequeno perfil de cada um dos sete usuários que nos concederam seu testemunho, focando-se em seus atributos individualizantes, sobretudo aqueles que se referem às relações estabelecidas com o livro, a leitura, a cidade, os espaços públicos de Belo Horizonte e com a Luiz de Bessa. Contudo, é importante demarcar, já neste momento que, respeitando o acordo estabelecido com os depoentes antes da captação dos testemunhos, nenhum dos sete entrevistados terá sua identidade revelada. O que se fará aqui é um esboço biográfico, acentuando-se qualificadores que os individualizem no contexto geral da pesquisa.

Ana R.: Nasceu em Belo Horizonte e tem hoje 38 anos de idade. É graduada em letras e possui mestrado e doutorado em linguística, atuando nesta área como professora universitária. Filha mais velha de um total de quatro irmãos, criou-se em um bairro da região nordeste da capital mineira. Embora seus pais tenham curso superior, a mãe é assistente social e o pai médico, afirma que as pessoas da família que mais lhe influenciaram enquanto leitora foram sua avó materna e uma tia pouco mais velha que ela. Por sinal, é na casa da avó que nossa entrevistada começa a estabelecer seus primeiros contatos com a leitura literária: *“ela tinha a coleção toda do José de Alencar, a coleção toda do Machado de Assis e um monte de estrangeiros: Émile Zola, Cervantes, Tolstoi, Dostoiévski, um monte assim”* (Ana R., p.2). Contraponto ao pouco material bibliográfico que os pais faziam questão de manter fora do alcance dos filhos, por se tratar de volumes técnicos e de trabalho, mesmo que eles gostassem de folheá-los para verem figuras de pessoas enfermas e representações imagéticas de algumas doenças. Não se diz capaz de recordar o primeiro livro que leu, mas se lembra perfeitamente e de maneira muito afetuosa do seu manual de alfabetização – a cartilha “Acorda Maria” – e dos livros da “Coleção Vaga-Lume”, um presente concedido pela mãe: *“foi uma coisa muito importante para mim, a gente lia muito aquilo”*. (Ana R., p.3).

Aprendeu a ler aos seis anos, mas mesmo antes disso *“achava muito impressionante a pessoa tirar ideia dali, tirar textos daqueles rabiscos e me lembro de fazer assim: pegar coisas escritas e fingir que estava lendo, ficar falando alto como se eu estivesse lendo alguma coisa ali, inventando uma história como se a história estivesse escrita”*. (Ana R., p.3). À parte a

casa da avó, na adolescência, começou a utilizar muito a biblioteca da escola. Escola pública, como faz questão de demarcar.

Sua relação com a cidade e com seus equipamentos culturais só se acentuou após ter passado na faculdade, fato que atribui à pouca oferta de transporte público, especialmente no bairro onde morava, e a uma timidez que, por vezes, a afastava do convívio social. Aprendeu a gostar de rock e se declara apaixonada por livrarias e cinema, tanto é assim que hoje possui uma grande biblioteca, formada por *“sete, oito estantes lotadas em fila dupla”*. (Ana R., p.15).

Não tem muitas recordações de usufruir da Praça da Liberdade, mas tem clareza que chegou à Luiz de Bessa por indicação da mãe: *“eu lembro da minha mãe falar – “aqui tem uma biblioteca” –, minha mãe tinha essa coisa, você tem que fazer a carteira da biblioteca, você tem que se cadastrar na biblioteca e tal. Então eu me lembro de fazer a carteira e me lembro da minha mãe falar que ali era uma mega biblioteca, que ali era a biblioteca pública estadual, que ali não sei o quê”*. (Ana R., p.9).

Iara S.: Também é natural de Belo Horizonte e nasceu em 1988. Sempre morou com os pais, os avós maternos e sua única irmã. Gradou-se em história e trabalha como técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Afirma que cresceu rodeada por livros, embora a biblioteca familiar não fosse muito grande. Faz questão de enaltecer a preocupação da mãe em adquirir livros infantis para que as filhas se tornassem leitoras desde muito cedo. Um dos primeiros livros que leu foi a coleção do *“Sítio do Pica-pau Amarelo”*, presente dado por uma tia: *“os livros eram grandes, não eram fininhos e eu lia várias vezes o mesmo livro. Quando eu gostava muito, passava um tempinho eu lia de novo, então algumas das histórias do Monteiro Lobato eu sabia quase de cor, hoje eu não sei mais não. As que eu mais gostava eram as que eles iam pra Grécia assim, Os doze trabalhos de Hércules e tinha uma outra, o Minotauro, que eles iam pra Grécia também”*. (Iara S., p.2). Além das aventuras do Sítio, sua infância foi marcada pelas leituras das *“Revistinhas da Turma da Mônica”*, já que a irmã havia ganhado uma assinatura da madrinha.

Diz com orgulho que sempre estudou em escolas públicas e que, quando foi para o jardim de infância, já sabia ler, talvez por isso seus professores sempre a consideraram uma ótima aluna.

Apesar de saber da existência de bibliotecas nas escolas por onde estudou, relata que, até a adolescência, o espaço de leitura mais importante foi a Biblioteca Pública Infanto-Juvenil de Belo Horizonte⁷¹. Seu pai possuía uma oficina nas imediações e, às vezes, ela e a irmã passavam o dia todo na Infanto-Juvenil. Achavam o espaço encantador: *“sempre tinha oficinas, tinha uma brinquedoteca fantástica e as mesinhas da altura de criança, tudo pra criança né? O banheiro, as cadeiras, as estantes baixas, lá tinha oficinas de teatro, produção de texto, ‘nó’, de muitas coisas. Então a gente ia pra lá tanto para participar das oficinas, quanto para ficar lendo mesmo, passar a tarde lendo, passar a tarde lendo e pegando livro emprestado por que a gente fazia empréstimo de livro constantemente, e sempre devolvia”*. (Iara S., p.4). Foi ali que ela descobriu os livros da “Coleção Vaga-Lume” e os autores Pedro Bandeira e Ziraldo, referências inesquecíveis.

Quando se tornou adolescente e seus interesses mudaram, migrou para a Luiz de Bessa. Ia para lá estudar e se preparar tanto para o vestibular quanto para alguns concursos públicos que havia programado realizar. Quando entrou para a universidade, esse contato diminuiu, embora se dirigisse a ela, mesmo que raramente, para efetuar alguma pesquisa demandada em sala de aula. Caracteriza-se como politicamente engajada e defende a ocupação pública da cidade, postura que diz ter herdado dos pais que sempre levaram as filhas aos parques e festivais urbanos – FIT⁷² e FIQ⁷³, por exemplo – que movimentavam a capital mineira. É fã de sebos e guarda boas recordações da Praça da Liberdade, território ocupado por ela da seguinte maneira: *“na infância era brincando, não era passeando e aí depois de um tempo, na adolescência mesmo, quando eu fui estudar em uma escola que era maior, no Marconi, que é mais longe de casa né e tal, eu comecei a matar aula sabe, não entrar pra aula e ficar lá passeando, com colegas também”*. (Iara S., p.7-8).

José F.: Nascido em Conselheiro Lafaiete, tem hoje 59 anos⁷⁴. É filho de um ferroviário e de uma professora da escola rural. Afirma, com orgulho, que sua mãe começou a lecionar aos 12 anos de idade, inclusive no horário noturno, à luz de gasôênio. Ela foi a primeira professora

⁷¹ Embora possua um nome muito parecido, não se trata do mesmo espaço infanto-juvenil da Biblioteca Luiz de Bessa. A instituição mencionada por nossa entrevistada é mantida pela prefeitura de Belo Horizonte e se situa na Rua Carangola, nº. 288, no bairro Santo Antônio.

⁷² Festival Internacional de Teatro

⁷³ Festival Internacional de Quadrinhos

⁷⁴ Sua data de nascimento é: 30/01/1955.

da cidade, *“para os alunos escreverem a minha mãe quebrava o lápis, tirava o grafite e punha em cana de bambu fininha pra dar por alunos. Minha mãe ia no açougue pegar papel resma, papel cinza pra fazer caderno pros alunos. Minha mãe atuou 45 anos na escola rural”*. (José F., p.1). Dedicção que lhe rendeu uma manchete na revista *O Cruzeiro*.

Gostava de ler, aprendera com a mãe e com uma empregada da família, que fazia leituras regulares para ele e suas duas irmãs. Lembra-se de haver livros em casa, afinal a mãe *“sempre se interessou por cultura”*. (José F., p.2). Tanto que acabou por constituir uma pequena biblioteca, mas com bons livros, hábito comum na época segundo o depoente. *“Então eu lembro que a minha mãe ia na casa das professoras e todas tinham biblioteca. Todas as professoras da época da minha mãe tinham biblioteca, isso há 40 anos atrás, eu lembro. Tinha uma salinha reservada, tinha uma estante. Tinha uma estante e tinha um lugar de leitura”*. (José F., p.2).

Na infância, gostava mesmo era de “jogar bola”. Nessa fase, sempre frequentou escolas públicas e era um bom aluno, por ser filho de professora, tinha que dar exemplo. Contudo, no ginásio, não “levou a coisa a sério” e foi reprovado, *“e nessa oportunidade teve uma professora lá que me chamou, disse que eu era o mais burro da turma – “você é o mais burro da turma! Eu nunca vi gente burra assim.” –, disse que eu não daria carreira”*. (José F., p.4). Lembrança que ainda expressa com rancor.

Não havia bibliotecas nessas escolas por onde passou, a leitura era promovida e incentivada pelos professores, *“então tinha um dia da semana, era o melhor dia da semana, que reunia as classes e a professora ia em cada sala e contava uma história, isso era no grupo, quando eu tava fazendo o grupo”*. (José F., p.3). Supria a falta de incentivo na escola indo à biblioteca pública da cidade, mas foi até lá poucas vezes porque a mãe resolvera mandá-lo para uma escola mais rígida, um colégio em regime de semi-internato em Congonhas, *“conheci pessoas maravilhosas que me mostrou [sic] um caminho diferente dos outros e eu devo muita obrigação a uma dona alemã que trabalhava lá, ela falava vários idiomas, era minha professora de cultura”*. (José F., p.4).

Veio para Belo Horizonte no final de 1972, 1973, não se recorda precisamente, mas diz que o intuito era tentar a escola técnica. Por acreditar que seria muito difícil sua aprovação, começou a se preparar um ano antes das provas. Na hora de fazê-las, ficou tão nervoso que fez xixi na calça e se esqueceu de marcar algumas respostas, “*eu fiquei tão nervoso que eu fiz xixi... Eram 72 questões, eu tava muito bem orientado, mas na hora da prova eu deixei de fazer as últimas questões, não deu tempo*”. (José F., p.6). Com a certeza da reprovação, voltou para Congonhas em busca de emprego. Trabalhou apenas um dia, porque fora convocado na 4ª chamada, dois meses depois que as aulas já haviam começado. “*Nesse dia foi aquele alvoroço na cidade, a minha mãe ficou muito animada e teve que arrumar dinheiro emprestado pra “mim” vir*”. (José F., p.6).

Como o dinheiro “era difícil”, foi morar em uma república de dois cômodos, divididos por 12 pessoas. Mesmo assim, “*nesse período eu estudei tudo, fiz o que tinha que ter feito, melhorei minha vida e essa pessoa que me chamou de burro, eu levei as provas pra ela ver, então eu fui crescendo desse jeito*”. (José F., p.8).

Frequentava pouco a Praça da Liberdade, e só veio a conhecer a Luiz de Bessa quando foi convidado para trabalhar no centro de pesquisas da Vale, apesar de ter ficado lá por pouco tempo, já que preferiu mudar-se para a Cemig, empresa que lhe possibilitou conhecer “até os Estados Unidos”. O vínculo com a Biblioteca só se estreitou depois da aposentadoria. Casado, mas sem filhos, quis saber, de maneira autodidata, “*a origem das palavras, a origem das letras*”, (José F., p.9), e se aprofundar no estudo da historiografia e cultura mineira. Em suas palavras:

Aí eu me interessei pelos jornais da época e fui lendo todos que eu podia ler, todos que eu tinha acesso. Então eu via como é que o povo vivia, o quê que se comia, o quê que bebia né!, queria saber tudo..., tudo: consumo de madeira para as padarias, como é que era a ligação entre cada cidade, o quê que o povo fazia, o quê que tinha de relação de uma cidade com a outra. [...] Como é que uma criança aprendia a ler há tantos anos atrás, sem recurso? Eu queria saber como é que se fundou a primeira escola pública, a primeira escola de letras? [...] Aí tem a história de Minas, o quê que faz, o quê que deixa de fazer, as relações entre as capitânicas, tudo, tudo que você puder pensar eu fui ver: quantos dias demora uma carta pra chegar, como é que fazia pra chegar uma carta, eu queria saber como é que era o salário das pessoas, o salário do secretário, do contador..., eu queria saber de tudo. Os serviços que trabalhavam, tudo! (José F., p.9).

Curiosidade que o fez perambular por várias instituições detentoras de fundos bibliográficos históricos: o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Central da UFMG, a biblioteca do Santuário do Caraça, a Escola de Minas de Ouro Preto e a Hemeroteca Mineira. Por sinal, chegou à Luiz de Bessa no momento da incorporação desse acervo à suas coleções. Hoje se declara um devotado usuário da Mineiriana. Frequenta esse espaço diariamente, exceto às quintas-feiras, dia em que ajuda sua esposa com os afazeres da casa. Foi nesse setor que conheceu sua mais recente paixão literária, que o mobilizou, inclusive, a aprender português arcaico: “*conheci aqui o Rafael Bluteau*⁷⁵, o pessoal não conhece o Rafael Bluteau, o cara é o máximo, ele é..., é o caminho das índias literárias, é o máximo, é o oitavo elemento, não tem ninguém na frente dele, então ele está no Everest, subiu num tijolo braúna e está acima de qualquer suspeita, então ele é o caminho das índias literárias”. (José F., p.12-13). Relata ter lido todos os 8 volumes, empreitada levada a cabo ao longo de dois anos ininterruptos de leitura.

José J.: Nasceu em 25/09/1969, na cidade de Pitangui. Mudou-se para Belo Horizonte quando tinha dois anos de idade, veio com os pais e seus oito irmãos. Residiram em uma casa pequena em um dos bairros periféricos da zona oeste da cidade. Hoje é casado, pai de duas meninas e tornou-se professor universitário em duas faculdades da capital, uma pública e outra particular. É também escritor, coordenador de projetos culturais e supervisor de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural. Antes disso integrou a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura e foi Consultor da Unesco para políticas públicas.

Relata que os pais nunca tiveram acesso à leitura, mas que sempre se esforçaram para que os filhos estudassem. Sempre foi aluno de escolas públicas e diz se lembrar da existência de bibliotecas escolares, mas não alimenta boas recordações desses espaços, principalmente em relação aos bibliotecários, “*geral pareciam que queriam guardar os livros em uma redoma né, tipo assim: – larga o livro menino e tudo mais*”. (José J., p.1).

⁷⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v. Além dos oito volumes, o dicionário conta com dois outros volumes suplementares. Nestes suplementos, existem verbetes novos e também informações adicionais aos verbetes existentes.

Os poucos livros que tinham em casa eram de seu irmão mais velho, “*ele comprava aquelas coleções da Abril e ia fazendo a coleção, montando livros, aquelas coisas assim de... é... literatura universal, literatura brasileira e aos poucos eu fui lendo vários desses livros né!*”. (José J., p.1). Contudo, afirma categoricamente que o elemento que mais influenciou sua formação enquanto leitor foi a descoberta, na 5ª série, do *caminhão-biblioteca*: “*a experiência com a literatura efetiva veio somente a partir dessa possibilidade que apareceu quando a mulher do caminhão-biblioteca apareceu na minha escola falando – “quem quiser pode fazer a carteirinha do caminhão-biblioteca, tá na praça da igreja de Salgado Filho” – e aí ficou 2 meses, a mulher ficou 2 meses. Ela subia com todo mundo né... com aquelas criaturas pequenas pra gente ir lá na praça da igreja do Salgado Filho pra pegar os livros*”. (José J., p.1-2).

O primeiro livro que leu foi “As vinhas da Ira”, do John Steinbeck, “*apanhei igual cachorro do livro, mas foi muito particular aquela leitura, porque como eram clássicos eu não entendia muito (risos) na época não. Então eu lia por... por interesse porque eu achava bacana, legal mas eu não... pra mim aquilo era como se eu tivesse descortinando o mundo que eu não fazia idéia que existia*”. (José J., p.3).

Diz que sempre foi muito “caxias” na escola, e tímido também. Comportamento que acredita estar relacionado a uma lembrança da 3ª série: “*uma professora botou esparadrapo, fita na minha boca, falou que eu falava demais, então eu tive um trauma da quarta até a quinta série. Aí o encontro com os livros me ajudou a me expressar melhor e a quebrar esse trauma*”. (José J., p.3).

Quando adolescente, não frequentava os espaços urbanos da cidade, “*a minha família não tinha condições de ir a lugar nenhum*”. (José J., p.4). A recordação mais viva que permanece é de ter ido com a irmã em uma feira de livros e de ter ganhado de presente a obra *Marcelo, Marmelo, Martelo*, “*esse livro rasgou minha... rasgou minha... rasgou minha vida de criança*”. (José J., p.4). O depoente ainda o preserva consigo até hoje, ou melhor, segundo ele, “*suas filhas têm esse livro hoje né!*”.

A Praça da Liberdade aparece em seu depoimento como um lugar de elite, que o constrangia, assim como outros territórios de Belo Horizonte, notadamente em função de sua condição financeira. Perspectiva que também inclui o prédio da Luiz de Bessa: “*eu não gostava do ambiente da Luiz de Bessa. O lugar não me..., não me deixava muito..., muito tranquilo*”. (José J.; p.5). Sendo assim, o seu contato com a Biblioteca se deu, de maneira mais efetiva, através do carro-biblioteca, relação que manteve por 4 anos e meio, da 5ª série até o 1º ano do Cefet. Foi ampliada anos depois, em função de seu trabalho como consultor de políticas públicas, inclusive com o prédio e o acervo da Praça da Liberdade.

Lucas P.: Licenciado em história e mestre em educação pela UFMG, nasceu em Belo Horizonte, se mudando logo em seguida para Betim e Três Pontas, uma vez que o pai havia passado em um concurso público quando ainda tinha quatro anos de idade. Nasceu em 1985, em uma família composta pelos pais e mais dois irmãos. Na infância, não teve muito contato com os livros e a leitura, embora os pais sempre frisassem que “*o que eles iam deixar para a gente era a educação escolar*”. (Lucas R., p.1). Suas primeiras leituras foram feitas em casa e a grande referência dessa experiência está ligada à coleção *Tesouro da Juventude*, que pertencera à avó e havia sido herdada pela mãe. Insere-se nesse contexto outra lembrança importante, *A turma do Walt Disney*, uma espécie de enciclopédia ilustrada que “*ensinava algumas coisas do mundo e coisas do cotidiano*”. (Lucas P., p.1). Apesar disso, interessava-se mesmo por brincadeiras de rua, principalmente andar de bicicleta.

Estudou a maioria do tempo em escolas públicas e não se lembra de ter usado o espaço da biblioteca escolar durante toda sua formação básica, a exceção acontece na 8ª série do ensino fundamental quando participa de um projeto filantrópico. Sua “missão” era manter a biblioteca da escola aberta no período noturno para que os estudantes do EJA⁷⁶ pudessem servir-se do espaço, mas se revela frustrado porque “*ficava na biblioteca à noite esperando por usuários e praticamente ninguém ia lá pegar livros, ficava lá porque a biblioteca precisava ficar aberta, era uma ou outra pessoa que no começo da aula chegava pra devolver, pegava um livro e ia embora, mas isso era muito..., o trânsito de alunos nessa biblioteca era muito pequeno*”. (Lucas P., p.3-4).

⁷⁶ Educação de Jovens e Adultos.

Fã de *grunge*, *punk rock*, *hardcore*, envolveu-se, ainda em Três Pontas, com movimentos urbanos como os ZineRS, manifestações culturais mais ligadas ao eixo Rio – São Paulo. Não era um usuário assíduo da biblioteca pública dessa cidade, por achá-la muito pouco atraente, apesar de possuir *“um acervo até interessante”*. (Lucas P., p.2). O que lhe atraía eram as reuniões noturnas na Praça da Igreja Matriz: *“ali era um espaço que os jovens se interagem, essa praça da igreja era o ponto de encontro, foi durante uns seis, sete anos assim. Foi a minha sociabilidade no fim de semana até 16, 17 anos”*.

Sociabilidade interrompida em 2003, quanto volta para Belo Horizonte para fazer cursinho e prestar vestibular. Vai morar com a avó e vive um período de forte estranhamento em relação à cidade e aos modos de convivência social da capital, muito diferentes daqueles que experienciava no interior do estado. Panorama que só se altera quando começa a formar novos laços afetivos, sobretudo com os colegas de pré-vestibular.

Motivado pela vontade de passar no vestibular, começa a se apropriar de outros espaços para estudo, circunstância que o leva até à Luiz de Bessa. Instituição com a qual manteve intensa proximidade em dois períodos distintos de sua história de vida. O primeiro deles se dá em paralelo à preparação para entrar na faculdade, o segundo acontece no último ano de mestrado, principalmente em função da Hemeroteca.

Afirma que sua vida social em Belo Horizonte sempre esteve ligada aos espaços públicos da cidade e que sempre procurou *“ocupar o espaço urbano, fazer atividades no espaço público, no espaço urbano, piqueniques, encontros libertários, trocas, debaixo do viaduto Santa Tereza e em algumas praças, até no Maleta. [...]Tinha atividades de discussão no espaço urbano, o espaço público, questões ligadas à mobilidade, à alimentação, ética, exploração, discussões sobre feminismo, então o espaço urbano foi um espaço formativo nesse sentido também”*. (Lucas P., p.11).

Modo de apropriação da cidade que o levava constantemente à Praça da Liberdade, por vezes em busca de água fresca, de um lugar para descansar após o almoço ou tão somente para admirar o *“céu rosa do fim da tarde”*. Em suas próprias palavras:

Ficava lá porque lá tem aquele espaço da água, tem uma fontezinha de água, eu tomava água, ficava lá um pouco e tal, descansando, depois voltava pra biblioteca. [...] Ela ocupa um lugar importantíssimo na hora que eu acho que é a hora mais importante do dia: após o almoço. Após o almoço eu dava uma descansadinha de 20 minutos e ficava ali..., eu sempre quis ocupar mais porque eu acho que é lugar muito propício pra você relaxar, eu acho que aquelas árvores com aquelas aves, acho que eu gosto muito, dá aquela paz bacana, dá um estado de espírito muito interessante. [...] Eu estou lembrando agora a primeira vez que eu sentei lá com uma menina, eu a conheci em 2004 e eu falei: “nossa, que bonito aqui né, o céu é rosa.”, ela me “zuou”, ela falou assim: “é, mas isso é rosa de poluição”, e eu: “sério...”, então ficou esse mito, nunca descobri se era poluição ou se não era, mas realmente da pra ver um céu rosa, principalmente do meio do ano pra frente, mas acho que não só. Eu lembro que no meio do ano, junho, julho, pós seis horas o céu fica com uma cor bonita de mais, querendo ou não é um espaço importante, é um espaço de fruição de outro tempo né, eu acho que é importante. Então foi um refúgio, eu acho que foi um refúgio. (Lucas P., p.9-13).

Luiz Q.: Natural de Carangola, é licenciado em letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, com habilitação em português-francês. Nessa mesma universidade, obteve os graus de mestre e doutor em Estudos Literários. Nasceu em 1964 e é o sétimo filho de um total de nove irmãos. Seu pai era funcionário público e a mãe professora primária, mesma carreira que a avó havia seguido por 42 anos. Referência importante tanto para o entrevistado quanto para seu irmão mais velho, que hoje lecionam em universidades mineiras.

Crescendo em um ambiente que valorizava a educação e a leitura, aprendeu a ler em casa e isso servia como uma espécie de exibição para as visitas, “*quando chegava visita em casa, a mãe dizia – “Vem, senta aqui e mostra como você já lê!”*. Então, com três, quatro, cinco anos a gente já lia correntemente, e era certo orgulho essa coisa de ficar exibindo pras visitas, pros parentes que vinham visitar ou mesmo conhecidos, essa habilidade de leitura dos filhos antes de ser inserido no ambiente escolar”. (Luiz Q.; p.2).

Como o irmão era professor, recebia da editora Ática os livros da “Série Vaga-Lume” e o contato com essas obras lhe despertou o gosto pela literatura: “*o meu gosto pela literatura começa por esses livros da Série Vaga-Lume: “O escaravelho do diabo”, da Lúcia Machado de Almeida; “A ilha perdida”, da Maria José Dupré; “Coração de onça”, “O gigante de botas”, de um casal de escritores: o Narbal e Orfélia Fontes”*. (Luiz Q.; p.2-3). Depois se inicia em uma prática de leitura desordenada, “*o que caía na minha mão eu lia, não havia uma orientação prévia, mesmo tendo esse irmão professor de literatura e de língua*

portuguesa em casa”. (Luiz Q., p.3). Atividade potencializada pela televisão, mais especificamente pelas adaptações de obras literárias que a Rede Globo começou a exibir já no final da década de 1970, “*eu assistia a todas e tentava ler as narrativas antes da estréia das novelas pra fazer comparações*”. (Luiz Q.; p.5).

Mesmo tendo estudado na escola onde sua mãe lecionava, até a oitava série, não frequentou a biblioteca da instituição, porque, segundo ele, “*não havia estímulo para isso*”. Situação semelhante ao que aconteceu com a biblioteca pública de Carangola, “*um espaço pequeno e que não funcionava com regularidade*”.

Afirma não se lembrar do primeiro livro que leu, mas se recorda de ter sido um presente concedido por algum familiar para amenizar uma doença que havia contraído quando criança, sarampo talvez. É certo que tinha mais gravuras que texto, e que o leu e releu várias vezes. Dessa fase, não se esquece da descoberta do “Círculo do Livro”, que considera o elemento desencadeador de sua compulsão por comprar livros, “*quando eu descobri o Círculo do livro eu me lembro que eu comprava livros, eu recebia a revista, escolhia e, na medida do possível, eu ia comprando por meio de pedido. Eu pedia o meu pai ou minha mãe ou então meu avô que tinha uma loja de fotografias. Eu ficava lá com ele, ajudava ele, ele me dava, não era salário nem mesada, mas ele me dava um dinheiro e esse dinheiro eu usava para fazer os pedidos do círculo do livro*”. (Luiz Q.; p.7).

Compulsão alimentada em Belo Horizonte, cidade na qual passou a residir após os 18 anos, quando se mudou para prestar vestibular e graduar-se em letras. No entanto, começa a dividir sua paixão pelos livros com o teatro e o cinema, era um assíduo frequentador do extinto Instituto Itaú Cultural, do Jaque, do Royal e do Patê. Preferia esses espaços a outros lugares públicos da cidade, razão pela qual a Praça da Liberdade não ocupa um lugar relevante em sua história de vida. Tem apenas uma turva reminiscência da realização da feira hippie e da feira das flores que ali acontecia todos os sábados, “*a praça já não tinha essa..., não era uma espécie de point ou de local de trânsito ou de fixação*”. (Luiz Q.; p.9).

Quanto à Luiz de Bessa, a mesma só passa a ser uma referência importante para o depoente no momento da transferência dos fundos da Hemeroteca para a coleção da Biblioteca Pública.

Isso porque, o mesmo procura em jornais e revistas antigas informações que possam subsidiar seu trabalho de pesquisa sobre os espaços de sociabilidade LGBT em Belo Horizonte, especialmente entre as décadas de 1940 e 1980. Já publicou um livro sobre o assunto e pretende escrever outras duas obras. Mantém contato com a instituição há dez anos e, ultimamente, tem ido até lá todas as sextas-feiras de oito às dezoito horas. *“Ao longo desse tempo, passaram pelas minhas mãos todos os jornais desde 1950, eu já finalizei a década de 70 e tô começando a década de 80. Então trinta anos eu já peguei, já folheei um a um, dia a dia, mês a mês, ano a ano pra buscar essas informações”*. (Luiz Q.; p.12).

Luiz R.: Nasceu em São José dos Campos, São Paulo, no ano de 1986. Veio para Belo Horizonte aos doze anos, onde mora com mais dois irmãos. Residiu, na sua infância, em “uma casa vistosa”, com quatro quartos e um pequeno jardim. Lembra-se também de possuir uma boa biblioteca, cujo destaque era a *Enciclopédia Barsa*. Os pais, principalmente o patriarca da família, eram “grandes leitores”, talvez tenha sido deles que herdou o gosto pela leitura. Aos cinco anos começou a ser alfabetizado pela irmã e passou a se interessar por diversos assuntos literários, mas não escondia sua predileção por textos e imagens relacionados ao universo automobilístico: *“tudo que dizia respeito a automobilismo era comigo mesmo. Mas eu gostava de romance também, mas o meu forte mesmo era literatura automobilística, sempre tive muito contato com ela”*. (Luiz R.; p.2). Portava ainda uma segunda paixão: *“eu gostava muito que meu pai ou minha avó contassem histórias para eu dormir, e disse aí, imagina, saiam histórias das mais variadas”*. (Luiz R.; p.2).

Defini-se como uma criança comunicativa e muito “bem quista pelos professores”, em função disso, nunca teve problemas na escola. Adorava ir à biblioteca de todas as instituições em que estudou, *“eu lembro até que eu vivia devendo muita de livro lá na biblioteca da escola, eles viviam me caçando – “você está devendo tanto aqui” –, pois eu deixava, eu esquecia de devolver, ficava, pegava muitos livros, acabava..., mas eu sempre fui interessado em bibliotecas”*. (Luiz R.; p.3). Gosta e frequenta teatros, exposições, museus e cinemas, só não se sente confortável em lugares muito tumultuados em razão da deficiência visual.

Portador de um problema congênito na retina, por sinal um estado que também compartilha com um de seus irmãos, possui apenas 10% da visão. Consegue andar sem o auxílio de

bengala durante o dia, mas, à noite, não mostra a mesma desenvoltura para se locomover. Ou seja, *“preciso de mais luz entrando nos meus olhos para poder captar as informações visuais que você captaria com menos luz”*. (Luiz R.; p.4).

Tem uma afeição muito particular pela Praça da Liberdade, espaço que transita desde que chegou a Belo Horizonte, há 14 anos atrás. Para ele, a Praça é um território representativo da história da cidade: *“a história, você pega a literatura mineira e várias vezes ela cai aqui na Praça da Liberdade. A gente que gosta de literatura acaba tomando um amor pela praça de tanto que a gente vê essa praça na literatura. Eu considero aqui como uma espécie de canto aconchegante da rua, é um canto que guarda as histórias de BH na rua sabe, é uma coisa meio sobrenatural assim”*. (Luiz R.; p.5).

No entanto, não foi a Praça que o levou até à Luiz de Bessa. Esse contado só se deu quando o depoente já havia completado 22 anos e estava cursando o 5º período de Direito. À época, enfrentava dificuldades para ler os textos trabalhados em sala de aula e estava praticamente decidido a abandonar o curso. Vejamos o que ele diz:

Eu mesmo executava as tarefas da faculdade por mim mesmo, com meus olhos. Eu comecei a ver que, eu comecei a compreender que eu fazia isto com muita dificuldade porque até então eu não levava isso em conta, a dificuldade que eu tinha para ler os livros. Mas um belo dia a ficha caiu, eu tive uma epifania e falei "pera aí, isso daqui não dá pra mim, é muito esforço pra eu ficar lendo algo que as pessoas fazem com tanta facilidade e eu vou ficar aqui me esforçando tanto, eu vou ficar aqui me desgastando dez vezes mais, tendo que ler com o olho praticamente colado no papel, com luzes especiais e em uma posição inclinado para baixo que me deixava com dor nas costas?". O quê que aconteceu, neste período o meu curso ficou meio comprometido, eu não fui bem nas matérias, tomei bomba em algumas por causa disso, porque eu comecei a não conseguir estudar mais, eu comecei a criar resistência. Na hora em que eu ia estudar me dava uma resistência, eu ficava travado e eu comecei a me questionar: "o quê que eu vou fazer pra resolver isso?". Só que eu não sabia que existia um setor *braille*, eu não sabia o que era *braille*, eu não sabia o que era computador adaptado para deficiente visual, eu não sabia o que era lupa eletrônica, eu não sabia que existiam *audiobooks* em larga escala, eu não sabia que existiam pessoas que gravavam os livros para você. Eu nunca parei pra pensar nisso por que até então eu tive uma vida..., a minha vida foi conduzida como uma vida de uma pessoa que dispõe da integral visão. (Luiz R.; p.5-6).

Tomou conhecimento da Biblioteca através do irmão, mas só teve coragem de se dirigir ao setor Braille passado um mês da primeira conversa sobre o assunto. Achou estranho o espaço e a situação, mas rapidamente se sentiu integrado. Hoje vai à Luiz de Bessa todos os dias, de segunda a sexta-feira, em período integral. Está aprendendo latim com um dos leitores voluntários da casa, terminou sua graduação e foi aprovado em dois concursos públicos.

Apresentados o objeto e os sujeitos da pesquisa, efetuaremos agora a análise dos depoimentos, procedimento que adotará por referência os conceitos teóricos apresentados ao longo das discussões anteriores, ou seja, buscar-se-á apreender se a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é definida pelos depoentes como uma instituição social e se os mesmos atribuem a ela um lugar importante em suas histórias de vida. Para tanto, observar-se-á com que recorrência os sete testemunhos acima caracterizam seus acervos e espaços como “*lugar de leitura e de formação de leitores*”, “*espaço para o desenvolvimento das práticas educativas*”, “*território de enraizamento e de sociabilidade*” e “*instância de memória e representação social*”.

Devido ao nosso objetivo principal: apreender qual é a participação da Luiz de Bessa no processo de elaboração de referenciais identitários no âmbito das histórias de vida dos sujeitos aqui em foco, atentar-se-á, ainda, para o discurso constituído em resposta a três perguntas que lhes foram formuladas no momento da entrevista: *seria capaz de reconstituir as impressões e sensações do seu primeiro encontro com a Luiz de Bessa? Qual é, em sua opinião, a importância da Biblioteca Luiz de Bessa para a cidade de Belo Horizonte? Como define o lugar ocupado pela Biblioteca Luiz de Bessa em sua vida e em sua formação pessoal?*

Conjunção analítica que, acreditamos, nos fornecerá os dados necessários para se oferecer uma resposta à problemática sobre a qual estrutura-se a presente tese. Passemos então à interpretação das histórias de vida.

5. Capítulo 4

A biblioteca somou-se à minha vida: histórias, memórias e referências identitárias ancoradas em torno da Luiz de Bessa

Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe diante⁷⁷.

Uns fatos voltam ao sol da lembrança com a rapidez dos dias para os mundos de pequena órbita. Vivem na memória. Perto do astro-rei, como Vênus e Marte. Há os distantes, como Saturno. Outros, cometas, passam roçando e queimando; depois somem em trajetórias mergulhadas nas distâncias espaciais do esquecimento. Tocam, com suas caudas, galáxias perdidas na mais prodigiosa altura das alturas; voltam novamente, ameaçando arrasar tudo com o rabo de fogo. Como face de lua, aquele prato imaculado e duro. De ágate. Relutâncias diante do mingau transbordante. Comido aos poucos, iam aparecendo na borda as letras do alfabeto e os números de 0 a 9. Só trinta e seis sinais. Com o que compor, entretanto, todas as palavras e todos os cálculos da angústia e do saber do homem⁷⁸.

Se o que resta do vivido são apenas traços, inscrições, e se o esquecimento se incumbiu de apagar as sucessivas escritas (...), recuperar a história do sujeito significa construir no lugar da falta, do vazio, edificar os traços que restaram⁷⁹.

Uma biblioteca, em última instância, só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores.⁸⁰

⁷⁷ ROSA, 1958, p.136.

⁷⁸ NAVA, 2002, p.233..

⁷⁹ CASTELO BRANCO, 1994, p.38

⁸⁰ JACOB, 2000, p.11.

Este capítulo desenvolve as análises e apresenta aos leitores os resultados de nossa pesquisa. Guiando-nos pelas diretrizes metodológicas anteriormente definidas, processa-se uma interpretação dos testemunhos captados tendo-se por referência as respostas que cada usuário concedeu a três questões específicas formuladas ao longo da entrevista: *que impressões e sensações foram vivenciadas por eles durante o primeiro contato com a Luiz de Bessa; qual a importância da Biblioteca para Belo Horizonte; e qual o lugar que a mesma ocupa em suas histórias de vida?*

Durante esse processo interpretativo, recupera-se as formulações teóricas constituídas ao longo da tese com o intuito de subsidiar nossa argumentação de que as bibliotecas públicas são pólos mobilizadores de referenciais identitários, cuja força de afetação intersubjetiva e social se dá a ver tanto através das representações simbólicas responsáveis por lhes conferir visibilidade e justificar a execução de certos serviços e ações práticas, quanto pelos usos/múltiplos usos que cada sujeito lhes impõe.

Para finalizar, assinala-se, a partir da noção de enraizamento, qual o lugar que a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa ocupa nas histórias de vida de nossos depoentes e porque a mesma pode ser pensada como um espaço vivencial e de ancoragem dos discursos identitários elaborados por seus usuários.

5.1. Um monumento, um refúgio, um lugar de acolhimento: impressões de um primeiro encontro

A Luiz de Bessa, eu me lembro de entrar lá uma vez sozinha e andar lá como se fosse um museu, eu lembro de entrar com a reverência que eu aprendi com a minha mãe, com a reverência que eu devia ter com aquela biblioteca. (Ana R., p.10).

Reverência, encantamento, desconfiança, frustração, acolhimento, estes são alguns dos descritores utilizados pelos depoentes para definir as sensações que tiveram em seu primeiro contato com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Impressões que, em seu conjunto, mostraram-se determinantes para a constituição de um quadro de sentido intersubjetivo

responsável por orientar os modos de conduta e as distintas interações que eles, enquanto usuários, poderiam estabelecer com aquele espaço e com os serviços e coleções ali disponíveis. Sendo assim, se, para alguns, essa aproximação se revela tranquila e amistosa, para outros, é fator de constrangimento e de cerceamento, dificultando, pois, a apreensão da instituição enquanto esfera pública e de representação social. Vejamos o que cada um deles nos conta.

Um monumento intimidador e digno de reverência, essas são as lembranças acionadas por Ana R. para descrever sua primeira visita à Luiz de Bessa. De acordo com seu relato, sentiu-se constrangida pelo tamanho do prédio, cujo projeto arquitetônico conferia-lhe as feições de um museu, um monumento a ser visitado por aqueles que não se sentiam integrados à paisagem urbana criada em torno da Praça da Liberdade:

A Luiz de Bessa, eu me lembro de entrar lá uma vez sozinha e andar lá como se fosse um museu, eu lembro de entrar com a reverência que eu aprendi com a minha mãe, com a reverência que eu devia ter, com aquela biblioteca. Mas não peguei nada, fiquei intimidada, eu acho que com aquele..., sei lá, com o tamanho dela, com a arquitetura dela e tal. Então ela era pra mim um monumento, muito mais um monumento do que uma coisa pra eu usar. [...] Então ela virou pra mim, assim, um monumento, um lugar lindo, aquela arquitetura bonita lá do Niemeyer e em um lugar nobre né que, para nós ali da Cachoeirinha, era nobre mesmo, era uma coisa assim: nossa que lugar bonito, sei lá, pra rico. A Renascença e a Cachoeirinha não são bairros pobres, mas eles de jeito nenhum têm essa coisa de valor social. A gente sempre sentiu isso lá e era um acesso complicado. (Ana R., p.10).

Evocação mnêmica que contrasta com a narrativa de Luiz Q. Para ele, a imagem que sintetiza sua chegada à Biblioteca é a de uma pungente frustração: o prédio era mal cuidado, havia pouco espaço para leitura e quase nenhum investimento público na manutenção de seus setores e acervos, por isso o depoente encerra sua narrativa frisando que “*não tinha essa história de ir à Luiz de Bessa toda semana*”:

As primeiras vezes que eu fui à Luiz de Bessa foi por curiosidade, foi mesmo para conhecer. Conhecer o prédio e conhecer o acervo. E eu me lembro que a primeira impressão que eu tive foi de decadência, a biblioteca não era esse prédio reformado que tem agora, era um prédio com pouco espaço pra leitura, pra consulta, inclusive pra circulação. Como eu era um simples leitor, eu ia direto para o andar onde estava o acervo de livros, desse andar eu me lembro que o espaço era muito pequeno pra gente circular, ainda era permitido a circulação entre as estantes pelos usuários; como ainda

é hoje, mas eu acho que hoje há uma tentativa de travar, de enterrar, de impedir esse contato dos usuários com as estantes dos livros. [...] Enfim, naquela época, nos meus primeiros contatos com a Luiz de Bessa, a impressão foi ruim por causa dessa coisa, o prédio era mal tratado mesmo, era muito decadente, não havia investimento público no prédio e o prédio já era pequeno pra comportar o acervo que tinha de periódicos e de livros né! Então, assim, eu não tinha essa história de ir à Luiz de Bessa toda semana ou uma vez ao mês. Eu fui algumas vezes para conhecer e ficou essa má impressão. (Luiz Q., p.10).

Uma má impressão, essa formulação resume bem as primeiras experiências de José J. como usuário da Biblioteca Estadual. Incentivado pela namorada a se “socializar” com o prédio da Praça da Liberdade, diz que achou o ambiente estranho, era “*maravilhoso demais para quem vinha da periferia*”, e sempre preferiu a intimidade, a sensação de acolhimento que experimentara no “caminhão-biblioteca”:

Eu lembro que minha primeira namorada fez todo o esforço do mundo pra eu me... me socializar com a biblioteca pública estadual e tudo mais e eu continuava amando a idéia do caminhão-biblioteca, mas eu não gostava do ambiente da Luiz de Bessa. O lugar não me..., não me deixava muito..., muito tranquilo. E eu me lembro como foi! É..., eu tava..., eu já tava fazendo faculdade e eu me lembro de ter vindo uma..., acho que numa sexta-feira na Praça da Liberdade. Eu tinha feito a carteirinha, novinha, porque assim, eu tenho a carteirinha ainda lá em casa, eu peguei dois, dois únicos livros, porque pra mim era muito fora de mão vir a biblioteca. O lugar onde eu morava, que não tinha um ônibus que parava lá perto, e era um troço pra quem morava no Betânia, que tinha um ônibus que parava ali perto do mercado central, era muito fora de mão chegar na biblioteca pública. É... e eu me lembro que eu vim, vim numa sexta-feira, várias sextas-feiras e aí eu passei mais ou menos uns dois ou três meses vindo sextas-feiras regularmente à biblioteca Luiz de Bessa, foi acho que só... eu acho que só... só aqueles dois, três meses que eu tive contato com a biblioteca, mesmo. Mas eu não gostava muito daquele ambiente assim de... “será que alguém vai me bater?”, sabe assim? Eu achava aquilo meio estranho, era um pouco assim a minha sensação. O prédio eu sempre achei maravilhoso, até demais, pra quem era da periferia, que é a sensação que eu tinha desde... desde pequeno. (José J., p.5).

Dificuldade de chegar e se apropriar dos serviços oferecidos pela Luiz de Bessa, essa impressão também se manteve viva nas lembranças de José F. Vindo de outra cidade e sem muita experiência com atividades de pesquisa, pensava que as coleções especiais estavam voltadas exclusivamente para atender às demandas de um público selecionado, formado, em sua maior parte, por acadêmicos. Portanto, apresentando-se como autodidata, demarca que:

Pra “mim” chegar aqui não foi fácil não, porque a gente não sabe..., aqui parecia ser um lugar selecionado, muito de elite e eu fiquei com o pé atrás: “como é que eu vou chegar? Chegar sozinho? Eu não sou orientado por ninguém! Vou ficar perdido! Eu sou um amador”... Então eu não tenho obje..., o meu objetivo é ter conhecimento, não é conhecer tudo, mas é saber de tudo. Então eu vim cá, e mesmo assim eu tinha dificuldade. (José F., p.11).

Dificuldade que não se faz perceptível na descrição empreendida por Iara S. Ao contrário, suas reminiscências descrevem um momento de puro encantamento e de uma intensa vontade de se integrar aos espaços da Biblioteca e de se apropriar dos livros ali disponíveis:

Eu fiquei completamente..., assim: “nossa, o quê que eu vou querer ler hein?”. Aí eu fui meio que no chute, assim, descobrindo pela..., por que eu nem sabia essa coisa, – não que eu conheça profundamente hoje aquele sistema de catalogação de livro, que é por área – eu não tinha a menor ideia mesmo. Hoje, mais ou menos tenho um palpite sabe, do quê que tem em cada estante pelo numerozinho, por aí, de aproximação e antes eu não tinha. Então eu fiquei assim: “nossa é livro demais como é que eu vou descobrir o quê que é romance, o quê que não é? O quê que é poesia, o quê que não é?”. Aí eu saí meio que fuçando e fui descobrindo aos poucos, mas a primeira impressão foi de muito encantamento. Eu tinha a ilusão de, quando era nova, de que trabalhar na biblioteca devia ser a coisa mais maravilhosa do mundo. (Iara S., p.8).

Lucas P. não chegou à Luiz de Bessa mobilizado por seus atributos “monumentais” ou porque fosse um grande admirador dos livros e da leitura, seu propósito era bem pragmático: encontrar um lugar próximo ao cursinho que lhe permitisse estudar e ser aprovado no vestibular. Diz, então, que a biblioteca foi o seu refúgio, o seu ponto de ancoragem no momento em que regressava a Belo Horizonte determinado a ingressar na Universidade Federal:

Eu via esse espaço grande, achava até que a biblioteca era o anexo e o anexo era a biblioteca, mas depois, mais tarde, eu descobri que aquilo na praça é a biblioteca e o anexo fica lá, acho que é isso, fica do outro lado. Mas também é muito fácil quando você passa de ônibus e vê as pessoas sentadas, eu fico assim: “nossa aquele vidro ali”, é interessante aquele espaço de estudo, é interessante isso. Então eu acho que eu fui procurar a biblioteca nesse sentido, um refúgio para estudo né, para além do cursinho, o cursinho também não é um espaço que dava pra você ficar o dia inteiro, as salas de aula estavam ocupadas e tal. Então era um refúgio perto do cursinho que era na rua da Bahia, e a Praça da Liberdade com a biblioteca assumiu esse papel. Eu fiz a minha carteirinha logo, mas eu acho que se você olhar o meu histórico lá tem poucos livros pegos, alugados, emprestados né! Mas eu

cheguei a pegar alguns, cheguei a ter um hábito maior, especialmente em 2004, eu acho. (Lucas P., p.14-15).

Luiz R. é outro usuário que chegou à Luiz de Bessa desconfiado. Não sabia que a Biblioteca possuía um setor Braille e não se reconhecia como deficiente visual, por isso teve dificuldades com o início desse processo de readaptação, segundo ele era tudo “*muito desconfortável, estranho, diferente, era o novo*”, impressões amenizadas pelo acolhimento que recebeu dos bibliotecários e dos voluntários que oferecem seus préstimos à instituição:

Eu lembro que eu cheguei aqui, no balcão ali, eles olharam para mim e não acreditaram que eu era deficiente visual por que é difícil de perceber e tal. Eu cheguei aqui, já marquei voluntário pra ler para mim no outro dia. Eu cheguei aqui meio assim, me sentindo esquisito. É difícil essa readaptação, para mim foi muito difícil, em um dia eu estudo normalmente no outro dia eu estou aqui para as pessoas lerem para mim? (Luiz R., p.6-7).

Enquadramentos discursivos que, apesar de se remeterem a um mesmo evento, acionam, de um usuário para outro, impressões, sentimentos e representações amplamente diversificadas, constatação que nos leva a formular a seguinte indagação: por que a chegada a uma biblioteca pode causar intranquilidade em determinado sujeito, deixar outro desconfiado, entusiasmar um estudante com a descoberta de um refúgio para levar adiante suas leituras e lições, ou mesmo acalantar em uma jovem leitora a ilusão de que trabalhar numa dessas instituições deve ser “*a coisa mais maravilhosa do mundo*”?

Em nosso caso específico, a conjunção entre a história da Luiz de Bessa e o perfil biográfico dos depoentes aqui apresentados nos oferece alguns indícios importantes para se projetar respostas à questão acima formulada. A biblioteca à qual todos se referem encontra-se em uma área nobre de Belo Horizonte e foi, por muitos anos, o coração político-administrativo do Estado mineiro. Além disso, a arquitetura e a “imponência” estética de sua sede dá-se a ver como a materialização física de um projeto de modernização centrada na ideia de patrimonialização da cultura, daí a força simbólica de seu acervo e a constante representação da mesma como um lugar elitista, segregador e pouco receptivo àqueles que vêm da periferia e de classes menos favorecidas socialmente.

Representação potencializada ou redimensionada pelas experiências de interação que cada usuário passa a estabelecer com o acervo, com os bibliotecários e com os demais sujeitos que ali se encontram. Argumento endossado pelo depoimento do usuário Luiz R., no qual se observa claramente que a sensação de desconforto por ele vivenciada no primeiro dia de contato com o setor Braille, transformou-se, ao fim de uma semana, em ação integradora, capaz de contribuir efetivamente para sua readaptação enquanto deficiente visual. Outro exemplo, menos redentor, é o do depoente José J., cujo medo de ser interpelado por algum funcionário ou por alguém que questionasse sua presença naquele lugar, o fez preferir a intimidade do “caminhão-biblioteca” à “*maravilha e grandiosidade*” daquele prédio. Espaço que, por sinal, só frequentou ao longo de três meses.

Mas esse primeiro encontro é realmente o elemento definidor das referências intersubjetivas que passam a nortear a relação entre a Luiz de Bessa e os indivíduos que a ela recorrem? Essa dualidade entre proximidade e distanciamento, acolhimento e intimidação, encantamento e frustração é o que acaba por determinar a importância que a Biblioteca ocupa na história de vida de seus usuários? Acreditamos que tal experiência possui um grau acentuado de importância para os desdobramentos desse processo, mas que há outros fatores tão relevantes quanto, e assimilá-los requer analisar os usos/múltiplos usos que cada agente em particular lhe impõe. Somente assim poderemos delinear os quadros simbólicos e relacionais que, ao serem acionados pelos depoentes, confirmam ou negam sua força de afetação tanto sobre suas vivências pessoais, quanto no contexto da esfera coletiva aqui em evidência. É para isso que nos voltaremos nas próximas seções, mapeando, em um primeiro momento, o modo como cada entrevistado se apropria do acervo e dos serviços oferecidos pela instituição, e, em seguida, como compreendem o lugar social ocupado por ela no cenário belo-horizontino e na singularidade de suas próprias biografias.

5.2. Cada usuário edifica sua própria biblioteca: a função social da Luiz de Bessa explicitada através de seus múltiplos usos

A relação que eu tive com a biblioteca foi, durante muito tempo, sentar naquele espaço de vidro ali, que é um espaço de sala de estudos, e sentar ali e estudar. Ai eu subia, às vezes lá no terceiro andar que tem um banheiro, onde tem um acervo também, onde tem aquela questão do acesso à internet hoje em dia. Então, como eu disse, eu acho que a escolha foi prática nesse sentido, era próximo e eu precisava estudar, era um espaço que tinha um banheiro, que eu podia deixar minha bolsa ali no armariozinho e subir, ir ao banheiro e voltar. É uma oferta interessante. (Lucas P., p.15).

Ao longo da presente pesquisa, defendemos por mais de uma vez que a biblioteca pública é um espaço vivencial cuja força de intervenção em contextos socialmente demarcados está imbricada às ações de promoção da leitura, de apoio às práticas educativas, de preservação da memória coletiva e também enquanto território que propicia a socialização e o enraizamento de seus usuários, sendo estes os motivos que lhe conferem um lugar de destaque no processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários. Transpondo o plano teórico, reforçaremos nossas proposições assinalando os modos de interação – os usos/múltiplos usos – que individualizam a relação mantida pelos depoentes com a Luiz de Bessa. Objetiva-se, aqui, apreender como a mesma é acionada e representada no âmbito dos discursos arrolados e que funções ela cumpre na edificação das histórias de vida dos nossos sujeitos. De acordo com tal propósito, daremos voz aos entrevistados para, a partir de seus relatos, indicarmos que biblioteca é essa que está impressa em suas recordações e narrativas biográficas. Começemos, pois, pelos testemunhos femininos.

Iara S. um dia sonhou em habitar uma biblioteca, fantasia estimulada pelas muitas coleções de livros com que travou contato desde a infância. A casa de seus pais, a escola primária, a biblioteca infanto-juvenil são referências importantes para a leitora voraz que se tornara, mas seu mundo ganhou outras proporções quando passou a usufruir da Luiz de Bessa, “*nossa esse tanto de livro, eu ia ler o dia inteiro, ficava pensando essas coisas, assim, pensava: ah não, por mim eu ficava o dia inteiro aqui lendo*”. (Iara S., p.8).

Achava o espaço “leve” e “tranquilo”, “*que não te dá nenhum sentimento de ir embora*”. (Iara S., p.9). Para lá se dirigia quando desejava pegar um livro emprestado, fazer trabalhos da escola, usar a internet, “*a gente saía da aula e ia pra lá no mesmo esquema, pra estudar, ficar lá na biblioteca e depois ir embora, depois passear pela cidade a pé mesmo, e ir pra casa*”. (Iara S., p.8). Não concordava com a regra que restringia o empréstimo de apenas dois exemplares por usuário:

Isso eu achava meio chato porque eu sempre li muito rápido, daí eu tinha que voltar, pegar de novo, ficar andando a pé nessa distância. Mas, o espaço físico..., eu acho, eu não lembro de ter grandes alterações na divisão espacial da biblioteca, estou até pensando aqui..., não que eu frequente mais, muito, mas a gente passa e vê né, eu acho que ainda é mais ou menos a mesma coisa. A sala de estudos lá em baixo às vezes era um pouco barulhenta, isso era uma coisa meio chata. E eu acho o prédio bonito também, do lado de fora né, é um prédio atraente, eu acho, aquele vão né, acho que ele tem uma estética legal também. (Iara S., p.9).

Usuária independente, quase nunca recorria aos préstimos das bibliotecárias, “*curtia*” mesmo era ficar “*andando por minha conta e fuçando e tentando descobrir..., acho que eu estava tentando descobrir também que tipo de literatura que eu gostava, de certa maneira, que livro me agradava, que não me agradava com base também nas coisas que eu já tinha lido, ou o que minha mãe falava comigo “leia esse livro!”*”, “*“você devia ler esse livro”*”, “*“você podia ler essa coisa”*”, “*isso é legal*”. (Iara S., p.10). Com isso, se lembra de ter sido na Luiz de Bessa que descobriu Dostoiévski e vários outros autores que lhe marcaram profundamente:

Eu lembro que eu li aquele livro e fiquei: “*nossa, que coisa!*”. Foi um livro que me marcou muito, eu achei a história..., que mexe mesmo. Lembro de ter lido pela primeira vez Kafka, pegando lá também, eu odiei a primeira vez que eu li, achei horrível e tinha uma amiga minha que ia comigo às vezes e a gente pegava o livro e conversava sobre o que a gente leu e ela falou assim: “*não, é legal, você não entendeu, lê de novo*”, era ‘A metamorfose’. Ai depois de muito tempo eu fui lê de novo ai eu falei: “*ah é legal*”, acho que eu que não tinha idade pra ler isso. E aí, algumas coisas assim...! Tem outros autores também. Eu comecei a achar que os russos eram muito legais por causa do Dostoiévski, ai eu li o Gogol, o Gorki e comecei a ler o Tchekhov, tudo pegando lá porque eu não tinha essas coisas né! E aí eu cismei também que o Bertolt Brecht era legal, eu começava a ler as coisas dele e eu lia bastante teatro, ai eu comecei a ler o Nelson Rodrigues que é do teatro também. Hoje eu não tenho o menor saco pra ver teatro, eu acho, mas aí na época eu lia também o Jorge Amado, é um cara que minha mãe também me mandou ler “*Capitães de areia*” e ele foi o primeiro que eu li na biblioteca, depois fui lendo outros também. Li muita coisa dele, depois eu parei, hoje eu

não sei. Mas ele é legal, li muita coisa dele, mas pegando lá (na biblioteca) também, e aí fuçando nas prateleiras eu li, por exemplo, um que eu descobri que é um clássico, não exatamente da história, mas é um livro muito importante, que era “Os dez dias que abalaram o mundo” do John Reed. Eu lembro que eu olhei e falei assim: “nossa americano falando da Revolução Russa, deve ser horrível né!”. Aí eu olhei e tinha um prefácio do Lênin, eu falei assim: “ah, às vezes esse livro é legal”. Aí peguei, li também porque eu achava que eu tinha que saber da história da Rússia porque eu gostava. Dos autores..., deixa eu pensar, há outros autores. Fernando Sabino, poesia, eu gostava de Vinicius de Moraes, sempre gostei bastante. Aí eu fui começando a gostar de outros autores, tipo Fernando Pessoa. O Drummond foi outro também que eu comecei a ler de poesia. E esses livros todos lá, e um meio que puxando o outro né! Você começa a ler um, aí está perto da prateleira do outro, aí você lê a contracapa, lê uma poesia, vê se ela é boa ou não e é meio no ‘chute’ isso. (Iara S., p.11-12).

Historiadora de formação, afirma que a biblioteca teve muita influência na escolha desse campo profissional. Ao ser perguntada por que, afirma em tom contundente:

Porque assim, eu formei em história, mas eu não trabalho como historiadora, mas a minha escolha de curso, o que eu ia fazer na vida, tem muito a ver porque é curso de gente que gosta de ler, sabe? Mesmo não sendo..., não estudando literatura, você não faz um curso desse se você não gosta de ler, eu acho. Então essa influência de gostar de..., e eu gostava muito de história na época e procurava livros que tivessem..., só que aí hoje eu já vejo que era essa história mais romantizada que eu acabava lendo lá. Tinha outro que eu lembrei agora, eram uns diários, eu esqueci o nome do título que era..., mas eram uns diários da guerrilha cubana, sabe? Da Serra Maestra também, que eu lembro que eu li lá e jurava que aquilo era um livro de história, não que não seja, mas é um diário, é um registro e tal, tudo romantizado, eu tomava aquilo como verdadeiro. Mas tem muita relação porque isso me estimulava e nutria a minha sede de ler, porque se não fosse comprado né, era ir na biblioteca. Então tem um papel muito importante porque era o lugar que eu encontrava os livros que eu queria ler né? Às vezes não, mas na maioria das vezes sim, eles estavam lá. Então, se não fosse isso eu sei lá qual caminho eu ia seguir na vida, mas acho que não seria nada de humanas sabe? Nesse sentido, gostar de ler desde muito nova e de estudar teve muita importância na escolha por ter feito a graduação em história. Não trabalho exatamente com história, mas são as contingências da vida né? Acabei passando em um concurso público que não é pra trabalhar como historiadora na prática, mas se eu consegui entrar é por conta da minha formação também. É um cargo que exige formação em licenciatura, qualquer licenciatura que seja, mas, enfim, mesmo não sendo exatamente história tem a ver com eu ter feito graduação em história e a biblioteca também tem muito a ver com essa escolha né! (Iara S., p.13).

Percepção muito diferente de nossa segunda entrevistada. Para Ana R., a Luiz de Bessa sempre foi um lugar muito bonito, tanto que se assemelhava a um museu. Os livros eram

tratados como objetos patrimoniais, devendo, pois, serem mantidos sobre estrita vigilância. Mas o que ela tem contra os museus? Nada, diz apenas que “*não gostava que ficassem me tutorando*”. (Ana R., p.11). Incentivada a se enveredar pelas paragens literárias por uma tia que morrera muito jovem e pela avó, acabou por nos confidenciar que quando ia à biblioteca:

Gostava de entrar e fuçar, como eu fazia na escola, na livraria. Então eu entrava e queria ficar olhando, queria olhar, pegar o livro, ver o quê que era, devolver, eu ficava horas fazendo isso. Eu me lembro de uma funcionária, não lembro a cara dela, não lembro nada, lembro de uma pessoa que eu achei que ela ficou..., eu fiquei com a sensação dela me vigiar. Não gostei, eu queria andar à toa lá. Lembro que ela me perguntou o quê que eu queria, eu falei que estava olhando. Eu estava procurando, eu acho, desta vez, um livro..., eu estava lendo Guimarães Rosa na época, eu devia estar no ensino médio já, e eu estava lendo o Guimarães Rosa e eu descobri que o Tutaméia tinha um prefácio, sei lá. Tinha uns livros que tinham uns prefácios super legais e que contavam a história daquele livro, aí eu descobri que tinha um prefácio do Guimarães Rosa que era escrito pelo Graciliano Ramos, era uma coisa assim, eu estava procurando isso... Eu cismava de procurar umas coisas e fui lá atrás disso, me disseram, não lembro quem, que lá era provável que eu encontrasse edições diferentes dos livros que eu queria e edições mais antigas. Então eu fui lá olhar isso, mas eu queria olhar, eu queria ficar lá fuçando os livros, abrindo, folheando e tal, e eu lembro que esta funcionária me perguntou, eu falei o quê que eu queria, ela me ajudou um pouco com a coisa, por exemplo, do xerox, disse que eu precisava xerocar umas partes, uns prefácios, ela me ajudou, me falou o que eu tinha que fazer, mas eu me incomodava com alguém, eu tinha a impressão que era uma coisa meio vigiando, assim, e eu não gostava não. E essa funcionária tinha uma coisa séria com a biblioteca que me incomodava um pouco também, não era seriedade só, ela era sisuda sabe, eu queria ficar a vontade e eu não ficava a vontade lá dentro. (Ana R., p.11).

Sensação de controle que nunca se esvaiu das lembranças de nossa depoente. Sempre gostou de livros e, talvez por acreditar que a leitura é um exercício de liberdade, não se sentia à vontade em um lugar que tratava tais objetos como um produto museificado. Dito em suas próprias palavras:

Então a biblioteca me dava um pouco essa sensação de controle do livro que me incomodava, eu queria ser uma leitora mais autônoma daquele material. Então eu me lembro de pedir empréstimo e xérox, era o que eu pedia, mais nada, mas desse jeito reverente né, eu chegava, lá tinha um negócio, um protocolo, um tal de mochila que tinha que ficar na portinha lá, esqueci, tipo guarda-volumes e essa funcionária me..., não é vigiando, mas ela ficava assim: “aí o que você quer?”. Sabe quando você vai em uma loja e a pessoa fica o tempo todo te mostrando coisa que você não quer? Aí eu não me encantei pelo negócio, fui quando eu precisei, tipo isso..., eu precisava de edições diferentes do Guimarães Rosa, vai na Luiz de Bessa, então eu sabia

que ali era um lugar que tinha muita coisa, e muita coisa até rara, eu não ia achar em uma pequena biblioteca escolar, mas a biblioteca escolar me deixava mais à vontade, eu fuçava lá horas e ninguém falava nada e na Luiz de Bessa a coisa era mais cheia de protocolos e isso me intimidava. Eu me lembro destes serviços, desta entrada meio respeitosa, assim, e dessa funcionária que ficava querendo saber o quê eu queria, o quê eu não queria, das regras de uso daquilo, a carteirinha que eles carimbavam as datas com o dia que eu peguei, que dia eu tinha que devolver, aquela coisa toda e só. (Ana R., p.12).

A partir desses eventos, criou para si uma representação da Luiz de Bessa ancorada na ideia de “lugar de patrimônio”. O acervo era um patrimônio que devia ser vigiado, o prédio remetia à ideia de patrimônio arquitetônico instituído como símbolo da modernidade mineira, cuja imponência afastava e constrangia aqueles que vinham de regiões menos nobres da cidade. Em suas lembranças, aquele espaço convertera-se, portanto, em um monumento a ser visitado, não utilizado em suas potencialidades biblioteconômicas:

Fui na Luiz de Bessa pra exposições de fotografias, pra outras coisas. Neste sentido é engraçado porque ela tem pra mim essa coisa de museu mesmo, ela é um espaço de exposição de arte e tal. Eu entro no saguão e sempre tem fotografias expostas, então pra mim tem um pouco da biblioteca e um pouco de galeria de arte, só que pra minha formação, pro meu jeito de viver naquele bairro onde eu nasci, isso tudo era muito elite, muito elite... (Ana R., p.13).

Um lugar de elite que talvez não tenha sido “*feito para as pessoas, para as pessoas se sentirem bem, se sentirem confortáveis, tranquilas*”, (José J., p.15), eis uma síntese apropriada para descrever a forma como o nosso terceiro entrevistado enquadrou, por muito tempo, a Luiz de Bessa. Filho de uma família humilde e morador da periferia de Belo Horizonte, José J. se sentia constrangido com o tamanho e a limpeza da Biblioteca, por que?

Porque eu..., sei lá..., o tipo de..., eu sempre tive, por exemplo, no Palácio das Artes eu tinha dificuldade de entrar, porque eu era uma criatura de periferia, eu tinha uma casa desse tamanhinho e o lugar era grande. E um lugar grande me deixava sem graça. Na minha casa aquele monte de gente, então, assim..., não era pela quantidade de gente, é porque o lugar, o tamanho do lugar me deixava assustado e aquilo me deixava assim, meio..., eu tinha aquela sensação de que alguém ia me falar que eu não podia fazer alguma coisa (risos), sabe? Porque às vezes eu atravessava assim, tipo isso

aqui assim⁸¹, aquele lugarzão sem ninguém, sabe? Aquele pedacinho ali da entrada⁸² até o..., tem um pedaço que é um vão assim... aquele pedaço era uma tortura pra mim (risos). Era como se eu atravessasse e, tipo assim, será que tem alguém olhando, será que tem... então, esse lugar meio oco não me ajudava muito não. (José J., p.6-7).

Um “lugar meio oco” que encontra seu oposto no carro-biblioteca ou, “caminhão-biblioteca” como o mesmo prefere dizer. Espaço que lhe ajudou a redimensionar suas perspectivas de vida e, posteriormente, a estabelecer outros vínculos com aquela instituição. Mas qual a diferença de um espaço para outro? O carro-biblioteca não é um representante da própria Luiz de Bessa? Deixemos que o entrevistado nos explique ele mesmo:

Porque eu saía da escada e já caía direto nos livros. (risos). A criatura [a bibliotecária] sabia o tipo de livro que eu gostava, ela me tratava por você, ela era perfeitamente prosa, era como se ela fosse da minha casa. Por exemplo, eu lembro um dia que ela me apresentou “A carta roubada do Edgar Alan Poe”, foi o primeiro livro do Edgar Alan Poe que ela me apresentou e ela ainda me apresentou com altas recomendações falando assim: “agora que você acabou de ler todos os livros de Agatha Christie, você vai ler a carta roubada; esse autor aqui você vai achar o máximo” (risos), então essa proximidade e o fato de o espaço ser menor, me deixava menos constrangido, não é só o fato de eu ir junto com os meus colegas, ate porque nos últimos, no último um ano e meio, eu ia praticamente sozinho, era só eu, o caminhão-biblioteca deixou de ir pra lá porque tinha pouca gente indo, então eu ia praticamente sozinho pro caminhão-biblioteca. É..., mas a diferença do lugar, essa coisa vasta, toda grande, toda imensa, e aquele lugar onde eu... eu me sentia menos constrangido. [...] Eu me lembro que essa relação foi muito importante pra eu me aproximar de, de um professor que depois foi diretor do Cefet. A experiência com o caminhão-biblioteca foi tão significativa na minha vida e ela impactou na minha presença todos os dias dentro da biblioteca do Cefet (risos) que era um pouco menos constrangedora do que a Biblioteca Pública Estadual, porque nela eu podia entrar, olhar os livros que eu quisesse, tinha as três pessoas da biblioteca que estavam continuamente dando suporte e eu poderia recorrer a elas sempre que eu precisava e era um pouco a mesma..., a mesma experiência que eu tive no caminhão-biblioteca. [...] Se eu pudesse eu teria um caminhão-biblioteca dentro da minha casa (risos). Mas assim, eu falava com ele [com o professor do Cefet] que não tem jeito, então assim... o que eu posso fazer é aproveitar e me aproximar da biblioteca que eu tenho. [...] Aí eu falei com ele que eu tinha virado consultor da UNESCO e que tava trabalhando na implantação de um sistema nacional de cultura, que eu tinha virado escritor, aí ele ficou todo empolgado. Então, não foi dentro do ambiente da biblioteca

⁸¹ O mezanino de um espaço cultural da cidade de Belo Horizonte onde a entrevista foi concedida. Era um espaço amplo, aberto, com grande circulação de pessoas, inclusive com um café próximo de onde estávamos. Com seguranças em volta e muito limpo.

⁸² Menção ao espaço de entrada da Biblioteca Luiz de Bessa. O espaço da porta de entrada até a recepção dos usuários.

publica, mas foi reflexo direto da experiência com o caminhão-biblioteca, porque aquilo impactou muito na minha experiência né! E pensar que aquelas pessoas deixavam as casas delas e iam lá pra chegar até mim, foi então que eu me toquei que eu teria que ir até à biblioteca. (José J., p.8-9).

E foi, não só porque se tornara professor e pesquisador acadêmico ou um consultor para políticas públicas, mas porque a relação com o carro-biblioteca acabou por se reverberar em outros campos de sua vida. *“E essa relação que.., que depois eu recuperei é que me faz entrar hoje com um certo grau de tranqüilidade naquele lugar e tudo mais, exatamente porque o meu caminho foi diferente de outras pessoas com a biblioteca, eu não morava por aqui, eu morava em outro lugar e tudo mais!”*. (José J., p.14). Em outro trecho do depoimento, há um aprofundamento analítico dessa reflexão:

Mas aqueles três meses, acho que foram significativos pra eu... pra toda a experiência que eu tive depois com bibliotecas. E é interessante que eu, eu inclusive cheguei a comentar isso com a Cleide⁸³, que se eu não tivesse tido aquele tipo de experiência antes, o se não faz história né, mas eu fico pensando... pensando assim como minha história teria sido outra, melhor..., diferente, sei lá. Foram apenas três meses que fazem diferença na minha vida, e eu passei tantos anos com medo de entrar naquele prédio (risos). (José J., p.5).

Entrar na Luiz de Bessa tranquilamente e ocupar seus espaços, mais que ocupar, descobrir coisas novas para entender a história e a cultura de seu povo, eis o que desejava José F. desde o primeiro dia que visitou o setor de coleções especiais da Biblioteca. Apaixonado pela Mineiriana e usuário dileto da Hemeroteca, o autodidata diz que frequenta todos os dias esses espaços, exceto às quintas-feiras, porque *“as pessoas foram educadas comigo e eu gentil com elas”*. (José F., p.13). Acolhimento que o fez se sentir confortável para desvendar as particularidades inerentes à pesquisa com esse tipo de acervo e “pedir socorro” no momento de manusear o computador, recurso informacional que ainda hoje utiliza com certa dificuldade. Conjunto de atitudes e sensações que o levou, em certo momento de sua fala, a decretar: *“já tem uns cinco anos que eu tô aqui agarrado e tá difícil de sair (risos)!”*. (José F., p.13). Até porque, conforme salientado:

Hoje eu sei diferenciar um livro bom de um livro mal, então vamos começar pelo mal. O livro mal é aquele livro que você imagina estar em um deserto e não tem uma sombra, não tem uma fonte pra você beber água, esse é o livro

⁸³ Menção a uma amiga que hoje trabalha como bibliotecário na própria Luiz de Bessa.

mal. O livro é vazio, não tem pote, não tem água, não tem lugar pra se esconder no livro. O livro bom é um armazém, você chega num armazém de secos e molhados, vê várias coisas bonitas, várias coisas gostosas e depois, se esse armazém tiver uma alfândega é melhor ainda, aí então esse livro..., tem livro que tem cara de livro, corpo de livro, página imponente, é majestoso e imponente, mas por dentro ele é oco e vazio, você vai ver as referências bibliográficas são fraquíssimas. Eu gosto muito de referências bibliográficas e também gosto..., li toda aquela coleção da Itatiaia sabe? Aquela coleção toda eu li e todos os autores eu fui atrás. Li essas coisas todas, todos esses documentos, aí então eu fui lendo..., depois que eu li essas coisas, começou a aparecer muitos outros livros. (José F., p.14).

É por isso que considera a Mineiriana “o máximo”, um verdadeiro acervo histórico e de referência. Conforme sustenta, “*acima disso só a Biblioteca Nacional*”. (José F., 14). Mas há uma situação que lhe deixa frustrado e descontente: o pouco uso das coleções especiais por parte de outros pesquisadores e de sua depreciação em relação a outras mantidas por entidades estrangeiras. Tanto que, em sua defesa, compara os fundos bibliográficos da Luiz de Bessa a um “*diamante que está escondido*”:

É um diamante que está escondido, tá escondido! Aqui podia estar cheio de pessoas; as escolas, os professores, acho que tem pessoa que tem medo de vir cá, tem medo. Acho que isso aqui..., eu acho que essa biblioteca aqui e a Biblioteca Nacional..., eu fico me questionando como que uma pessoa sai daqui e vai pra Portugal fazer um trabalho. [...] Eles estudam fora e acham que sabem tudo. Eu não tenho interesse em ir pra outros países não. Eu tava com “fogo no rabo pra viajar”, mas agora eu pretendo ficar por aqui mesmo, meu mundo é aqui mesmo. Aqui me preenche. Eu também não sei se quando eu chegar na Europa eu vou ter o acesso que eu tenho aqui, não sei. Aqui as pessoas têm o privilegio de pegar o livro, eu venho com luva, venho com máscara, sou um cara cuidadoso. É conhecido no Brasil que os caras roubam obras raras, vêm estudar e o livro some. Em Ouro Preto nem se fala, em outros lugares a gente nem imagina, então aqui a gente tem um privilégio. Como é que você vai ver um Rafael Bluteau, oito volume, mil páginas, eu duvido, aqui eu li ele todo, li todo, só falta aprender grego agora. Eu tive dificuldade em aprender português arcaico, aí tinha uma professora também de uma escola federal que fez um trabalho sobre ortografia, ela fala muito pouco sobre o Rafael Bluteau..., acho que a gente não precisa sair do país não. A história nossa tá aqui dentro, quem comprou esse livro e doou pra biblioteca tinha uma obra-prima, com esse livro aqui eu viajo pelo mundo todo. Ele não fala nada sobre a Inglaterra. Fala de França, fala da Alemanha, o cara fala de Camões, fala de vários autores, então eu acho que os professores deviam gostar mais de Minas, vir mais à biblioteca, aqui que tá o celeiro onde estão os verdadeiros cavalos árabes e a gente vê muito pouco professor aqui, eles querem ir pra Europa, pra Inglaterra, fazer o quê lá? O quê que um cara vai fazer quando chegar lá em Coimbra ou na Espanha, vai perguntar o quê? Eu não sei o quê que eu ia perguntar lá não. (José F., p.15-16).

Como se vê, além de um lugar de leitura e estudo, a Biblioteca, e em especial o setor de coleções especiais, é um espaço que faz José F. se sentir bem, que lhe dá vontade de continuar a aprender mesmo depois de aposentado. Representa, ainda, um refúgio contra o ócio, mais que isso, um espaço de sociabilidade e de interação permanente com outros usuários da Luiz de Bessa:

Nessa minha vida eu converso com todo mundo. Eu não tenho mais..., eu converso com qualquer um. Eu sou pra conversar, sei conversar com as pessoas, as pessoas acham interessante. [...] Conheço pessoas diferentes, tenho o prazer de falar de biblioteca pras pessoas, mostrar o que eu to lendo, não escondo nada de ninguém, porque tem uns que escondem, mudam as páginas, escrevem de trás pra frente, pra que isso né? Será que aquilo vai mudar a vida dele? Num sei... Será que vai adiantar eu fazer isso, vai? A maioria dos trabalhos não muda a vida de ninguém é só um analgésico, amanhã já tá com dor de cabeça de novo. A coisa que me chateia é negar o conhecimento pras pessoas. (José F., p.18-19).

Produzir conhecimento e compartilhá-lo com outras pessoas, talvez seja essa a justificativa que mobiliza o depoente Luiz Q. a promover pesquisas na Hemeroteca por mais de uma década ininterruptamente. Mas é preciso destacar que não foi através das coleções de periódicos que se processou seu primeiro contato com a Luiz de Bessa, antes, ele já havia, “por curiosidade”, ido apreciar as dependências da instituição, experiência pouco marcante em suas memórias, dado, à situação de abandono que o poder público impusera ao conjunto arquitetônico projetado por Niemeyer.

Má impressão de um primeiro encontro que o levou, em certo momento, a migrar para outras instituições similares espalhadas por Belo Horizonte, em especial para aquelas mantidas pela UFMG, lugar onde se formou e desenvolveu a maioria de seus projetos investigativos. Foi um desses, por sinal, que o fez retornar e se reaproximar da Luiz de Bessa. Precisava levantar informações em jornais antigos para escrever o primeiro volume de sua trilogia histórica sobre os espaços de sociabilidade da comunidade LGBT na capital mineira, necessidade que motivou o depoente a reconhecer a importância que Hemeroteca e a própria Biblioteca ocupam em sua trajetória de vida. Reconhecimento explicitado nos seguintes termos:

Bem ou mal, foi lá que eu consegui acesso ao material pra produção do livro. Então assim, ela não é, se antes ela era vista como um lugar qualquer, agora ela é vista como um lugar especial. Ela ganhou esse status de lugar especial

uma vez que ela me possibilitou essa..., não só me possibilitou como está me possibilitando, a recuperação ou a busca desse material para as próximas produções. Ela tem um papel impor..., ela veio a ter, ela se tornou importante pra mim né! Tanto que algumas vezes eu já me peguei perguntando: e aí quando você terminar a década de 80 (risos), como é que você vai preencher esse espaço que vai ficar vazio, dos dias que você vai à biblioteca? Enfim, não sei, isso fica lá pra frente. (Luiz, Q.; p.16).

Pergunta que o depoente Lucas P. também se fez após dez meses de imersão na Luiz de Bessa. Nessa época, tinha por objetivo levantar material bibliográfico e informações para finalizar sua pesquisa de mestrado. Relação intensificada nesse período, mas que começa antes mesmo do depoente “entrar para a universidade”. Aluno de cursinho pré-vestibular, já havia adotado a biblioteca como sua principal “sala de estudos”. Sobre a importância desse espaço para sua formação, ele nos explica:

A princípio foi estranho estudar com os carros, com os ônibus, mas ao mesmo tempo, pensando que eu não tinha ainda uma prática de estudo, no colégio a gente estuda, mas não frequentava a biblioteca, talvez isso não foi tão complicado, eu me concentrava no que eu fazia e precisava de fazer, resolvia os exercícios, lia e tal, ficava fazendo exercícios o dia inteiro e lendo. Então acho que foi tranquilo, foi um espaço importante, às vezes eu saía de lá no horário que fechava mesmo, oito horas, na maioria das vezes era assim. Então, a princípio, a primeira biblioteca pra mim foi essa, foi essa da sala de estudos, foi ali na Bahia. Subia o primeiro andar, às vezes tinha umas exposições ali, aí às vezes depois do almoço subia, via a exposição. Isso é bacana também, eu acho uma coisa muito importante, é um trabalho interessante que a biblioteca faz, quer dizer, é um projeto interessante que ela tem e eu via artistas, via coisas que eu não conhecia: artistas plásticos, escultura, pintura, fotografias. Então tinha exposições muito interessantes, acho que ainda deve ter, não sei se esse projeto ainda existe. Era basicamente isso nessa primeira biblioteca em 2004. [...] E aí a biblioteca pra mim era isso, foi esse espaço de refúgio e eu sempre fui muito grato nesse sentido, grato à existência dela, a importância dela para o público jovem e para o público leitor, para o cidadão. Na verdade, quando eu estava lá eu via pessoas fazendo cursinho para o vestibular, você via que a apostila estava lá, então pessoas estavam fazendo concursos, você via jovens de ensino médio e fundamental estudando, você via idosos. Acho que era um espaço que eu falava assim: “nossa, é importante” (Lucas P., p.15).

Refletindo um pouco mais sobre a participação determinante da Luiz de Bessa em seu processo formativo, sobretudo nesse primeiro momento, cujo foco são os estudos de preparação para ingressar na faculdade, o depoente revela:

Quando eu entrei na faculdade e falei assim: “nossa eu ralei muito, mas eu ralei muito com o espaço que me auxiliou”, eu tive esse amparo, não no sentido..., amparo é muito paternalista né! É muito ao estado, “nossa graças ao estado” não, mas no sentido sensível mesmo, a gente precisa..., em casa eu não conseguiria fazer isso e a rua, o espaço da rua foi o espaço que eu consegui criar esses vínculos. Não sei se é uma disciplina, não sei se é um..., não sei de quê que eu chamaria isso, uma concentração que eu consegui focar nos objetivos que eu tinha que era o estudo na época. Então eu via com bons olhos a biblioteca. Aí eu acho que ela soma um pouco, essa biblioteca, a Luiz de Bessa, soma um pouco na minha vida. [...] A biblioteca sempre foi, então, desde 2004, uma referência quando eu passava pelo centro né, “ah, tem a biblioteca, posso ficar aqui um pouquinho, eu vou ao banheiro... vou esperar fulano, ah, vou ficar na biblioteca”. Então ela sempre foi uma referência nesse sentido, uma experiência que eu já tive, que foi positiva e que eu sabia que eu poderia usufruir ali caso necessitasse. Acho que o banheiro é uma coisa muito importante nesse caso, sendo bem sincero. Mas também tem as salas de estudos, o acervo lá em cima que eu frequentava. É um acervo importante, eu já peguei livros que eu não achava em outro lugar, não são os da Mineiriana, não são livros raros, mas até livro sobre Belo Horizonte. Grande parte da minha pesquisa acadêmica foi sobre Belo Horizonte, então a biblioteca era um espaço que tinha um acervo importante, mas ela foi a referência nesse sentido mais simbólico, mais sensível, mais dessa coisa da sensibilidade urbana e tal. (Lucas P., p.16).

Sensibilidade urbana que se converteu em objeto de estudo, levando-o a pesquisar no mestrado “a prática do meretrício em Belo Horizonte entre as décadas de 1920 e 1930”. Trabalho acadêmico que o reaproxima da Luiz de Bessa, e lhe permite reencontrar pessoas com as quais havia estabelecido contato em outros momentos de sua história. História que, por mais uma vez, será marcada/atravessada pela presença na e da Biblioteca:

Eu fui lá e comecei a frequentar a primeira semana, na segunda semana você já fica..., e aí foi assim, uma boa relação durante onze meses sofridos, porque pesquisar direto dói demais. Vida de pesquisador é muito isolada e muito dolorida, o tanto de coisa que você encontra e queria fazer e não pode porque pesquisa é isso.... Mas a biblioteca passou a ser este outro espaço, quer dizer, esse outro lugar, um lugar de um..., ao mesmo tempo um lugar de trabalho, um trabalho que eu estava fazendo ali e um lugar de refúgio porque tinha pessoas muito atenciosas que faziam o seu trabalho, nada mais que o seu trabalho, mas, assim, puxavam papo às vezes, te orientavam: “ah não, esse jornal não tem” e tal, mas que era agradável, e um espaço também..., um espaço onde eu sentava em um banquinho ali com “O Grande encontro?”, não, não “O Grande encontro” é da música, era com o “Encontro marcado” que é o Sabino e os amigos dele. Sentava lá depois do almoço, comia minha paçoquinha e aí subia – o café, acho que eu já havia tomado – e aí eu subia e ficava ali às vezes de oito às seis, às vezes depois do almoço de uma às seis, até a hora que fechava. (Lucas P.; p.17).

Rotina que passou a desenvolver tendo por referência o espaço da Hemeroteca e as experiências vivenciais estabelecidas a partir daquele lugar. Ali, criou vínculos com funcionários e pesquisadores e, também, constituiu estratégias muito próprias para se integrar a esse setor da Luiz de Bessa. Movimento ancorado em uma percepção muito particular das práticas que circunscrevem à pesquisa em revistas e jornais antigos e das formas de socialização e interação empreendidas entre os sujeitos que frequentam esse setor da Biblioteca. Eis o que ele nos diz sobre isso:

Foi a Hemeroteca o setor que mais me marcou ali. No período final da minha pesquisa de mestrado foi que eu me relacionei de maneira mais eficiente, quer dizer, enquanto na sala de estudos ali na Bahia a relação com os outros consulentes era tipo, quando algum evento inesperado acontece você olha, os olhares se cruzam, aquela coisa do..., do consulente, do frequentador de biblioteca, pelo menos eu sou assim, acho que o silêncio é uma coisa muito importante em bibliotecas, silêncio entre os consulentes, com o pessoal conversando muito os olhares se cruzam, essa interação é gestual entre os consulentes. A relação na sala de estudos era muito nesse sentido, agora a relação no meu período de pesquisa, que se deu talvez coincidentemente na Hemeroteca, se eu estivesse em pesquisa num acervo geral talvez teria sido assim também, foi mais..., não profundo, mas se deu em outras direções, para além do gestos, era de trocas mais efetivas. Eu acho que pesquisa é um pouco isso também, apesar de ela ser, como eu reclamei, um pouco solitária, ela tem esse espaço pra troca, tem esse espaço de uma construção coletiva no próprio arquivo, pesquisa coletiva nos nossos grupos e tal, mas estou falando de gente que vai lá consultar seus dados. [...] Há locais que você elege, que são os melhores locais, o melhor local pra você abrir o livro que é enorme né, o livro de jornais, aqueles códices encadernados de jornais. Você escolhe..., pra mim é muito claro e é claro que não é universal isso, mas é engraçado que a gente cria isso. Para mim o melhor local é, depois que você entra e pensando que está do mesmo jeito né, da entrada, tem a mesa do Jairo, tem uma outra mesa de uma funcionária que não fica lá direto e tem as mesas dos consulentes, a terceira mesa pra mim é a melhor, além disso, depois de um tempo eu só passei a consultar no computador porque estava tudo digitalizado no período em que eu estava consultando, o segundo computador pra mim era sempre o melhor, quando ele estava ocupado era uma desgraça: “que bosta, hoje eu vou ter que ficar nesse aqui”, era muito ruim. Realmente é uma coisa muito louca como a gente cria esse tipo de vínculo. [...] É muito interessante como a gente cria essa coisa, porque o que eu reparava era muito assim, as pessoas ocupavam espaços, os mesmos espaços sempre. (Lucas, P., p.19-20).

Solicitado a falar um pouco mais sobre os vínculos sociais e afetivos que conseguiu firmar ao longo desses dez meses de imersão na Hemeroteca e a importância que os mesmos possuem na conformação de suas lembranças, o depoente continua seu relato:

A terceira mesa era muito melhor que as outras e é irracional, não tem explicação não, e também o segundo computador, tem a questão dos funcionários, dos atendentes, dos bibliotecários. O Jairo era um senhor que parecia que estava na idade de aposentar, mas ele estava lá, adorava lá. Ficava falando mal do governo, e da polícia, e do não sei quem, e do crime, ele era muito engraçado, uma peça. E essas conversas no entremeio: “ah, deixa eu pegar tal...”. No meu caso foi diferente porque depois que eu parei de consultar no físico porque estava digitalizado, eu chegava e ficava lá olhando, consultando né! Mas às vezes ele parava e ficava do meu lado falando, falando, falando, falando..., o Jairo fala muito, às vezes da corda nele e ele fala pra caramba, talvez igual eu estou fazendo agora, mas no caso dele é cotidiano, não é para uma entrevista né? O Márius ficava vidrado em moto, quando eu escutava, ele falava em moto o tempo todo. Ele comprava uns suplementos alimentares, de musculação, não sei o quê, acho que ele vendia se não me engano, mas eu via umas coisas dele assim, ele super na dele, sempre super tranquilo, super atencioso também, muito bacana. [...] Havia um vínculo de respeito, de carinho mesmo, acho muito bacana o trabalho que eles fazem, a importância de uma conversa durante a pesquisa, por mais que não seja o trabalho deles sabe, acho que é importante sentir esse carinho porquê quem pesquisa acervo assim, seriado, é muito complicado, sabe, é muito solitário. Além da importância social de ter a guarda daquele tipo de documentação, que é o trabalho deles e é importantíssimo nesse sentido. [...] Acho que se seu chegar lá hoje eles vão lembrar de mim, eu acho que eu lembro vivamente deles e mesmo que não lembre a gente pode relembrar e reconstruir. As redes se desfazem muito facilmente, principalmente num espaço urbano assim, grande, elas podem se desfazer. Tem um pessoal que chama isso de “vínculos frágeis” né, mas eu acho que, eu acho assim, não pensando em teoria, que os vínculo frágeis, justamente por serem frágeis, eles podem..., eles são..., com é que chama isso..., flexíveis, pode-se ficar um pouco afastado e pode-se voltar, quer dizer, pode-se retornar essa relação que você mantém. [...] É um espaço sim de sustentação emocional, sabe assim, acho que nesse sentido foi construída sim uma sociabilidade importante ali. (Lucas, P., p.21-23).

Um espaço de sustentação emocional, mais que isso, de reabilitação para a vida, eis o que a Luiz de Bessa passou a representar, também, para o nosso último entrevistado. Deficiente visual e prestes a abandonar a faculdade de Direito que estava cursando, tomou conhecimento do setor Braille através do irmão, contudo, só procurou a biblioteca tempos depois e após muita relutância. Chegou lá se sentindo deslocado e achando aquilo tudo muito esquisito, mas mesmo assim marcou uma leitura voluntária para o dia seguinte. O que aconteceu? Vejamos o que ele nos diz:

É difícil essa readaptação, para mim foi muito difícil, em um dia eu estudo normalmente e no outro dia eu estou aqui para as pessoas lerem para mim? Ou seja, já tinha parte da minha autonomia tolhida, né!? Eu marquei voluntário, eu lembro até da primeira voluntária que leu para mim, ela se chamava Regina. Aquilo foi uma coisa esquisita eu não conseguia

compreender bem o que ela leu, foi um estudo meio..., foi algo muito desconfortável, estranho, diferente, era o novo. Mas eu lembro que com uma semana eu já estava completamente adaptado com esta estrutura aqui, apaixonado com os voluntários daqui, muito integrado, me sentindo muito bem acolhido. (Luiz R., p.6-7).

Acolhimento e readaptação, ações integradoras que permitiram ao nosso entrevistado concluir o curso de graduação, passar em dois concursos públicos, aprender latim e criar vínculos afetivos estreitados por relações de sociabilidade mantidas tanto com os bibliotecários, quanto com os voluntários do setor. O depoente assim descreve a importância dessas novas relações estabelecidas no contexto da Luiz de Bessa:

Olha, eu não tenho, meu vocabulário não tem palavras para descrever como que é essa relação, de tão boa que ela é. Eu tenho grande parte dos meus amigos verdadeiros, amigos mesmo, eles vieram daqui. Com relação aos bibliotecários, também são pessoas que eu vou levar no meu coração pelo resto da vida, são pessoas que fazem parte da minha história, eu poderia dizer assim. As amizades que eu consegui aqui, elas são inexplicáveis, assim. Eu sou muito grato à este setor, não só pela leitura que eu recebo, pela matéria que eu recebo, não só pela ajuda física que eu recebo mas também por saber que aqui é um lugar de pessoas especiais. Só de elas estarem aqui ajudando já dá provas de que elas são especiais. Aqui é uma peneira, aqui é um lugar escondido que nem todo mundo conhece, mas que, se você entra, você está em contato com pessoas maravilhosas e eu sou muito feliz, muito orgulhoso dos grandes seres humanos que eu conheci aqui e vou levar para o resto da vida. O dia em que eu não pudeir mais frequentar este setor aqui, eu vou lembrar disso aqui como um belo, um período maravilhoso na minha vida, um período que eu posso dizer ajudou até na formação do meu caráter. As experiências, a maturidade que eu adquiri aqui, eu aprendi muita coisa neste setor aqui. Destes quatro anos e pouquinho que eu estou aqui, eu mudei muito como pessoa, eu amadureci demais, passei muita coisa graças às pessoas daqui, aprendi muita coisa, tive muita experiência. Eu devo, também, pouco do que eu sou a esse setor aqui. (Luiz R., p.7).

Incitado a falar um pouco mais sobre os tipos de relações constituídas por ele e as pessoas que dinamizam o setor Braille da Luiz de Bessa, e também sobre o modo como elas redimensionaram sua história de vida, o depoente continua sua narrativa:

Eu tenho o meu melhor amigo hoje, um dos meus melhores amigos, aqueles que a gente leva pra vida mesmo sabe?! Ele se chama Ângelo. Ângelo Ênio da Rocha Miranda. Eu estou falando isso para poder ficar constado porque é uma pessoa muito especial na minha vida, ele é meu amigo, ele me ajuda em tudo o que eu preciso. Às vezes ele está aqui, ele me ajuda às vezes a fazer compras, me ajuda a resolver problemas pessoais, olhar, ler as coisas pra mim, ir comigo até os lugares para me ajudar visualmente. É uma pessoa que

eu frequento a casa dele, conheço a família dele, ele conhece o meu irmão. É uma relação absolutamente estreita. Tem o Gustavo, que eu fui padrinho de casamento dele que é outro amigo inseparável que está sempre na minha casa, é amigo meu e do meu irmão. É uma pessoa que também me ajuda muito, quando eu tenho prova de concurso ele vai comigo, quando eu tenho que estudar uma coisa com urgência no Sábado a noite ele está lá em casa para me ajudar, eu saio com ele e com a esposa dele. Ele já esteve em vários momentos da minha vida. E o pessoal deste balcão, eu passo aqui e tem a Andréia, a Adriana, a Judete, ali [no balcão] é como se eu estivesse conversando com os meus irmãos, é uma família isso aqui. Essa relação que eu posso te dizer é uma relação de família, mais elevada que a de família pois família tem algumas desavenças, aqui não tem sabe?! É uma sensação de família, quando eu estou aqui eu sinto que estou na minha casa. Essa biblioteca aqui, eu olho para ela, essas mesas aqui, as cadeiras, os livros, é como se eu estivesse no sofá da minha casa com os meus livros e é muito gratificante estar aqui. Isso me emociona, falar disso me emociona por que eu gostaria de ter as palavras certas pra externar este sentimento, mas eu realmente não consigo. (Luiz R., p.7).

Após um pequeno instante de silêncio, o depoente retoma sua narrativa e reforça ainda mais a importância que a Biblioteca, o setor Braille e as pessoas com as quais passou a interagir ocupam hoje em sua vida. Como se verá, a Luiz de Bessa se tornou um lugar de enraizamento e uma referência com tamanho poder de afetação em sua história pessoal que Luiz R. deixa explícito o medo, o receio de que um dia não possa mais frequentar aqueles espaços:

Mas você já deve ter percebido que é algo muito importante pra mim esta biblioteca aqui. O dia que eu não puder mais vir aqui realmente vai ser lamentável, eu vou lembrar disso aqui com muito carinho e cada dia que eu venho aqui eu me sinto satisfeito por estar aqui, sabe?. Eu tenho um voluntário aqui, ele se chama Marílo Portos, ele é juiz aposentado, eu estudo latim com ele já tem quase dois anos sabe, e isso pra mim tem um valor inestimável, é uma pessoa muito especial, ele como todas as outras pessoas. [...] Igual eu te falei, hoje eu sou adaptado com computador e a lupa eletrônica, eu consigo ter certa autonomia para estudar e eu já dou conta de estudar sem o auxílio do voluntário, mas, neste período em que eu tinha 22 anos e no qual eu descobri o setor Braille, que eu ainda não estava adaptado, foi crucial porquê do sétimo período até o décimo os voluntários me carregaram no colo pra eu chegar até lá. E esses dois concursos que eu passei também foram graças à gentileza de todos os voluntários aqui. Se não fossem eles acho que eu ainda estaria lá no sexto período da faculdade ainda e não teria passado em concurso nenhum. (Luiz R., p.9).

Profusão de sensações que, somadas aos diferentes olhares inscritos no conjunto de depoimentos acima arrolados, nos permite assinalar alguns enquadramentos sociais e simbólicos para a Luiz de Bessa. O primeiro deles indica que a força de afetação na vida e na

história de nossos depoentes está diretamente relacionada às representações que demarcam seu *status* de lugar de leitura, de educação, memória e sociabilidade. De fato, foi através dos acervos e atividades por ela dinamizados que nossos entrevistados conseguiram potencializar sua formação como leitores, além de travarem contato com os dispositivos informacionais necessários à ampliação de seus universos culturais e educacionais, chegando mesmo a impactar nas escolhas e na atuação profissional de alguns deles.

Além de espaço de estudo e leitura, aparece de maneira recorrente na fala desses usuários uma compreensão de que a Biblioteca desempenha importante trabalho de conservação, organização e disseminação da memória, do patrimônio cultural e intelectual, bem como da história belo-horizontina, mineira e nacional. Percepção que não se institui tendo por referência apenas suas coleções especiais, uma vez que o próprio prédio insurge como substrato visível desse esforço mnêmico e preservacionista.

Outro enquadramento marcante é aquele que apresenta a Luiz de Bessa como território de sociabilidade, um refúgio em meio à vida tumultuada da metrópole, onde se pode encontrar com os amigos e fazer novas amizades, descansar, ler um jornal, trocar ideias sobre uma exposição artística, tomar um cafezinho e compartilhar sonhos, desejos ou outras necessidades pessoais.

Nesses termos, torna-se evidente algo já mencionado em nossos apontamentos teóricos: uma biblioteca pública não se define como tal apenas por sua vinculação a uma instância do poder público – o município, o estado, o país –, mas sim por meio dos usos/múltiplos usos que seus usuários lhes impõem. Sendo mais explícito, são as distintas modalidades de apropriação de seus espaços, acervos e atividades que justificam a inserção dessas instituições no seio de uma dada comunidade.

Proposição confirmada pelas experiências de nossos sete depoentes. Através de seus relatos, apreendemos que pegar um livro emprestado, fazer trabalhos escolares, estudar para concursos, usar a internet, ficar “fuçando as estantes” à procura de uma nova descoberta literária, fazer pesquisas em jornais e livros antigos, frequentar exposições de arte, ter acesso à água gelada e a um banheiro limpo no centro da cidade ou descansar sobre a proteção dos

“quatro cavaleiros do apocalipse” são ações constantemente evocadas para destacar a importância intersubjetiva que a Luiz de Bessa possui para os usuários aqui em foco. Referência que transcende o domínio individual, uma vez que aponta para uma validação coletiva de seus atributos e funções sociais.

Contudo, é preciso deixar claro que nem todos os depoentes compartilham as mesmas impressões e que a Biblioteca não atravessa suas histórias de vida com o mesmo poder de afetação. Para alguns deles, a realidade hoje seria completamente diferente se não tivessem descoberto, entre tantos outros, um livro que lhes cativara; se não se deparassem, na hora certa e no momento exato, com a informação que necessitavam; se não fossem ouvidos e acolhidos por um sujeito que estava ali de passagem, ou por outro que só executava seu trabalho. Poderia ter sido outra, também, se o primeiro contato com a Biblioteca não houvesse sido tão pouco amistoso e se os gestos em torno de sua apropriação não tivessem acontecido em estado de vigilância e suspeição, ou se o lugar onde está localizada não fizesse menção direta a uma condição social de segregação e demarcação de diferenças.

Portanto, colocadas à parte todas essas outras possibilidades, o que se evidencia é uma forte presença da Luiz de Bessa nas histórias de vida dos nossos sete entrevistados e o seu reconhecimento como instituição dinamizadora do cenário cultural e intelectual da cidade de Belo Horizonte. Constatação avalizada em outro momento dos depoimentos, quando lhes dirigimos a seguinte questão: *qual é, em sua opinião, a importância da Biblioteca Luiz de Bessa para a cidade de Belo Horizonte?*

Para José J., ela é tão importante que ultrapassa as fronteiras da cidade, chegando mesmo a desempenhar “*o papel de biblioteca central do estado*”:

Boa parte das pessoas, do cidadão comum, não tem noção da inserção, da extensão do acervo da biblioteca, da importância da biblioteca para a cidade. Sabe o teatro da biblioteca? Muita gente conheceu a biblioteca por causa do teatro. Isso sim me assombrou profundamente! [...] Me parece que para o povo do interior a referência da biblioteca pública Luiz de Bessa é mais imponente do que pra quem mora aqui em Belo Horizonte. Por exemplo, viajando pelo interior todo para a implementação do sistema nacional de cultura, as pessoas falam com uma... com uma aura de..., assim..., ser o máximo a Biblioteca Pública Estadual. Eles não falam na superintendência de bibliotecas, eles falam na Biblioteca Pública Estadual, é como se fosse a

biblioteca central do estado (risos). Então, nesse sentido, a biblioteca, a Biblioteca Luiz de Bessa tem uma..., tem um papel político importante no estado. [...] O papel político da Biblioteca Pública Luiz de Bessa é fundamental no estado inteiro. Qualquer cidade onde eu aponto, escuto alguém da secretaria de educação ou alguém da biblioteca falando da Luiz de Bessa, então no interior me parece que o papel político dela é maior do que inclusive aqui dentro de Belo Horizonte. Nesse sentido, é uma referência de biblioteca central. (José J., p.10-12).

Referência que para Ana R. não se concretiza efetivamente. Segundo a usuária, em virtude de sua localização e do estatuto patrimonial que a circunscreve, a Luiz de Bessa não se efetiva enquanto lugar de uso porque “*tem um caráter de prédio, mais do que de biblioteca*”, ela seria, pois, um monumento, um espaço destinado à visitação e não à apropriação:

Para cidade é difícil pra eu dizer porque eu não vejo, eu não conheço no meu círculo de amizades pessoas que frequentam lá com intensidade, que falem muito de lá. É essa coisa do “Ah, ali tem o prédio do não sei o quê, o Palácio da Liberdade, o prédio de não sei que século, o prédio rococó não sei qual e aquele prédio do Niemayer que é uma biblioteca”, sabe. Porque no círculo que eu convivo, que não é pequeno, ela tem um caráter de prédio, mais do que de biblioteca. É uma coisa assim, não a biblioteca como “a biblioteca”, é ela como monumento. Eu não convivo até hoje com pessoas que à frequentem como usuários de biblioteca, claro que tem um monte de gente, mas eu não sei, eu acho que a Luiz de Bessa, pra cidade é um monumento e eu vou me arriscar a falar que o valor social dela mais comum é esse. Outro dia uma adolescente que eu conheço, ela tem 16 anos e está no ensino médio, é de uma família de Montes Claros que mora em BH já tem um tempinho, pouco tempo, e eu vi o pai dela sugerindo fortemente que ela fosse visitar a Luiz de Bessa. O jeito é diferente sabe? E ela foi lá, ela chama Fernanda, ele ensinou ela a pegar o ônibus, eles moram lá no São João Batista, também na Zona Norte da cidade. Ele ensinou a ela como é que ela ia chegar, ela chegou para visitar a Biblioteca Luiz de Bessa. Ela entrou lá e passou por lá numa postura quase turística e aí eu fiquei achando engraçado porque é essa a característica. Ela entrou, fez a reverência toda de entrar naquele prédio e tal, e essa coisa de arquitetura e não sei o quê, e achou grande, achou um acervo grande. [...] Então eu tenho a impressão de que pra muita gente em BH esse é o *status* dela, “patrimônio”. (Ana R., p.13-14).

Iara S. é menos radical em suas críticas à Luiz de Bessa. Reconhece sua importância para a cidade e acha o espaço legal, mas acredita que, por falta de investimentos políticos, a mesma não cumpre adequadamente algumas das funções socialmente demandadas às bibliotecas públicas, especialmente quando se trata de ações voltadas para a promoção da leitura que possam contemplar a população belo-horizontina como um todo:

Nossa, eu acho que é enorme! Assim, eu acho que é..., posso estar falando besteira, mas eu acho que é a maior biblioteca pública que a gente tem aqui, tirando as universidades né! Então eu acho que é enorme, enorme o papel que ela tem a cumprir. Acho que, às vezes, poderia cumprir um papel maior ainda né! Assim, se fosse..., é complicado isso, acho que todo mundo deveria ler mais, mas como você faz isso? Você vai obrigar as pessoas a entrarem na biblioteca? Não acho que deveria ser no sentido chato né, tem que ser uma coisa prazerosa. [...] É um lugar legal. Eu acho que ela desempenha um papel muito legal, mas poderia ser melhor. Mas isso não é nem por conta da..., sei lá, dos funcionários da biblioteca, é uma questão de política governamental mesmo que não se preocupa com isso, porque acha que, sei lá, as pessoas não leem, tem esse ditado que é repetido “brasileiro não gosta de ler”, então aí você não oferece o bem público para as pessoas. [...] Então eu acho que o papel dela é muito importante na cidade, no cenário da cidade mesmo. (Iara S., p.14-15).

Para José F. a Luiz de Bessa, e, em especial, o setor de coleções especiais, é um lugar que preserva “riquezas fantásticas”, por isso deveria ser tratada como uma referência indispensável à promoção da vida cultural e intelectual da cidade, sendo assim, mostra-se incapaz de compreender porque aquele espaço é tão pouco frequentado. Em sua concepção, a biblioteca possui o *status* de “*um diamante que tá escondido*”:

É um diamante que tá escondido. Aqui tem os livros todos, aqui tem riquezas fantásticas, aqui é o começo do mundo, isso aqui abre qualquer porta. Olha o Rafael Bluteau, olha as referências bibliográficas dele. Trinta anos pra fazer isso daqui, ele é um artista num é? [...] Olha eu aqui sozinho, Belo Horizonte com um milhão e meio de pessoas, quem vem cá? Poucas pessoas. Você nem sabe onde que fica. Você nem sabe onde que fica a biblioteca. Então eu acho que a Luiz de Bessa é um diamante que tá escondido. (José F.; p,17).

Luiz R. certamente concorda com tal opinião. Para ele o setor Braille cumpre uma missão social tão importante que chega a se ressentir de não o ter descoberto antes. Importância que não se restringe apenas ao grupo de usuários que portam algum nível de deficiência visual, uma vez que possibilita às pessoas videntes ampliarem seus conhecimentos sobre esse universo e reelaborarem suas representações acerca do mesmo. A biblioteca possui, pois, um potencial integrador que poderia ser mais efetivo se as atividades que desenvolvem fossem mais bem divulgadas:

Primeiramente, quase ninguém conhece este setor aqui, poucos cegos ou deficientes de baixa visão frequentam este setor aqui. Eu acredito que se fosse geral, se todos os deficientes estivessem aqui, primeiro que já seria um espaço mais amplo, segundo que os deficientes visuais já teriam

desenvolvido muito nas suas carreiras, nas suas vidas profissionais, nos estudos. Às vezes o que impede determinados deficientes de alçarem vãos mais altos na vida é realmente não ter este aparato aqui, por que às vezes o deficiente visual que está lá na casa dele, que não conhece o setor Braille, ele perde muito, ele demora muito para absorver certas informações que aqui ele teria isto mais rápido, mais facilitado. No que toca às pessoas videntes, que enxergam, que não tem deficiência visual, é que é um belo setor. Se todas estas pessoas tivessem um conhecimento elas teriam outra visão do deficiente visual, elas teriam uma visão menos deturpada do deficiente visual, elas conheceriam um pouquinho mais do dia-a-dia do deficiente visual, de como que o deficiente visual se vira, por que há a ideia de que o deficiente visual é uma pessoa sem atividade, o que não corresponde nem um pouco com a realidade. E assim, eu acho que o setor Braille é muito importante sim no sentido de integração dos deficientes visuais e maior inferência por parte das pessoas que enxergam sobre a realidade dos deficientes visuais, como que os deficientes visuais levam, conduzem suas vidas. (Luiz R., p.10).

O que se sobressai no discurso de Lucas P. é o reconhecimento da Luiz de Bessa como instituição que tem uma importância “*crucial pra vários jovens e adultos que estão em processos de seleção*”. Em sua opinião, é um lugar onde quem precisa estudar encontra um refúgio, podendo, ainda, desenvolver suas habilidades de leitura, contudo, não é tão democrática como deveria ser. Como qualquer outra esfera da vida social, está sujeita aos jogos políticos e às dinâmicas de poder que por vezes segregam e afastam certos grupos populacionais de seus domínios:

Talvez eu já tenha dito, talvez eu seja repetitivo, mas a Luiz de Bessa tem uma importância social, crucial pra vários jovens e adultos que estão em processos de seleções, pode ser concurso, vestibular, acho que essa importância é crucial. Eu sei também que é uma biblioteca que tem muita circulação de usuários no acervo geral, eu vejo isso, eu vejo muita circulação ali. Então é importante na difusão de leitura, na guarda do patrimônio cultural, de parte do patrimônio cultural já que uma instituição não é capaz de guardar todo o patrimônio cultural. [...] Mas também tem a questão do poder né, do poder mais do que da política, do poder, de relações de força, de espaços de circulação que às vezes não são ocupados por todos os habitantes, por todos os conjuntos sociais ou classes sociais. Eu acho que a Luiz de Bessa é parte desse espaço de segregação, não no sentido de segregação de uma historiografia de Belo Horizonte que vem desde Aarão Reis, acho que a segregação em Belo Horizonte tá no curso da história. [...] Então Belo Horizonte tem muito isso, tem muitos espaços que as pessoas não se sentem parte deles, acham que não podem, acham que não são pra elas. Isso é uma coisa de relação de poder, mesmo que seja pela arquitetura ou pelo simbólico. No caso da Luiz de Bessa acho que é pela localização, ela está numa localidade que tem um status simbólico, o poder simbólico ali é muito importante, então as pessoas pensam, aquele espaço ali não é pra mim e tal. Apesar de ver pessoas das mais variadas usando aquele espaço da sala

de estudos; idosos, pessoas de poucas posses, mas, bom, moradores de rua não entram lá. (Lucas P., p.24-25).

Um lugar que precisa continuar existindo, é com essa sentença que Luiz Q. demarca a importância social da Luiz de Bessa para Belo Horizonte. Estabelecendo um contraponto com as bibliotecas universitárias, o depoente reforça seu caráter de instituição pública e ressalta a variedade dos acervos ali disponíveis como marco de fundamental relevância para a cidade:

A Luiz de Bessa é fundamental na cidade. Ela é a única biblioteca, até onde eu sei, ela é a única biblioteca aberta ao público com um acervo variado, não só de livros, mas também de jornais e de revistas. Você tem as bibliotecas universitárias, mas elas acabam não atendendo à mesma função que uma biblioteca pública deveria atender. Então eu acho que é fundamental, ela precisa existir, ela precisa continuar existindo. (Luiz Q., p.14).

Múltiplas maneiras de apreensão que só referendam aquilo que já apontamos acima, a importância social e simbólica da Luiz de Bessa para a cidade e para seus usuários. Importância que se revela através da extensão e da diversidade de suas coleções; do potencial congregador dos serviços, ações e atividades que oferece; do acolhimento e respeito à diferença em seus setores e espaços; da responsabilidade que assume nos processos de fomento à leitura, à educação e à preservação do patrimônio e da memória local, regional e nacional; no suprimento às demandas por espaços de estudo, sociabilidade e integração social; enfim, em sua força de representação política, histórica e cultural.

Força de representação que não anula os embates políticos e as lutas sociais. Nesse sentido, a Biblioteca é também um espaço onde os conflitos, as contradições, os paradoxos e as distorções de força que perpassam as interações entre os sujeitos e a sociedade se condensam e fazem-se perceptíveis. Não é por acaso, pois, que a ideia de biblioteca como monumento e de espaço de segregação ecoa entre os discursos dos depoentes. O prédio é mesmo muito limpo, imponente e vigiado, e o fato de estar na Praça da Liberdade, por longa data o coração administrativo do estado, reflete bem as bases ideológicas do projeto político que lhe deu vida e que ainda hoje é responsável por sua manutenção. Por isso, as inúmeras críticas à sua gestão e à ineficiência em atender equitativamente a todas as parcelas da população belo-horizontina, principalmente as mais periféricas.

Contudo, não podemos nos esquecer que estamos falando da maior biblioteca pública do estado, uma instituição que, apesar de seus paradoxos e contradições, interfere diretamente no contexto social em que se insere e até para além dele, viabilizando a formação de novos acervos pelo interior de Minas, promovendo cursos de capacitação para bibliotecários e não bibliotecários da grande maioria dos municípios mineiros e levando exposições ou outras atividades artísticas para localidades fora dos tradicionais circuitos culturais aqui existentes. Em sua sede são concebidas oficinas de contação de histórias, palestras e debates sobre temas multivariados; há o anexo e a biblioteca infanto-juvenil que atende a um público amplo e com distintas demandas; tem o teatro que acolhe artistas iniciantes e possui aparato logístico para fomentar muitos outros eventos; as coleções especiais que suprem as necessidades de informação especializada de muitos pesquisadores, além de preservar parcela relevante da memória documental do estado e da cidade; o setor Braille é o principal centro de acolhimento de deficientes visuais de Belo Horizonte e a seção de periódicos correntes constitui-se em ponto de encontro de muitos idosos, aposentados e pessoas em busca de emprego, notícias do dia-a-dia e informes utilitários.

Por tanto, não é sem razão que a maioria dos usuários entrevistados expressam-se em relação à Luiz de Bessa de maneira muito carinhosa, pontuando a importância dela em suas biografias e defendendo sua valorização social. Importância e defesa cujas várias facetas podem ser visualizadas claramente na seguinte declaração de um dos nossos interlocutores: *“a Biblioteca é um lugar legal que precisa continuar existindo porque facilita a vida das pessoas”*.

Eis aí uma afirmativa que comprova nossa tese de que as bibliotecas públicas são espaços que participam ativamente no processo de produção de referenciais identitários. Produção que não se ancora apenas em suas representações sociais – lugares de leitura, de educação, memória e sociabilidade –, mas principalmente nas experiências vivenciadas por cada sujeito em seu interior. Sendo mais explícito, só quando passamos a entender tais bibliotecas como espaços vivenciais e de enraizamento, cujas ações práticas, aliadas à sua força simbólica, refletem as diferentes pulsões da vida social é que nos tornamos aptos a demarcar seu caráter de instituição pública. Uma instituição que, em virtude disso, congrega amplas possibilidades de movimentar, afetar e redimensionar as referências intersubjetivas acionadas por seus distintos

usuários no momento em que estes são chamados a elaborar um discurso, uma imagem sintetizadora de si e da sua história de vida.

Evidenciamos de maneira mais concreta a validade dessa argumentação no próximo tópico do capítulo, colocando em relevo as respostas atribuídas pelos depoentes à seguinte questão: *qual o lugar ocupado pela Luiz de Bessa em suas vidas e em sua formação pessoal?*

5.3. “Meu mundo é aqui, porque aqui me preenche”: referências identitárias enraizadas em torno da Biblioteca Luiz de Bessa

Meu mundo é aqui mesmo, aqui me preenche! (José F., p.15).

Simone Weil referendou em sua obra a importância do enraizamento para a alma humana salientando que a participação ativa na esfera do social converte-se em elemento preponderante para a constituição dos quadros de sentido que orientam tanto as ações coletivas, quanto as experiências intersubjetivas responsáveis por conferir estabilidade às nossas vidas particulares. Nessa perspectiva, o sujeito enraizado mostra-se apto a reconhecer que sua existência individual tem como ponto de ancoragem os princípios morais, intelectuais e espirituais instituídos pelo agrupamento cultural ao qual pertence e que sua assimilação se dá através das dinâmicas de interação vivenciadas, sobretudo, no espaço público.

Por não ser um processo coercitivo, mas sim de permanente negociação, esse movimento em torno da criação de vínculos de socialização e enraizamento acaba por amparar a conformação dos gestos e discursos que posicionam os sujeitos no mundo, que revelam maneiras peculiares de intervenção e apropriação da realidade. É em razão disso que nos tornamos capazes de apreender a força simbólica que tal movimento exerce sobre a elaboração das referências moduladoras de nossas representações identitárias.

Portanto, mesmo que, contemporaneamente, a noção de identidade seja apresentada como um constructo fluido e maleável, que dispensa categorizações e rótulos voltados para sua demarcação, o fato de sermos seres sociais em busca de enraizamento nos impõe a

necessidade de engendrarmos laços de solidariedade a partir dos quais nossos discursos e ações possam encontrar ressonância e nos atribuir um lugar no mundo, desvelando quem somos e o que nos tornamos. Desvelamento que pode acontecer tendo por referência inúmeros contextos de significação: a família, a congregação religiosa, a escola, os grupos de trabalho ou, conforme esta tese vem demonstrando, as experiências efetivadas no âmbito das bibliotecas públicas.

Afirmativa já endossada pelos depoentes, mas que se mostra melhor compreensível quando associamos às nossas discussões o conjunto de narrativas tecidas em resposta à seguinte questão: *como definir o lugar ocupado pela Luiz de Bessa em sua história de vida e em sua formação pessoal*. Reflexões que indicam, quase unanimemente, o acentuado poder de afetação que a Biblioteca exerce nos direcionamentos de suas biografias pessoais. Nesse sentido, o entrevistado José J., por exemplo, nos diz que:

Se hoje eu sou um profissional de política pública que pensa política pública tão contundentemente, parte dessa contundência veio das conclusões sobre o descaso do estado com a biblioteca pública Luiz de Bessa. Porque assim..., sabe aquela coisa assim..., o quadro não fecha, você coloca, coloca, uai.. perai, alguma coisa não fecha nisso. A biblioteca é pública, o acervo é público, não há um programa continuado para manter esse acervo, não tem isso, não tem aquilo; tem algo de errado. [...] Sabe um troço assim..., de parar um pouco e ver a experiência com a biblioteca refletir-se em outros campos da minha vida. E nesse sentido, a biblioteca foi referência das minhas inquietações com política pública; porque era um lugar que, quando eu vi a importância que as pessoas do interior davam eu pensava assim: “gente, porque que não há investimento continuado nessa biblioteca?” Sabe assim? [...] Essa relação vem sendo bastante (silêncio)..., é como se eu..., eu tivesse conhecido o prédio da biblioteca muito tarde (risos). Sabe, eu tinha uma relação com a Luiz de Bessa, com a instituição muito forte, mas com o prédio, o medo do prédio acho que foi vencido de 2000 pra cá, de 2002 pra cá. (José J., p.13-14).

Como pode ser observado, além do reconhecimento da importância que a Luiz de Bessa possui para a cidade e, em ampla medida, para o Estado, há uma explícita menção à forma como as experiências mantidas com a Biblioteca se reverberaram para outros campos da vida do entrevistado, principalmente nas lembranças do prédio e da Praça da Liberdade, e no modo como o mesmo pensa e atua no setor de políticas públicas. Reminiscências evocadas, em um primeiro momento, como algo que marcou negativamente o depoente, afastando-o da instituição, mas possibilitando a criação de um vínculo estreito com o carro-biblioteca, espaço

no qual se formou enquanto leitor e pôde potencializar suas vocações literárias. No contexto biográfico de José J., a presença no carro constitui-se como referência determinante, inclusive, para o processo de redimensionamento de suas atuais perspectivas em relação à Luiz de Bessa e a outros espaços urbanos da capital mineira.

A experiência com a Luiz de Bessa também repercutiu nos desdobramentos da vida de Iara S. Leitora desde criança, diz que a biblioteca influenciou diretamente em inúmeras escolhas às quais teve que proceder, entre elas a de definir seu campo de atuação profissional. Segundo a entrevistada, o acesso aos livros proporcionado pela Biblioteca lhe permitiu pensar muita coisa, refletir sobre muita coisa, e isso fez uma enorme diferença para ela. Dito com suas próprias palavras:

Na minha vida? Ah, acho que é grande, não enorme a ponto de falar “ela é a minha vida”, não! Mas eu digo que as bibliotecas têm um papel importante na minha vida e os livros mais ainda. Acho que muito da..., porque os livros sempre me influenciaram muito sabe, me fizeram pensar muita coisa, refletir muita coisa e os lugares em que eu li os livros, que eu tinha acesso à eles eram nas bibliotecas, então às vezes eu fiquei pensando quando você me mandou o e-mail: “será que é tão importante assim?”. Aí eu pensei um pouquinho e falei: é importante pra caramba, não é pouco importante não, as bibliotecas de um modo geral e a Luiz de Bessa também. [...] É um papel muito legal, acho que é bem considerável, que fez diferença, sabe? Fez diferença em ter acesso a coisas que talvez eu não tivesse e que eu queria ter. Lá era a maneira de ter acesso a essas coisas, mesmo com todas as limitações. Igual eu falei, às vezes você não encontra o que você procura, quer dizer, você acha que o livro está mal cuidado e tal, mas você tinha o acesso ali. Era o caminho possível, não era o ideal, mas era o que tinha, e aí eu acho que nisso fez muita diferença. (Iara S.; p.15-16).

Para Lucas P., a Luiz de Bessa representa um “espaço de salvação” e um marco divisório nas relações que hoje mantém com os livros, a pesquisa e o trabalho acadêmico. Isso porque, em sua concepção, foi a Biblioteca que lhe permitiu ter acesso à leitura, que o ajudou a instituir para si uma rotina regular de estudos e lhe propiciou observar, concretamente, as ambiguidades que perpassam os espaços públicos, inclusive aqueles que lidam com a preservação e a disseminação do conhecimento. Ambiguidades que acabaram se convertendo, posteriormente, em dissertação de mestrado e em projeto de doutorado. Mas, por que “espaço de salvação”? Deixemos que ele mesmo nos explique:

Bom, pra mim eu acho que ela sempre..., depois que ela se tornou esse espaço de salvação, sei lá, de um apoio, de apoio em relação à minhas obrigações cotidianas que eram os estudos, depois os meus trabalhos de pesquisa e tal, ela se tornou uma referência de acervo e uma referência de pessoas que trabalham lá e que são interessantes né! Ela é um apoio logístico também, acho que isso é crucial, eu falei isso na entrevista várias vezes, acho que isso é realmente importante. Eu acho que se pensar bem ela foi um divisor nesse sentido, um divisor na minha relação com o estudo porque eu nunca tive o hábito de leitura, até 2004. E eu sempre tive dificuldade, eu sempre fui muito lento pra ler, isso é uma coisa que eu sofri muito, e eu acho que essa foi a primeira relação de estudo contínuo, leitura diária, mesmo que as vezes era leitura só de números né, na época que eu estudava pro vestibular e tal, quer dizer, foi o primeiro contato que eu tive com esse universo que é hoje o meu universo, que é hoje a minha vida, quer dizer... [...] Falando assim, cronologicamente, de 2004 pra cá ela tem essa importância e aos poucos ela vem e volta, ela aparece, reaparece e desaparece. Eu acho que ela vai ser, querendo ou não, a partir de agora, se eu ficar por aqui, uma referência de estudo sempre, senão, será sempre a primeira biblioteca que eu fui, uma biblioteca importante, que tem um acervo importante de pesquisa para pesquisadores mineiros. É um porto seguro pra quem tem objetivos de leitura, de estudo, no meu caso foi isso. [...] foi o espaço que eu encontrei pra ter o acesso à leitura, às condições para a leitura na verdade, ela me deu condições para a leitura. Então era o espaço pra sentar, uma mesa, a luz, a questão de espaço que eu falei lá da Hemeroteca. [...] Então, quer dizer, ela dá essa guinada né, querendo ou não. Pensando a partir dessa trajetória dos espaços e da minha relação com os estudos, ela tem essa importância crucial eu acho, nesse sentido de me ensinar a usar a biblioteca. (Lucas P., p.26-27).

Perguntado se haveria algo a mais a acrescentar, nosso interlocutor continua seu relato e traz à cena outros elementos importantes para entendermos porque a biblioteca transformou-se, para ele, em referência simbólico-afetiva:

Acho que frisar isso, assim, que ela é ao mesmo tempo ambígua, acho que como muita coisa na vida. Ela tem essa importância social ao mesmo tempo em que a gente tem que ver nela uma relação de poder né. A constância com que os moradores de rua ocupam aquele espaço ali do anexo para passarem sua noite de sono, indica que ela é um espaço de poder, mas é também um espaço de cultura, é um espaço que tem um acervo riquíssimo da nossa história, da história da humanidade né, que comporta as questões culturais mais amplas do Brasil e de outros países do mundo e contrasta com essa questão social que é uma questão do Brasil, da larga, da grande diferença social que existe entre classes econômicas distintas, da distância que existe entre essas classes. Tem ainda a questão da Praça da Liberdade que é o símbolo do poder e que, apesar de tudo, não consegue esconder ou superar essa questão. Em suma, aquelas pessoas que estão ali dormindo deviam estar ali pra consultar o acervo, quer dizer, infelizmente elas estão ali porque elas não têm outro teto, melhores condições pra morar. Mas é um espaço importantíssimo no circuito cultural. Não sei como é que está agora essa

questão das políticas culturais e a questão do circuito que vai ter ali na Praça da Liberdade, mas o que eu gostaria de frisar para finalizar é isso: por mais que eu esteja falando da importância dela na minha vida, a gente tem que pensar nos usos que se faz dela e nesses contrastes que ela apresenta em relação à ocupação do espaço urbano. (Lucas P., p.27-28).

Um espaço de salvação, melhor dizendo, de “reabilitação para a vida”, é isso o que a Luiz de Bessa representa na história de Luiz R. Usuário do setor Braille, também define esse espaço como um porto seguro, um lugar que “adiantou a sua vida”, ajudando-o a se ver e a se reconhecer como deficiente, como uma pessoa que precisa de auxílio. Guinada intersubjetiva importante, uma vez que potencializou sua autonomia e lhe conferiu as condições necessárias para concluir a graduação em direito, a qual estava prestes a abandonar, e ser aprovado nos concursos públicos já mencionados. Eis a sua resposta à nossa questão, uma defesa apaixonada e portadora de nítida sensação de agradecimento à Biblioteca e aos voluntários da instituição:

Como eu te falei, até os 22 anos eu tive uma vida muito dificultada, tudo pra mim era muito difícil: estudar, fazer as coisas, por quê? Primeiro porque eu não me encarava como um deficiente visual, eu me cobrava como uma pessoa normal. Geralmente pessoas com baixa visão têm isso. A sociedade cobra da gente, nós mesmos nos cobramos como pessoas normais porque, você está olhando pra mim, você está vendo meu olho normal, eu estou olhando para você. É muito difícil por que a sociedade visual cobra de uma pessoa que aparentemente enxerga como se ela enxergasse e estando aqui eu realmente me sinto como, não que seja bom se sentir deficiente, mas eu me sinto como uma pessoa que tem auxílio. Eu entro aqui, as pessoas que me ajudam, elas olham pra mim e sabem o que eu posso fazer, o que eu não posso fazer, elas já me ajudam sem nem mesmo eu pedir. Eu acho que é mais importante como integração mesmo. A vida do deficiente, a própria palavra já diz, "deficiente", falta alguma coisa, falta muita coisa. Às vezes para um deficiente ai fora só um lugar destinado à suprir suas necessidades vai ter este acolhimento. As pessoas ai fora elas estão cuidando da vida delas, estão correndo atrás das coisas delas, as vezes elas não lembram disso, mas a pessoa que vem aqui ela está focada nisso, logo, aqui é um lugar onde realmente você tem um porto seguro com relação à suas burocracias do dia-a-dia. A importância para minha vida é aquela que eu falei para você, se eu não tivesse conhecido este setor provavelmente eu não teria formado ainda, não teria passado no concurso ainda. Foi importante também pra eu me adaptar, aprender a mexer em um computador adaptado pra cego, aprender a usar uma lupa eletrônica, aprender o braille, eu aprendi o braille aqui. Eu acho que isso aqui foi muito importante na minha vida, no sentido de adiantar minha vida, isto aqui adiantou a minha vida e adiantou a minha vida profissional, adiantou a minha vida intelectual. Há também a questão das amizades que eu ganhei, um lugar que eu vou levar pro resto da vida, algo que realmente marcou minha vida. (Luiz R., p.10-11).

Um lugar que preenche a sua vida, é assim que José F. descreve a Luiz de Bessa. Ao pesquisar na Mineiriana, nosso interlocutor consegue ocupar seu tempo livre, satisfazer seus anseios por conhecimento e exercitar sua vocação socializante. Diz que todos os dias descobre “coisas novas” e conhece pessoas com as quais pode dividir aquilo que aprendeu. Trata as bibliotecárias “*a ouro em pó*” (José F., p.18), os livros como verdadeiras preciosidades e pontua que a Biblioteca é um “diamante que está escondido”. Sente-se tão integrado aos seus espaços que, ao fim de sua narrativa, nos diz que poderia falar muitas outras coisas, “*sem ter hora pra parar*”:

Aqui me preenche tudo igualzinho, às vezes chega um pesquisador que eu vejo que ele tem dificuldade, eu educadamente inquiri, ajudo, mostro..., é isso que eu faço. [...] As bibliotecárias aqui são tratadas a ouro em pó, porque ouro em pó não tem mistura. A gente tem que ver as pessoas como ouro em pó, não tem sujeira, não tem falcatrua, não tem falsidade. Nessa minha vida eu converso com todo mundo. Eu não tenho mais..., eu converso com qualquer um. Eu sou pra conversar, sei conversar com as pessoas, as pessoas acham interessante. [...] Eu acho que a gente devia dar mais valor pras coisas que já estão prontas e perder menos tempo com essas coisas na vida. Pra quê ter livros em biblioteca? Minas Gerais tem quantos municípios? Será que todos têm uma biblioteca adequada? Então, a minha vida é essa oh Fabrício, e eu podia conversar mais coisa ainda. [...] Então eu fico satisfeito e a gente podia conversar muito mais, não tem hora pra parar não. (José F. 18-21).

Para Luiz Q., o trabalho de pesquisa na Hemeroteca resultou em uma sensível mudança na sua maneira de ler jornal e isso impactou diretamente na forma como hoje pensa o jornalismo, área de conhecimento em que atua profissionalmente, lecionando disciplinas em uma universidade da capital mineira. Não diz que a Luiz de Bessa é sua casa, mas que, de tanto frequentá-la, adquiriu tamanha familiaridade que acabou despertando um sentimento, uma atenção diferente para com ela. Em suas recordações, a Biblioteca ganha feições de um lugar especial porque, conforme ele mesmo ressalta, consegue perceber sua própria história de vida se refletindo na história da instituição e nas relações mantidas com os funcionários que ali trabalham.

O manuseio dos jornais na hemeroteca acabou também mudando a minha forma de ler o jornal. Mudou no sentido, assim, ler dez, vinte, trinta anos de jornais acaba te dando..., você acaba criando alguns mecanismos internos de reflexão, de ver como que o jornal vai mudando ao longo do tempo, não só na sua diagramação, mas na forma de trabalhar as informações, na forma de dar atenção a determinados temas, ou a determinadas..., principalmente na

área de serviços cultural, de abordar determinados serviços, de dar mais atenção ou ao teatro ou às artes plásticas ou à literatura ou ao cinema. Enfim, isso acaba te levando a pensar em como que o jornal tá presente na sua vida, como que o jornal acaba te conduzindo a pensar de certa forma, acaba guiando uma forma de ler que você não tem, por exemplo, com o livro, com a obra literária. Então isso também foi importante. Ganhar essa consciência na frequência cotidiana da hemeroteca foi importante também pra me fazer pensar sobre o jornalismo. Enfim, eu não direi, eu não chegaria ao exagero de dizer que a biblioteca é a minha casa. Não é! Esse tipo de metáfora pra mim é muito exagerada, mas hoje eu possuo certa familiaridade com a biblioteca. Por exemplo, seu Milton, que é um dos porteiros que se revezam com outros ali na portaria me cumprimenta pelo nome, eu o cumprimento pelo nome também, aí quando eu chego no balcão pra pegar a chave pro escaninho a Helena me cumprimenta pelo nome. Quando eu subo, o Jairo, o Marcos, a própria Eliani, agora eu esqueci o nome, a funcionária, a bibliotecária que trabalha com a Eliani..., atualmente a Priscila que é a responsável pela hemeroteca, antes era a Marina, antes da Marina era a Tais, antes da Tais era uma que não sei o nome, mas que foi quando eu comecei a frequentar lá na Assis Châteaubriant, mas que eu via ela lá, ela me via, mesmo que eu não saiba o nome dela, criar essa espécie de história da instituição, mesmo que seja uma história particular a partir do contato semanal que eu tenho com a instituição, por meio dessa certa familiaridade de construir uma história minha lá dentro e ver um certo reconhecimento, um certo carinho que eles tem comigo. (Luiz Q., p.16-17).

Apesar de depoimentos tão contundentes, é preciso destacar que esse poder de afetação atribuído à Luiz de Bessa não se estabelece com a mesma intensidade e com os mesmos contornos na história de vida de todos os entrevistados. Por se tratar de uma elaboração intersubjetiva ancorada nas distintas modalidades de interação estabelecidas por cada sujeito no contexto da Biblioteca, haverá sempre aquele(s) que não consegue(m) atribuir qualquer participação da mesma no processo de constituição de suas referências biográficas. No entanto, até essa voz dissonante se torna relevante para nossa pesquisa, porque nos auxilia a demarcar seu caráter de espaço/instituição pública que reflete as distintas injunções de força que atravessam e modulam a vida social. É isso o que apreendemos da resposta que nos foi dada por Ana R:

Olha, na minha história de vida a Luiz de Bessa é esse monumento que eu te falei, ela vem depois das livrarias, depois da biblioteca escolar primária. Ela vem depois de tudo porque ela pra mim era uma coisa da Zona Sul, de arquitetura do Niemayer e isso tudo era um susto. Então ela tem um papel de obra de arte, uma coisa que eu ia de vez em quando, que era difícil de chegar, que era ruim de ir, que não ia ônibus direto, tudo isso. [...] Eu fui usuária mesmo de biblioteca de escola, a Luiz de Bessa era uma outra coisa completamente diferente, um acervo enorme, uma biblioteca linda. Biblioteca linda era novidade pra mim. (Ana R., p.13-14).

A fala de Ana R. certamente destoa dos outros depoimentos aqui apresentados, mas não inviabiliza nossa proposição de que as bibliotecas públicas são importantes espaços de mobilização de referenciais identitários. No decorrer do capítulo, nos deparamos com sujeitos cujas histórias de vida são amplamente marcadas pelas experiências que vivenciaram no contexto da Luiz de Bessa. Do primeiro encontro com a instituição até a análise das influências que a mesma exerce sobre seus desdobramentos biográficos, nossos interlocutores elaboraram inúmeras narrativas intersubjetivas, cujo conjunto reforça os principais argumentos que desenvolvemos ao longo de toda a tese.

A partir dos relatos, torna-se possível explicitar que as funções sociais de uma biblioteca pública são demarcadas pelos usos/múltiplos usos que lhes são impostos por seus usuários. Isso explica os distintos enquadramentos representacionais acionados pelos depoentes para descrever a importância que a Luiz de Bessa ocupa no cenário cultural da cidade e no contexto de suas vivências particulares. Portanto, adjetivações como “refúgio para os estudos”, “lugar de reabilitação para a vida”, “tesouro do conhecimento”, “espaço de descanso”, “território encantado”, entre outros, são menções que dão a ver uma amplificação de seus domínios de atuação e um reconhecimento de sua relevância simbólico-funcional.

Sendo assim, por serem as experiências de apropriação os elementos definidores de seu poder de afetação sobre as vidas dos usuários e dos espaços onde se inserem, devemos pensá-las para além de suas características biblioteconômicas – lugar de informação, cultura, lazer e educação –, e salientarmos seus atributos de “espaço vivencial”. Isto porque, para além de livros e serviços voltados à promoção do conhecimento, da leitura e da memória documental, uma biblioteca pública também se constitui por indivíduos em interação. É, pois, através dos processos interativos estabelecidos em seu interior que certos vínculos se solidificam ou são completamente rompidos, foi assim com Ana R, que se afastou da Luiz de Bessa por sentir-se vigiada por um servidor da seção de empréstimos, ou com José F., que ainda hoje frequenta à Mineiriana por ter sido bem recebido pelas bibliotecárias, às quais diz tratar “*a ouro em pó*”. O caso de Luiz R. também é exemplar, foi o acolhimento que recebeu por parte dos funcionários e voluntários do setor Braille que lhe permitiu redimensionar sua própria história de vida.

Experiências concretas que também endossam nosso pressuposto de que as bibliotecas públicas são espaços de sociabilidade e enraizamento ao propiciarem o contato entre os sujeitos e movimentarem os diferentes índices de significação que amparam a vida coletiva. Elas emergem como territórios onde cada indivíduo pode tecer novos laços sociais e orientar ou reorientar os gestos e discursos que os posicionam no mundo, que revelam maneiras peculiares de intervenção e apropriação da realidade. Constatação avalizada pelos testemunhos de José J., Lucas P., Iara S. e também por Luiz Q., usuários que tiveram suas histórias ressignificadas, em algum momento, pelas descobertas e situações vivenciadas na ou a partir da Luiz de Bessa.

Nesses termos, se nosso objetivo inicial era apreender como se dá a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários, os testemunhos acima apresentados nos permitem demonstrar que a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa define-se como importante marco representacional para os sete depoentes aqui em foco. Portanto, mais que um lugar de leitura e de estudo, de pesquisa e de sociabilidade, ela se apresenta como espaço de ancoragem e enraizamento capaz de desencadear lembranças e nortear a constituição dos discursos identitários que mobilizam e conferem sentido a cada uma dessas histórias de vida.

6. Considerações...

ou reverberações para além do ponto final

Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa. Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria inibir-me até de dar começo. Mas distraio-me e faço. O que consigo é um produto, em mim, não de uma aplicação de vontade, mas de uma cedência dela. Começo porque não tenho força para pensar; acabo porque não tenho alma para suspender. Este livro é a minha cobardia. [...] Para mim, escrever é desprezar-me; mas não posso deixar de escrever. Escrever é como a droga que repugno e tomo, o vício que desprezo e em que vivo. Há venenos necessários, e há-os subtilíssimos, compostos de ingredientes da alma, ervas colhidas nos recantos das ruínas dos sonhos, papoilas negras achadas ao pé das sepulturas [...], folhas longas de árvores obscenas que agitam os ramos nas margens ouvidas dos rios infernais da alma. [...] Escrever, sim, é perder-me, mas todos se perdem, porque tudo é perda. Porém eu perco-me sem alegria, não como o rio na foz para que nasceu incógnito, mas como o lago feito na praia pela maré alta, e cuja água sumida nunca mais regressa ao mar⁸⁴.

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não me pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho⁸⁵.

⁸⁴ PESSOA, 1999, p.168-169.

⁸⁵ LESPECTOR, 1999, p.112.

Eu não sou um usuário da Luiz de Bessa, mas os testemunhos aqui apresentados possuem um ponto de confluência com a minha própria história de vida, grande parte das referências simbólicas e afetivas, que me permitem elaborar um discurso representacional para mim mesmo, está ancorada em torno de uma biblioteca pública. Os autores e obras literárias que hoje me cativam, a escolha do curso universitário que me outorgou uma titulação acadêmica e até mesmo a escritura da presente tese de doutoramento são, certamente, desdobramentos das vivências que tive a oportunidade de experienciar no interior e a partir da Biblioteca Pública Municipal Agnaldo Edmundo, da cidade de Paraopeba.

Foi nesse município do interior de Minas que eu nasci, em 1982, e onde vivi com meus pais e mais três irmãos até vir estudar em Belo Horizonte. Na infância, morávamos em uma casa bem pequena e os livros nunca fizeram parte dessa realidade, talvez porque tanto meu pai quanto minha mãe, o primeiro operário de uma fábrica de tecido, ela faxineira de uma escola infantil do município, não tivessem tempo para se entregarem à leitura, o que não quer dizer que não se preocupassem com nossa formação educacional, - ainda ressoa em meus ouvidos a frase taxativa de meu pai: “estudem meus filhos, porque só assim vocês conseguirão ser alguém na vida e não irão ter que trabalhar tão duro quanto nós”.

Eu e meus irmãos sempre dependemos do ensino público. Da minha parte, apesar das dificuldades de ter que conviver com nove graus de estrabismo, fui um bom aluno e tive bons resultados em todas as escolas onde estudei. Aprendi a ler rapidamente e me lembro até hoje do primeiro livro cujas palavras consegui “decifrar” sozinho, era uma versão infantil das *Viagens de Gulliver* que a professora da primeira série havia instituído como leitura obrigatória. Obra que pertencia ao seu acervo particular, uma vez a instituição não contava com biblioteca própria.

Nessa época, devido à timidez e o medo de quebrar os óculos, “era um acessório muito caro para ser trocado todo mês”, como dizia minha mãe, costumava não sair para o recreio, ficava, então, ajudando as professoras com a arrumação da sala. Uma delas, certa vez, me perguntou se eu gostava de ler e, como respondi afirmativamente, começou a trazer alguns “livrinhos” para ocupar o meu tempo livre, enquanto os outros “coleguinhas” se divertiam no pátio e na

educação física. Situação que praticamente não se alterou até minha mudança para outra escola, já na quinta série.

Foi nesse momento que se deu meu primeiro contato com a biblioteca pública de Paraopeba. Tivemos, toda a turma e eu, que recorrer a ela para desenvolver um trabalho, se não me engano, sobre folclore. Fomos até lá porque essa segunda escola também não possuía uma biblioteca. Seu espaço não era muito grande, ainda hoje não o é, mas com certeza eu nunca havia visto tantos livros em um só lugar, fiquei impressionado, talvez pudesse dizer que fiquei mesmo foi, encantado. Encantamento que logo cedeu lugar a uma apreensão, ouvimos da responsável pelo acervo que “os livros não deveriam ser tirados do lugar porque eles estavam todos arrumadinhos e só ela poderia mexer nas estantes”. Apesar disso, recordo de ter sido bem atendido e de ter feito a pesquisa conforme solicitado pelo professor. Ao final, ela até nos explicou as condições necessárias para ser um usuário da Agnaldo Edmundo.

Tornei-me um usuário e fiz muitos empréstimos de livros infantis e infanto-juvenis, claro que a maioria recomendados por essa “antiga” professora que um dia teve que se afastar da sala de aula em virtude de um problema no braço. Houve até uma vez em que tentei burlar seu esquema classificatório e fui barrado na mesa de empréstimos porque, segundo ela, “eu estava com um livro inapropriado para a minha idade”, se bem me recordo, tratava-se de uma obra da escritora inglesa Agatha Christie.

Nesse primeiro momento, eu ia à biblioteca pelo menos uma vez por semana ou de quinze em quinze dias, contudo, a partir da sexta série, uma situação familiar fez com que eu intensificasse minha presença naquele lugar. Sou o filho mais velho e, à época, o único dos quatro irmãos que estudava no período da manhã, como nossa mãe também trabalhava à tarde, para eu não ficar sozinho em casa, passei a sair da escola e ir fazer companhia para minha avó, até que chegasse o horário de ir embora. No entanto, devido ao fato de a biblioteca ficar ao lado da escola onde minha mãe trabalhava, institui para mim a seguinte rotina: escola pela manhã, almoço na casa da minha avó, depois, esperar na biblioteca para voltarmos juntos para casa, minha mãe e eu.

E assim se transcorreram três anos, de segunda à sexta-feira eu passava pelo menos quatro horas do meu dia na biblioteca pública. Fui praticamente adotado por essa funcionária da Agnaldo Edmundo, tanto que, em certo momento, ela chegou a me dizer “você já é de casa, pode pegar o que quiser”. Ali eu estudei muito e li boa parte de seu acervo, conheci Machado de Assis, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Eça de Queiroz, Júlio Verne, Guimarães Rosa e Clarice Lispector. Pude finalmente saber o que continham as obras de Agatha Christie e avaliar que a censura outrora imposta, tratava-se de um cuidado pouco fundamentado, também conheci muita gente e fui até denominado de “o menino da biblioteca”.

Cheguei a fazer atendimentos e a indicar livros para usuários menos familiarizados com o mundo literário. Decorei a localização de muitos deles e, por vezes, atuei como “bibliotecário de referência”, ensinando a forma correta de se efetuar buscas em uma enciclopédia ou em um dicionário. Sentia-me em casa e fiquei tão ressentido com a morte da Rosa, a pessoa que me acolheu naquele lugar e “minha companheira” por quase cinco anos, que não consegui nem ir ao seu velório. Depois disso, afastei-me por um tempo, só retornando em função das demandas escolares.

Passado quase um ano e meio, acabei me reaproximando novamente da “Agnaldo Edmundo”, dessa vez por uma solicitação da própria Prefeitura Municipal. No final de 1998, a biblioteca foi transferida para uma sede provisória, até que seu antigo prédio fosse completamente reformado. Nessa transição, os livros foram, literalmente, despejados no meio do salão que os receberiam, eram aproximadamente oito mil volumes amontoados sem nenhum critério e sem muita gente que soubesse o que fazer com eles. Apreensiva com esse quadro, uma das novas funcionárias da instituição, também ela em desvio de função, se lembrou do “menino da biblioteca” e resolveu me convidar para ajudá-los na reorganização do acervo, mais que um trabalho voluntário, esse se constituiu no meu primeiro emprego formal, eu tinha dezesseis anos e trabalhei lá, como “jovem aprendiz”, até setembro de 2000, momento em que completei os dezoito.

A reorganização demorou mais de um mês, afinal, fizemos tudo com uma equipe de três pessoas. Não havia nenhuma regra biblioteconômica que guiasse nossas ações, o que nos

amparava eram o instinto e as minhas lembranças da antiga disposição dos volumes. Hoje, eu sei que não fizemos nada muito errado, as obras de referências foram todas postas em uma mesma repartição, assim como os livros de literatura estrangeira e os de autoria nacional. Por seu turno, os romances folhetins, também conhecidos por “romances água com açúcar”, e as obras infantis e infanto-juvenis ganharam uma seção só para eles. Depois da reabertura ao público, eu fiquei encarregado de cuidar dos empréstimos domiciliares e de atender os usuários em atividades de pesquisa escolar, ações com as quais eu já estava familiarizado há muito tempo.

Nesses dois anos eu conheci muita gente e ouvi inúmeras histórias. Apaixonei-me mais uma vez por aquela instituição, o único equipamento cultural mantido pelo poder público que Paraopeba dispõe ainda nos dias atuais, situação que influenciou diretamente na escolha do curso universitário para o qual eu prestaria vestibular ainda no final dos anos 2000. Confesso que cogitei a possibilidade de me inscrever para concorrer a uma vaga em Letras, em História e até em Psicologia, mas o fato de amar os livros e já trabalhar na Agnaldo Edmundo conduziu-me, a contragosto do meu pai – ele queria que eu fosse um “doutor”, um advogado – a optar pela graduação em Biblioteconomia.

Após conseguir o “feito” de passar na UFMG “de primeira”, sem cursinho pré-vestibular e tendo estudado ao longo de todo esse tempo em escolas públicas, fato que me rendeu uma manchete no jornal da cidade, devido à raridade com que isso acontecia, cheguei a Belo Horizonte completamente desorientado – tinha vindo só duas vezes à capital e em ocasiões de excursões escolares –, mas com um propósito demarcado: conseguir me formar e voltar a trabalhar na Agnaldo Edmundo, ser o seu primeiro bibliotecário e revitalizar sua imagem diante da população local.

Talvez por isso as questões que mais me mobilizaram durante toda a graduação tenham sido aquelas ligadas à busca por compreender o papel social das bibliotecas, sua relação com a leitura e as práticas educativas e como o bibliotecário pode, a partir de sua atuação, dinamizar ou reconfigurar tais relações. Tive a sorte de me aproximar de professoras e colegas com preocupações semelhantes e que fizeram de mim um de seus interlocutores. A essas pessoas devo minha iniciação na pesquisa acadêmica e o desvelamento do fazer científico, foi nesse

momento que aprendi a lidar com o trabalho de lapidação conceitual e as tramas metodológicas, fiquei tão seduzido com tais possibilidades que acabei concorrendo a uma vaga no mestrado.

Sem abandonar as expectativas e ideologias que me levaram até a UFMG, realizei um estudo aprofundado sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil, buscando apreender qual o estado geral da formação dispensada aos bibliotecários do país, tendo-se em vista sua atuação no seguimento de bibliotecas públicas, entendendo-as como lugares de práticas culturais, ou seja, como instâncias diretamente ligadas à preservação da memória e de nossos insumos culturais, bem como de promoção da leitura e da educação. Para meu espanto e frustração, pude constatar que esta não é uma questão contemplada nos currículos das principais escolas de graduação na área e que a justificativa para tal cenário é a “demanda do mercado informacional”, auto-centrada no desenvolvimento, uso e gestão das TICs – Tecnologias da Informação e do Conhecimento.

Com o fim dessa pesquisa, acabei não voltando para Paraopeba como havia anteriormente programado, tornei-me professor substituto na mesma escola onde me graduei e obtive o título de mestre em Ciência da Informação. Experiência arrebatadora, não apenas em virtude de tudo o que aprendi, mas porque consegui superar parte da minha timidez e do medo de grandes plateias. Foram dois anos que apresentaram novas possibilidades para minha vida, agora estava determinado a tornar-me pesquisador e professor universitário, razão pela qual concebi o projeto de doutorado que hoje se concretizou na presente tese.

Como não poderia deixar de ser, e também seguindo o conselho de uma grande amiga, para quem o trabalho acadêmico deve ser mobilizado pelo brilho no olhar e pela poesia, novamente converti a biblioteca pública em meu objeto de pesquisa. Dessa vez, e pensando em todas essas questões que perpassam minha biografia, cujas experiências vivenciadas junto e a partir da Biblioteca Pública Municipal Agnaldo Edmundo foram decisivas, tomei por iniciativa investigar *qual a participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários?*

Nesses quatro anos de doutoramento, três encontros influenciaram sobremaneira os desdobramentos teórico-metodológicos responsáveis por conferir uma forma final à “minha tese”, o olhar sensível da minha orientadora, que desde o mestrado me incentivou a buscar compreender a força que os contextos sócio-históricos exercem sobre nossos objetos de pesquisa e sobre nós mesmos, ou seja, segundo ela, somos seres sociais e nossa realidade concreta é sempre atravessada por distintas modulações históricas e por muitas tensionalidades; o meu convívio com o GRIS – Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, a partir do qual pude assimilar os muitos significados do conceito sociabilidade e o quanto as formas de interação social estão impregnadas em nossos discursos identitários; por fim, o contato com os usuários da Luiz de Bessa, que, a partir do diálogo aqui empreendido, me concederam a “matéria vertente” necessária à urdidura de algumas possíveis respostas para a questão acima apresentada.

A partir dessa conjunção de elementos, foi possível revelarmos que tanto a Luiz de Bessa quanto a Biblioteca Agnaldo Edmundo, constituem-se em marcos significativamente relevantes para nossas histórias de vida, postando-se, pois, como lugar de ancoragem a partir do qual mobilizamos e norteamos a elaboração de um discurso identitário e representacional acerca daquilo que somos e o que nos tornamos.

É claro que, para cada um de nós, esses espaços possuem um significado, um poder de afetação muito particular. Para mim, a biblioteca pública foi um espaço de estudo e leitura, de convívios amistosos e de realizações pessoais muito concretas, para os meus interlocutores, há quem descreva a Luiz de Bessa como um “refúgio”, um “espaço que não dá vontade de ir embora”, “um diamante escondido”, um “lugar grande, leve, importante e que, por isso, precisa continuar existindo”, ademais, se caracteriza, também, como um território “que dá sentido e adianta a vida de seus usuários”. Estamos falando, pois, de unidades biblioteconômicas que não podem ser visualizadas apenas como lugares de leitura, educação, memória e lazer, são espaços de sociabilidade e enraizamento, cujo estatuto representacional está imbricado nos usos/múltiplos usos que cada um de seus muitos usuários e leitores cotidianamente lhes impõem

Contudo, é preciso não perder de vista que as bibliotecas públicas são instituições sociais e, por isso, refletem os enquadramentos políticos, históricos e culturais responsáveis por amparar não só nossas referências intersubjetivas, mas a própria sedimentação da vida coletiva, razão pela qual se torna normal que nem todos os sujeitos se sintam afetados por elas, ou melhor, que nem todos os usuários e leitores cativem boas lembranças para suas relações de interação com esses espaços. Não é o meu caso, mas aconteceu com pelo menos dois de nossos interlocutores. Vindos da periferia, os mesmos se sentiram constrangidos, em algum momento, pela força simbólica da Luiz de Bessa, não somente dela, mas por todas as conjecturas que estão inscritas em seu prédio e no circuito da Praça da Liberdade: a monumentalidade do projeto de Niemeyer, o coração administrativo e político do estado, uma praça para se transitar, mas nunca se apossar.

À parte isso, e para além das respostas oferecidas ao problema investigativo que impulsionou toda a nossa pesquisa, o que se evidencia ao final dessas páginas é o grande poder de afetação exercido pelas bibliotecas públicas sobre a realidade social onde se inserem e que outros estudos precisam ser empreendidos para se compreender todas as suas potencialidades. Nesse sentido, esperamos que a biblioteca pública volte a frequentar as agendas de pesquisa tanto da Biblioteconomia quanto da Ciência da Informação, e que as lacunas desse trabalho possam ser preenchidas por outros investigadores tão apaixonados quanto eu.

Para finalizar, quero compartilhar com meus leitores mais uma experiência pessoal, essa semana eu voltei à Biblioteca Pública Municipal Agnaldo Edmundo, era uma sexta-feira, a data, 28 de março de 2014, o expediente já estava chegando ao fim e não havia muitos usuários em suas dependências. Quase não reconheci a disposição dos livros e também não falei com ninguém que ali estava, apenas entrei, andei um pouco por seus corredores, toquei em uma obra ou outra e me assentei próximo à janela, de repente, olhei para a rua e avistei o velho prédio onde minha mãe trabalhara naqueles tempos de minha infância, por um instante, tal como a madeleine proustiana ou o baú de ossos de Pedro Nava, fui assolado por uma profusão de lembranças e sensações.

Fiquei parado e deixei que elas fluíssem, não apercebi nenhuma que fosse ruim ou que pudesse me causar algum tipo de mal-estar ou constrangimento, então, desde aquele dia, duas

frases que foram ditas ao longo da tese recorrentemente retornavam aos meus pensamentos, uma delas foi proferida por nosso depoente José F., “*aqui me preenche tudo igualzinho*”, a outra foi enunciada pela interlocutora de Michèle Petit (2012, p.51), “*venho aqui para existir*”, apreendi, pois, que são exatamente estes os termos que melhor sintetizam a importância da biblioteca na minha própria história de vida: ela ainda é um espaço que me preenche e contribuiu de maneira decisiva para que eu pudesse me ver como alguém que porta uma voz própria e uma presença singular no mundo. Isso me emocionou e me fez sentir profundamente agradecido àquele lugar e às pessoas com as quais pude conviver ao longo de todo esse tempo.

7. Referências

- ABID, Abdelaziz. Memóire do monde: préserver notre patrimoine documentaire. *BBF*, Paris, v.42, n.2, p.8-15, 1997.
- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura e história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (História de leitura).
- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de leitura).
- ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial? CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO. 24., 2001, Campo Grande. *Anais do XXIV congresso brasileiro de comunicação*. 2001. 18p.
- ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias de leitura).
- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ADONIS. *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca y el laberinto. *Investigación Bibliotecológica*, México, UNAM, v.16, n.32, enero./junio, 2002, p.41-54.
- ALFREDO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca de Alejandría: el surco de la lectura en el mundo antiguo. *Investigación bibliotecológica*, v.16, n.33, julio/diciembre, 2002, p.48-73.
- ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes informacionais. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, André de. *Dos livros e da leitura no claustro*: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (sécs. XVI-XVIII). 2008. 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, André de. Leitura e mediação na cultura monástico-medieval. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. *Anais do XIV Encontro nacional de pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/449/451>. Acessado em: 27/01/2014.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. Biblioteca pública. In: CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte : Superintendência de bibliotecas públicas, 2006, p.17-19.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. Mineirice-mineiridade-Mineiriana. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, jun., 1974. Suplemente Literário, n.405, p.5.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Debates; 64).

ARMS, Dom Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

AUGÉ, Marc. Le liuex de memóire du point de vue de l'ethnologue. *Gradhiva*, n.6, 1989, p.3-12.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.17, n.2, p.02-25, abr./jun., 2012.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de: A doação da biblioteca de João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspectivas em ciência da informação*, v.15, n.3, p.233-249, set./dez, 2010.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2010. (Os fundadores; 1).

- BAÉZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas suméricas à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARATIN, Marc. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.227-233.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BARBIER, Frédéric. Représentation, contrôle, identité: les pouvoirs politiques et les bibliothèques centrales em Europe (XVe-XIXe siècle). *Mélanges de l'école française de Rome*, Année 1999, v.111, n.01, p. 431-453.
- BARRETO, Abílio. A origem da bibliotheca pública. *Boletim Bibliographico*, Bello Horizonte, anno 1, n.1, p.5-7, set. 1935.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BARTHES, Roland. *O grão da voz: entrevistas – 1962-1980*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto: precedido de variações sobre a escrita*. Lisboa: Edições 70, 2009. (Obras de Roland Barthes; 9).
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- BARTHES, Roland; COMPGNON, Antoine. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p.184-206. v.11 (Oral / Escrito / Argumentação).
- BARTLETT, Frederic C. *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. (Antropologia Social).

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.165-196. (Obras escolhidas; 1).
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras completas; 3).
- BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca. In: *Rua de mão única*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997, p.227-235. (Obras escolhidas; 2).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.36-49. (Obras escolhidas; 1).
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221. (Obras escolhidas; 1).
- BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. [et al]. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.57-74.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG ; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p.53-67.
- BESSONE, Tania [et al]. *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: ContraCapa : Faperj, 2011.
- BESSONE, Tania. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO. 24., 2001, Campo Grande. *Anais do XXIV congresso brasileiro de comunicação*. 2001. 13p.
- BESSONE, Tania. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: ARQUIVO NACIONAL. Mundo Luso-brasileiro. 2005. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=printerview>. Acesso em: 06/09/2013.
- BLANCHOT, Maurice. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos).
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- BORELLI, Olga. *Clarice Lispector: esboço para um possível retrato*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

- BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de babel. In: *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1998, p.516-523. (Obras Completas; 1).
- BORGES, Jorge Luis. Do culto aos livros. In: *Outras inquisições*. Porto Alegre: Globo, 1999, p.99-103. (Obras Completas; 2).
- BORGES, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BORGES, Jorge Luis. O livro. In: *Borges, oral*. Porto Alegre: Globo, 1999, p.189-197. (Obras Completas; 4).
- BOSI, Ecléa. Entrevista. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v.1, n.2, nov.2012/abr., 2013, p.196-199. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acessado em: 09/02/2014.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Velhos amigos*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2003b.
- BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998. (Múltiplas escritas).
- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.
- BRANDÃO, Ruth Silviano. A biblioteca de Babel, seu acervo, críticos e leitores. In: GONÇALVES, Gláucia Renate; RAVETTI, Graciela (Orgs.). *Lugares críticos: línguas, culturas, literaturas*. Belo Horizonte: Orobó / Faculdade de Letras da UFMG, 1998, p.75-81.
- BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. *Biblios: revista do instituto de ciências humanas e da informação*, v.1, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010.
- BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública de Belo Horizonte: o legado cultural de uma sociedade literária. *Inf. Inf.*, Londrina, v.15, n.02, p.93-108, jul./dez. 2010.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e cultura*, 39(7): 631-637.

- BROCHMEIER, Jeans. Remembering and forgetting: narrative as cultural memory. *Culture & Psychology*, v.8(1), p.15-43, 2002.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. *Estudos Avançados*, 16 (44), 2002, p.173-185.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CALDEIRA, Paulo da Terra. A coleção Rita Adelaide. In: CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte : Superintendência de bibliotecas públicas, 2006, p.87-99.
- CALVINO, Ítalo. *A coleção de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CALVINO, Ítalo. O general na biblioteca. In: *O general na biblioteca*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.74-79.
- CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANFORA, Luciano. As bibliotecas antigas e as histórias dos textos. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.234-245.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul./dez. 1994.
- CARLOS RUIZ, Juan. Representaciones colectivas, mentalidades e historia cultural: a propósito de Chartier y el mundo como representación. *Relaciones*, México, v.24, n.93, 2003, p.17-50.
- CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARRUTHERS, Mary J. Liens entre l'organisation de la page et les art de la mémoire. *Diogéne*, n.196, v.4, p.25-39, 2001.

CARRUTHERS, Mary J. *Técnica do pensamento: mediação, retórica e a construção de imagens (400-1200)*. Campinas: Unicamp, 2011

CARRUTHERS, Mary J. Uma arte medieval para a invenção e para a memória: a importância do “lugar”. *Remate de males*, Campinas, 26(1), jan./jun. 2006, p.17-29.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. / Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.395-418.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. (Bibliófilos).

CARVALHO, Marília Nogueira. *Jorge Luiz Borges e as histórias do sem fim: do espaço e seus desdobramentos*. 2010. 112f. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CASA NOVA, Vera. Biblioteca: uma leitura semiológica. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, B. Hte., v.19 n. especial, p.130-137, mar. 1990.

CASTELLO BRANCO, Lucia. *A traição de Penélope*. São Paulo: Annablume, 1994.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *Chão de letras: as literaturas e a experiência da escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Invenção).

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *Manoel de Barros*. Prólogo de Lúcia Castello Branco. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (AmorÍmpar; Caderno I).

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O nome da rosa”. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v.4, n. esp., p.1-20, 2006.

CAVALLO, Guglielmo. Entre voz y silencio: de la lectura antigua a la lectura medieval. *Estudios Clásicos*, n.121, 2002, p.63-71.

- CAVALLO, Guglielmo. *Libros, editores y público en el Mundo Antiguo: guía histórica y crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, 2v.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, 2 v.
- CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995. (Travessia do século).
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte : Superintendência de bibliotecas públicas, 2006.
- CHARTIER, Anne-Marie.; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. *Proj. História*, São Paulo, v. 17, p. 29-44, nov. 1998.
- CHARTIER, Roger (Coord.). *As utilizações do objecto impresso: séculos XV-XIX*. Porto: Universidade do Porto, 2002.
- CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. (Prismas).
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Algés: Difel, 2002. (Memória e sociedade).
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. 2 ed. Brasília: UNB, 1998.
- CHARTIER, Roger. As representações do escrito. In: *Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras / Associação de leitura do Brasil, 2003, p.17-48. (Histórias de Leitura).
- CHARTIER, Roger. Culture écrite et littérature à l'âge moderne. *Annales HSS*, juillet/octobre 2001, n.4-5, p.783-802.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: cultura escrita – entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil, 2003. (Histórias de leitura).
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CHARTIER, Roger. Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, v.2, p.117-134. (Múltiplas escritas).

- CHARTIER, Roger. *Livros e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. O livro e seus poderes (séculos XV e XVIII). In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (Orgs.). *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Solina, 2009. p.15-52.
- CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 2009.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.211-238. (O homem e a história).
- CHARTIER, Roger. Uma revolução da leitura no século XVIII? In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p.93-106.
- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.99-115.
- COHN, Gabriel. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista brasileira de ciências sociais*, v.13, n.38, out., 1998, p.53-62.
- COHN, Gabriel. Simmel e a depuração das formas. In: *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.51-74. (Tópicos).
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Humanitas; 41).
- CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- COSTA, Simone Pereira da. Apontamentos para uma leitura de Georg Simmel. *Diálogos*, DHI/UEM, v.3, n.3, p.291-307, 1999.
- COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (Orgs.). *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Solina, 2009.
- CRIPPA, Giulia. Um bibliotecário em sua biblioteca: Cassiodoro e os leitores ideais na Idade Média. *Memorandum*, Belo Horizonte ; Ribeirão Preto, n.7, out. 2004, p.47-57. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/crippa01.htm>. Acessado em: 06/09/2013.

- CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, n.1, p.2-17, jan./abr. 2008.
- CURTIUS, Ernst Robert. O livro como símbolo. In: *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1996, p.375-429. (Clássicos; 2).
- CUZCANO, Alonso Estrada. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, 2002, v.12, n.2, p.41-59.
- DAHL, Svend. *Histoire du livre: de l'antiquité a nos jours*. Paris: Éditions Lamarre-Poinat, 1960.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2012.
- DARNTON, Robert. O poder das bibliotecas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2001, Caderno Mais, p.4-7.
- DEAECTO, Marisa Midore. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: EDUSP : Fapesp, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midore. Prefácio. In: MELOT, Michel. *Livro*,. Cotia: Ateliê, 2012, p.11-14. (Artes do Livro; 9).
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009. (Psicologia Social).
- DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, n.45, p.245-253, 1985.
- DREYFUS, John; RICHAUDEAU, François. *La chose imprimée: histoire, techniques, esthétique et réalisations de l'imprimé*. Paris: CEPL, 1977.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- DURKHEIM, Émile. Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. In: *Émile Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.203-245. (Os pensadores).

- DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.
- DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.7-28.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- ECO, Umberto. *A biblioteca*. Lisboa: Difel, 1994.
- ECO, Umberto. *A memória vegetal: e outros escritos sobre bibliofilia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ECO, Umberto. *Confissões de um jovem romancista*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ECO, Umberto. *Sobre literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim dos livros*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. *RBCS*, v.18, n.53, out. 2003, p.5-18.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998. (Múltiplas escrituras).
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.
- FENTRESS, James e WICKHAN, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FERNÁNDEZ ABAD, Francisco Javier. Evolución histórica de la función social de las bibliotecas públicas. *Revista general de información y documentación*. 2006, n.2, p.93-110.
- FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana. Las bibliotecas, espacios culturales em desuso: análisis crítico de las estratégias de promoción. *Biblios: revista de bibliotecología y ciencias de la información*, Lima, año/vol.7, n.25-26, 2006, p.01-09.
- FERNÁNDEZ URIEL, Pilar; RODRÍGUEZ VALCÁRCEL, José. Julio César y la idea de biblioteca pública en la Roma Antigua. *Antig. crisi*. Múrcia, n.XXIII, 2006, p.965-979.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *As armadilhas da memória: e outros ensaios*. Cotia: Ateliê, 2003.

- FISCHER, Steven Roger. *História da escrita*. São Paulo: UNESP, 2009.
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.
- FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. Nova Alexandria: São Paulo, 2010.
- FLUSSER, Víctor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-1387, set. 1980.
- FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista crítica de ciências sociais*, n.63, out. 2002, p.123-148.
- FORTUNA, Carlos. Las ciudades y las identidades: patrimonios, memorias y narrativas sociales. *Alteridades*, 8(16), p.61-74, 1998.
- FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina : CES, 2009. (Cidades e arquitetura).
- FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2009, p.47-59. (Ditos e escritos; 3).
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (Ensino Superior).
- FRANÇA, Vera R. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, Alex [et al]. *Comunicação e interações: livro da Compós*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p.71-91.
- FRANÇA, Vera R. *Sociabilidade*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 15/03/2012. Nota de aula.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, César [et al]. *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.27-43.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato C; FIGUEIREDO, Vera L. F. (Orgs.). *De. Comunicação, representação e práticas culturais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio ; Aparecida: Idéias & Letras, 2004b, p.13-26.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995, p.55-65.

- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC : AnnaBlume, 1997.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem-sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de pesquisa*, n.116, p.21-39, jun. 2012.
- FRIEIRO, Eduardo. Os amigos do livro. *Boletim Bibliográfico*, Bello Horizonte, anno 1, n.1, p.3-4, set. 1935.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. *Memórias de vida, memórias de guerra: um estudo psicossocial sobre o desenraizamento*. São Paulo: Perspectiva : FAPESP, 2005. (Estudos ; 222).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, p.55-72. (Estudos; 142).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Narrar e curar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º set. 1985. Folhetim, p. 11.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.7-19. (Obras escolhidas; 1).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin: estética e experiência da história. In: ALMEIDA, Jorge; BADER, Wolfgang. (Orgs.). *Pensamento alemão no século XX*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.139-158, v.1.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Le printemps adorable a perdu son odeur”. *Alea*, v.9, n.1, jan./jun., 2007, p.64-74.
- GALAUD, Nicolas. Bibliothèques et territoires. *BBF*, Paris, v.46, n.3, p.20-26, 2001.
- GALENDE DÍAZ, Juan Carlos. Las bibliotecas de los humanistas y el renacimiento. *Revista general de información y documentación*, Madrid, v.6, n.2. 1996, p.91-123.
- GALLARDO, Carmem. Lectores y lecturas em la Roma Antigua. *Estudios Clásicos*, n.121, 2002, p.43-61.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narração: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira [et al]. *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.9-46.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. (Ensaio latino-americanos; 1).

- GARCIA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- GATTI, Lucianno Ferreira. Experiência da transitoriedade: Walter Benjamin e a modernidade de Baudeaire. *Kriterion*, Belo Horizonte, n.119, jun./2009, p.159-178.
- GATTI, Lucianno Ferreira. *Memória e distanciamento na teoria da experiência de Walter Benjamin*. 2002. 174f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- GIARD, Luce; JACOB, Christian (Orgs.). *Des Alexandries I: du livre au texte*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Pioneira / Instituto Nacional do Livro, 1983.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. *Travessia: revista do migrante*. Ano XI, n.32, set./dez. 1998, p.17-24.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.95-124.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memórias e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, p.264-275.
- GONÇALVES, Márcio. A escrita e seus efeitos culturais. *Famecos*, Porto Alegre, n.39, ago. 2009, p.28-34.
- GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: UNESP, 2011.
- GOULEMOT, Jean-Marie. Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das Luzes. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.257-270.
- GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presse Universitaires de France, 1952.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. *Educação & Realidade*, Rio Grande do Sul, v.22, n.2, jul./dez., 1997, p.15-46.
- HALL, Stuart. *A diversidade cultural na pós-modernidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG ; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Brasília, n.24, 1996, p.68-75.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.103-133.
- HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. *Proj. História*, São Paulo, (31), p,15-24, dez. 2005.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- HANKE, Michael. A noção de sociabilidade: implicações nos estudos da comunicação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11., 2002, Rio de Janeiro. *Anais da XI COMPÓS*. Rio de Janeiro, 2002, p.01-11. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_744.pdf, Acessado em: 06/03/2012.
- HAVELOCK, Eric. A equação oralidade – cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. (Orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p.17-34. (Múltiplas escrituras).
- HAVELOCK, Erick. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Biblioteca Básica).
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). Introdução: a invenção das tradições. In: *A invenção das tradições*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9-23.

- HOLANDA, Sérgio Buarque; FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização Brasileira*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 11v.
- HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da leitura*. Cotia: Ateliê, 2010.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (O homem e a história).
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IBGE. *Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros – cultura*, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- ISLA, Alejandro. Los usos políticos de la memoria y la identidad. *Estudios atacamenõs*, San Pedro de Atacama, Universidad Católica Del Norte, n.26, 2003, p.35-44.
- JACOB, Christian (Org.). *Des Alexandries II: les métamorphoses du lecteur*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.
- JACOB, Christian (Org.). *Lieux de savoir: espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007. (Lieux de savoir ; 1).
- JACOB, Christian (Org.). *Lieux de savoir: les mains de l'intellect*. Paris: Albin Michel, 2011. (Lieux de savoir ; 2).
- JACOB, Christian. Alexandria, III^e siècle avant J.-C. In: *Lieux de savoir: espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007, p.1120-1145. (Lieux de savoir ; 1).
- JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.45-73.
- JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.9-17.
- JACOB, Christian. Ressembler la mémoire: réflexions sur l'histoire des bibliothèques. *Diogène*, 4, n.196, 2001, p.53-76.
- JAMESON, Fredric. Sobre os “estudos de cultura”. *Novos estudos*: CEBRAP, n.39, jul. 1994, p.11-48.

JARAMILLO, Orlanda. La biblioteca pública, un lugar para la formación ciudadana: referentes metodológicos del proceso de investigación. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.33, n.2, jul./dec., 2010, p.287-313.

JARAMILLO, Orlanda. La formación ciudadana, dinamizadora de procesos de transformación social desde la biblioteca pública. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.35, n.1, 2012, p.73-82.

JARAMILLO, Orlanda. Un acercamiento, desde la pedagogía crítica, a la biblioteca pública como espacio para la formación ciudadana. *Uni-pluri/versidad*, v.8, n.1, 2008, p.1-9.

JARAMILLO, Orlanda; ALVAREZ ZAPATA, Didier; MONCADA, Daniel. Políticas públicas para bibliotecas públicas: una propuesta de soluciones locales a problemas globales. *Investigación Bibliotecológica*, México, UNAM, v.19, n.39, julio/diciembre, 2005, p.13-27.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.23, n.1-2, enero/diciembre, 2000, p.13-56.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA R., Mónica; MONCADA P., Daniel. Biblioteca pública: descripción de una propuesta metodológica para la construcción de su historia. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.28, n.1, enero/junio, 2005, p.169-186.

JEDLOWSKI, Paolo. Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, v.10(1), p.29-44, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JODELET, Denise. Formes et figures de l'altérité. In: SANCHEZ-MAZAS, Margarita; LICATA, Laurent. *L'autre: regards psychosociaux*. Grenoble: Les Presses de l'Université de Grenoble, 2005, p.23-47.

JODELET, Denise. Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Social Science Information*, Londres, 2002, n.41(1), p.111-133.

JODELET, Denise. Mémoire de masse: le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de psychologie*, n.405, p.239-256, 1992.

JODELET, Denise. Pensamiento social e historicidad. *Relaciones*, México, v.24, n.93, 2003, p.97-114.

JODELET, Denise. Place de l'expérience vécue dans le processus de formation des représentations sociales. In: HASS, Valérie. *Les savoirs du quotidien: transmissions, appropriations, représentations*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006, p.235-255.

- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.63-85.
- KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. *A origem do livro: da Idade de Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec ; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Bibliologia).
- KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (Orgs.). *Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2012.
- KRAUSZ, Luis S. *As musas: poesia e divindade na Grécia arcaica*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeu, 2009.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. Bibliothèque nationale et bibliothèque de France: projets et réalités des grandes bibliothèques. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Année 1991, v.135n.01, p.181-188.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura e seus discursos*. São Paulo: Ática, 2009.
- LANDOWISKI, Eric. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Estudos; 183).
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.21-44.
- LAVABRE, Marie-Claire. Usage Du passe, usages de la mémoire. *Revue française de science politique*, 1994, v.44, n.3, 1994, p.480-493.
- LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005. (História).
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Unicamp ; Aracajú: UFS, 2004.
- LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, Mary Jane Paris. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.46-57.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LISPECTOR, Clarice. *A maçã no escuro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LIVRO: revista do núcleo de estudos do livro e da edição. São Paulo: NELE ; Cotia: Ateliê, 2011.
- LIVRO: revista do núcleo de estudos do livro e da edição. v. 2. São Paulo: NELE ; Cotia: Ateliê, 2012.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.16-28.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Proj. História*, São Paulo, (17), nov. 1998, p.63-181.
- LYONS, Jonathan. *A casa da sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- LYONS, Martyn. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Senac, 2011.
- MACIEL, Maria Esther. *A memória das coisas: ensaios de literatura, cinema e artes plásticas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.
- MACIEL, Maria Esther. *As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (Invenção).
- MACIEL, Maria Esther; MARQUES, Reinaldo (Orgs.). *Borges em dez textos*. Rio de Janeiro: Sette Letras / Belo Horizonte: POSLIT, 1997.
- MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito? In: *Geraes – estudos em comunicação e sociabilidade*, Belo Horizonte, n.53, p.04-15 dez. 2002.
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MANGUEL, Alberto. *A cidade das palavras: as histórias que contamos para saber quem somos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- MANGUEL, Alberto. *À mesa com o Chapeleiro Maluco*: ensaios sobre corvos e escrivatinhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARINHO, Marildes. *Ler e navegar*: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2001.
- MARTELETO, Regina Maria. “Lugares dos signos” e contextos de informação: a biblioteca como metáfora dos conhecimentos modernos. *R. Bibliotecon*. Brasília. v.20, n.2, p.241-246, jul./dez. de 1996. (Palestra).
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. *R. Esc. Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, jul. /dez. 1994
- MARTIN, Henri-Jean; FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*: São Paulo: UNESP, 1992.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. Identidades: tradiciones y nuevas comunidades. *Comunicação & Política*, v.IX, n.1, p.165-189.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. Modernidad, postmodernidad, modernidades: discursos sobre las crisis y las diferencias. *Revista brasileira de comunicação*, São Paulo, v.XVIII, n.2, p.17-35, 1995.
- MARTINS, Ana Amélia Lage. *Mediação*: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. *Textos de história*, v.15, n.1/2, 2007, p.35-48.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas; 49).
- MATTOS, Olgária Chain Féres. A narrativa: metáfora e liberdade. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.303-317.
- MATTOS, Olgária Chain Féres. Aufklärung na metrópole: Paris e a Via Láctea. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG ; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.1123-1140.
- MCKENZE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*.

- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MEIRY, José Carlos Sebe Bon. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, n.5, série 02, 1994, p.52-60.
- MEIRY, José Carlos Sebe Bon; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELOT, Michel. *Livro*. Cotia: Ateliê, 2012. (Artes do Livro; 9).
- MENDOZA GARCÍA, Jorge. Exordio a la memoria colectiva y el olvido social. *Athenea Digital*, n.8, 2005, p.1-26.
- MENDOZA GARCÍA, Jorge. La forma narrativa de la memoria colectiva. *Polis*, v.1, n.1, 2005, p.9-30.
- MENDOZA GARCÍA, Jorge. Sucinto recorrido por el olvido social. *Polis*, v.3, n.2, 2007, p.129-159.
- MENEGALE, J. Guimarães. *O que é e o que deve ser a biblioteca pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932.
- MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y sociedad: reflexiones desde una perspectiva sociológica. *Rev. Interam. Bibliot.* Medelin, v.28, n.2, jul./dic., 2005, p.117-133.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Rev. Hist. Bras.*, São Paulo, 34:9-24, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n.2, p.117-123, jul./dez., 2007.
- MICHON, Pascal. On the contemporary disintegration of cultural memory. *Intertexts*, v.7, n.2, p.117-129, 2003.
- MIDDLETON, David. Sucession and change in the sociocultural use of memory: building-in the past in communicative action. *Culture & Psychology*, London, vol. 8(1): 79-95, 2002.
- MIDDLETON, David; BROWN, Steven. A psicologia social da experiência: a relevância da memória. *Pro-Posições*, v.17, n.2(50), maio/ago. 2006, p.71-97.
- MIGUEL ALONSO, Aurora. Aproximación histórica ao libro antiguo. *Revista general de información y documentación*, Madrid, v.5, n.1, 1995, p.215-230.
- MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 4. ed. rev. ampl. Cotia: Ateliê, 2003.

- MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: SESCSP, 2007.
- MISZTAL, Barbara A. The sacralization of memory. *European Journal of Social Theory*, 7(1), 2004, p.67-84.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História & historiografia; 1).
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.
- MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. *Literatura e biblioteca em Jorge Luiz Borges e Ítalo Calvino*. 2012. 255f. Tese. (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.45-66.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MÜLLER, Suzana P. M. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.
- NARASIMHAN, R. Cultura escrita: caracterização e implicações. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. (Orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p.189-210. (Múltiplas escrituras).
- NASCIMENTO, Neuber Fernandes. *A cidade lembrada: um estudo sobre a memória subjetiva e social*. 2001. 426f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. 10 ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Editora Giordano, 2002.
- NEGRÃO, May Brooking. A evolução do departamento de bibliotecas públicas, 1907-1978. *Revista de biblioteconomia de Brasília*, 7(2), jul./dez. 1979, p.186-209.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.205-212, set. 1983.

- NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. *Biblioteca pública: a contradição de seu papel*. 1985. 108f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28.
- O NOME da Biblioteca Pública: Luiz de Bessa. *Duas palavras*, v.1, n.1, p.4. dez. 1984.
- OLICKY, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annu. Rev. Sociol.* n.24, p.105-140, 1998.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *A fascinante história do livro*. Rio de Janeiro: Cátedra ; kosmos, 1984-1989. 4v.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- OLSON, David R. *O mundo do papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. (Múltiplas escritas).
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGrmaZero: revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out./2004, artigo 03. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm. Acessado em: 07/01/2014.
- PAIVA, Marília de Abreu Martins de. *Bibliotecas públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006*. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- PAMUK, Orhan. *O romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PAMUK, Orhan. *Outras cores: ensaios e um conto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PAULA, João Antônio de. 40 anos da Coleção Mineiriana. *Suplemento literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Secretaria do Estado de Cultura, dez., 2009, p.13-19. (Edição especial Coleção Mineiriana).
- PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Bibliología (ciencia del libro) y ciencias de la documentación. *Scire*, 11:1, (en.-jun. 2005), p.27-46.
- PENSKY, Max. The relevance of the past: between construction and debt. *Intertexts*, v.7, n.2, p.131-142, 2003.

- PEREIRA, Marcelo de Andrade. *O lugar do tempo: experiência e tradição em Walter Benjamin*. 2006. 117f. (Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Com Roland Barthes*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Lição de Casa. In: BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004, p.49-89.
- PERROTTI, Edmir. *O leitor na cultura: a formação da leitura infantil e juvenil*. 1989. 165f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo; São Paulo, 1989.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PETIT, Michèle. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- PETIT, Michèle. Les territoires invisibles et vitaux de la lecture. *Strates*, n.14, 2008, p.01-11.
- PETIT, Michèle. Un arte que se transmite. *Revista do programa de pós-graduação em letras da universidade da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo, v.2, n.1, p.99-116, jan./jun., 2006.
- PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999. (LeA).
- PIGLIA, Ricardo. Memoria y tradición. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 2. Belo Horizonte, 1991. *Anais do II congresso da associação brasileira de literatura comparada*. Belo Horizonte, 1991, v.1, p.60-66.
- PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. *Luanova*, n.61, 2004, p.139-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a08n61.pdf>, Acessado: 15/04/2012.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca a Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.241-250.
- PINTO, Diana de Souza; FARIAS, Francisco Ramos (Orgs.). *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

- PINTO, José Madureira. Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista crítica de ciências sociais*, n.32, jun. 1991, p.217-231.
- PINTO, Júlio Pimentel. *A leitura e seus lugares*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- POLASTRON, Lucien X. *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.
- POMBO, Elena Llamas. La construction visuelle de la parole dans le livre médiéval. *Diogéne*, 2001/4, n.196, p.40-52.
- PROST, Antoine. Les monuments aux morts: culte républicain? Culte civique? Culte patriotique? In: NORA, Pierre. (Dir). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p.199-223. (T.1 ; La République).
- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- QUÉRÉ, Louis. Sociabilité et interactions sociales. *Réseaux*, Année 1988, v.6, n.29, p.75-
- RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. *R. Esc. Bibliotecon*. UFMG, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar. 1987, p.19-42.
- RASMUSSEN, Susan. The uses of memory. *Culture & Psychology*, v.8(1), p.113-129, 2002.
- REIS, Alcenir Soares dos. Informação, cultura e sociedade no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: contrapontos e perspectivas. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria (Orgs.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007, p.13-28.
- REIS, Alcenir Soares dos. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.145-160, jul./dez.1999.
- RÊSES, Erlando da Silva. Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. *Sociedade e cultura*, jul./dez., v.6, n.2, 2003, p.189-199.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília: IPHAN, v.23, 1994, 294p. (Número especial: Cidade).

- RICHÉ, Pierre. As bibliotecas e a formação da cultura medieval. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.246-256.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales: histoire, sciences sociales*, v.55, n.4, 2000, p.731-747.
- RIVEROS GUERRERO, Juan Alberto; SALAMANCA, Óscar; MORENO TORRES, Paul. Lectura y biblioteca pública: perspectivas sociales en el discurso de la modernidad. *Rev. Interam. Bibliot. Medelin*, v.35, n.1, enero/junio, 2012, p.7-16.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. (Edição fac-similar).
- ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier: a força das representações – história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011. (Grandes Temas; 13).
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Para uma sociologia fenomenológica da experiência cotidiana. *Revista crítica de ciências sociais*, n.37, jun. 1993, p.117-129.
- RODRIGUES, Eduardo Alexandre. A biblioteca pública e os seus públicos: uma proposta interpretativa. *Sociologia, problemas e práticas*, n.53, 2007, p.135-157.
- RODRIGUES, Neidson. *Elogio à educação*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1958.
- ROSENFELD, I. *L'invention de la mémoire*. Paris: Flammarion, 1989.
- ROUSSIAU, Nicolas; RENARD, Elise. Des représentations sociales à l'institutionnalisation de la mémoire sociale. *Connexions*, v.80, n.2, p.31-41, 2003.
- SÁ, Celso Pereira de (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. (Memória Social).
- SÁ, Celso Pereira de [et al]. A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de psicologia*, Campinas, 26(2), p.159-171, abr./jun., 2009.
- SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- SÁ, Celso Pereira de. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus: revista eletrônica em ciências humanas*, ano 09, n.14, 2009, p.91-100.

- SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane Paris. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.19-45.
- SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20(2), 290-295, 2007.
- SAHLINS, Marshall. A experiência individual e a ordem cultural. In: *Cultura na prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.301-316. (Etnologia).
- SAHLINS, Marshall. Two or tree things that I know about culture. *Journal of the anthropological institute*, n.5, p.399-421, 1999.
- SALVADORI, Maria Angela Borges. *Memória, cultura e cidadania: estudo de uma política pública*. 2000. 270f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- SÁNCHEZ MARIANA, Manuel. *Introducción al libro manuscrito*. Madrid: Arco Libros, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista crítica de ciências sociais*, n.38, dez. 1993, p.11-39.
- SANTOS, Carmelice Aires Paim dos. Breve história da leitura no Brasil: os livros, as tensões e os saberes na colônia (séc. XVIII). CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL. 17., 2009, Campinas. *Anais do XVII congresso de leitura no Brasil*. Campinas, 2009. 7p. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf. Acessado em: 06/09/2013.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Milton Santos; 1).
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. (Milton Santos; 8).
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de sociomuseologia*, Portugal, n.19, 2002, p.121-150.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *RBCS*, v.13, n.38, outubro, 1998, p.151-165.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Teoria da memória, teoria da modernidade. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (Orgs.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.84-105.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras ; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da corte imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura e história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p.273-311. (História de leitura).

SCHAPOCHNIK, Nelson. Um palácio de livro nos trópicos: metáfora, projeto e concretizações. In : CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. *Anais do XXV congresso brasileiro de ciências da comunicação*. Salvador, 2002, p.1-23.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilian Moritz, DANTAS, Regina. O museu do imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, n.46, p.123-164, fev. 2008.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Convergência Luziada*, Rio de Janeiro: Reláx Gabinete Português de Leitura, n.24, p.67-99, 2 sem. 2007.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.349-393.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004, p.37-58.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remate de males*, Campinas, 26(1), jan./jun. 2006, p.30-45.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

SILVA, Luiz Antonio da. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. *Inf.*, Brasília, 39(1): 67-87, jan./abr., 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Livraria Pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*, São Paulo, v.43, n.87, 1971, p.225-239.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública, memória e representações sociais: o depoimento de um grupo de usuários acerca da Luiz de Bessa. *Investigación Bibliotecológica*, v.26, n. 27, mayo/agosto, 2012, México, p.199-231. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v26n57/v26n57a7.pdf>. Acessado em: 06/09/2013.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e discursos identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). *Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação*, v.5, n.1, 2012, 23p. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/76/118>. Acessado em: 06/09/2013.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo horizonte, v.15, n.3, p.67-86, set./dez, 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1102/772>. Acessado em: 07/02/2014.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Um elogio à sedução, ou a biblioteca como espaço de leitura. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.17, n.4, p.142-159, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1486/1074>. Acessado em: 07/02/2014.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. Sob a inspiração de São Jerônimo: considerações em torno da leitura e da escrita no mundo contemporâneo. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *Educação científica e cidadania: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis*. Belo Horizonte: UFMG : PROEX, 2012, p.163-177.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Nova biblioteca de ciências sociais).

SIMÕES, Paula Guimarães. *O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo*. 2012. 283f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUCHU, Philippe. Mémoire(s) & bibliothèques. *BBF*, Paris, v.44, n.5, p.99-102.

SOUZA, Eneida Maria de. A Coleção Mineiriana. *Suplemento literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Secretaria do Estado de Cultura, dez., 2009, p.6-12. (Edição especial Coleção Mineiriana).

SOUZA, Eneida Maria de. Coleção mineiriana. In: CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte : Superintendência de bibliotecas públicas, 2006, p.63-71.

SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo. *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé; ÖELSE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília: UNB, 2005.

SPERBER, Dan. O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.91-103.

SPINK, Mary Jane Paris. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*, Campinas-SP, (31, 1-2), p.13-24, jan./dez. 2011.

- STEINER, George. *Nenhuma paixão desperdiçada: ensaios*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- THOMPSON, John B. *Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI*. São Paulo: Unesp, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- UNESCO. *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Novembro, 1994.
- VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru: Edusc ; Belém: Edupfa, 2005. (Ciências Sociais).
- VARELLA, Flávia [et al]. *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- VAZ, Paulo Bernardo. Livro: a matéria que não acabou. *Presença pedagógica*, v.2, n.12, nov./dez. 1996, p.41-51.
- VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. (Antropologia Social).
- VERGARA QUINTERO, María Del Carmen. La naturaleza de las representaciones sociales. *Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez. Juv.* 6(1), p.55-80, 2008.
- VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: EDUSC, 2001.
- VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999. (Educar).
- VERNANT, Jean-Piere. *A travessia das fronteiras: entre mito e política II*. São Paulo: EDUSP, 2009a.
- VERNANT, Jean-Piere. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: *Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.105-131.
- VERNANT, Jean-Piere. *Entre mito e política*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.
- VERNANT, Jean-Piere. *Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa: (1722-1822). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005, p.161-181. (Coleção Histórias de leitura).

- VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica ; Companhia do Tempo, 2007, p.253-287, v.2. (História de Minas Gerais).
- VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica ; Companhia do Tempo, 2007, p.289-311, v.2. (História de Minas Gerais).
- VILLALTA, Luiz Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.367-395.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura e história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras : Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p.183-212. (Coleção História de leitura).
- VON SINSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP, Curso de pós-graduação em sociologia : Ed.34, 2000.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, Leopoldo (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p.89-111.
- WALDMAN, Gilda. La “cultura de la memória”: problemas y reflexiones. *Política y Cultura*, 2006, n.26, p.11-34.
- WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vásquez (Coords.). *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC-SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial, 2006.
- YATES, Frances A. Cultura impresa: el Renacimiento. In: *Ideas e ideais del Renacimiento en el Norte de Europa*. México: Fondo de cultura económica, 1993, p.275-285. (Ensayos reunidos ; 3).

YATES, Frances. *A arte da memória*. Campinas: Unicamp, 2007.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Grandes Romances).

ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?*. São Paulo: SENAC, 2001. (Ponto Futuro; 3).

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. Permanência da voz. *O correio da UNESCO*, outubro, 1985, ano 13, n.10, Brasil, p.4-8.

ZUMTHOR, Paul. Poesia, tradição e esquecimento. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 dez. 1988. Folhetim, p. G2-G5.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo: Hucitec, 1997.

8.2. Anexo 02: Municípios, total e com existência e quantidade de bibliotecas públicas, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação

Grandes regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Com existência e quantidade de bibliotecas públicas		
	Total	Bibliotecas públicas	
Total		Quantidade	
Brasil	5564	4955	7048
Norte	449	379	659
Rondônia	52	45	46
Acre	22	16	36
Amazonas	62	37	48
Roraima	15	10	11
Pará	143	130	236
Amapá	16	14	41
Tocantins	139	127	241
Nordeste	1793	1530	2040
Maranhão	217	167	200
Piauí	223	176	192
Ceará	184	173	237
Rio grande do Norte	167	158	203
Paraíba	223	179	244
Pernambuco	185	181	229
Alagoas	102	93	115
Sergipe	75	68	79
Bahia	417	335	441
Sudeste	1668	1546	2405
Minas Gerais	853	764	1029
Espírito Santo	78	78	115
Rio de Janeiro	92	92	285
São Paulo	645	612	976
Sul	1188	1077	1441
Paraná	399	365	616
Santa Catarina	293	269	316
Rio Grande do Sul	496	443	509
Centro Oeste	466	423	503
Mato Grosso do Sul	78	75	88
Mato Grosso	141	122	132
Goiás	246	225	258
Distrito Federal	1	1	23

Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura, 2006, p.238.

8.3. Anexo 03: Roteiro semi-estruturado para a realização das entrevistas

1. Onde o sr. (a sra.) nasceu?
2. Com quem o sr. (a sra.) mora/morava? Quantos irmãos o sr. (sra.) tinha/tem?
3. Como era/é a casa do sr. (a sra.)?
4. Havia livros em sua casa? Seus pais e irmãos eram leitores?
5. O sr. (a sra.) estudou em qual escola? O que o sr.(a sra.) lembra dos seus primeiros dias na escola?
6. Até quando o sr. (a sra.) freqüentou a escola?
7. Como era a convivência entre as crianças? E a relação com os professores?
8. Havia bibliotecas nas escolas que o sr.(a sra.) estudou? O sr.(a sra.) as freqüentava?
9. O sr.(a sra.) se lembra do primeiro livro que leu?
10. Que lugares da cidade o sr. (a sra.) freqüentava em sua infância e juventude?
11. Onde costumava/costuma ir com os amigos?
12. Que lugares da cidade considera como representativos em sua história de vida e em sua formação pessoal?
13. A praça da liberdade ocupa um lugar importante em suas lembranças?
14. Como é que o sr.(a sra.) chegou à Biblioteca Pública Luiz de Bessa? Foi indicação de algum professor ou parente?
15. O sr.(a sra.) seria capaz de reconstituir as impressões e sensações desse primeiro contato?
16. Com que freqüência o sr.(a sra.) vinha/vem à biblioteca?
17. Que tipo de serviços ou atividades o sr.(a sra.) procura/procurava na biblioteca? Qual setor da Luiz de Bessa acessa/procurava com mais freqüência?
18. Que livros ou obras o sr.(a sra.) mais acessava? Seria capaz de traçar seu perfil enquanto leitor, usuário da biblioteca?
19. O sr.(a sra.) chegou a fazer alguma amizade na biblioteca?
20. O sr.(a sra.) acredita que as atividades desenvolvidas na Luiz de Bessa tiveram algum impacto em sua carreira profissional?
21. Qual é, em sua opinião, a importância da Biblioteca Luiz de Bessa para a cidade de Belo Horizonte?
22. Como o sr.(a sra.) define o lugar ocupado pela Biblioteca Luiz de Bessa em sua vida e em sua formação pessoal?

8.4. Anexo 04: TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa acadêmica. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: *Biblioteca pública, identidade e enraizamento*: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa

Pesquisador responsável: Fabrício José Nascimento da Silveira

Telefone para contato (inclusive para ligações a cobrar): (31) 2511-4801 ou (31) 9284-7551

E-mail do pesquisador: favrisilveira@gmail.com

Endereço: Rua: Vereador Sócrates Alves Pereira, nº. 340, Bairro: Carlos Prates, Belo Horizonte. CEP: 30710-590.

DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG (Para maiores informações)

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005

Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

1. Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de doutorado intitulada *Biblioteca pública, identidade e enraizamento*: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa, sob orientação da Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG e tem como objetivo conhecer o lugar social ocupado pela Biblioteca Pública Luiz de Bessa na vida e na memória de seus usuários.
2. O objetivo dessa entrevista é estritamente acadêmico e para fins didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade oculta.
3. A entrevista deverá durar por volta de 60 (sessenta) minutos, dependendo da sua disponibilidade. Haverá, com seu consentimento, gravação em formato digital e todos os arquivos ficarão sob guarda do pesquisador.

4. Vale salientar que a participação é voluntária e a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento, não havendo qualquer ônus por sua desistência. O sigilo será garantido e sua identidade não será revelada sob nenhuma hipótese.
5. O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado em futuras publicações (livros e/ou periódicos científicos), mas, novamente reforça-se o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.
6. A pesquisa não trará nenhum risco para você e nem oferecerá qualquer vantagem financeira.

Fabício José Nascimento da Silveira - Pesquisador Executor
Aluno de Pós-Graduação em Ciência da Informação – ECI/UFMG

Alcenir Soares dos Reis – Orientadora da Pesquisa
Professora da Escola de Ciência da Informação – ECI/UFMG
Contatos: (31) 3409-6116 e 9695-7592

7. CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, portador (a) do RG.: _____ e do CPF: _____, concordo em participar do estudo *Biblioteca pública, identidade e enraizamento*: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. Estou devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador *Fabício José Nascimento da Silveira* sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Assinatura: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Data e loca: _____